

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política
Mestrado em Ciência Política

**OCUPAÇÕES/INVASÕES ESTUDANTIS DE 2016:
disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília**

Jaqueline Barbosa Pinto Silva

Brasília/DF
Agosto de 2018

JAQUELINE BARBOSA PINTO SILVA

OCUPAÇÕES/INVASÕES ESTUDANTIS DE 2016:
disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Debora Cristina Rezende de Almeida (Ipol/UnB)

Brasília/DF
Agosto de 2018

JAQUELINE BARBOSA PINTO SILVA

OCUPAÇÕES/INVASÕES ESTUDANTIS DE 2016:

disputas e percepções sobre resultados no caso da Universidade de Brasília

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Debora Cristina Rezende de Almeida (Ipol/UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Marisa Von Bülow (Ipol/UnB)

Prof^ª. Ph. Dr^ª. Luciana Ferreira Tatagiba (Ifch/Unicamp)

Suplente:

Prof^ª. Dr^ª Rebecca Neaera Abers (Ipol/UnB)

Brasília, 14 de agosto de 2018.

À Universidade de Brasília e à nossa
comunidade indignada: que jamais nos
resignemos.

“Aí reside o acontecimento: não no fenômeno midiático, que se forjou para vampirizar a revolta por via da sua celebração exterior, mas nos encontros que efetivamente se produziram ali. Eis o que é bem menos espetacular do que ‘o movimento’ ou ‘a revolução’, mas mais decisivo. Ninguém poderá dizer aquilo de que um encontro é capaz”.
(COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 36-37)

“É preciso, justamente, *activar* um trabalho com as consequências, empenhado em assistir e rastrear no óbvio as oportunidades para entrar em plano comum” (FIADEIRO e EUGÉNIO, 2012, p. 3-4).

AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho coletivo. Surgiu de discussões do grupo de pesquisa Resocie, ao qual agradeço, portanto, em primeiro lugar, por me acolher, há três anos, e seguir me acolhendo com tanto afeto em terreno de tantas violências e certezas.

Agradeço às três grandes mulheres que o coordenam e que me inspiram. Em especial, à minha orientadora, Débora Cristina Rezende de Almeida, que pacientemente organizou meus pensamentos e me conduziu até o final com sua elegância, inteligência, excelência acadêmica, sensibilidade, flexibilidade e responsabilidade ética. Também agradeço à Marisa Von Bülow, que me introduziu ao debate sobre os movimentos sociais, os estudantes e a própria ocupação, e contribuiu ao longo de todo o processo do mestrado, com seu espírito jovem e seu vasto e atual conhecimento sobre o tema. E à Rebecca Neaera Abers, pelas participações e ponderações nas discussões sobre o tema, com criatividade, simplicidade, presença e humor.

Ainda, agradeço aos colegas do grupo de pesquisa, principalmente Tayrine dos Santos Dias, Camila Penna, Alexandre Gomes, Alexandre Arns Gonzales, Luiz Henrique Doria Vilaça, Marília Silva de Oliveira, Ariadne Oliveira Santiago, Pedro Henrique Abelin Teixeira, Danniell Gobbi e Cleyton Feitosa Pereira, que fizeram da universidade um espaço de compartilhamento e construção colaborativa.

Agradeço ao professor Thiago Aparecido Trindade, pela participação em minha banca de qualificação e pelas questões e sugestões que deram forma e o conteúdo a este trabalho; e à professora Luciana Ferreira Tatagiba, pela participação em minha banca de defesa e pelo refinamento teórico ao final. Pra mim, foi uma honra ter recebido contribuições de cientistas tão distintos.

Agradeço também à doutoranda Karina Damous Dualibe, pela gentileza, disponibilidade e profissionalismo na construção e condução dos grupos focais, bem como na transcrição e interpretação das informações. Sou grata também aos alunos e professores que se dispuseram a compartilhar suas visões de mundo e confiaram neste trabalho.

Ainda, agradeço ao professor Alexandre Zaguetto, pelo constante e genuíno interesse na pesquisa e por suas contribuições; ao mestrando Gustavo Henrique

Serafim França, pelas informações sobre o movimento estudantil da UnB; e ao graduando Matheus Veleci, pela ajuda com o tratamento dos dados do *Facebook*.

Não menos importante, agradeço à minha família pelo amor e apoio incondicional, sem o que nada faria sentido; aos meus amigos mestres da vida, pelas trocas de ideias, risos fáceis e reflexões difíceis; e ao meu companheiro de vida, por adoçar e aquecer minha vida ao longo de todo este percurso e me manter movendo.

Por fim, agradeço a Darcy e Anísio e a todos que fizeram e fazem acontecer a Universidade de Brasília, que me significa no mundo e significa o meu mundo.

RESUMO

Em 2015 e 2016, mais de mil instituições de ensino foram ocupadas no Brasil, o que ficou conhecido como a “primavera estudantil”. Nas universidades públicas, reivindicava-se sobretudo a não aprovação da Proposta de Emenda Constitucional “Teto dos Gastos” (PEC n. 55 e 241/2016, EC 95/2016), que limitaria por vinte anos as despesas públicas, ameaçando, no âmbito educacional nacional, o acesso e a permanência de alunos nessas instituições e a qualidade de ensino superior público. A Universidade de Brasília, localizada no centro político do país, embora tenha entrado tardiamente na onda de mobilizações, teve dezessete prédios ocupados, por quarenta e cinco dias. Esta dissertação estuda as disputas e os resultados desse caso. Mais do que uma tentativa de definição de sucesso ou fracasso da performance, buscou-se compreender como resultados são construídos e articulados entre os principais atores envolvidos e como isso influencia no repertório de estratégias do movimento. Por meio de abordagem interpretativista e multimétodos, averigou-se os motivos que levaram o movimento a escolherem a ocupação como estratégia de ação coletiva, as percepções dos atores sobre os desdobramentos de curto e médio prazo dessa performance e os passos seguintes do movimento com base nessas percepções.

Palavras-chave: movimentos estudantis, repertório de estratégias, ocupações universitárias, resultados de protestos.

ABSTRACT

In 2015 and 2016, more than a thousand educational institutions were occupied in Brazil, what became known as “the student spring”. In public universities, it was mainly claimed the non-approval of the Proposal for the Constitutional Amendment “Ceiling of Expenditures”, which for twenty years would limit the public expenses, threatening, in the national educational context, the access and permanence of students in these institutions and the quality of public higher education. The University of Brasília, located in the political center of the country, although it was late in the wave of mobilizations, had seventeen buildings occupied, for forty-five days. This dissertation studies the disputes and the results (outcomes and impacts) of this case. More than an attempt to define success or failure of the performance, we sought to understand how results were constructed and articulated between the main actors involved and how this influenced the repertoire of the movement strategies. Through an interpretative and multi-method approach, this research investigates the reasons that led students to choose occupation as their strategy, the principal actors’ perceptions about the short and medium-term effects of this choice and the movement’s next steps based on those perceptions.

Keywords: student movements, repertoire of strategies, university occupations, protest results.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ADUNB	Associação dos Docentes da UnB
AGE	Assembleia Geral dos Estudantes
AGU	Advocacia-Geral da União
AL	Aliança pela Liberdade
ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BSAN	Bloco de Sala de Aula Norte
BSAS	Bloco de Sala de Aulas Sul
CA	Centro Acadêmico
CAD	Conselho de Administração
CCM	Centro de Convivência de Mulheres
CD	Câmara dos Deputados
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
CEB	Conselho de Entidades de Base
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CET	Centro de Excelência em Turismo
CEU	Casa do Estudante Universitário
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	Conselho Universitário
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Democratas (partido)
DF	Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
DPU	Defensoria Pública da União
DRU	Desvinculação das Receitas da União
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FAC	Faculdade de Comunicação
FAC	Faculdade de Comunicação
FASUBRA	Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras
FASUBRA	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras
FAU	Faculdade de Arquitetura
FCI	Faculdade de Ciência da Informação

FD	Faculdade de Direito
FE	Faculdade de Educação
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUP	Faculdade de Planaltina
IAC ou CEN	Instituto de Artes Cênicas
IAV ou VIS	Instituto de Artes Visuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Central de Ciências
IdA	Instituto de Artes
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IL	Instituto de Letra
IM ou MUS	Instituto de Música
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPol	Instituto de Ciência Política
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996)
MAIS	Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista
MBL	Movimento Brasil Livre
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (partido)
ME	Movimento(s) estudantil(s)
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MRU	Movimento Reação Universitária
MS	Movimento(s) social(is)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PAS	Programa de avaliação seriada
PAT	Pavilhão Anísio Teixeira
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJC	Pavilhão João Calmon
PPS	Partido Popular Socialista
PR/DF	Procuradoria Regional do Distrito Federal
PROIES	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
ProUni	Programa Universidade para Todos

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RUA	Juventude Anticapitalista
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SF	Senado Federal
SINPRO	Sindicato dos Professores
SINTFUB	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores da Universidade de Brasília Ou Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília
STF	Supremo Tribunal Federal
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
UBES	União brasileira dos estudantes secundaristas
UJS	União da Juventude Socialista
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Perguntas da pesquisa	21
Figura 2 – Tipos de movimentos estudantis.....	31
Figura 3 – Mapa das ocupações de instituições de ensino no Brasil em outubro de 2016.....	39
Figura 4 – Mapa dos prédios ocupados no <i>campus</i> Darcy Ribeiro da UnB de outubro a dezembro de 2016	78

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Percentual de vinculação da receita nas Constituições Federais do Brasil	34
Quadro 2 – Projetos de Lei relacionados ao “Programa Escola sem Partido”	37
Quadro 3 - Rendimento médio do trabalho principal da semana de referência das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupamentos ocupacionais no respectivo trabalho em 2014.....	42
Quadro 4 – Possibilidade de resultado de um protesto.....	53
Quadro 5 – Observações participantes realizadas	68
Quadro 6 – Grupos focais realizados.....	72
Quadro 7 – Entrevistas realizadas	73
Quadro 8 – Dados socioeconômicos dos entrevistados e representantes dos grupos focais	74
Quadro 9 – Perguntas, hipóteses e categorias de análise.....	77
Quadro 10 – Análise da percepção da mídia (CorreioWeb e G1) sobre a ocupação da UnB de 2016.....	84
Quadro 11 – Análise da percepção dos atores de justiça sobre a ocupação da UnB de 2016	96
Quadro 12 – Ocupações da UnB (2008-2018)	98
Quadro 13 – Análise da percepção do gabinete da Reitoria (gestões Ivan Camargo e Márcia Moura) sobre a ocupação da UnB de 2016	104
Quadro 14 – Análise da percepção dos professores sobre a ocupação da UnB de 2016	112
Quadro 15– Análise da percepção dos alunos sobre a ocupação da UnB de 2016 ..	117
Quadro 16 – Gráficos das estatísticas das páginas no <i>Facebook</i> relacionadas à ocupação da UnB de 2016 (por dia).....	128
Quadro 17 - Vantagens e desvantagens da ocupação da UnB de 2016 para os ocupantes	149

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de protesto que a sociedade já fez ou faria	28
Tabela 2 – Votação da PEC n. 241/55/2016.....	34
Tabela 3 – Número de notícias sobre ocupação/invasão no CorreioWeb e no G1	82
Tabela 4 – Estatísticas das páginas no <i>Facebook</i> relacionadas à ocupação da UnB de 2016	126
Tabela 5 – Estatísticas resumidas das páginas no <i>Facebook</i> relacionadas à ocupação da UnB de 2016	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS...26	
1.1. Os estudantes e a pauta educacional	28
1.2. A escolha da estratégia de ação coletiva.....	42
1.3. Análise de resultados de protestos	51
2. RESULTADOS DE PROTESTOS NA ABORDAGEM INTERPRETATIVISTA	59
2.1. O que é a abordagem interpretativista?.....	59
2.2. Estudo de caso: ocupação da Universidade de Brasília de 2016	59
2.3. Acesso e análise dos dados	63
2.3.1. Acesso de dados.....	63
2.3.2. Análise de dados	76
3. A OCUPAÇÃO DA UNB DE 2016.....	78
3.1. A ocupação da UnB de 2016	78
3.2. As diferentes percepções sobre a ocupação da UnB de 2016 e seus resultados 81	
3.4.1. Mídia nacional e local.....	81
3.4.2. Juristas no Distrito Federal	85
3.2.3. Reitorias da UnB e Ministério da Educação	98
3.2.4. Professores e Associação de Docentes da UnB.....	110
3.2.5. Estudantes da UnB.....	116
4. DISPUTAS E RESULTADOS DA OCUPAÇÃO DA UNB DE 2016	134
4.1. Como os atores justificam a escolha da estratégia?.....	134
4.2. Quais foram os resultados percebidos pelos atores?.....	146
4.3. Como o movimento ressignifica seu repertório de estratégias?	151
E DEPOIS DAS OCUPAÇÕES? Considerações finais e agenda de pesquisa	154

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXO I - Notícias	172
ANEXO II – Convites, termo de autorização, roteiro e questionários	178
ANEXO III - Entrevistas	182
ANEXO IV - Nuvens de palavras	232
ANEXO V – Demandas internas específicas dos estudantes em 2016 (por prédio)	235

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta disputas de interpretação sobre os resultados da ocupação/invasão da Universidade de Brasília 2016. Partindo da recomendação de realizar um estudo de caso (MISCHE, 1997; TAVARES e VELOSO, 2016; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016) em uma abordagem interpretativista (YANOW e SCHWARTZ-SHEA, 2006) e utilizando uma metodologia multimétodos para triangulação dos dados (análise textual de mídia, redes sociais e processos judiciais; observação participante; grupos focais; entrevistas), buscou-se averiguar, para além do sucesso/fracasso da performance, como os atores perceberam a estratégia mobilizada e os seus efeitos e, com base nisso, como o movimento reconfigurou o seu repertório de estratégia.

As teorias sobre resultados de protestos são escassas e pouco desenvolvidas (GAMSON, 1990 e 2014; GOODEWIN e JASPER, 2015; KUMAR, 2011; DIANI e DELLA PORTA, 2006; UBA E ROMANOS, 2016; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016). A dificuldade consiste em atribuir mudanças sociais a uma ou a um conjunto de ações coletivas. Deveras, trata-se de operação complexa, que envolve muitas variáveis pouco objetivas, delimitáveis ou mensuráveis.

Não obstante, a literatura é unânime no sentido de que movimentos sociais causam efeitos políticos, estruturais, culturais e pessoais, positivos e negativos, diretos e indiretos, no curto e principalmente no médio ou longo prazo. Parte da literatura faz uma análise estática dos resultados e classificam as performances em casos de sucesso ou fracasso ou variações disso (GAMSON, 1990, 2014; TATAGIBA, 2008). Outra parte realiza uma análise dinâmica e busca entender como os movimentos podem e provocam mudanças, como os diferentes resultados se desdobram ao longo do tempo e como performances moldam a maneira pela qual as pessoas reutilizam essas estratégias (TILLY, 2008; BOSI, GIUNGI e UBA, 2016; GUPTA, 2009 *apud* TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016).

Esta pesquisa se propôs a utilizar ambos os modelos de análise de resultados, escolhendo-se o caso da UnB, uma das milhares instituições de ensino ocupadas/invasadas entre o final de 2015 e o final de 2016, fenômeno que ficou conhecido por “primavera estudantil”. Embora a onda de ocupações/invasões tenha sido iniciada por alunos secundaristas, de escolas do Ensino Médio, com pautas locais sobre organização, gestão e currículo escolar, a estratégia se difundiu pelo país

alcançando universidades e abrangendo pautas nacionais, sobretudo três medidas legislativas propostas no governo do então Presidente Michel Temer, empossado após o impeachment de Dilma Rousseff: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241 na Câmara dos Deputados e n. 55 no Senado Federal, conhecida como PEC do Teto dos Gastos ou PEC da Morte, que visava limitar o gasto público, podendo não alcançar o mínimo constitucional destinado à educação; a Medida Provisória n. 746/2016, que previa a Reforma do Ensino Médio e visava, principalmente, flexibilizar o currículo para se ajustar à realidade do mercado de trabalho; e o Programa Escola Sem Partido, apresentado pela primeira vez em 2014, por meio dos Projetos de Lei na Câmara dos Deputados n. 7180 e 7181, que visava coibir professores pela “doutrinação” política, religiosa e ideológica de alunos.

O caso da UnB foi escolhido pelo seu potencial de contribuir para o debate teórico por três motivos. O primeiro é a diversidade na utilização da estratégia: dezessete prédios foram ocupados/invadidos com demandas e dinâmicas muito diferentes, o que sugere uma inovação da estratégia utilizada (TILLY, 2008). O segundo é a localização da Universidade, a seis quilômetros do Congresso Nacional, o que facilitou a presença, a comunicação e a participação dos atores em interações disruptivas e institucionais, aumentando a probabilidade de mudança na estrutura de oportunidades (TILLY, 2008; TATAGIBA, 2014). O terceiro é histórico da instituição, tendo sido idealizada para a transformação política e participado de vários ciclos nacionais e locais de manifestação, o que possibilitaria a comparação entre performances e a análise de resultados incrementais (GAMSON, 2011; GUPTA, 2009 *apud* TATAGIBA e FERREIRA, 2016).

As análises estática e dinâmica dos resultados desse caso foram feitas com base na opinião dos atores envolvidos (não apenas de alunos, mas também professores, administradores, juristas), que, por meio da conversação, organizaram informações obtidas na mídia, na experiência compartilhada e na cultura em enquadramentos que formaram a consciência política e motivaram a ação coletiva (GAMSON, 2011). Partiu-se do pressuposto de que fenômenos como resultados de ocupações/invasões não são encontrados, mas construídos e interpretados, o que varia conforme cada indivíduo e cada contexto social que o insere (SCHWARTZ-SHEA, 2006). Outrossim, ainda que se pudesse encontrar resultados dessa estratégia, isso diria pouco ao que se deseja saber neste estudo: o que o movimento faz ou intenciona fazer a partir do que entende ser um resultado.

Nessa perspectiva, os dados foram acessados por meio da leitura de 181 matérias jornalísticas online de três portais de notícias, um institucional (Secom/UnB), um local (CorreioWeb) e um nacional (G1); de postagens de 24 páginas no *Facebook*; e de três processos judiciais e um procedimento no Ministério Público. Ainda, foi feita observação participante em oito ocasiões e foram realizados seis grupos focais e nove entrevistas. O tempo total de pesquisa foi de dezenove meses, de 31 de outubro de 2016 a 31 de maio de 2018, entendido como suficiente para averiguar resultados diretos e indiretos e para que as fontes e a memória sobre o acontecimento não se perdessem, inclusive considerando a alta rotatividade dos estudantes na universidade (BRINGEL, 2009; GAMSON, 1990). A análise das informações foi realizada por meio de imersão multissituada (MARCUS, 1995) e descrição densa (JACKSON, 2006), visando obter, por meio de dez categorias, padrões e conexões discursivos para responder às perguntas propostas.

O objetivo geral foi destrinchado em três objetivos específicos. Primeiro, intentou-se compreender melhor a estratégia escolhida pelo movimento para verificar se ela influenciaria os resultados da performance. Ora, uma coletividade apenas atua de uma determinada maneira em um determinado contexto se essa maneira nesse contexto pode trazer mais benefícios que custos do que outra maneira ou do que a inércia (MEYER, 2015). Três lógicas embasam essa decisão (a lógica dos números, a lógica dos danos e a lógica do testemunho, segundo Diani e DellaPorta, 2006), cabendo verificar a ocorrência de uma ou de mais de uma delas.

Outrossim, trata-se de uma estratégia complexa: por um lado, ela tem elevados custos físicos, psicológicos e sociais e baixa aceitação pública, embora muito utilizada pelos movimentos sociais; por outro lado, tem elevado potencial de formação de enquadramentos da ação coletiva e requisitos para a difusão (PALACIOS-VALLADARES, 2016; IDD/UFMG, 2018). Por isso, foi importante contextualizar essa decisão no caso concreto. Embora a estratégia tenha sido utilizada quinze vezes nos últimos dez anos da UnB, foi uma das últimas universidades a ser ocupada/invadida, cabendo investigar também a estrutura de oportunidades e as interações naquele momento (TILLY, 2008).

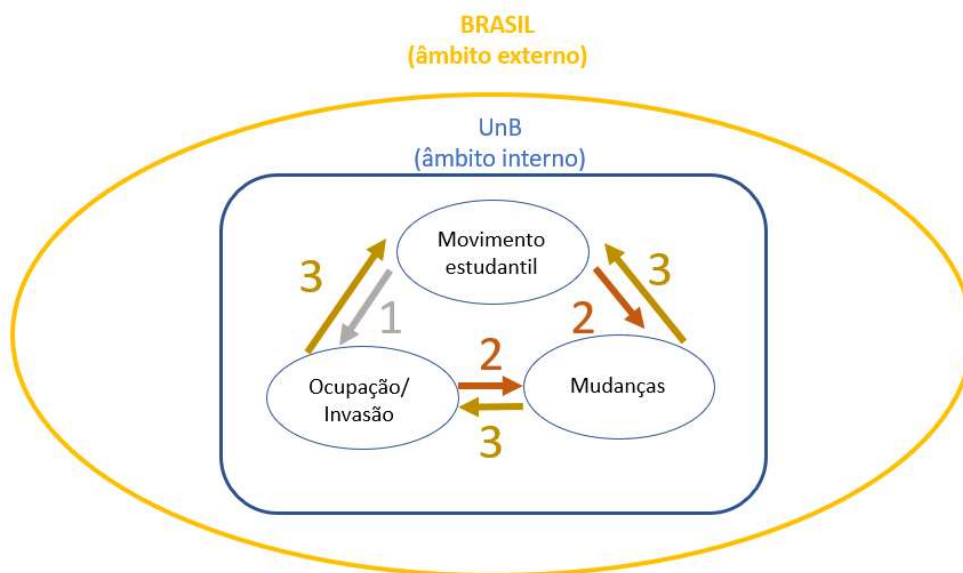
Depois, foram analisados os resultados percebidos por cada tipo de ator envolvido e quais os principais argumentos que utilizaram para embasar suas opiniões. A fim de sistematizar as informações obtidas e encontrar padrões, os resultados mencionados foram divididos segundo as variáveis de análise estática de resultado de

Gamson (1990, 2014), podendo ser subjetivos, se relativos à legitimidade e autonomia do movimento, ou objetivos, se relativo à sua pauta. Estes, por sua vez, foram classificados quanto aos benefícios trazidos ao movimento, podendo ser positivos se vantajosos ou negativos se desvantajosos; ao âmbito de ocorrência do resultado, se internos ou externos à UnB; e à intencionalidade do resultado, se diretos, quando demandados expressamente pelo movimento e observados no curto prazo, ou indiretos, quando não demandados expressamente pelo movimento e observados no médio prazo (MEYER, 2015; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016).

Por fim, tentou-se averiguar como as diferentes interpretações sobre uma campanha ou performance impactaram sobre o repertório de estratégias desse movimento, limitando ou ampliando suas opções de ação coletiva (TILLY, 2008).

Em suma, este trabalho consiste em responder a três perguntas: 1) por que os estudantes universitários de Brasília escolheram a ocupação/invasão como estratégia em 2016; 2) quais foram os resultados percebidos pelos atores; e 3) como o movimento, a partir das interpretações sobre resultados, ressignifica o repertório de estratégias do movimento. A figura abaixo ilustra esse caminho da pesquisa:

Figura 1 – Perguntas da pesquisa



Fonte: elaboração própria.

Ressalva-se que, como análise de resultados de protestos em abordagem interpretativista, não se almeja identificar, mensurar e prospectar a causalidade em

processos sociais, mas descrever como a causalidade de um processo social foi construída e articulada num determinado contexto por diferentes atores. O estudo de caso, portanto, traz correlações específicas e subjetivas, intermediadas por outros atores, e não gerais e objetivas.

Ainda, merece nota o termo usado no título no trabalho: “ocupação/invasão”. Embora “ocupação” seja a categoria analítica utilizada na literatura de movimentos sociais para se referir à estratégia de ação coletiva que se estuda aqui, no campo ele representa uma posição política sobre o fenômeno, que difere da posição política representada pela categoria “invasão”. Assim, quem usa o termo “ocupação” conceitua o fenômeno social como uma forma legal de manifestação política realizada por atores legítimos justificados por demandas válidas. Já quem usa o termo “invasão” conceitua o mesmo fenômeno social como uma forma ilegal de manifestação política realizada por atores ilegítimos não justificados por suas demandas, pois inválidas.

O título do trabalho incluiu ambos haja vista uma preocupação pessoal de que fosse um material útil não somente à academia, mas ao ativismo estudantil, independentemente da posição política. O que se intenta com isso é o oferecimento de ferramentas teóricas e práticas para qualificar a análise sobre protestos e avançar no debate sobre esse tema, que tem sido difícil tanto na academia como no cotidiano, sobretudo nos tempos atuais de intensa polarização política.

Nada obstante isso, seria muito difícil conjugar e concordar o termo “ocupação/invasão” pelas próximas páginas. Assim, pede-se licença para utilizar, de agora em diante, apenas ocupação, sem aspas, pois é o termo consolidado na teoria e mais recentemente na mídia, importante critério para a bibliografia utilizada. Reitera-se, porém, que não há com isso qualquer valoração pessoal *a priori* sobre esse fenômeno.

Aliás, para deixar claro o ponto de partida da pesquisa que é individual e por isso permito-me utilizar a primeira pessoa, friso que não sou e nunca fui militante do movimento estudado. Mesmo tendo assistido as quinze ocupações que ocorreram na universidade desde 2008, até terminar este trabalho não tinha opinião sobre essa estratégia de ação coletiva. Este também não era meu principal tema de pesquisa e foi, teórica e empiricamente, uma aventura: cada entrevista, cada leitura, cada experiência em campo me convencia em um sentido diferente.

Contudo, o que achei que seria um desvirtuamento do caminho acadêmico era, afinal, o próprio caminho, desvirtuado por essência. Como afirma Peirano (2014), o objetivo fundamental da pesquisa é:

o despertar de realidades/agências desconhecidas no senso comum, especialmente no senso comum acadêmico. É este contraste, estas surpresas sempre à espreita dos pesquisadores, este destemor em explorar o mundo em que vivemos, o colocar-se em perspectiva, a negação de demarcação de fronteiras intelectuais, a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar nossa própria cosmologia (PEIRANO, 2014, p. 382).

Este trabalho é esse caminho desvirtuado em palavras e convido a todos a trilhá-lo com o mesmo intuito exploratório, a despeito de eventuais concepções.

Não me furto, com isso, de atentar aos efeitos da própria produção científica sobre o contexto em que o pesquisador atua. Não advogo a neutralidade e a objetividade do estudo. Ao contrário, afirmo a subjetividade a partir da abordagem interpretativista com base na qual o trabalho foi construído. Apesar da dificuldade científica de lidar com isso, essa opção foi feita para ampliar a compreensão do fenômeno a partir de diferentes pontos de vista e ressaltar elementos comuns que viabilizem o diálogo.

Dito isso e voltando a formalidade, apresenta-se este trabalho, que foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, é feito um breve resgate da trajetória mais recente do movimento estudantil no mundo (GILL e DEFRONZO, 2009; KUMAR, 2011; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013; FERRARO e DAL RI, 2014; GUHN, 1997, 2015 e 2017; UBA, 2016; PALACIOS-VALLADARES, 2016) e no Brasil (MISCHE, 1997; BRINGEL, 2009; CARDOSO, 2011). Ainda, é contextualizado e classificado o ciclo de ocupações de 2016, especialmente em sua segunda fase, que envolveu as universidades (SANFILIPPO, 2016; SILVA, 2015; BALDINO e FREITAS, 2016; TAVARES e VELOSO, 2016; CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016; TOMAZ, 2017; RÊDES e NUNES, 2017).

Após, são apresentadas as hipóteses dentro da teoria dos movimentos sociais que poderiam justificar a ação coletiva a escolha e a difusão de estratégia, testadas neste trabalho. Especialmente, são citadas as lógicas de ação coletiva (DIANI e DELLAPORTA, 2006), os enquadramentos de consciência política (GAMSON, 2011; MEYER, 2015) e as limitações da estrutura de oportunidades e da estratégia mobilizada (TILLY, 2008; PALACIOS-VALLADARES, 2016) Por fim, são apresentados os diversos estudos sobre resultados de protestos, com seus limites e

possibilidades (GAMSON, 1990 e 2014; GOODEWIN e JASPER, 2015; KUMAR, 2011; DIANI e DELLA PORTA, 2006; UBA E ROMANOS, 2016; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016; GOHN, 2017; CARDOSO, 2011; SANFILIPPO, 2016; SILVA, 2015; BALDINO e FREITAS, 2016; TAVARES e VELOSO, 2016; CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016; TOMAZ, 2017; RÊDES e NUNES, 2017).

No segundo capítulo, apresenta-se o desenho metodológico deste trabalho: a abordagem interpretativista e o estudo do caso (SCHWARTZ-SHEA, 2006). Ainda são descritas todas as fontes (jornais, *Facebook*, processos jurídicos, reuniões e audiências públicas) e como foram acessadas (leitura, entrevistas, grupos focais, observação participante) e analisadas (imersão multissituada e descrição densa), desenvolvendo-se dez categorias de análise a partir das perguntas de pesquisa e das hipóteses teóricas, quais sejam: experiência anterior com ocupação; como/por que chegaram à ocupação; opinião sobre a estratégia; opinião sobre a legitimidade do movimento; opinião sobre as medidas legislativas contestadas; participação individual na ocupação; participação coletiva (pela categoria) na ocupação; interação institucional; vantagens/ desvantagens da ocupação; aprendizados.

No terceiro capítulo, são apresentadas as diferentes percepções dos atores, nas dez categorias de análise. Não apenas o ponto de vista dos ocupantes foi investigado, mas também outros atores que tiveram influência na produção e interpretação dos resultados, como outros alunos não ocupantes e/ou contrários às ocupações, professores, administradores, juristas e a mídia. No quarto e último capítulo, essas opiniões foram analisadas conjuntamente na tentativa de responder às perguntas propostas. Ao final, apontam-se os avanços e os obstáculos deste estudo, sugerindo-se reflexões aos atores envolvidos e uma agenda de pesquisa.

Apesar de focar na opinião dos principais atores envolvidos e nas características da estratégia mobilizada pelos estudantes, o contexto nacional de crise política e de ocupações estudantis no país foram fatores estruturais fundamentais para a análise, bem como o contexto local das interações entre alunos, gestões da Reitoria e do Diretório Central dos Estudantes e atores de justiça de âmbito federal no Distrito Federal. Outrossim, a possibilidade de comparar o acontecimento de 2016 com outras ocupações locais ocorridas em 2017 e 2018 foi essencial para estudar efeitos indiretos e de médio prazo e resultados incrementais.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para a teoria dos movimentos sociais, na medida em que reflete, a partir da abordagem interpretativista, sobre os resultados de protestos estudantis e sobre o papel político da educação.

1. OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Palacios-Valladares (2016), “ocupações, também nomeadas protestos ou acampamentos, são caracterizados por entrada não autorizada e posse forçada em um espaço público ou privado por um determinado período com o objetivo de desafiar o poder ou provocar mudança social, política e/ou cultural” (PALACIOS-VALLADARES, 2016, p. 152). A autora complementa que são uma forma de “coerção ou persuasão estratégicos através dos quais os movimentos sociais (MS) perseguem seus objetivos em relação a outros atores estratégicos” (*idem*, p. 152).

Ocupações são, portanto, uma das várias e crescentes formas de protestos, assim como assinatura de petições, boicotes, loteamentos, bloqueio de tráfego, greves, entre outras (DIANI e DELLA PORTA, 2006). O que elas têm em comum, segundo Diani e Della Porta (2006), é que todas são maneiras não rotineiras ou convencionais de influenciar, por meio da persuasão ou coação, interesses e processos políticos, sociais e culturais. Citando Taylor e Van Dyke (2004), os autores adicionam: protestos são “locais de contestação em que corpos, símbolos, identidades, práticas e discursos são usados para perseguir ou prevenir mudanças nas relações de poder institucionalizadas” (TAYLOR e VAN DYKE, 2004 *apud* DIANI e DELLA PORTA, 2006, p. 165).

Diani e Della Porta (2006) afirmam que essas formas aumentaram em quantidade e legitimidade desde a década de 1960, juntamente com a diminuição da violência potencial e real, pelo menos nas democracias ocidentais. Ressaltam também a globalização como característica dos protestos. Transformações na distribuição de poder em nível nacional e internacional e na estrutura das comunicações de massa refletiram-se no desenvolvimento de novos atores e estratégias, ultrapassando as fronteiras entre países, como as mobilizações transnacionais pela internet.

Nesse contexto, o protesto se firma como um recurso político do impotente (LIPSKY, 1968), mobilizado por um tempo limitado e com algum grau de disrupção por uma coletividade que demanda entrada de si e/ou de uma determinada pauta na arena política. O resultado desse tipo de ação, portanto, depende de uma variável subjetiva, de reconhecimento da agência nesse espaço, e de uma variável objetiva, de visibilidade, inclusão e encaminhamento de sua pauta na agenda política.

Especificamente, ocupação não é uma estratégia nova. Apesar de ter aparecido como novidade, sobretudo pelo fato de ter sido mobilizada por adolescentes, pode-se

pensar que seu surgimento se deu, inclusive, junto com o conceito de propriedade. Mas, no Brasil, como recurso de movimentos sociais, veio a ficar mais conhecida como estratégia mobilizada em terras públicas ou particulares pelos trabalhadores rurais a partir da reforma agrária dos anos 1970, reivindicando direito à moradia e à produção familiar, ou por povos tradicionais, indígenas e quilombolas, reivindicando a própria existência. Apenas a partir de 1997 que tem sido utilizado em prédios públicos e privados pelos trabalhadores urbanos da periferia e moradores de rua, reivindicando direito à moradia (TRINDADE, 2015).

Pelos estudantes, embora o primeiro registro no país seja de 1968¹, a ocupação passou a ser mais utilizada mundialmente a partir do ano 2000 (KUMAR, 2011; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013; FERRARO e DAL RI, 2014; GUHN, 2015). Bringel (2009) atribui isso ao fato de o movimento estudantil, por meio das ocupações, conseguirem articular “as reivindicações internas com questões externas, de maior alcance, como as políticas educativas de um governo ou temas da política local, nacional ou global”, adquirindo maior grau de protagonismo em nível societário.

Porém, embora seja uma das formas de protesto mais utilizadas pelos movimentos sociais², a ocupação tem alto custo e risco e é uma das menos aceitas pela sociedade. No recente *survey*³ “A Cara da Democracia”, realizado pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Universidade Federal de Minas Gerais, com 2500

¹ Tem-se registro da ocupação da Universidade de São Paulo (USP) de julho a outubro de 1968, quando os alunos passaram a cobrar pedágio na passagem de pedestres na rua do *campus*, Maria Antônia, para custear o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), fato que incitou reação violenta dos alunos da Universidade Mackenzie, o que ficou conhecido como a Batalha da Maria Antônia. O conflito terminou com o assassinato de um secundarista por um militante do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o prédio USP incendiado. Os cursos de lá foram transferidos para o *campus* Armando de Salles Oliveira, no bairro do Butantã, o que desagregou o núcleo do movimento estudantil e outros movimentos que eram recepcionados por ele contra a ditadura militar. A restauração do prédio foi concluída em 1993 e hoje abriga o espaço cultural Centro Universitário Maria Antônia, que é dedicado a discussões e a novas experiências em cultura, arte e direitos humanos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_da_Maria_Ant%C3%B4nia. Acesso em: 18 jul 2017.

² Informação produzida por Luciana Ferreira Tatagiba em pesquisa ainda em andamento, citada na palestra “Caminhos cruzados da democracia brasileira”, proferida em 14 de agosto de 2018, no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Em seu estudo empírico, ocupação aparece como a terceira estratégia mais utilizada pelos movimentos sociais.

³ No primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os municípios através do método PPT (probabilidade proporcional ao tamanho) tomando como base o número de eleitores de cada município. A amostra foi estratificada pelos estados brasileiros. Foram selecionados 179 municípios. No segundo estágio, foram selecionados aleatoriamente os setores censitários dentro de cada município. No terceiro estágio, a seleção do entrevistado dentro de cada domicílio. Esta seleção foi feita através de cotas de sexo, idade, escolaridade e de renda familiar. A pesquisa tem intervalo de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais.

brasileiros maiores de 16 anos de 179 municípios de todos os estados do país, entre 15 e 23 de março de 2018, a ocupação é a forma de protesto menos aceita e feita pela população:

Tabela 1 – Formas de protesto que a sociedade já fez ou faria

Formas de protesto	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
Participar de boicotes	2,2	11,2	82,8	3,3	0,6
Participa de manifestações autorizadas	7,6	30,2	58,8	2,9	0,5
Participar de greves não autorizadas por sindicatos	2,9	15,7	76,7	4,1	0,6
Participar de manifestações de protestos não autorizadas	2,3	14,6	78,4	4,3	0,5
Bloquear o trânsito	2	7,6	87,3	2,6	0,5
Ocupar prédios, fábricas, terrenos, escolas	0,9	5,1	90,9	2,4	0,6

Fonte: IDD/UFMG, 2018.

A repercussão dos protestos sobre a opinião pública, que é mediada pela mídia e, mais recentemente, pelas redes sociais virtuais, importa porque pressiona o poder público na tomada de decisões sobre políticas públicas e influencia eleições e definição de cargos. Quando isso acontece, os manifestantes ganham força política e sua pauta ganha destaque na agenda política.

A teoria dos movimentos sociais ajuda a compreender esse fenômeno social, na medida em que possui ferramentas para identificar e analisar atores e pautas, o processo que motiva a ação coletiva e as condições que determinam os seus resultados (DELLA PORTA e DIANI, 2006). É o que será detalhado nos próximos subcapítulos.

1.1. Os estudantes e a pauta educacional

Gohn (1997), a partir de Klandermans e Tarrow (1988), classifica o movimento estudantil (ME) como um novo movimento social (MS)⁴, junto com os movimentos feminista, ambientalista e pacifista, pelos seguintes elementos:

...seus valores, usualmente antimodernistas; suas formas de ação, com o uso intensivo de formas não-convencionais; sua constituição, com grupos predispostos a participar porque são marginalizados pelo *status quo* vigente

⁴ Serão utilizados neste trabalho três conceitos de movimentos sociais: 1) grupo que demonstre publicamente valor, unidade e comprometimento e que tenha um repertório de estratégias utilizado em campanhas (TILLY, 2008); 2) processo social composto por três mecanismos pelos quais atores engajam ações coletivas: envolvimento numa relação conflituosa com oponentes claramente identificados, ligação por uma densa e informal rede e compartilhamento de uma identidade coletiva diferente (DELLA PORTA e DIANI, 2006); e 3) acontecimento, agentes e estruturas que mobilizam um devir transformador e possibilitam a contínua (re)construção da realidade, a ligação entre passado e o futuro (MENDONÇA, 2008).

ou porque se tornaram sensíveis aos resultados sociais da modernização capitalista; suas novas aspirações e a satisfação de necessidades postas em risco pelas exigências da burocratização e aumento da industrialização, levando à perda de laços tradicionais e das estruturas de lealdade existentes (GOHN, 1997, p. 82).

Não obstante alguns autores tenham questionado a estabilidade e a autonomia dos MEs em comparação com outros MS⁵, sua importância aumentou nas últimas duas décadas. Podem ser citados, como exemplos, a greve dos estudantes da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), em 1999; os protestos contra a reforma escolar (Comuna de Oxaca), no México, em 2006; a insurgência da juventude francesa contra *le contrat premiere embauchet*, em 2006; a “Revolta dos Pinguins” no Chile, em 2006; os protestos italianos contra a Reforma Gelmini que previu cortes para a educação, em 2008; as manifestações na Grécia, que culminaram a morte do estudante sindicalista Aléxandros Grigorópulos, em 2008; a Primavera Árabe, na Praça da Libertação do Cairo, Egito, em 2010; os protestos estudantis na Inglaterra contra o maior aumento das taxas universitárias que diminuíram os votos favoráveis ao Partido Democrata Liberal, em 2010; os Indignados, na Plaza del Sol de Madri, Espanha, em 2011; e os protestos contra o desaparecimento de 43 estudantes da escola normal rural de Ayotzinapa no sul do México, em 2014 (KUMAR, 2011; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013; FERRARO e DAL RI, 2014; GUHN, 2015).

No Brasil, um pouco antes, em 1990, os estudantes tiveram destaque nos protestos de rua conhecido como “caras pintadas”⁶, exigindo o *impeachment* do então presidente, Fernando Collor, o que Mische (1997) atribui à mudança do enquadramento identitário do ME.

De fato, com o desmantelamento ditatorial do movimento estudantil e das universidades como centro da vida cultural e política juvenil, ser jovem deixou de ser equivalente a ser estudante. Além disso, o rejuvenescimento do mercado de trabalho, o aumento das oportunidades de estudo, a penetração dos meios de comunicação de

⁵ Bringel (2009), por exemplo, afirma que os MEs manifestam-se de acordo com dinâmicas cíclicas e se retroalimentam de outros MS, possuem objetivo específico de curto prazo; organização pendular e variável; composição social constituída principalmente por setores das classes médias; amplo espectro ideológico; e demandas predominantemente corporativista, visando o futuro profissional. Tanto ele como Ferraro e Dal Ri (2014) sugerem que sejam estudados como categoria específica, e não como MS, embora haja uma aproximação de ambos em contextos neoliberais. Essa visão, porém, não é majoritária na literatura.

⁶ O nome "caras-pintadas" referiu-se à principal forma de expressão e símbolo do movimento: as cores verde e amarelo pintadas no rosto dos manifestantes. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caras-pintadas>. Acesso em: 3 fev. 2017.

massa, a difusão do sistema crediário e o processo de democratização também contribuíram para deslocar o jovem para fora das universidades. Esse contexto incentivou formas alternativas de militância, por meio de partidos políticos, movimentos populares, sindicais e antidiscriminatórios, organizações não governamentais, associações profissionais. Os jovens, antes estudantes, se tornaram cidadãos (MISCHE, 1997, p. 144).

A autora resolve, assim, uma aparente apatia atribuída aos jovens após o período ditatorial. Segundo ela, o fato de terem testemunhado as crises e escândalos recorrentes do retorno ao governo civil, junto com as contradições dos discursos e formalismos democráticos (incluindo uma nova Constituição) ao lado dos vestígios de autoritarismo, fez com que os jovens tivessem um certo ceticismo sobre a possibilidade de mudanças institucionais e uma tendência à paralisia política, o que, contudo, não ocorreu, como se pôde ver na mobilização de 1992 (*ibidem*) e que não foi repentina, uma vez que já estava sendo articulada nas várias forças políticas desde o final dos anos 1980, possibilitando a ponte entre o movimento social tradicional, os projetos da esquerda e as experiências dispersas da geração (*idem*, p. 145-6).

Em 2008, ocorreu o primeiro ciclo de ocupações em algumas universidades brasileiras, exigindo, em âmbito local, a transparência e a democratização da gestão, com eleições diretas e paritárias, e a defesa da universidade autônoma, pública e de qualidade. Porém, de forma muito mais intensa foram as ocupações estudantis em 2016.

Para qualificar essa mobilização, convém mencionar a definição e a sistematização de Gill e DeFronzo (2009) dos movimentos estudantis no mundo, que considera as ações bem-sucedidas dos últimos anos e a tendência comprovada de jovens ativistas desempenharem papéis políticos relevantes em revoluções sociais. Para ilustrar, citam grandes líderes revolucionários que começaram a formular ideologias e relacionamentos ainda como estudantes, como Fidel Castro (Cuba), Carlos Fonseca (Nicarágua), Mao Tse Tung (China) e Chris Hani (África do Sul).

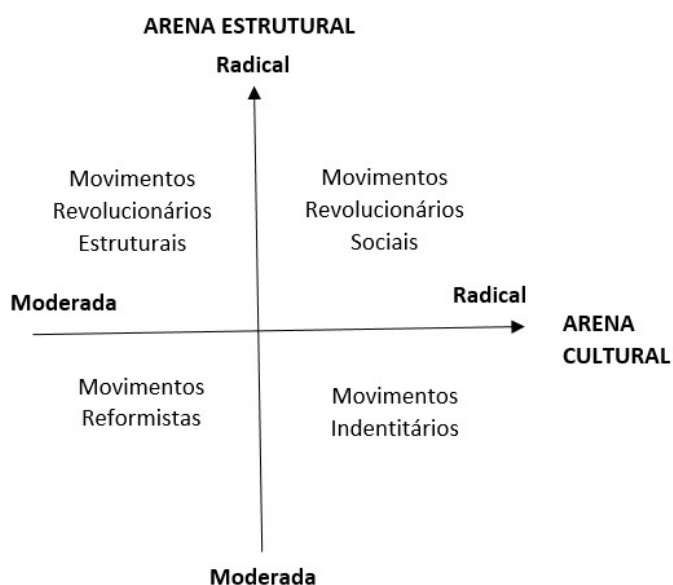
Os autores conceituam movimentos estudantis como “esforço relativamente organizado por parte de um grande número de alunos para trazer ou impedir mudanças políticas, pessoais, estruturais ou culturais, por meio de ações institucionalizadas e/ou não institucionalizadas” (*idem*, p. 208, tradução própria). Afirmam que a idade não é fator determinante para a participação política, mas a inserção em um ambiente

educacional, que oferece conhecimento e ferramentas para refletir e desenvolver ideias.

Porém, ponderam que a existência, o caráter e a influência dos movimentos estudantis são determinados por fatores de duas arenas: uma estrutural e outra cultural. A primeira diz respeito aos sistemas político e econômico de uma sociedade, que pode vir a impedir a efetivação de direitos humanos. A segunda se refere às políticas definidas nesses sistemas e aos valores compartilhados por uma sociedade, relacionados a fatores como raça, gênero, nacionalidade, religião. As demandas dos movimentos estudantis podem variar em cada uma dessas arenas em um grau que varia entre moderado e radical.

Assim, há quatro extremos nesse espectro: 1) o radicalismo estrutural, que almeja uma mudança estrutural brusca, como a substituição do sistema político existente por um novo; 2) a moderação estrutural, que busca uma mudança estrutural de forma mais branda; 3) o radicalismo cultural, que visa a alteração de significado da cultura dominante, com a reformulação da identidade pública de um grupo e possivelmente de aspectos das identidades pessoais dos membros do grupo, através da adoção de um novo conjunto de valores e normas; e 4) a moderação cultural, que envolve novas ênfases ou interpretações de valores da cultura dominante ou tentativas de alinhar políticas ou a estrutura das instituições com valores culturais. Essas arenas e essas gradações configuram quatro tipos de movimentos estudantis:

Figura 2 – Tipos de movimentos estudantis



Fonte: Gill e DeFronzo (2009, p. 210).

Ainda, os autores reforçam que esse quadro pode ocorrer em dois âmbitos, de acordo com a fonte da condição estrutural ou cultural que provoca um movimento de oposição estudantil. Nesse sentido, pode ser interna à sociedade, como o próprio governo; externa, como um governo estrangeiro ou uma entidade econômica; ou ambos, quando alguma instituição interna atende a interesse externo.

No Brasil, há que se diferenciar as duas fases das ocupações estudantis de 2016. A primeira começou um pouco antes da virada do ano, em novembro de 2015, e foi mobilizada exclusivamente por alunos do Ensino Médio (secundaristas), inspirados no movimento chileno de 2006, com demandas locais relativas ao conteúdo de ensino e à gestão democrática da escola, envolvendo a comunidade (pais e professores) contra decisões governamentais autoritárias tomadas sem diálogo prévio com a sociedade. A título de exemplo e tendo em vista que influenciaram as demais ocupações, inclusive da segunda fase, vale mencionar os primeiros caso da primeira fase.

Em São Paulo, em 23/09/2015, foi anunciado projeto de reestruturação da rede escolar no estado de SP, com a previsão de fechamento de 93 escolas a serem fechadas, afetando 311 mil alunos e 74 mil professores. Em 09/11/2015, a Escola Estadual Diadema, no ABC, foi ocupada, e, no dia seguinte, a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, na Zona Oeste, também. Em 13/11/2015, a 2ª instância do Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu o pedido governamental de reintegração de posse, mantendo as ocupações haja vista a falta de diálogo com a sociedade. No dia seguinte, o governo estadual determinou o dia “Dia E”, para sanar as dúvidas sobre o programa. No dia 03/12/2015, o Ministério Público e a Defensoria Pública de São Paulo entraram com ação civil pública pedindo a suspensão do projeto, o que ocorreu no dia seguinte, com a exoneração do Secretário de Educação e a pior marca de popularidade do governador (Alckmin, PSDB). O ano seguinte começou com a apuração do Ministério Público e da Polícia Civil estaduais de superfaturamento de contratos e fraudes na merenda escolar.

Em Goiás, em 14/10/2015, o Governador Marconi Perillo (PSDB/GO) assinou decreto sobre programa de transferência da gestão de escolas a organizações sociais. Em 09/12/2015, o Colégio Estadual José Carlos de Almeida, inativo desde 2014, foi ocupado, iniciando as mobilizações naquele estado, que perduraram todo o ano de 2016 e em 02/01/2017, o Tribunal de Justiça do Goiás suspendeu o referido programa.

Já no Rio de Janeiro, a primeira ocupação ocorreu em 21/03/2016 no colégio estadual Prefeito Mendes de Moraes, na Ilha do Governador, na Zona Norte da cidade

do Rio de Janeiro, em meio à greve dos professores, em que reclamavam dos cortes à educação pelo governador Pezão (PSDB) e demandavam reajuste dos salários, pagamentos em dia e a não aprovação da lei que visava aumentar a contribuição dos servidores públicos à Previdência de 11% ao 14%. Além de apoiarem os professores, os alunos pediam melhorias nas estruturas das escolas, na prova estadual realizada, entre outros.

A segunda fase iniciou em junho de 2016 e incluiu na mobilização os alunos universitários. Inspirados nos secundaristas e no caso chileno de 2006, os estudantes do Ensino Superior pleiteavam, além de demandas locais específicas, relativas a acesso e permanência, a não aprovação de medidas legislativas propostas pelo Presidente recém empossado, Michel Temer, ex-Vice de Dilma Rousseff, cujo mandato foi cassado em processo de *impeachment*⁷. O seu discurso, ao assumir o cargo, foi o de “salvar o país, retomar o crescimento, superar a crise, reequilibrar as contas e os programas sociais”, o que acabou afetando diretamente o ensino brasileiro como um todo.

A primeira medida e mais importante foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241, na Câmara dos Deputados, para alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de instituir o Novo Regime Fiscal. A nova regra, com rito de aprovação em dois turnos em cada Casa Legislativa e quórum de 3/5, determinou limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, com o objetivo de conter o aceleramento da despesa pública primária, que teria crescido 51% acima da inflação de 2008 a 2015 enquanto a receita teria crescido apenas 14,5% no

⁷ Dilma Rousseff exercia seu segundo mandato de Presidente da República, o quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT) no cargo mais alto do Poder Executivo. Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), era novamente seu Vice. Antes do final do ano, no dia 2 de dezembro, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, cujo mandato também foi posteriormente cassado em decorrência da Operação Lava Jato (conjunto de investigações feitas Polícia Federal do Brasil, iniciadas em 17 de março de 2014 visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou trilhões de reais em propina), suscitou o impedimento de Dilma por crime de responsabilidade haja vista a suspeita de irregularidades fiscais (chamadas “pedaladas”) e consequente crise financeira e econômica do país. Desde então o país tem vivido a maior crise política desde o fim da ditadura militar. Segundo pesquisa do Ibope em setembro de 2017, Temer é aprovado por apenas 3% da população. Dois anos após e em ano eleitoral, conforme pesquisa realizada pelo IDDC/ UFMG, 47,8% entendem que o *impeachment* foi um golpe, enquanto 43,5% acreditam que tenha sido um processo normal democrático. Os padrões de satisfação dos brasileiros com a democracia são os piores desde 2002 e aumenta o percentual que acha justificável um golpe de Estado por parte dos militares, principalmente em casos de alta corrupção e violência.

mesmo período. O prazo previsto para vigor a alteração foi de vinte exercícios financeiros, tempo entendido como o “necessário para transformar as instituições fiscais por meio de reformas que garantam que a dívida pública permaneça em patamar seguro”. A PEC ficou conhecida como PEC do Teto dos Gastos, também chamada de PEC da Morte⁸. No Senado Federal, a PEC teve o n. 55/2016.

Foram identificadas apenas sete reuniões no Congresso Nacional abertas à sociedade para debatê-la: em 11/10, 25/10, 31/10, 03/11, 08/11, 21/11, 28/11. Na consulta pública realizada pelo do Senado Federal, 23.770 mil pessoas (6,4%) apoiaram e 345.418 (94,6%) não. A PEC foi aprovada da seguinte forma:

Tabela 2 – Votação da PEC n. 241/55/2016

Turno	Data	Votos favoráveis	Votos contrários
Câmara dos Deputados – 1º turno	11/10/2016	366	111
Câmara dos Deputados – 2º turno	26/10/2016	359	116
Senado Federal – 1º turno	29/11/2016	61	14
Senado Federal – 2º turno	13/11/2016	53	16

Fonte: Portais da CD e do SF⁹.

A Emenda Constitucional, com o n. 95, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2016¹⁰. O seu grande impacto na educação se deve ao fato de desobrigar a vinculação da receita a essa área em patamar mínimo para todos os entes federativos, o que existia desde a Constituição Federal (CF) de 1934¹¹ em percentuais progressivos, conforme tabela abaixo:

Quadro 1 – Percentual de vinculação da receita nas Constituições Federais do Brasil

Norma	União	Estados	Municípios
CF 34	10%	20%	10%
CF 46	10%	20%	20%
LDB ¹² /61	12%	20%	20%
EC/83	13%	25%	25%
CF/88	18%	25%	25%

Fonte: BACKES, AZEVEDO e ARAÚJO, 2009.

⁸ Esse último nome foi dado por achar que o número de mortos aumentarão nos hospitais públicos, haja vista a contingência orçamentária.

⁹ Disponíveis respectivamente em: <http://www2.camara.leg.br/> e <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 31 mai. 2018

¹¹ Em alguns momentos, esses percentuais foram flexibilizados por um mecanismo denominado Desvinculação de Receitas da União (DRU), permitindo ao governo federal usar parte desse orçamento em outras áreas prioritárias, na formação de superávit primário ou no pagamento de juros da dívida pública. Foi criado em 1994 com o nome Fundo Social de Emergência (FSE) para estabilização do Real. Em 2000 foi alterado para DRU e prorrogado por diversas vezes. Em 2015 foi proposta PEC (n. 87) visando estender o instrumento novamente até 2023.

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O diagnóstico de escassez de verbas para a educação é unânime. Segundo relatório da OCDE (2018) que compara 34 países em 2017, o Brasil, embora tenha sido um dos países que mais tenha investido proporcionalmente ao PIB em educação, com considerável aumento a partir de 2005 e queda em 2015, ainda possui baixo valor anual médio por aluno¹³.

Por consequência, a EC n. 95/2016 agravaria esse quadro. Pinto *et al* (2016, p. 16) estima-se que em 2024, o percentual mínimo que deveria ser 18% será 10%. Segundo eles:

O grande problema da PEC 241/2016, particularmente no artigo 104 que ela pretende introduzir ao ADCT, é desconhecer a proporcionalidade entre receita e despesa como metodologia instituída no texto da Constituição de 1988, como proteção formal e material (garantia equiparável ao habeas corpus e ao mandado de segurança, por exemplo) dos direitos [...] à educação. Em face do risco de estagnação na rota de conquista progressiva de efetividade do direito à educação, cumpre lembrar mais uma vez retomar o forte reconhecimento do Supremo Tribunal Federal sobre o cabimento do controle judicial para conter arbitrariedades no custeio dos direitos fundamentais [ADPF n. 45/DF].

Outra alteração legislativa proposta por Temer que motivou as ocupações foi a Medida Provisória n. 746/2016, proposta em 23 de setembro de 2016, que previa a Reforma do Ensino Médio. Com força de lei desde sua apresentação, alterou a LDB, e a Lei n. 11.494, de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Em suma, a reforma visava “flexibilizar o currículo atual, excessivamente acadêmico e desconectado da realidade do mercado de trabalho¹⁴, além de melhorar a gestão e valorizar a formação de professores”¹⁵.

¹³ No Brasil, enquanto o valor anual médio por aluno é US\$ 3,8 mil, a média nos outros países é de US\$ 8,7 mil para primeiro ciclo do ensino fundamental e US\$ 10,5 mil para segundo ciclo do ensino fundamental e ensino médio. No ensino superior, porém, o valor gasto pelo Brasil, de US\$ 11,7 mil por aluno no ano, se equipara a países europeus, como Portugal, Estônia e Espanha, mas ainda é inferior à média de US\$ 16,1 mil e alcança poucos jovens (17% da população entre 25 e 34 anos).

¹⁴ Na versão original enviada pelo governo, a MP mudou isso, e retirou do texto as disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia. Ela determinava que somente matemática e português seriam disciplinas obrigatórias ao longo dos três anos, e tornava obrigatório o ensino de inglês como língua estrangeira. Mas, além disso, os demais conteúdos para a etapa obrigatória seriam definidos pela Base Nacional, ainda em debate. Durante a tramitação no Congresso, porém, os parlamentares revisaram parcialmente a retirada da citação direta dessas disciplinas”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁵ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/senado-aprova-mp-do-ensino-medio-e-encaminha-texto-para-sancao-presidencial>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Na Câmara dos Deputados foi aprovada no dia 23/12/2016, com 263 votos favoráveis e 116 contrários, e no Senado Federal foi aprovada no dia 08/02/2017, com 43 votos favoráveis e 13 contrários. A medida foi sancionada no dia 16 de fevereiro de 2016, transformada na Lei n. 13.415, e publicada do Diário Oficial da União (DOU) no dia seguinte¹⁶. No ato, Temer declarou:

Temos enviado propostas que geram saudável polêmica. A polêmica, crítica portanto, gera aperfeiçoamento. Certa e seguramente, algumas modificações feitas pelo Congresso Nacional foram feitas pela sociedade. Acabou, então, saindo uma coisa consensual. [...] Estamos ousando. Quem ousaria fazer um teto para os gastos públicos? Seria muito fácil o presidente chegar e gastar à vontade sem se preocupar com as reformas fundamentais, ou seja com o país no futuro. Não estamos fazendo isso. Propor o teto foi uma ousadia muito bem-sucedida. Agora, a do ensino médio.

Em seu discurso, o ministro da Educação, Mendonça Filho, disse que a MP representa “a mais estrutural mudança na educação pública do Brasil”, que demorou mais de vinte anos para ser implementada: “debate houve; o que não existia na prática era vontade e decisão política de fazer avançar”¹⁷.

No dia 28/09/2016 o PSOL ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade da MP (ADI n. 5.599), cuja relatoria foi distribuída ao Ministro Fachin¹⁸. O então Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à inconstitucionalidade¹⁹.

O Programa Escola Sem Partido foi a terceira proposta de lei que motivou as ocupações em 2016. Embora tenha sido apresentada em 2014, ganhou força em 2016, tendo sido apresentada quase 60 vezes em todo o país. No âmbito federal, há 8 Projetos de Lei referentes ao tema, “doutrinação na escola”, que estão apensados e em fase de tramitação²⁰. São eles:

Exposição de motivos disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁷ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-02/temer-sanciona-lei-que-estabelece-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁸ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326737>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁹ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgt/documentos/adi-5599-reforma-ensino-medio.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

²⁰ No dia 08/05/2018, o Relator, Deputado Federal Flavinho (PSC-SP), do primeiro PL, em Comissão Especial criada para analisar esse tema, proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do principal e apensos, com substitutivo, que “Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender, a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases

Quadro 2 – Projetos de Lei relacionados ao “Programa Escola sem Partido”

Data de apresentação	PL n.	Deputado Federal	Ementa
24/02/2014	7180 e 7181	Erivelton Santana (PSC/BA)	“Altera o art. 3º da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, o que seria uma adaptação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro” e “Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal”
23/03/2015	867	Izalci (PSDB/DF)	Incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido".
10/06/2015	1859	Vários (PRB e PSDB)	“Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).
07/06/2016	5487	Professor Victório Galli - PSC/MT	Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes.
16/08/2016	6005	Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Instituir o programa "Escola livre" em todo o território nacional. O único que diverge dos demais.
25/10/2017	8933	Pastor Eurico PHS/PE	Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais
04/04/2018	9957	Jhonatan de Jesus - PRB/RR	Acrescenta artigo à Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola.

Fonte: elaboração própria com base nas informações do Portal da Câmara dos Deputados²¹.

Em 30/05/2016, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) ajuizou a ADI n. 5.537 contra a Lei 7.800/2016, do estado de Alagoas, baseada no projeto Escola sem Partido, que prevê pena aos professores para a “doutrinação política, religiosa e ideológica” ou “condutas que imponham ou induzam nos alunos opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas” ou incitem “seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas”. A relatoria foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso, que proferiu

da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à *ideologia de gênero no âmbito escolar*”. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1657686&filename=Parecer-PL718014-08-05-2018. Acesso em: 31 mai. 2018.

²¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

decisão monocrática suspendendo a integralidade da Lei até que a Ação fosse julgada em Plenário. Na decisão, o ministro afirmou a ausência de competência do estado para legislar sobre a matéria de âmbito nacional (LDB) e a ausência de critérios na norma para definir “doutrinação”, gerando:

... risco de aplicação seletiva e parcial das normas, por meio da qual será possível imputar todo tipo de infrações aos professores que não partilhem da visão dominante em uma determinada escola ou que sejam menos simpáticos à sua direção. Como muito bem observado por Elie Wiesel: “A neutralidade favorece o opressor, nunca a vítima. O silêncio encoraja o assédio, nunca o assediado”.

Embora tenha havido, a partir da assunção de Temer, várias outras ações legislativas e executivas que reduziram significativa a autonomia escolar, por meio de cortes orçamentários, interferência na escolha de seus dirigentes, subordinação da pasta a outros assuntos, determinação do conteúdo e dos métodos de ensino e pesquisa voltada à produção e incentivos à privatização²², as três mencionadas foram as mais citadas pelos estudantes como motivação das ocupações na segunda fase do ciclo de 2016, no qual este estudo se concentra.

Dentre as Instituições de Ensino Superior (IES), a Universidade de São Paulo foi a primeira a ser ocupada, em junho de 2016. Quatro meses depois, sem contar os protestos, piquetes e outras manifestações promovidas por jovens estudantes em todo o país²³, já haviam sido contabilizadas mais 139 IES ocupadas, além de mil escolas ou Instituições de Ensino Médio (IEM), distribuídas no país conforme figura abaixo:

²² Em maio de 2016, Ministro da Educação suspendeu a abertura de novas vagas do Pronatec, ProUni e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); em outubro de 2016, Temer propôs, após a fusão por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério das Comunicações, as modificações relativas à estrutura e à carreira dos servidores desses órgãos, subordinando Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Agência Espacial Brasileira e Comissão Nacional de Energia Nuclear passariam a estar subordinadas a duas instâncias administrativas da área da comunicação; em julho de 2017, Temer anunciou investimentos na pesquisa científica e tecnológica, cujos recursos seriam geridos pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, por meio de órgão ligados a universidades, e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que captaria recursos no mercado financeiro e os aplicaria em *startups*; em outubro de 2017, pesquisadora do IPEA foi demitida após a publicação do estudo que criticava a EC n. 95/2016.

²³ Em novembro de 2016, a Ubes atualizou esse número para mais de 1200 escolas e instituições federais ocupadas, além de 139 universidades em 22 estados e no DF. Disponível em: <https://awebic.com/brasil/ocupacoes/>. Acesso em: 31 mai. 2018. Mapa interativo disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contratemer/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Figura 3 – Mapa das ocupações de instituições de ensino no Brasil em outubro de 2016



Fonte: Ubes (2016).

Feito esse contexto e voltando à classificação de Gill e DeFronzo (2009), é possível afirmar que a “Primavera Estudantil”, ciclo de ocupações brasileiras de 2016, primeira e segunda fases, configura-se como um movimento estudantil reformista. Tal qual a Reforma de Córdoba de 1918 na Argentina, exemplo dado pelos autores, as ocupações almejavam a alteração de políticas educacionais e sociais internas do país, com a substituição de cargos ou defesa de novas ênfases ou interpretações de valores, mas sem mudanças radicais na estrutura e na cultura vigente.

Com efeito, quanto à estrutura, não se buscou a substituição do sistema político vigente, mas o recuo de medidas fiscais e educacionais, entendidos como neoliberais. Isso, segundo os autores, apontam confiança na democracia, que poderia responder ou já teria respondido positivamente à mobilização estudantil.

As ocupações de 2016 também não tiveram atuação radical na arena cultural. Embora algumas medidas e comportamentos tenham sido considerados fascistas, como o Programa Escola sem Partido, o movimento não visou a alteração de significado da cultura dominante reformulando a identidade pública de um grupo e possivelmente aspectos das identidades pessoais dos membros do grupo, por meio de um novo conjunto de valores e normas

Por fim, vale ponderar que as ocupações tiveram início ainda no mandato petista de Dilma Rousseff, que, embora tivesse na sua agenda políticas de fomento à participação social e às políticas educacionais (“Pátria Educadora” era o slogan de seu segundo governo), deu prosseguimento ao Programa Universidade para Todos (PROUNI)²⁴, anunciou cortes sobretudo na educação superior²⁵ e retomou o debate sobre a Desvinculação das Receitas da União (DRU)²⁶.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2012, apesar do aumento do número IES públicas e de alunos nelas matriculados, o que foi viabilizado sobretudo pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²⁷, o número de IES particulares aumentou muito mais. Em 2011, das 2.365 instituições de ensino superior (IES), 88% eram privadas e 12% públicas (4,3 % federais; 4,7% estaduais; 3% municipais). Do total, somente 190 eram Universidades, ou seja, somente 8% do sistema superior estariam constitucionalmente obrigados à pesquisa.

²⁴ Instituído por meio da Medida Provisória (MP) n. 213, de 10 de setembro de 2004, depois convertida na Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o Programa possibilita o financiamento de vagas a alunos de baixa renda e da rede pública no ES privado como condição de isenção fiscal.

²⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/01/02/educacao-perde-r-105-bi-em-2015.htm>. Acesso em: 31 mai. 2018.

²⁶ Ver nota n. 10.

A PEC aumenta de 20% para 30% a alíquota de desvinculação sobre a receita de contribuições sociais e econômicas, fundos constitucionais e compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica e de outros recursos minerais. Por outro lado, impostos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), não poderão mais ser desvinculados. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso em: 12 fev. 2018.

²⁷ Instituído por meio do Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007, que ampliava a oferta de vagas para alunos de baixa renda na rede pública.

Dessas, 102 (53,7%) eram públicas e 88 (46,3%) privadas. Das demais IES, instituições e faculdades, 15,3% eram públicas e 84,7% privadas. Quanto ao número de matrículas, o censo registrou 6.739.689 na graduação, 19,2% dessas nas IES públicas e o resto nas IES privadas. Menos de uma década antes havia 30,2% nas IES públicas.

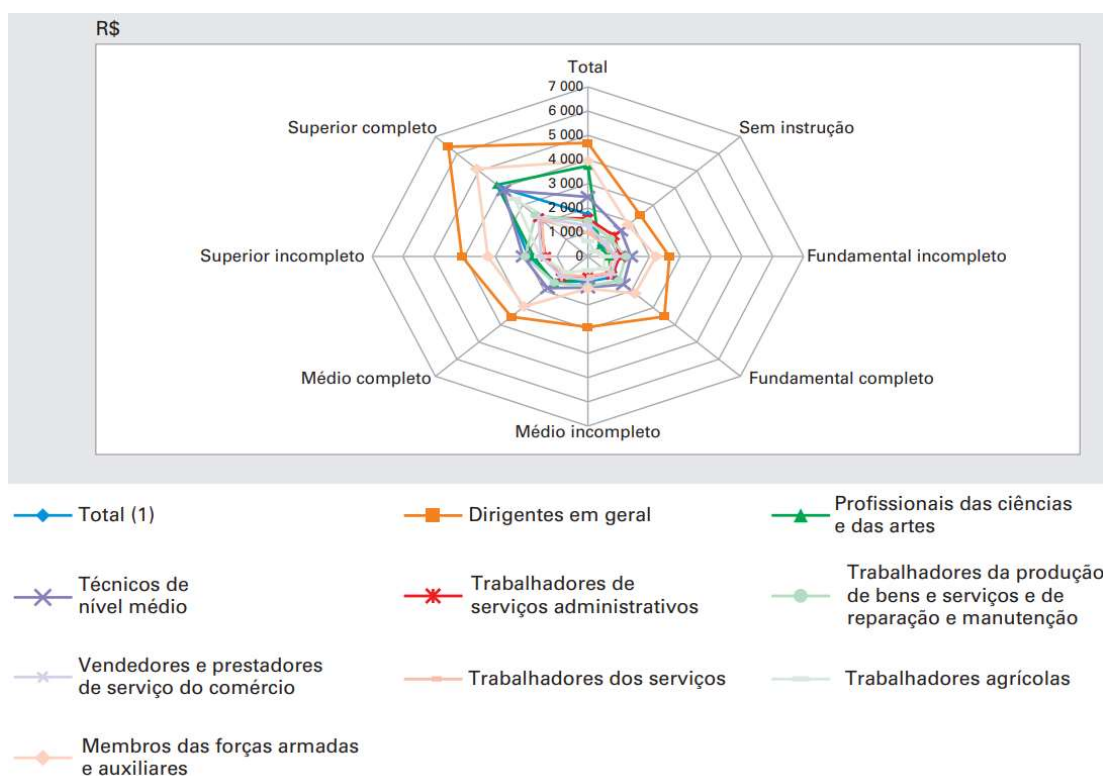
Cardoso (2013) registra também o ingresso de instituições privadas internacionais no país e a consolidação dos grandes grupos, como Kroton e Anhanguera (ambos com capital estrangeiro), que juntos possuem cerca de um milhão de estudantes matriculados, 14% do total mundial. Além desses, outros nove grupos educacionais operam na Bolsa de Valores brasileiros (CARDOSO, 2013).

Esses dados revelam um processo de privatização de ES iniciado há mais de uma década. Também mostram que um pequeno percentual da população é atendido pelas universidades, o que reforça a crítica de má distribuição dos recursos ao longo do ensino²⁸ e má distribuição qualitativa de professores (os melhores têm melhores oportunidades em escolas de ricos e não de pobres), tendo por consequência baixo desempenho escolar e baixo potencial da educação como instrumento de redução da desigualdade de renda e oportunidade (OCDE, 2018).

Com efeito, Lemos, Dubeux e Pinto (2009) mostram que apesar de as IES oferecerem bolsas de estudos integrais, permitindo que alunos com renda familiar mais baixa frequentassem seus cursos, os alunos com renda familiar elevada tinham maior número de matrículas e melhores oportunidades de acesso e de ascensão no mercado de trabalho (LEMOS, DUBEUX e PINTO, 2009, p. 374). No mesmo sentido revela o estudo do IBGE (2014):

²⁸ Ver nota 8.

Quadro 3 - Rendimento médio do trabalho principal da semana de referência das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupamentos ocupacionais no respectivo trabalho em 2014



Fonte: IBGE (2014)

Logo, por trás das pautas reformistas e da confiança na democracia, as ocupações estudantis brasileiras de 2016 iniciadas a partir de junho mostraram uma contrariedade ao Governo Federal vigente, liderado por Temer, que não aconteceu enquanto Dilma Rousseff era a Presidente, apesar de terem havido, em menor proporção, ações neoliberais de privatização do Ensino Superior.

No próximo subcapítulo, explora-se um pouco mais a estratégia que fez emergir essa coletividade, sobretudo dos universitários, na segunda fase do ciclo de ocupações.

1.2. A escolha da estratégia de ação coletiva

Alguns cientistas acreditam que a escolha de uma estratégia se baseia em um rol limitado, seja por questões afetas aos indivíduos, racionais ou emocionais, seja, por questões determinadas pela conjuntura, isto é, pelas oportunidades políticas ou restrições geradas no processo histórico. Tilly (2008) afirma que as pessoas costumam se decidir pelas opções que já conhecem ou já experimentaram. Rossi (2015) denomina

esse rol de “repertório de estratégias”, no qual inclui não apenas ações contenciosas e públicas, mas também colaborativas e privadas. A utilização dessas ações formaria o “estoque de legados”, contendo as experiências sedimentadas, compartilhadas e aprendidas. A escolha dos movimentos por uma estratégia estaria pautada por esses dois conjuntos, o que não significaria, entretanto, que o desempenho (ou “performance”, Alonso, 2012) do grupo na utilização de uma determinada estratégia seria igual²⁹.

Tilly (2008) define quatro tipos de estratégia ou repertório: a) fraquíssimo ou inexistente, quando uma performance não influencia na seguinte, seja porque por uma decisão racional calculada de ineficiência seja por uma não afetação emocional; b) fraco, quando alguma repetição ocorre de um episódio para outro, pelo hábito; c) forte, quando existe um roteiro e ele é seguido, com inovação incremental; d) fortíssimo ou rígido, quando existe um roteiro e ele é seguido sistematicamente da maneira mais precisa possível.

Gamson (2011) afirma que as crenças sobre a eficácia, custo e oportunidade da ação coletiva explicam apenas em parte a ação coletiva: “podemos estar completamente convencidos de quanto é desejável a mudança de uma situação enquanto duvidamos gravemente da possibilidade de alterá-la” (*idem*, p. 17). Logo, tão importante como esses elementos é a consciência política, formada no entrecruzamento da cognição e da cultura proveniente da mídia, das experiências individuais e coletivas e da sabedoria popular, informações que são organizadas e articuladas por meio da conversação (GAMSON, 2011, p. 18-25). Segundo o autor, a consciência política varia de forma complexa de um tema para o outro, mas em todos há três enquadramentos comuns: injustiça, sendo algumas coisas certas e outras erradas; agência, sendo possível modificar coisas erradas em prol de coisas certas; e identidade, ancorando pensamento e ação em uma coletividade.

Ainda na mesma linha, Meyer (2015) afirma que os ativistas protestam quando eles acham que essa forma pode ajudá-los a alcançarem seus objetivos, ante a ausência de outra maneira que o fizesse. Normalmente estão presentes nesse raciocínio a

²⁹ Dowbor e Szwako (2013), inclusive, visualizam o protesto como teatro, dramas nos quais protagonistas e antagonistas, em uma atuação não espontânea, com palcos, figurinos, papéis e até mesmo trilhas sonoras, competem para afetar as interpretações do público a respeito das relações de poder em vários domínios, nuances que ajudam a entender como a mesma estratégia mobilizada por grupos semelhantes em torno dos mesmos interesses podem ter resultados muito diferentes.

urgência, a possibilidade de resultados positivos e o reconhecimento de que o esforço pode fazer uma diferença (Meyer, 2015, p. 388).

Além das condições para agir, é importante explicar os motivos da escolha de uma determinada forma de agir em detrimento de outras ou mesmo em combinação com outras (ABERS e BULÖW, 2011; TATAGIBA, 2014; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2015). Nesse sentido, Diani e Della Porta (2006) enfatizam que a escolha da forma de protesto perpassa por três lógicas: a lógica dos números, a lógica dos danos e a lógica do testemunho. A primeira lógica, dos números, é a ideia de maximizar o número de adesões, em coerência com a ideia da democracia representativa. Para tanto, é essencial a formação de uma identidade coletiva, condição para direcionar a ação a um objetivo comum. Mais importante que ter as suas demandas atendidas é construir uma solidariedade que possibilite a continuação do grupo e uma nova tentativa em outra oportunidade.

A segunda lógica, do dano, é a necessidade de utilização adequada e inovadora de meios de persuasão e coerção que interrompam a vida cotidiana, de modo a chamar atenção da mídia e, assim, incluir a elite política, mas sem aumentar demais os custos de participação, excluindo a massa. No entanto, é difícil encontrar um equilíbrio nesse cálculo, uma vez que quanto maior o risco compartilhado, maior a solidariedade interna e a identidade do grupo, mas menor o apoio externo, e vice-versa.

A terceira lógica, de criar testemunhas, é a importância de gerar rapidamente um envolvimento emocional. Para tanto é imprescindível encontrar uma maneira que afete diretamente o maior número de pessoas e comunique com a maior precisão possível a mensagem. Se o conteúdo já estiver embutido na forma, por mais que a mídia a relate superficialmente, as pessoas refletirão sobre sua profundidade.

Ciclos (ondas, campanhas) consistem em uma série contínua e coordenada de episódios envolvendo reivindicações semelhantes, tais como identidade, legitimidade e políticas, contra antagonistas semelhantes (TILLY, 2008). No mesmo sentido, Tatagiba (2014), com base em Tarrow (2011), define esse fenômeno como “uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e intensidade superiores ao verificado regularmente, difundindo-se rapidamente dos setores mais mobilizados para os setores menos mobilizados”, ao que as autoridades reagem por meio da radicalização ou institucionalização, combinando a interação entre conflito e cooperação (TATAGIBA, 2014, p. 38).

Segundo Diani e Della Porta (2006), ciclos ocorrem quando as três lógicas de ação coletiva já mencionadas são combinadas, diminuindo progressivamente o custo da ação coletiva. Tilly (2008), por sua vez, afirma que eles ocorrem quando a utilização de uma estratégia existente (i) consegue transformar a estrutura de oportunidade política (ii) alterando o rol de estratégias disponíveis e (iii) as relações entre os principais atores e antagonistas. Isso pode acontecer trazendo novos atores para o cenário, estabelecendo novas alianças entre os atores e os antagonistas e mitigando a repressão sobre os atores, novos ou não, e sua pauta. Além disso, para que isso ocorra é necessária a presença dos atores principais e antagonistas, a comunicação entre eles ou a conexão por fatores interpessoais.

De acordo com o discurso dos estudantes analisados nesta pesquisa, o motivo de terem escolhido a ocupação seria sua eficiência, tanto que outras estratégias sequer teriam sido discutidas. A ocupação seria, portanto, a primeira (e única) forma de agir.

Porém, há que se ressaltar que a ocupação possui alto custo, econômico, político e psicológico: econômico, por interromper serviço ou usufruto de propriedades públicas ou privadas; político, por ser uma forma de protesto eminentemente disruptiva, inclusive a menos mobilizada ou mobilizável no Brasil pela sociedade em geral (IDD/UFMG, 2018), apesar de ser uma das formas mais mobilizadas pelos movimentos sociais; e psicológico, considerando longo tempo de convivência com pessoas desconhecidas, enormes esforços diários de coletividade e grande exposição pessoal. Essa é a conclusão de Palacios-Valladares (2016), com base em pesquisa empírica no Chile, na Argentina e no Uruguai, entre os anos de 1996 e 2010, e inspirada na abordagem contemporânea da teoria do movimento social com as emoções dos ativistas. Esse estudo aponta algumas características da estratégia que podem explicar esse elevado custo: ausência de marcos temporais definidos, isolamento dos ativistas da sociedade em geral, reprodução das relações de poder criticadas no próprio ato da ocupação, entre outros.

Diante disso, algumas hipóteses se esboçam para explicar esse fenômeno, que foram testadas no estudo empírico. Primeiro, pela lógica dos números, pode-se pensar que a utilização dessa estratégia se deu, entre outras razões, por conectar, mesmo de forma não proposital, esses grupos que o utilizaram anteriormente, sejam outros estudantes do mundo, a partir do ano 2000, sejam outros movimentos sociais (agrários, quilombolas, indígenas, pessoas em situação de rua), desde 1970, que conquistaram relativa força e remetem a uma oposição a governos de direita. Diani e Della Porta

(2006) enfatizam que essa é uma tática para gerar efeito de difusão, qual seja, escolher formas repetidas de protestos, com referências a vitórias e heróis, para evocar movimentos sociais consolidados que se basearam nela para se estabelecerem e conseguirem espaço político. Ainda que não se agregasse o apoio desses movimentos, a referência a eles poderia gerar identidade ou agência, o que alavancaria o número de manifestantes.

Outro motivo que geraria mesmo efeito é o potencial da ocupação em criar sentimentos de união e forte compromisso com o movimento, ativando e conectando redes, “servindo como nós de comunicação que permitem que os ativistas se influenciem, ajudando a difundir as formas e o conteúdo do protesto” e oferecendo aos ativistas espaços incomuns de capacitação coletiva, o que contribui para gerar entre os participantes o sentido de engajamento permanente, na medida em que os aprendizados com aquela vivência podem ser aplicados a outros contextos (PALACIOS-VALLADARES, 2016, p. 153, tradução nossa).

Inclusive, há estudo empírico na própria UnB em que se conclui que a ocupação nesta Universidade em 2008 teria levado à formação de um movimento para além dos muros da universidade, o “Fora Arruda”, e produzido resultados no âmbito do governo local, do DF (CARDOSO, 2011). O autor explica que, naquele ano, haja vista restar demonstrado atos de desvio de verbas públicas pelo então Reitor, Timothy Muholland³⁰, os estudantes ocuparam, após uma ocupação de quinze dias na Reitoria decidida por 1600 alunos³¹, na qual o MEC não interveio “em respeito à autonomia universitária”, e conseguiram, com a mediação do MPDFT, a renúncia do Reitor e de quatro decanos, o leilão dos bens móveis de seu apartamento, o debate sobre a finalidade das fundações que apoiam a universidade, a prestação de contas da FUB e eleições paritárias para reitor, conduzida pelo *pro tempore*, Roberto Aguiar.

³⁰ Em 2008, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) foi acusada pelo Ministério Público do DF e dos Territórios (MPDFT) pelos prejuízos aos cofres e pelo desvio de verbas públicas. O Funsauúde, fundo destinado ao tratamento de índios Xavantes e Yanomamis, foi utilizado para comprar objetos de luxo, como cinco televisões e canetas com ponteiras a laser. Além disso, do orçamento universitário, R\$ 72 mil foram destinados para a compra do carro do então Reitor e R\$ 470 mil para a reforma do apartamento funcional, incluindo três lixeiras a R\$ 2,7 mil, com a justificativa de que o imóvel era sede de encontros entre professores, cientistas e delegações estrangeiras.

³¹ A chamada da notícia da Secretaria de Comunicação da Universidade (Secom/UnB) era: “Depois da grande ebulição vivida nos tempos da ditadura militar, o *campus* da Universidade de Brasília voltou a ser palco de protestos dos estudantes em 2008, com a ocupação da reitoria”.

Um ano depois, os jovens ocuparam a Câmara Legislativa também em razão de atos de corrupção praticados pelo então governador, Arruda (DEM, à época PFL), deflagrados pela Operação Caixa de Pandora. Cardoso (2011) mostra como a ocupação da Reitoria foi importante à formação de uma identidade do movimento estudantil capaz de mobilizar uma outra ação, por meio da mesma estratégia e em razão dessa experiência, mas em outro prédio e em conjunto com outros movimentos sociais, ampliando-se e formando o movimento “Fora Arruda”. Além disso, conclui que o movimento estudantil se apresentou como “nova forma de movimento de juventude no Distrito Federal (DF), como um resultado desse processo [de ocupação]”: “fazer um confronto possibilitou uma formação de identidade coletiva que perdurou e possibilitou outros engajamentos” (CARDOSO, 2011, p. 55). Além disso, Cardoso (2011) afirma que constitui marca dessa geração “a percepção de que confrontos performáticos com práticas de ruptura possibilita a construção de movimentos e de vitórias” (*ibidem*). Com efeito, como se verá, de lá pra cá a UnB já teve mais quinze ocupações.

Segundo, pela lógica do dano, é possível que essa forma de protesto, como tem sido realizado, pretensamente pacífico, tenha conseguido incluir a elite política sem excluir a grande massa que nunca fez ou jamais faria ocupação, na medida em que desenvolve uma estrutura e cultura de organização minimamente estável para lidar com os elevados custos e riscos das ocupações (segurança, alimentação, entre outras) e incentiva o estabelecimento de tanto normas, princípios e valores como linguagens, símbolos e rituais, construídos coletivamente, para coabitação cotidiana e tomada de decisão (PALACIOS-VALADARES, 2016). Alguns fatos que sugerem a ocorrência dessa hipótese é a existência de manifestantes de centro, apartidários, sem engajamento anterior, e o apoio da mídia (chamando a estratégia de ocupação, e não invasão) e dos órgãos de justiça, com decisões, pareceres e manifestações favoráveis aos estudantes.

Terceiro, pela lógica de criação de testemunho, alguns autores vêm defendendo que a forma como a ocupação tem ocorrido tem comunicado diretamente o conteúdo da reivindicação: por meio da gestão direta, participativa e democrática da universidade se pleiteia gestão direta, participativa e democrática da universidade; por meio de maior transparência da informação e da comunicação (sobretudo por meio da internet) se pleiteia maior transparência da informação e da comunicação; por meio da maior horizontalidade na deliberação (assembleias e ausência de representantes

eleitos, podendo ser qualquer um) se pleiteia maior horizontalidade na deliberação (BRINGEL, 2009, p. 112; PALACIOS-VALLADARES, 2016). As ocupações gerariam organização, cultura e política que realizam já a mudança que o movimento persegue, de formas mais ou menos permanentes (PALACIOS-VALLADARES, 2016). A ocupação seria, portanto, tanto um meio como um fim, uma representação da utopia realizando a própria utopia, uma geração de identidade sendo a própria identidade.

Inclusive, Schwartz-Weinstein (2013) acredita que as iniciativas de autonomia produzidas na ocupação, ainda que eventualmente contraditórias (como as assembleias, que eram a forma máxima de democracia radical, mas algumas vezes consideradas contraproducentes), constituíram um elemento importante para a produção de uma política anticapitalista. Tal qual Bringel (2008), a ocupação para ele é um movimento transnacional de revolta estudantil e militância juvenil, um recurso utilizado como estratégia privilegiada para demandas que ultrapassam os limites internos daquele grupo, espaço e pauta, cujos efeitos vão além de países e nações e temas como a desigualdade social mundial, a partir de ciclos de protestos em diversos países que começaram nos anos 2000 e culminaram com o *Occupy Wall Street* em 2011. Para o autor, “embora essas ocupações tivessem lugar a milhares de quilômetros umas das outras, elas emergiram de uma visão compartilhada, embora contenciosa, de recusa radical da universidade neoliberal, e iniciaram uma nova fase tática e ideológica de luta dentro e além dos campi”. E mais, “a reciprocidade entre as lutas estudantis e as correntes mais amplas de ocupação e comunhão é fundamental para entender o que uma ética da democracia radical pode significar nas lutas estudantis contemporâneas e nas que estão por vir”.

Citando Lefebvre, afirma que, numa ocupação, os corpos ali possibilitam a crítica do espaço e do tempo, em relação ao neoliberalismo institucional, materializado pela educação nas universidades. Tanto que, diferente das previsões feitas após 2011, a luta estudantil não diminuiu, pelo contrário, ela se multiplicou em ocupações *pop-up*, o que levou o autor a concluir que essa sensação de que é possível e recomendável atacar todos os aspectos da organização existente no ensino superior para encontrar a comuna, “ato de constante produção social”, dentro da universidade, é o legado mais valioso do movimento de ocupação pelos estudantes. A ocupação, portanto, seria uma ruptura “parcial e transitória” no espaço e no tempo capitalista, e seu objetivo nunca foi se sustentar, mas difundir a insurreição. Ocupa tudo (*occupy everything*) significa

que todo espaço é ou está politicamente questionável, o que foi introduzido pelos estudantes.

No Brasil, porém, como mencionado, há indicativos que as ocupações estudantis não radicalizaram nesse nível estrutural (GILL e DEFRONZO, 2009), embora houvesse alguma esperança que isso acontecesse, desde 2013, em que manifestações protagonizadas majoritariamente por estudantes anunciaram uma grande mudança para o país (“o gigante acordou”, como diziam os cartazes). De 2016, como de 2013, não surgiu uma proposta de um novo sistema ou projeto político³², e as demandas se sedimentaram e conformaram no sistema ou projeto político vigente, ainda que algumas novidades tenham aparecido³³.

O Comitê Invisível (2016), grupo anônimo que escreveu o livro “Aos nossos amigos: crise e insurreição”, que circulou nas ocupações de todo o mundo, afirma que, “em 2008, o mundo pareceu, fragmento após fragmento, desintegrar-se. Porém, as insurreições chegaram, não a revolução” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 5). Segundo ele, por todo lado ela morre na fase de motim: quando muito sacia por instantes a necessidade de mudar o mundo, quando pouco é massacrada ou apropriada por fascistas. Assim, prosseguem, a derrota dos 99%, em contraposição ao 1% que domina o mundo, decorre da ausência de organização, o que significa “agir segundo uma percepção comum, seja a que nível for”, “uma percepção partilhada da situação” (*idem*, p. 9).

Gohn (2017) aposta na educação para a formação dessa percepção comum ou de uma proposta de mudança radical estrutural ou cultural. A partir de pesquisa documental e midiática e considerando as mobilizações desde o ano 2000, destaca os estudantes como o segmento de maior visibilidade dentre os novos movimentos sociais, o que se deve “ao potencial dos processos educativos e pedagógicos para o desenvolvimento de formas de sociabilidade e constituição e ampliação de uma cultura política”. A educação, assim, passou a ser uma área fundamental também para os

³² Utiliza-se a conceituação de Dagnino (2002), qual seja: “conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos” (*idem*, p. 282).

³³ Pode ser citadas características de massiva utilização das redes sociais para a mobilização e aversão às instituições como expressão da crise de representação, configurando uma ação coletiva autônoma, horizontal, diversa, intensa: uma “necessidade de marcar presença na cena pública”, a ponto de “cada indivíduo ter seu próprio cartaz” (Tatagiba, 2014).

movimentos populares, a exemplo dos movimentos que lutam pela reforma agrária e a inclusão de indígenas e ex-trabalhadores fabris.

Vale lembrar que o uso da educação como ferramenta política não é novo também. Podem ser citados, de forma geral, desde os escritos de Platão (2002), sobre o papel filósofos na república; a história de Le Goff (2003) sobre o papel dos intelectuais na Idade Média; a teoria de Gramsci (1982), sobre ideologia e cultura na superestrutura; o conceito de cidadania regulada de Santos (1987), em que direitos dependem de formação; e a pedagogia do oprimido de Freire (2001). O que todos eles discutem é a oposição entre duas matrizes teóricas sobre o papel da educação: a de adaptação, que a concebe como processo destinado a manter as condições sociais existentes, por meio de conhecimentos e habilidades úteis ao funcionamento e à manutenção do mundo; e a de transformação, que a concebe como processo destinado a desenvolver as condições sociais existentes, por meio de conhecimentos e habilidades úteis à mudança da realidade (BIANCHETTI, 2008, p. 21).

Essa segunda matriz teoria se acentua em tempos de crise. Porém, Arendt (1957) pondera que o uso da educação na política pode ter uma “ressonância perversa”, na medida em que pode esconder o próprio de “coagir sem o uso da força”. Nesse sentido:

Quem quiser seriamente criar uma nova ordem política através da educação, quer dizer, sem usar nem a força e o constrangimento nem a persuasão, tem que aderir à terrível conclusão platônica: banir todos os velhos do novo estado a fundar. Mesmo no caso em que pretendem educar as crianças para virem a ser cidadãos de um amanhã utópico, o que efetivamente se passa é que se lhes está a negar o seu papel futuro no corpo político pois que, do ponto de vista dos novos, por mais novidades que o mundo adulto lhes possa propor, elas serão sempre mais velhas que eles próprios. Faz parte da natureza da condição humana que cada nova geração cresça no interior de um mundo velho, de tal forma que, preparar uma nova geração para um mundo novo, só pode significar que se deseja recusar àqueles que chegam de novo a sua própria possibilidade de inovar (ARENDR, 1957, p. 26).

Para que isso não aconteça, há duas ações fundamentais a serem exercidas, uma por especialistas e outra pela sociedade em geral. Aos especialistas, cabe repensar a diferença entre educar e ensinar. Educar é uma mera especialização, “não aspira já introduzir o jovem no mundo com o um todo, mas apenas num setor particular e limitado do mundo”. Já ensinar é educar a aprender: “uma educação sem ensino é vazia e degenera com grande facilidade numa retórica emocional e moral. Mas podemos facilmente ensinar sem educar e podemos continuar a aprender até o fim dos nossos

dias sem que, por essa razão, nos tornemos mais educados” (*idem*, p. 52). A educação, portanto, deve conter o ensino.

À sociedade em geral, cumpre refletir sobre a natalidade: é por ela que chegamos ao mundo e por ela que o mundo se renova. A educação seria, portanto, o ponto em que se assume responsabilidade pelo mundo e o salva da ruína que seria inevitável sem renovação e o ponto em que, ao invés de excluir os novos, crianças e adolescentes, do mundo, retirando-lhes a possibilidade de realizar qualquer coisa que os velhos, adultos, não tinham previsto, prepará-los para renovação de um mundo comum (*idem*, p. 53).

A presente pesquisa analisa as lógicas (DIANI e DELLAPORTA, 2006) e os enquadramentos (GAMSON, 2011; TILLY, 2008; MEYER, 2015) que levaram os estudantes a escolher e a difundir a ocupação como forma de ação coletiva, conforme as hipóteses e as ponderações detalhadas neste subcapítulo.

No subcapítulo seguinte será explorado um pouco mais a literatura que tenta identificar e mensurar os resultados de protestos.

1.3. Análise de resultados de protestos

Antes de responder a essa questão, impende definir o que se entende por resultados. Na literatura brasileira de protestos, os termos resultados, produtos, efeitos, consequências são usados como sinônimos, sendo mais frequente a utilização da palavra impacto para estudos de políticas públicas.

Na literatura internacional (HARDING, 2014), *impacts* (impactos) se refere a análises indeterminadas e amplas, de médio ou longo prazo, tendo o desdobramento do processo como escopo, razão pela qual existiria uma preferência por estudo de *outcomes* (resultados³⁴), análises determinadas e restritas, de curto prazo, tendo o próprio processo como escopo. *Products*³⁵ (produtos), *effects* (efeitos) e *consequences* (consequências) são utilizadas no sentido geral e como sinônimos.

³⁴ *Outcome* é a única dessas palavras sem equivalente no português, diferente de *product* (produto), *impact* (impacto), *result* (resultado), *effect* (efeito) e *consequence* (consequência). Usa-se neste trabalho a tradução do Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM CBOK, 2013, p. 201) e dos dicionários inglês-português renomados (Cambridge, Oxford, Michaelis, Collins), que é resultado.

³⁵ A engenharia e posteriormente a administração diferenciam também *products* ou *output*, que seria a saída (exumo, produto) esperada do processamento de *input* ou entradas (insumos). Nessa perspectiva, *outcome* seria o efeito direto do produto ou da ação de fazer o produto uma vez ou reiteradamente e

Neste trabalho seguiremos a literatura nacional para o termo “resultado”, usado no seu sentido geral, como sinônimo de produto, efeito, consequência, desdobramento ou decorrência, e a literatura internacional para o termo “impacto”, como um tipo de resultado específico, indireto, de médio ou longo prazo.

Vencida a terminologia, passa-se à um problema maior: como atribuir uma mudança político-cultural a uma ação coletiva, trabalho que envolve um número muito grande de variáveis, dificilmente identificadas, e de correlações complexas, dificilmente mensuradas.

Não por menos que a teoria sobre resultados de protesto ainda é escassa e pouco desenvolvida (GOODEWIN e JASPER, 2015; KUMAR, 2011; DIANI e DELLA PORTA, 2006; KOLB, 2009; e KITSCHOLT 1986 *apud* UBA E ROMANOS, 2016). Mosterdam *et al* (2012) enfatizam que, embora a mudança causada por movimentos sociais seja provável e em alguns casos seja até evidente (Revolução Francesa, movimento norte-americano de direitos civis e Primavera Árabe), é árduo estabelecê-la de forma objetiva e diferenciá-la de uma mera alteração de preferências e crenças. Meyer (2015) ressalta que a dificuldade de dizer quando o ativismo faz diferença é porque as mesmas forças que incentivam as pessoas a protestar por uma mudança social são frequentemente aquelas que realizam a mudança social sem protesto.

Para Bosi, Giungi e Uba (2016), até a década de 1970, os estudiosos prestaram pouca atenção a resultados de protestos, tendo em vista que, segundo Buechler (2004), protestos eram considerados uma manifestação irracional, espontânea, sem proposta de forma e conteúdo. As primeiras obras sobre o tema teriam vindo com Schumaker (1975), Piven e Cloward (1979) e Gamson (1990), que esboçaram critérios para mensurar os resultados diretos das ações coletivas, primeiro modelo surgido.

Gamson (1990), por exemplo, analisou 53 grupos com base em duas variáveis: uma subjetiva, que é a 1) aceitação dos manifestantes pelos seus antagonistas, que os reconhecem como atores legítimos de demandas válidas, o que pode ser mensurado quando há negociação, formalização ou inclusão; e uma objetiva, que é a 2) obtenção de novas vantagens para os manifestantes, durante ou imediatamente depois da ação coletiva. A resposta binária (sim ou não) para cada uma das variáveis geraria quatro tipos de resultados possíveis: a) sucesso, quando ambas presentes; b) fracasso, quando

impact o efeito indireto dos *outcomes*, podendo este ocorrer da forma esperada ou não (Penna e Berger, 2011, p. 19-20).

ambas ausentes; c) cooptação, quando há aceitação, mas não obtenção de novas vantagens; e d) preempção (preferência), quando ocorre o contrário, o que pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 4 – Possibilidade de resultado de um protesto

ANÁLISE DO RESULTADO DE UM PROTESTO		ACEITAÇÃO	
		Sim	Não
NOVAS VANTAGENS	Sim	SUCESSO	PREEMPÇÃO/ PREFERÊNCIA
	Não	COOPTAÇÃO	FRACASSO

Fonte: Gamson, 1990.

De acordo com essa tipologia, 20 grupos foram bem-sucedidos, 22 malsucedidos, 5 cooptados e 6 preteridos (GAMSON, 1990, *apud* GOODWIN e JASPER, 2015, p. 383). Ainda, o autor conclui que variáveis internas como a violência da estratégia e a organização do movimento foram fundamentais para o sucesso dos casos (GAMSON, 1990 *apud* TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016).

Madestam *et al* (2013) mencionam outros trabalhos (FINKEL e OPP 1991; FINKEL e MULLER, 1998; COLLINS e MARGO, 2004, 2007) que mensuram o quanto os movimentos importam. Assim, calculam os custos e benefícios da participação e comparam casos semelhantes para descobrir se as mesmas mudanças teriam ocorrido, na mesma velocidade e intensidade, ainda se pessoas não tivessem ido protestar, utilizando variáveis intrínsecas, como o comprometimento ao movimento ou à causa, e extrínsecas, como a chuva e o dia da semana.

Contudo, concluem, bem como Uba e Romanos (2016), que esse tipo de análise de resultados, exclusivamente diretos, não explica completamente todos os resultados dos protestos, sobretudo ao longo do tempo e do espaço, que seriam os resultados indiretos, incluindo mudanças sociais se não houvesse mobilização.

Aliás, para Meyer (2015), as mudanças culturais mais amplas, normalmente iniciadas por protestos, seriam o maior mérito dos MS e não poderiam ficar de fora de dos estudos de resultados. Deveras, após trazerem atenção para as suas questões por meio das ações coletivas, promovendo o pensamento alternativo e assim atraindo suporte das elites com fins eleitorais, os MS dão continuidade a esses debates sobre essas mudanças nas instituições e na sociedade de um modo geral, afetando opinião pública, alianças, o jogo político e conseqüentemente as políticas (MEYER, 2015, p. 387-388).

Por essa razão, Gamson, anos depois (2014), reconheceu essa limitação de sua tipologia de resultados exclusivamente diretos e alterou as variáveis, ambas mensuradas pela análise da opinião pública tendo como fonte principal a mídia convencional e voltadas às mudanças no jogo político. Assim, a variável subjetiva, que era aceitação dos manifestantes pelos seus antagonistas, passou a ser a representatividade, existente quando os jornalistas tratam os porta-vozes da ação coletiva como agentes de algum eleitorado; e a variável objetiva, que era a obtenção de novas vantagens para os manifestantes, passou a ser uma crescente proeminência na mídia das questões abrangidas pelo movimento.

Não obstante essa reconfiguração, Gamson (2014) reafirmou a dificuldade de definir sucesso e, conseqüentemente, fracasso, classificação sempre arbitrária, mesmo se fosse analisada a atuação de apenas uma pessoa. No caso de grupos, a dinâmica de interação interna e externa é uma variável tão importante na determinação de resultados que pode haver diferentes graus de sucesso e fracasso. Além disso, as interpretações dos resultados são diferentes entre as pessoas do mesmo grupo no mesmo contexto, o que implicaria incluir a visão de uns e excluir a visão de outros para definir sucesso ou fracasso. A solução é, segundo o autor, considerar a existência de qualquer conquista como sucesso; apenas a inexistência de conquista seria fracasso. Para minimizar o problema da classificação, o autor também sugeriu a escolha randômica de casos e a análise de grupos menores, e não do movimento como um todo, para limitar a pauta.

Outra saída que combina efeitos diretos e indiretos e variáveis internas e externas é o *joint-effect model*. Nessa perspectiva, MS provocam mudança se tiverem maior organização, uma estratégia mais agressiva e maior número e melhores alianças no poder, pressionáveis pela opinião pública em razão de uma pauta menos conflitiva e menos centrais em relação aos interesses gerais (TATAGIBA, 2008, p. 88).

Diferente dessas visões estáticas de resultado, que buscam aferir sucesso/fracasso, foram desenvolvidos modelos dinâmicos que averiguam possíveis mecanismos que possam explicar **como** os movimentos (não) podem e provocam mudanças políticas e/ou sociais, para além das demandas inicialmente pautadas, o que inclui saber **como** os diferentes resultados se influenciam e se desdobram ao longo do tempo (LUDERS 2010; KING e SOULE 2005; PICCIO 2016 *apud* BOSI, GIUNGI e UBA, 2016). Esses estudos optam por métodos cada vez mais rigorosos de coleta de dados e análise empírica sistemática no decorrer do tempo (GIUGNI, 1998; BIGGS e

ANDREWS 2015, BRAN TON *et al.*, 2015, HUFF e KRUSZEWSKA 2016 *apud* UBA e ROMANOS, 2016).

Nessa linha, Gupta (2009 *apud* TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016), desenvolveu o conceito de resultados incrementais, em que importa como sucesso/fracasso afeta os movimentos nos passos seguintes:

“os resultados não podem ser lidos na chave ‘vitória’ ou ‘derrota’ definitivas. Melhor seria pensar em termos de ‘resultados incrementais’. [...] Ganhos e perdas passadas alteram os atores, o contexto da interação e, como consequência, moldam os resultados futuros” (*idem*, p. 89).

Os passos seguintes podem ser, inclusive, novos protestos. Tilly (2008) mostra como performances no uso de estratégias moldam a maneira pela qual as pessoas reutilizam essas estratégias. Para tanto, o autor recomenda que se faça: decomposição de episódios contenciosos em interações específicas; identificação dos conjuntos de interações que compreendam diferentes tipos de episódios; identificação das performances aprendidas que agrupem determinados episódios juntos. Após isso, o autor sugere que se observe como os desempenhos se agrupam dentro de repertórios e campanhas, como uma campanha afeta a próxima e como a mudança incremental de campanha para campanha se transforma em mudança de repertório em larga escala. Em suma, seu método se baseia nas descrições catalogadas de episódios e interações obtidas por narrativas individuais e coletivas, formais e informais, para descobrir propriedades sistemáticas de contenção e processos intervenientes na produção de resultados.

Além desses modelos de análise de resultados, importante destacar que os estudos de resultados de movimentos podem ser classificados em quatro categorias de interdependentes entre si: 1) pessoais e biográficos, isto é, aqueles que influenciam a vida dos indivíduos que participaram de ações coletivas; 2) culturais, que são observados pelas mudanças nas normas e nos comportamentos sociais; 3) políticos, que alteram o jogo e as arenas em que as agendas são construídas e realizadas; e 4) institucionais, que incluem as modificações na configuração dos partidos políticos e nos processos de formalização dos movimentos sociais (BOSI, GIUNGI e UBA, 2016).

Também impende ressaltar outras variáveis frequentemente utilizadas, como a contenciosidade da forma de ação coletiva (LUDERS 2006; UBA 2005 *apud* HUET-VAUGHN, 2013), a inclinação ideológica ou partidária dos atores envolvidos ou

crença política (PETROW, 2016), a rede de apoio e relacionamento do movimento social (KUMAR, 2011), a trajetória histórica do país (MURDIE e PUSER, 2016), a cobertura da mídia (GAMSON, 2014), indicadores sociodemográficos (KUMAR, 2011), comportamento eleitoral (KUMAR, 2011) e sistema macroeconômico (PETROW, 2016).

Especificamente sobre resultados de protestos estudantis, vale mencionar os trabalhos de Kumar (2011) e Uba (2016) na Europa, de Palacios-Valladares (2016) e Gohn (2017) na América Latina e de Cardoso (2011, Sanfilippo (2016), Silva (2015), Baldino e Freitas (2016), Tavares e Veloso (2016), Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), Tomaz (2017), e Rêdes e Nunes (2017), no Brasil. Alguns já foram citados, mas serão reiterados aqui para comparação.

Kumar (2011) analisa os resultados dos protestos estudantis na Inglaterra em 2010 contra o aumento das taxas universitárias, especialmente quanto à mobilidade social e empregabilidade e os reflexos disso. A avaliação do autor é baseada em três variáveis: as estruturas internas do próprio movimento (sindicatos e organizações), a opinião pública (mídia e redes sociais) e as políticas públicas.

Já Uba (2016) reflete sobre o fechamento de escolas de 11 municípios na Suécia, comparando duas estratégias: cartas, que seriam menos disruptivas, e protestos. A autora conclui que a qualidade deliberativa das ações coletivas aumenta o poder persuasivo dos ativistas na influência dos decisores. As cartas, combinadas ou não com protestos, que forneceram informações importantes e convincentes sobre políticas, como normas desconhecidas de fontes legítimas e soluções alternativas, ditas em tom amigável, foram mais persuasivas do que cartas sem tais características. Os protestos, combinados ou não com as cartas, surtiram mais efeitos quando os contatos individuais foram mais frequentes e os movimentos eram mais organizados. As conclusões da autora mostram, naquele país e contexto político, o potencial da combinação das estratégias utilizadas e do conteúdo argumentativo bem fundamentado.

Na América Latina, Palacios-Valladares (2016), como já relatado, mostra a complexidade da ocupação, com base em entrevistas de 61 estudantes na Argentina, no Chile e no Uruguai no período de 1996 a 2011, enfatizando o aspecto emocional do movimento. Gohn (2017) destaca “o potencial dos processos educativos e pedagógicos para o desenvolvimento de formas de sociabilidade e constituição e ampliação de uma

cultura política” para os movimentos populares, a exemplo dos movimentos que lutam pela reforma agrária e a inclusão de indígenas e ex-trabalhadores fabris (*idem*, p. 508).

No Brasil, Baldino e Freitas (2016) analisam os estudos sobre protestos estudantis no período de 2006 a 2016 disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Das 274 Dissertações e 131 Teses sobre movimentos sociais, a área da educação abrange 12,04% e 16,79%, respectivamente, e esses estudos teriam “ênfasis em alterações no perfil de seus protagonistas”, bem como suas formas de organização, inserção e participação política durante os protestos (*idem*, p. 911).

As demais pesquisas nacionais sobre o tema são estudos de caso descritivos sobre as ocupações estudantis, um de 2011 e os demais a partir de 2015, nas seguintes localidades: Distrito Federal (CARDOSO, 2011; SANFILIPPO, 2016), Goiás (BALDINO e FREITAS, 2016; TAVARES e VELOSO, 2016), São Paulo (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016), Rio de Janeiro (TOMAZ, 2017) e Ceará (RÊDES e NUNES, 2017). Todos ressaltam a importância simbólica dos atos para a educação e a potencialidade de reconfiguração do ativismo brasileiro a partir dos estudantes, destacando, cada um, peculiaridades contextuais, erros e acertos, desafios e aprendizados. Não foi encontrado um estudo comparativo entre ocupações estudantis brasileiras.

Observando a bibliografia supracitada, o presente trabalho visou identificar, combinando os modelos estático e dinâmico e a partir de uma abordagem interpretativista, a ser descrita no próximo capítulo, as disputas de interpretação acerca dos resultados das ocupações da UnB de 2016 e da estratégia mobilizada. Foram abrangidos os resultados políticos, institucionais, culturais e pessoais mencionados pelos atores, a serem classificados quanto ao alcance (diretos de curto prazo ou indiretos de médio prazo), ao âmbito (internos e externos à UnB), à natureza (subjetivos, referentes à legitimidade do movimento, ou objetivos, atrelado às demandas do movimento) e à polaridade (positivos ou negativos para o movimento).

Tentou-se seguir o conselho de Žižek (2012) aos intelectuais, qual seja, o de fazer uma análise fria e distante, evitando tanto a tentação do narcisismo da causa perdida dos jovens quanto a admiração da beleza sublime dos levantes fadados ao fracasso. O autor afirma que os pesquisadores não estão na posição de operacionalizar suas demandas em medidas realistas precisas e detalhadas, mas de colocar questões sobre qual(is) programas podem haver por trás dessa estratégia, dessa performance, desse movimento.

Essa é exatamente a proposta adotada aqui: e depois da ocupação, o que ficou para os atores envolvidos? O que a percepção sobre os resultados revela e influencia o movimento e o seu repertório de estratégias? O capítulo seguinte detalhará o desenho da pesquisa.

2. RESULTADOS DE PROTESTOS NA ABORDAGEM INTERPRETATIVISTA

2.1. O que é a abordagem interpretativista?

Um estudo típico de resultados tentaria descobri-los ou calculá-los, como se eles existissem em si mesmos no plano da realidade e, por maneiras isentas de qualquer influência do pesquisador e dos pesquisados, pudessem ser alcançados pelo conhecimento humano e por ele delimitados e medidos com precisão. Pesquisas como essas, normalmente, partem de uma ontologia realista, epistemologia positivista e/ou de uma metodologia objetiva, utilizando critérios quantitativos para isolar e correlacionar as diferentes variáveis observáveis a fim de determinar a existência e a causalidade dos processos sociais.

Porém, no final do século XIX, passou-se a entender que o caráter supostamente científico de um fenômeno qualquer não estaria imune da historicidade inerente do pesquisador e dos pesquisados: tanto recorte quanto meio de apuração, ainda que se fundem em conceitos prévios e critérios de rigor, validade e confiabilidade, seriam operações imbricadas uma à outra que ocorrem em função do contexto social em que se desenvolve a investigação e na qual o sujeito e o objeto de pesquisa está inserido. O mais exato seria, portanto, não negar a subjetividade, mas tentar afirmá-la em sua integridade. Isso ficou conhecido como a virada interpretativista, definindo uma ontologia construtivista, uma epistemologia interpretativa e uma metodologia subjetiva (YANOW e SCHWARTZ-SHEA, 2006; JACKSON, 2006).

Este trabalho se alinha à essa segunda abordagem. Pressupõe-se que fenômenos como resultados de ocupações não são encontrados, mas construídos e interpretados, o que varia conforme cada indivíduo e cada contexto social que o insere. Outrossim, ainda que se pudesse revelar resultados de ocupações, isso diria pouco ao que se deseja saber neste estudo: o que o movimento faz ou intenciona fazer a partir do que entende ser um resultado. Logo, o interpretativismo, além de estar mais adequado à pesquisa social, atende melhor ao propósito deste estudo.

2.2. Estudo de caso: ocupação da Universidade de Brasília de 2016

Embora o estudo comparativo também seja recomendado (TILLY, 2008; GAMSON, 2014), Schwartz-Shea (2006) sugere que, em uma abordagem

interpretativista, para que seja científica, a relação de causalidade, subjacente em um estudo de resultados, ainda que descritivo como este, deve ser reorientada para a análise de situações específicas, mapeando cuidadosamente e contextualmente as evidências e as conexões entre os eventos, sem deixar de observar a relação entre o significado e ação, isto é, como as pessoas agem a partir do que entendem (SCHWARTZ-SHEA, 2006, p. 108). Aliás, é a especificidade desse trabalho, que garantiria a validade interna, que possibilitaria a validade externa em eventual pesquisa futura que buscasse padrões ou generalizações, sob responsabilidade de quem o fizesse³⁶.

Outrossim, o entendimento sobre as peculiaridades estudantis locais é uma recomendação de Mische (1997), Tavares e Veloso (2016) e Tatagiba e Teixeira (2016), haja vista a possibilidade de a diversidade produzir diferentes e impensadas hipóteses de explicação e permitir comparações futuras entre o mesmo em diferentes momentos, entre ME de diferentes localidades e entre ME e outros movimentos sociais.

Logo, para o desenvolvimento da pesquisa foi escolhido o estudo de caso, e a opção pela ocupação da Universidade de Brasília de outubro a dezembro de 2016 foi motivada por três razões. Primeiro, pela diversidade. A UnB teve diferentes ocupações dentro dela mesma, não só de prédios diferentes, mas grupos distintos, variando entre cursos e interesses. Isso sugere a existência de demandas internas da Universidade, para além das externas. Essa multiplicidade possibilita explorar diferentes possibilidades de resultados e de interpretações sobre eles, além de prováveis inovações na utilização da mesma estratégia no mesmo contexto.

Segundo, pela localização da instituição, que potencializa os enquadramentos de identidade, haja vista a simbologia de estar no centro político do país, e de agência do movimento, considerando a proximidade com as autoridades propositoras das medidas legislativas combatidas (GAMSON, 2011). Outrossim, a presença e a comunicação dos mesmos atores são requisitos para a mudança na estrutura de

³⁶ Aqui, Schwartz-Shea (2006) responde o pressuposto positivista de Campbell e Stanley (1963) de que há um *trade off* entre validade interna e externa: quando um estudo é forte em um é fraco em outro. Relembra o argumento de Lincoln e Guba (1985): “se os resultados de pesquisa de um determinado estudo devem ser ‘generalizados’ para outro cenário, logicamente, deve ser responsabilidade da pessoa que procura ‘transferir’ esses resultados para outro contexto. (...) A responsabilidade do pesquisador é fornecer ‘descrição densa’ suficiente para que outros possam avaliar quão plausível é transferir descobertas desse estudo de pesquisa para outro cenário” (Schwartz-Shea, 2006, p. 109, tradução nossa).

oportunidades (TILLY, 2008). Alunos, congressistas e executivos interagiram não apenas nas universidades, mas também nas manifestações nas ruas e nas audiências públicas, combinando formas de interação disruptivas e institucionais, conflitos e colaborativas. Empiricamente, o fato de Brasília ser a capital do Brasil também trouxe diversos outros ME e MS que interagiram com os universitários brasileiros, o que poderia possibilitar uma comparação.

Terceiro, pelo histórico da Universidade de participação em questões políticas. Sua fundação em si configura o papel da educação na transformação social, desde o planejamento de seu espaço até a implementação de seus planos pedagógicos inovadores por seus fundadores³⁷, características que marcaram toda sua trajetória. Merece destaque o fato de a UnB ter sido uma das pioneiras da implementação de cotas raciais e econômico-sociais em seu vestibular, de cursos voltados a minorias e de votação paritária para Reitoria. Ainda, ressalta-se a relevante participação da Universidade em outros ciclos de protestos nacionais (1964³⁸, 2008 e 2013) e locais (15 ocupações na última década), o que permitiria comparações de performances e análise de resultados incrementais na utilização da mesma estratégia. Isso possibilitaria averiguar como uma campanha impacta na subsequente (Tilly, 2008), inclusive negativamente, tendo em vista que, apesar de conhecimento da estratégia e experiência, a UnB foi uma das últimas IE a ser ocupada.

³⁷ A UnB foi inaugurada dois anos após a finalização da construção da capital federal. Embora “algumas autoridades não quisessem que estudantes interferissem na vida política da cidade”, em 1961 Jango sancionou a Lei 3.998 que autorizou a criação da universidade, “com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país”. O mesmo arquiteto da cidade, Oscar Niemeyer, planejou-a, a menos de cinco quilômetros da Esplanada dos Ministérios, com base nas ideias autonomistas do antropólogo Darcy Ribeiro, que veio ser o primeiro reitor, e o educador Anísio Teixeira, que planejou o modelo pedagógico. O Plano Orientador da UnB, ainda vigente, previu iniciativas inovadoras, como a própria editora da universidade e sua organização em fundação, ao qual professores renomados de todo o país aderiram. <https://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>. Acesso em: 21 jun 2017.

³⁸ Segundo a história contada na página da própria UnB, “por estar mais perto do poder, a instituição foi uma das mais atingidas”, tendo sofrido invasões já na segunda semana do golpe militar, em abril de 1964, revistando e interrogando professores e alunos, acusando-os de subversivos e demitindo o então reitor Anísio Teixeira e o vice; em setembro de 1965, com a demissões de professores, entre eles, Sepúlveda Pertence, que viria a se tornar posteriormente ministro do Supremo Tribunal Federal, por “conveniência” e “ameaças de depredação aos prédios” por pichações e greves, ao que 223 dos 305 professores se solidarizaram pedindo também a demissão; em 1968, que foi a mais violenta, prendendo sessenta universitários, entre eles Honestino Guimarães e Waldemar Alves, que foram mortos por militares; e em 1977, após a criação de uma comissão no Senado para lidar com os conflitos na UnB. A democracia apenas foi retomada na Universidade em 1984, com a eleição do reitor Cristovam Buarque, hoje Senador Federal. Disponível em <https://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>. Acesso em: 31 mai. 2018.

O período de análise do estudo de caso foi inicialmente de 31 outubro de 2016 a 30 novembro de 2017, o que foi posteriormente estendido até 31 maio de 2018. Gamson (1990) ressalta que a definição do marco temporal para avaliar resultados de protestos influencia o próprio resultado da pesquisa. Esse marco deve ser, portanto, um tempo em que a aceitação do grupo e as novas vantagens, ou a representatividade na mídia e a proeminência das questões abrangidas pelo movimento, possam ser observadas quando já estabelecidas, e não em andamento ou com relativa chance de alteração significativa.

O autor estabelece três critérios para essa definição: quando o grupo manifestante deixa de existir formalmente; quando o grupo de manifestante, mesmo que formalmente existente, cessa atividades de mobilização e influência³⁹; ou quando os maiores antagonistas do grupo desafiador aceitam o grupo como agentes válidos por sua constituição e lidam com ele dessa forma. Para o autor, tudo dependeria de como teria sido institucionalizada a relação conflituosa entre o grupo e seus antagonistas: quando regulada e procedimentalizada, o desafio teria terminado (*idem*, p. 384).

Ao presente caso, aplicou-se o segundo critério, dando o prazo maior após o evento para observar alguns resultados indiretos e menor que a perda das fontes, com conclusão de curso pelos alunos participantes, que ocorre em média em quatro anos, e a maior probabilidade de erro, com o esquecimento dos fatos (KUMAR, 2011). Logo, esse prazo inicialmente era de um ano.

Porém, durante a escrita da dissertação, ocorreu uma nova ocupação na Reitoria da UnB, de 12 a 30 de abril de 2018, questionando a EC 95/2016 e suas consequências, após manifestações em frente ao MEC e uma pequena ocupação de dois dias no FNDE. No primeiro dia útil após o término da ocupação, 2 de maio, foi deflagrada greve estudantil em assembleia geral dos estudantes, tendo havido nesse mês uma sucessão de audiências públicas no Congresso Nacional sobre o caso da UnB. Para alguns dos novos ocupantes, esse movimento de 2018 seria uma continuação do movimento em 2016, razão pela qual esse período de mais seis meses foi incluído. Além disso, considerando que 2018 é ano eleitoral, alguns candidatos começaram a se pronunciar sobre o tema, o que é um fator relevante na proposta de análise de resultados de

³⁹ No caso, embora sugira a ocupação da UnB não o prazo de 5 anos de inatividade, reconhece situações em que grupos em menos tempo se reativaram com outra identidade.

Gamson (2014). Portanto, o tempo total de pesquisa foi de 31 de outubro de 2016 a 31 de maio de 2018.

Ressalva-se que mesmo após a extensão, esse tempo pode não ser suficiente para esgotar os resultados estáticos e dinâmicos da performance. Entretanto, este estudo gera material que pode ser revisitado no futuro e/ou incluído nas análises de longo prazo, como fez Palacios-Valladares (2016). Outrossim, vale destacar ainda que o ME possui alta rotatividade, sendo o tempo total de militância do estudante relativamente estreito (BRINGEL, 2009), normalmente entre quatro e cinco anos, o que torna o período de dezenove meses representativo para a proposta da pesquisa.

2.3. Acesso⁴⁰ e análise dos dados

Embora o método utilizado não tenha sido a etnografia, foram utilizadas algumas de suas técnicas, considerando o potencial das narrativas de explicarem fenômenos sociais (“*how things happen is why things happen*”, TILLY, 2006; BEVIR, 2006). Assim, foram usadas a imersão multissituada⁴¹ para acesso de dados e a descrição densa⁴² das percepções sobre resultados e dos comportamentos do movimento decorrentes para a análise de dados.

A seguir, são especificadas as fontes acessadas e as formas de acesso e posteriormente são descritas as categorias de análise desenvolvidas.

2.3.1. Acesso de dados

Facebook

O *Facebook* foi a primeira fonte buscada, por recomendação dos próprios ocupantes, que disseram que ele seria sua principal forma de comunicação com o

⁴⁰ O termo acesso em vez de coleta de dados é utilizado em conformidade com o que propõe Yanow e Schwartz-Shea (2006), para adequar à linha interpretativista usada, segunda a qual os dados não existem em si, mas a visão do pesquisador sobre eles. Fontes são acessadas mas dados são gerados, seja pela interação do pesquisador com signos seja pela coparticipação do pesquisador em eventos ou conversas (Yanow e Schwartz-Shea, 2006, p. xviii-xix)

⁴¹ Marcus (1995) propõe uma observação que, diante do mundo globalizado, considera múltiplos campos para que a análise local não fique fragmentada. Nesta pesquisa, foram considerados campos a própria ocupação, os espaços institucionais de interação e decisão sobre ela (audiências públicas e processos judiciais) e alguns dos meios de comunicação sobre ela (o *Facebook* e os jornais).

⁴² Jackson (2006) sugere a organização e sistematização de dados escritos, orais, imagéticos, simbólicos referentes ao fato como forma de identificar quais argumentos foram construídos para compor o discurso que legitima ou não o fenômeno e lhe atribui significado.

público. Além disso, é inegável a importância da internet nos estudos sobre movimentos sociais hodiernos, sobretudo estudantis, cuja maior parte é jovem e utilizadora desse meio de comunicação (WILSON, 2006). No Brasil, o *Facebook* tem considerável vantagem entre as mídias sociais virtuais. Nas manifestações de 2013, o IBOPE apontou que 62% dos presentes entrevistados souberam da manifestação do dia 20 de junho pelo *Facebook*⁴³.

Assim, de outubro de 2016 a maio de 2018 foi acompanhado o conteúdo de 24 páginas do *Facebook*, das quais 13 tinham relação direta com a ocupação da UnB em 2016, sendo 11 mobilizadoras dessa estratégia (Ocupa UnB, Ocupação FUP-UnB, Ocupa das minas, Ocupa FAU – UnB, Ocupa VIS – UnB, Ocupa Letras UnB, Ocupa BSAS, Ocupa CEN – UnB, Ocupa MUS – UnB, Ocupa FCI – UnB, Ocupa FAC – UnB) e duas mobilizadoras contra ele (Desocupa MUS-UnB, Respeita minha aula). Após 2016, houve uma página de uma ocupação em 2017 (BsaSul) e a Ocupa UnB continuou sendo o canal da ocupação da Reitoria em 2018. Antes de 2016, foram identificadas uma outra página Ocupa UNB referente a ocupações anteriores e uma página denominada Ocupação Negra da FD/UnB que, contudo, não se referia à estratégia em estudo, mas a ações afirmativas naquele espaço. Essas páginas foram encontradas na busca do próprio *Facebook*, utilizando os termos “ocupa*” e “inva*”⁴⁴ e UnB e nas postagens em que uma referenciava outra.

Vale ressaltar que nem todos os prédios ocupados da UnB tiveram uma página no *Facebook* e algumas (FAC, por exemplo) tiveram mais de uma página ao longo do período de ocupação. Também foram monitoradas as páginas institucionais das principais organizações permanentes internas principais, como a própria UnB, o DCE, bem como as das chapas que concorreram às eleições de 2017, quais sejam, Aliança pela Liberdade e Todas as Vozes. Além disso, foram acompanhadas as páginas das instâncias criadas em decorrência das ocupações, quais sejam, Movimento em Defesa da UnB, Centro de Convivência de Mulheres e Quilombo UnB – Diretório Negro. Por fim, foi incluída a página Movimento Reação Universitária, citada por um dos estudantes como a página em que foram divulgadas informações contra as ocupações

⁴³ Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁴⁴ O asterisco codifica um radical e possibilita que se encontre todas as palavras que o contenham. Ainda assim, foram buscados os radicais com diferentes sufixos. Para “ocupa”: ocupar, ocupação (ões), ocupada(o)(s), ocupante(s). Para “inva”: invadir, invasão(ões), invadido(a)(s), invasor(es).

e os manifestantes, que posteriormente formou chapa para concorrer às as eleições de 2018 para DCE.

O conteúdo das postagens dessas páginas também foi captado e tabelado em maio de 2018 pelo aplicativo gratuito fornecido pelo próprio *Facebook*: Netvizz. Essa ferramenta permite extrair conteúdo de postagens e comentários, imagens, links, bem como estatísticas de curtidas e interações e a rede de páginas conectadas. A partir dela foram geradas estatísticas sobre as interações e nuvens de palavras. Estas, no entanto, não ofereceram informações substanciais para as perguntas de pesquisa. Observou-se que a maior parte das postagens foram imagens ou vídeos e não foi possível incluir os textos ou conteúdos delas na base de dados no tempo deste estudo. Por essa razão, não integraram a análise e foram dispostas no Anexo IV⁴⁵.

O *Facebook* contribuiu mais para identificar e estabelecer contato com os atores, realizar convites para os grupos focais, perguntar informações sobre reuniões e audiências e triangular as respostas obtidas nas outras fontes.

Mídia

A importância da mídia na formação da opinião pública e interferência nos resultados é destacada sobretudo por Gamson (1990, 2014). Por isso, foram acompanhadas as notícias *online* da Secretaria de Comunicação (Secom) da UnB, do Correio Braziliense e do Globo. Todas as matérias analisadas estão no Anexo I.

A Secom/UnB é o órgão de comunicação oficial da instituição, que se localiza dentro do gabinete da Reitoria e que também foi ocupada. Durante esse período, embora o telefone da Secom/UnB tenha sido atendido pelos estudantes da Comissão de Comunicação da Ocupação da Reitoria⁴⁶, a Secom/UnB continuou a produzir conteúdo *online*, o que é feito por servidores jornalistas da Fundação UnB (FUB). Entretanto, vale notar que a chefia do órgão é de livre nomeação da reitoria, conforme me informou um dos servidores da Secom/UnB por telefone. Considerando que a nova reitora, Márcia Moura, assumiu o cargo durante as ocupações, foi possível comparar os discursos de sua gestão e da anterior, liderada por Ivan Camargo.

Ainda foram acompanhadas as notícias online do Correio Braziliense e Globo, disponíveis nos portais CorrerioWeb e G1, respectivamente. O primeiro foi escolhido

⁴⁵.

⁴⁶ Segundo eles, ao atenderem o telefone diziam: “Fora Temer, Ocupa UnB, pois não?”

por ser o jornal mais vendido e lido do Distrito Federal, sendo, portanto, uma fonte importante na formação de opinião local, além de ocupar a 20ª posição em âmbito nacional⁴⁷ no último ranking, em 2015. O segundo foi escolhido por ser a maior empresa de mídia em âmbito nacional e a única representante brasileira no ranking internacional, ocupando a 14ª posição⁴⁸.

A busca foi feita nos sítios eletrônicos de cada um deles, usando os mesmos termos utilizados para a busca no *Facebook*. Porém, foram encontradas várias matérias não relacionadas ao tema. Assim, foram descartadas as matérias que tinham a palavra *preocupar* e derivados, bem como aquelas que tinham outros sentidos de ocupação: de vagas, posições, cargos e empregos; de espaços institucionais ou culturais (jardins, centros de convivência, local de exposição artística, ruas em feriados, por exemplo); de terras (por quilombolas, por exemplo); de lugar de destaque; de páginas da internet; de prédios recentemente reformados e que estavam fechados; de imóveis funcionais ociosos; do solo por plantas; de espaço de poder em sentido geral. Também foram descartadas as matérias que referenciavam a invasão dos militares na Universidade em 1968 e outros sentidos de invasão: “artística, na exposição”; “de privacidade”; “de chuvas, enxurradas”; “do *campus* do Gama, por grileiros”; “de órgãos”, em procedimentos cirúrgicos; “de plantas”, em ecossistemas; “de inimigos”, em guerras ou massacres; de propriedades privadas rurais, praticadas por indígenas; “urbanas”, como sinônimo de favela; de um produto ou um produtor “no mercado” ou “na indústria”; no tempo (de um mandato); de um sistema; de um automóvel nas faixas de trânsito. Embora importantes e por isso disponibilizadas no Anexo I, foram descartadas da contagem, mas não da análise, as notícias referentes a uma invasão que, contudo, não se referia ao repertório estudado, mas consistia em um ataque mobilizado por pessoas externas à UnB que defendiam o juiz Sérgio Moro e o candidato a Presidente da República, Jair Bolsonaro, contra os estudantes, em uma sexta-feira à noite, com agressões e ameaças físicas e verbais, homofóbicas e racistas.

⁴⁷ Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em: 11 out. 2017.

⁴⁸ Relatório Top Thirty Global Media Owners 2015, elaborado pela Zenith Optimedia, que classifica as empresas de mídia a partir de sua receita anual, incluindo o faturamento com publicidade e circulação de jornais ou revistas. Disponível em http://grupoglobo.globo.com/noticias/grupo_globo_sobe_ranking_empresas_midia_mundo.php. Acesso em: 11 out. 2017.

Também foram descartadas as notícias com mesmo título, escritas pela mesma pessoa, no mesmo dia, mas publicadas em cadernos diferentes, caso em que foi mantida apenas a mais recente. Por fim, foram descartadas as notícias online em formato de vídeo.

Foram consideradas as matérias cuja versão completa era exclusiva para assinantes, analisados apenas o trecho disponível ao público geral. E foram incluídas algumas matérias que não apareceram nas buscas, mas foram referenciadas nos campos “Saiba mais” ou “Veja também”.

No total, foram encontradas 181 matérias sobre a uso da estratégia na UnB ou pelos seus estudantes, no período de 11/09/2018 a 04/05/2018 (Anexo I).

Processos judiciais

Sua relevância diz respeito, principalmente, à formação do discurso sobre a legitimidade do movimento estudantil e da estratégia mobilizada (TAVARES e VELOSO, 2016) e aos custos da repressão (PALACIOS-VALLADARES, 2016).

Eles foram buscados nos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), do Ministério Público Federal (MPF), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) e da UnB, usando os mesmos termos utilizados para a busca no *Facebook* no campo “Pesquisa livre”. Nos sítios eletrônicos dos Tribunais e Ministérios Públicos também foi feita a busca por FUB e UnB, por extenso e abreviado, no campo “Partes”.

No Sistema Eletrônico da UnB (“SEI”⁴⁹), foram também selecionadas no campo “Tipos de processo” as opções “Patrimônio – desapropriação e reintegração de posse” e “Patrimônio – ocorrências”. Porém, o sistema apenas permite ao usuário externo o andamento do processo, e não seu conteúdo, de forma que não foi possível saber se houve processo administrativo referente às ocupações. Por telefone, um servidor do Protocolo disse que também não poderia me ajudar, uma vez que teria que ter o número do processo para me dar acesso presencial, caso não houvesse restrição,

49

Disponível

em:

https://sei.unb.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 11 out. 2017.

e sugeriu que eu fizesse essa solicitação pela Ouvidoria, o que fiz e obtive e não obtive resposta até a defesa.

Foram encontrados três processos no TRF1 e um procedimento no MPF. Posteriormente, todos esses processos foram também mencionados pelos entrevistados ou pela mídia. Não foi localizado ou citado nenhum processo administrativo no âmbito da UnB, do TJDF ou do MPDF.

Observação participante

Peirano (2014, p. 387) ressalta que palavras não são o único meio de comunicação: silêncios, gestos, ambientes, ruídos, comportamentos, rituais, vestes também regulam a vida cotidiana e compõem o processo de construção de argumentos sobre uma ação política.

De fato, considerando que a mídia não remetia a nomes de estudantes, que se protegiam contra exposição da mídia e eventual criminalização pela ação coletiva, esse método, tal qual o *Facebook*, foi fundamental para identificar pessoas e ganhar confiança para posteriormente realizar entrevistas e grupos focais, que teriam sido impossíveis sem essas entradas. Também somente por meio da ocupação participante pôde-se mapear o relacionamento entre os atores, nas diversas instâncias, cargos e instituições; os impactos dos comportamentos e dos rituais; o processo de construção dos textos; o clima emocional; os espaços internos de poder e o posicionamento das pessoas neles ou fora deles.

A observação participante ocorreu em oito ocasiões, entendidas como momentos que marcariam a possibilidade de fim da ocupação ou incitariam debates sobre seus resultados:

Quadro 5 – Observações participantes realizadas

Data	Ocasão
21/11/2016	Dia do recebimento da decisão judicial em que se determinou liminarmente a reintegração de posse
08/12/2016	Audiência pública realizada no anfiteatro 9 do Instituto Central de Ciências (ICC) a UnB promovida pelo MPF para negociar a desocupação das ocupações de todos os prédios
13/12/2016	Desocupação da UnB
16/04/2018	Mesa pública, com o movimento Ocupa UnB, a reitoria, o MEC, o Comitê em Defesa da UnB e outros órgãos representativos da UnB, promovida na Câmara dos Deputados pela Deputada Federal Érika Kokay (PT/DF)
04/05/2018	Audiência pública entre os mesmos atores, promovida pelo Senador Hélio José (PROS/DF)
14/04/2018	Nova ocupação da Reitoria da UnB, entendida como uma continuidade de 2016, no após visita da Reitora que prometeu não criminalizar o movimento

02/05/2018	Assembleia Geral dos Estudantes, após a desocupação da Reitoria em 30/04/2018, em que foi deflagrada greve geral e discutida a diferença entre essas duas estratégias
18/05/2018	Conselho de Entidades de Base, em que foram, tal qual 2016, adiadas as eleições do DCE

Ainda, participei, como ouvinte, do Seminário Corpo e Batalha, promovido pelo Instituto de Artes Visuais (IAV/UnB), em novembro de 2017, no qual se discutiu em uma das mesas “O legado das ocupações de 2016”; do Seminário “Crise política, democracia e rupturas no Brasil contemporâneo”, promovido pela Faculdade de Direito (FD/UnB), em abril de 2018, no qual se discutiu em uma das mesas “As jornadas de junho de 2013: alcance e permanência”; e da aula pública sobre “repertório de movimentos sociais de juventude e história do movimento estudantil”, no IPol/UnB, como programação da greve estudantil.

Embora a observação participante remeta a uma passividade do pesquisador, Minayo (2012) destaca que apenas a sua presença ali influencia o campo de estudo, elemento importante para a abordagem interpretativista.

Grupos focais e entrevistas

Os grupos focais e as entrevistas foram realizados em abril e novembro de 2017 e abril de 2018 para triangular as informações obtidas nas fontes textuais e na observação participante e aprofundar a investigação em relação a alguns elementos.

Com efeito, os grupos focais, segundo Gamson (2011), fornecem um “discurso público sociável”, isto é, uma mistura de discurso público com conversa privada ou interação sociável, em que as pessoas não apenas dizem apenas para aqueles que ali o escutam e em regra validam sua opinião, por serem pares, mas reconhecem que estão falando, por meio do pesquisador que publicará seu trabalho, para numerosas pessoas desconhecidas (GAMSON, 2011, p. 42). Ambos modificam o que é dito, mas possibilita extrair, além das noções de causalidade no discurso dos atores, os enquadramentos e as lógicas da ação coletiva.

Como mencionado, a consciência política é formada no entrecruzamento da cognição e da cultura proveniente da mídia, das experiências individuais e coletivas e da sabedoria popular, articulada pela conversação, o que torna o trabalho empírico, especialmente por meio de grupos focais, fundamentais para entender isso: “a história de como as pessoas constroem sentidos é, na verdade, uma série de histórias paralelas

nas quais padrões emergem por meio de uma justaposição dos processos de entendimento sobre questões diferentes” (*idem*, p. 30).

Além disso, os grupos focais, comparados a outros métodos como entrevistas e *surveys*, teriam as vantagens de facilitar o resgate da memória e possibilitar tanto as coerências do discurso do movimento estudantil da UnB como as incoerências entre os diferentes grupos nele. Também, proporcionariam tratamento agrupado das informações fornecidas de forma mais rápida, apesar de mais completa, envolvendo elementos textuais e não textuais, e maior segurança de confidencialidade aos estudantes.

Assim, foi realizado, primeiramente, um grupo focal piloto, em abril de 2017, logo após as eleições do DCE, com alunos ocupantes da Reitoria, pela importância tática do prédio, tendo concentrado as informações sobre as outras ocupações, e pesquisadores do tema, indicados por alunos que tiveram contato na observação participante no dia 21 de novembro de 2016. Ele tinha a finalidade de direcionar a pesquisa textual à época, testar o questionário e as categorias de análise, verificar a recepção deles com a pesquisa para definir melhor abordagem, conhecer seus projetos para evitar duplicação e identificar potencialidades e limitações da produção de conhecimento para o movimento estudantil. Suas respostas foram incluídas na análise.

Todos os outros cinco grupos foram realizados em novembro de 2017, aproximadamente um ano depois das ocupações, com o auxílio da doutoranda Karina Damous Dualibe (Ipol/UnB), experiente no método, que ajudou em todo o processo⁵⁰. Considerando a recomendação de que grupos focais fossem compostos poucas pessoas que possuíssem entendimentos diferentes sobre uma mesma situação, mas que também se sentissem confortáveis para expor suas ideias, eles foram planejados para serem compostos por três a cinco pessoas, escolhidas aleatoriamente para evitar “uma amostra enviesada na direção daqueles que tinham especial interesse em discutir essas questões” (GAMSON, 2011, p. 40).

O convite foi feito inicialmente por meio de um formulário Google divulgado pelas páginas do *Facebook* mencionadas, prometendo a duração de uma hora para não

⁵⁰ O auxílio aconteceu desde o início, envolvendo a construção dos roteiros, autorizações, certificados, questionários; a escolha dos grupos e seleção de pessoas; a comunicação com os participantes; a condução dos primeiros grupos focais; a transcrição; e a análise dos dados, tudo em conjunto com a orientadora.

ficar cansativo, a não identificação dos participantes para garantir a segurança e o conforto deles e a maior profundidade das informações e um pequeno lanche para incentivar a inscrição. No entanto, foram obtidas apenas sete respostas: cinco de alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), que formariam um grupo focal, um de uma aluna de Turismo e uma de um aluno não identificado.

Elaborei e imprimi mil panfletos, distribuídos por mim mesma para pessoas e em murais, no período de 11 às 15h por três dias seguidos em novembro de 2016 no Restaurante Universitário, nos Centros Acadêmicos dos cursos do ICC, da Faculdade de Tecnologia, das Faculdades de Artes (Cênicas, Visuais, Musicais) e dos Institutos de Ciência Política e de Relações Internacionais. Disso recebi apenas um contato, de uma pessoa contrária às ocupações.

A dificuldade se deveu a fatores pragmáticos, como o fim do semestre, que consome mais tempo dos estudantes pelas provas e trabalhos finais; por não ter sido oferecida uma recompensa tão atrativa, apenas um lanche; pelo medo de se identificarem, serem expostos e de alguma forma perseguidos, especialmente as mulheres, como mencionado posteriormente; por desconfiar da inclinação política da pesquisa, momento em que foi perceptível a existência de uma disputa pelo nome da estratégia: ocupação *vs.* invasão. Como o convite inicial continha apenas o termo analítico, ocupação, quem entendia por invasão expressou⁵¹ que a falta de interesse em participar do grupo focal era por essa razão. Assim, o convite e o título da dissertação foram alterados para incluir invasão e mais quatro voluntários contrários às ocupações se voluntariaram.

Porém, três grupos ainda eram insuficientes para obter as informações buscadas. Foram montados, assim, a partir de indicações dos entrevistados ou de pessoas que estiveram nas ocasiões da observação participante, mais três grupos focais: ocupantes da Reitoria que posteriormente integraram o DCE, considerando o argumento de que a troca de gestão foi um dos resultados; ocupantes da Faculdade de Planaltina, por terem sido os primeiros e por terem sido o único *campus* fora do Darcy Ribeiro a ocuparem; e participantes da ocupação exclusiva das mulheres, por terem

⁵¹ Um ex-aluno me disse por Whatsapp: “Sobre o termo ocupação, acho que é válida sua justificativa, mas com certeza não foi pragmática. Acho difícil você conseguir alguém que realmente militou contrariamente às ocupações se você já se posiciona (ainda que tacitamente) a favor delas, que é o que acontece quando você não chama de invasão”.

sido uma ocupação temática e não referenciada a um curso ou um prédio e por terem ocupado novamente em 2017.

Apesar do viés dessa forma de recrutamento, conhecido como *snow ball* (bola de neve), Gamson (2011) ressalva: “começar com uma pessoa de contato e incluir seus amigos nem sempre resulta em um grupo homogêneo” (GAMSON, 2011, p. 39). De fato, os grupos foram bastante diversos em sua composição. Na solicitação de indicação, foi instruído sugerir nome de pessoas de opiniões diferentes e de diversos graus de participação, o que de fato ocorreu.

Todos os grupos focais foram realizados no *campus* em que os participantes estudavam, também por recomendação de Gamson (2011). No entanto, tendo em vista o baixo benefício e o alto custo, em todos os grupos houve desistências de última hora. Dois deles não tiveram a composição mínima de três pessoas, tendo sido realizado com a dupla presente, que foi a das mulheres e a do DCE. Não obstante, as informações construídas neles foram consideradas tendo em vista que não houve o objetivo de esgotar as opiniões da universidade, mas de aprofundar algumas questões complementar o restante do material levantado. O quadro abaixo compila informações sobre a realização e o perfil dos grupos focais:

Quadro 6 – Grupos focais realizados

Nome do grupo	Data de realização	Nº de integrantes	Recrutamento	Perfil
Reitoria (piloto)	29/04/2017	3	Indicação de pessoas em contato nas observações participantes.	Ocupantes da Reitoria da comunicação e/ou pesquisadores sobre a ocupação.
FUP	22/11/2017	5	Indicações de um dos entrevistados e indicações das indicações.	Protagonismo variado, maioria organizada politicamente (partido e movimentos sociais).
DCE	24/11/2017	2	Convite a partir da observação participante e indicações dos convidados.	Protagonismo forte, alunos organizados politicamente (DCE e coletivos), opiniões diferentes.
Ocupa das minas	24/11/2017	2	Convite a partir da observação participante e indicações das convidadas.	Protagonismo variado, alunos não organizados politicamente, pesquisador sobre a ocupação.
Contra invasão	27/11/2017	3	Voluntariado em razão de panfleto e indicações dele e de contatos pessoais.	Protagonismo variado, alunos organizados e não organizados politicamente.
FAU	27/11/2017	3	Inscrição por formulário eletrônico e indicações dos aceitantes.	Protagonismo variado, alunos organizados e não organizados politicamente.

Fonte: elaboração própria.

Embora a ênfase seja em relação à opinião dos alunos universitários, a audiência de desocupação revelou que outros atores tiveram papel fundamental na mediação e resolução do conflito e na formação do discurso sobre os resultados, quais foram: 1) as equipes das duas gestões da Reitoria, que acompanharam pessoalmente as negociações, ativaram ou não a mídia e as autoridades para o uso da força (justiça, polícia), eram os responsáveis pela tomada de decisão naquele âmbito, a voz oficial da universidade, e pela mediação, apesar de serem também interessados, entre os alunos e o Executivo na condução das políticas públicas voltadas à educação; 2) os professores, formadores de opinião, autoridades mais próxima dos alunos, que apoiavam ou não o movimento por meio de suas falas e atos dentro de sala de aula, controlando frequências e calendários de provas, e fora, participando das ocupações dos alunos e das decisões nas instâncias administrativas da universidade os encaminhamentos após o término da ocupação; e 3) os juristas, que também contribuíram em dizer o direito de ocupar e a legitimidade da atuação.

No intuito de exemplificar e não representar cada uma dessas categorias, foram convidados dois representantes de cada, ou seja: um integrante do gabinete do ex-Reitor Ivan Camargo, um integrante do gabinete da Reitora Abrahão Moura, um professor favorável às ocupações (*campus* Planaltina), um professor contrário às ocupações (*campus* Darcy Ribeiro), um membro do Ministério Público Federal e um advogado popular.

Além desses, foram entrevistados em 2018 mais três alunos de forma complementar aos grupos focais: um representante da UNE que participou ativamente da ocupação de 2016, um ocupante da Reitoria em 2008 e um ocupante da Reitoria em 2018. O quadro a seguir compila as entrevistas realizadas, tendo sido apenas duas delas realizadas por Skype:

Quadro 7 – Entrevistas realizadas

Entrevistado	Data de realização
Representante do gabinete da Reitora Márcia Moura	03/11/2017
Professor favorável às ocupações (<i>campus</i> Planaltina)	09/11/2017
Advogado popular	14/11/2017
Professor contrário às ocupações (<i>campus</i> Darcy Ribeiro)	17/11/2017
Representante do Ministério Público Federal	17/11/2017
Representante do gabinete do ex-Reitor Ivan Camargo	28/11/2017
Ocupante da Reitoria em 2018	14/04/2018
Representante da UNE, aluno da UnB, ocupante da Reitoria	16/04/2018
Ocupante da Reitoria em 2008	18/05/2018

Tanto as entrevistas quanto os grupos focais seguiram o mesmo roteiro, que foi dividido em cinco partes: 1) identificação, com perguntas sobre os enquadramento da consciência política; 2) opinião sobre estratégia, testando as hipóteses teóricas de motivo de escolha e de difusão; 3) opinião sobre o movimento estudantil e sua legitimidade; 4) opinião sobre a pauta do movimento, com questionamento sobre os objetivos da ação coletiva e como se alteraram ao longo do tempo; 5) opinião sobre os resultados; e 6) aprendizados, buscando aferir como o repertório se incrementa. Ao final, expus algumas ideias contrárias aos do grupo focal ou do entrevistado para aprofundar um pouco mais na origem das opiniões polarizadas. Embora isso tenha trazido algum desconforto e desconfiança em relação à inclinação política da pesquisa, foi fundamental para perfurar a superficialidade do senso comum e captar elementos da experiência individual e coletiva na formação da consciência política.

Além disso, havia dois questionários escritos, um anterior a esse roteiro e outro posterior. O anterior continha o termo de consentimento e participação em pesquisa e perguntas sobre dados socioeconômicos (gênero, cor, renda, formação), o vínculo institucional com a UnB (forma de ingresso, comissões e bolsas) e a participação política interna (instâncias administrativas, órgãos de representação de classe) e externa (coletivos, partidos, movimentos sociais e outras), relativas aos anos de 2016 e 2017. Os dados socioeconômicos e o vínculo institucional com a UnB são relevantes para contextualizar as falas, sobretudo em relação às políticas sociais de inclusão (gênero, raça e renda), que são transversais e como tais cortam também as políticas educacionais. Esse tema será investigado porque ficou evidenciado nos protestos contra os cortes da PEC n. 241/55/2016 como um elemento relevante, inclusive tendo havido ocupações específicas enfatizando esse aspecto da medida governamental. O quadro abaixo resume essas informações dos entrevistados e integrantes dos grupos focais:

Quadro 8 – Dados socioeconômicos dos entrevistas e representantes dos grupos focais

NÚMERO	Alunos	21	77,78%
	Outros	6	22,22%
IDADE	Alunos	25,66 (média, sendo a menor 19 e a maior 47)	
	Outros	Maioria não declarada (ND)	
SEXO		Homem	Mulher
	Alunos	47,62%	52,38%
	Outros	66,67%	33,33%

COR		Branca	Parda	Negra	ND	
	Alunos	61,90%	9,52%	9,52%	2,95%	
	Outros	66,67%	33,33%	0,00%	0,00%	
ESCOLARIZAÇÃO		Graduação	Pós-graduação	Exatas	Humanas	
	Alunos	90,48%	9,52%	19,05%	80,95%	
	Outros	16,67%	83,33%	50,00%	50,00%	
RENDA INDIVIDUAL MENSAL		Até R\$1 mil	De R\$1 mil a R\$3 mil	De R\$3mil a R\$5 mil	Acima de R\$5 mil	ND
	Alunos	33,33%	9,52%	4,76%	19,05%	28,57%
	Outros	0,00%	0,00%	0,00%	83,33%	16,67%

Fonte: elaboração própria.

Em relação aos quesitos específicos aos alunos, 33,33% alunos disseram ter recebido algum tipo de bolsa em 2016 e 28,57% disseram ter recebido em 2017. 42,86% disseram ter participado de algum coletivo, partido ou organização acadêmica em 2016 e 47,62% em 2017. Entre eles foram mencionados DCE, CAs, Comitê em Defesa da UnB, UNE, MST, MATR, MAIS, PSOL, RUA, Juventude Revolução, Aliança pela Liberdade.

O questionário escrito posterior tinha cinco perguntas abertas, com a finalidade de averiguar a experiência anterior das pessoas com outras ocupações ou processos similares, a influência disso nas opiniões manifestadas, opiniões sobre aprendizados mais particulares e sobre a participação na entrevista ou no grupo focal, com oportunidade de apresentar sugestões à pesquisa.

Todos autorizaram o processo de pesquisa e a gravação. Uma das pessoas entrevistadas não autorizou a identificação, razão pela qual os entrevistados serão tratados por seus cargos e não pelos seus nomes. Os participantes dos grupos focais autorizaram o tratamento das informações em conjunto, e não individualmente.

Todas as transcrições foram feitas por uma profissional e revisadas quanto ao português, à tradução de gírias ou expressões locais, à contextualização de frases deslocadas e à exclusão de trechos não autorizados ou que pudessem infringir o termo de autorização. Ainda, para evitar eventual identificação, algumas informações pessoais foram omitidas, algumas frases foram concordadas nominalmente com gênero trocado e as respostas dos grupos foram consideradas coletivamente, e não individualmente.

Ao longo dessa dissertação, será apresentado apenas o conteúdo resumido das entrevistas e grupos focais, respaldado nos trechos das falas dispostos no Anexo III.

2.3.2. Análise de dados

Considerando as perguntas da pesquisa e as hipóteses teóricas, os dados acessados foram analisados conforme as dez categorias explicadas a seguir:

1. **Experiência anterior com ocupação:** verifica a quais elementos prévios da biografia de cada ator essa estratégia está relacionada e condicionada (TILLY, 2008);
2. **Como/por que chegaram à ocupação:** averigua quais as lógicas justificam sua escolha (DIANI e DELLAPORTA, 2006) e enquadramentos de identidade, agência e urgência (GAMSON, 2011; MEYER, 2015);
3. **Opinião sobre a estratégia:** examina as percepções sobre as características da ocupação, inclusive sua eficiência (PALACIOS-VALADARES) e sua força (TILLY, 2008; GAMSON, 1990);
4. **Opinião sobre a legitimidade do movimento:** identifica o resultado subjetivo (a aceitação ou a representatividade do movimento, GAMSON, 1990, 2014);
5. **Opinião sobre as medidas legislativas contestadas:** testa o enquadramento de injustiça (GAMSON, 2011);
6. **Participação individual na ocupação:** mostra protagonismos e percepções pessoais sobre o processo e os resultados diretos de curto prazo (BOSI, GIUNGI e UBA, 2016);
7. **Participação coletiva (pela categoria) na ocupação:** investiga enquadramentos de identidade e agência (GAMSON, 2011) e elementos das interações entre os atores (presença e comunicação) para evidenciar transformação na estrutura de oportunidades (TILLY, 2008);
8. **Interação institucional:** categoriza antagonistas (Reitoria, Legislativo, Executivo), que reflete sobre as interações, os custos da ação coletiva (repressão) e a estrutura de oportunidades (TILLY, 2008) e sobre resultados subjetivos (a aceitação ou a representatividade do movimento, GAMSON, 1990, 2014);
9. **Vantagens/ desvantagens da ocupação:** examina resultados objetivos (GAMSON, 1990);
10. **Aprendizados:** investiga resultados dinâmicos, incrementais (TILLY, 2008; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016).

Cada uma dessas categorias se relaciona com as perguntas e os objetivos de pesquisa da seguinte forma:

Quadro 9 – Perguntas, hipóteses e categorias de análise

PERGUNTAS	HIPÓTESES TEÓRICAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Como os atores justificam a escolha da estratégia?	<ul style="list-style-type: none"> • Houve enquadramento de agência, identidade, injustiça e urgência (MEYER, 2015; GAMSON, 2011)? • Quais as lógicas de escolha e difusão da estratégia (números, danos, testemunho) estiveram presentes (DIANI E DELLAPORTA, 2006)? • Houve transformação da estrutura de oportunidades a partir de mudanças nas relações dos atores (TILLY, 2008)? • Foi considerado o potencial de eficiência da ocupação (MEYER, 2015; PALACIOS-VALADARES, 2016)? 	1. experiência anterior com ocupação; 2. motivo que levou à ocupação; 3. opinião sobre a estratégia; 5. opinião sobre as medidas legislativas contestadas; 6. participação individual na ocupação; 7. participação coletiva na ocupação;
Quais foram os resultados percebidos pelos atores (modelo estático)?	<ul style="list-style-type: none"> • Houve aceitação do movimento dos estudantes da UnB, como atores legítimos e demandas válidas, ou reconhecimento pela mídia de potencial eleitorado (variável subjetiva, GAMSON, 1990 e 2014)? 	4. Opinião sobre o movimento; 8. Interação institucional;
	<ul style="list-style-type: none"> • Houve mais vantagens que desvantagens obtidas pelos atores ou crescente proeminência de suas demandas na mídia (variável objetiva, GAMSON, 1990 e 2014)? 	9. Vantagens/desvantagens da ocupação;
Como os atores reconfiguram o movimento e o seu repertório de estratégias (modelo dinâmico)?	<ul style="list-style-type: none"> • Houve reconfiguração do repertório de estratégias (TILLY, 2008) ou outros resultados incrementais (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016)? 	10. Aprendizados.

Fonte: elaboração própria.

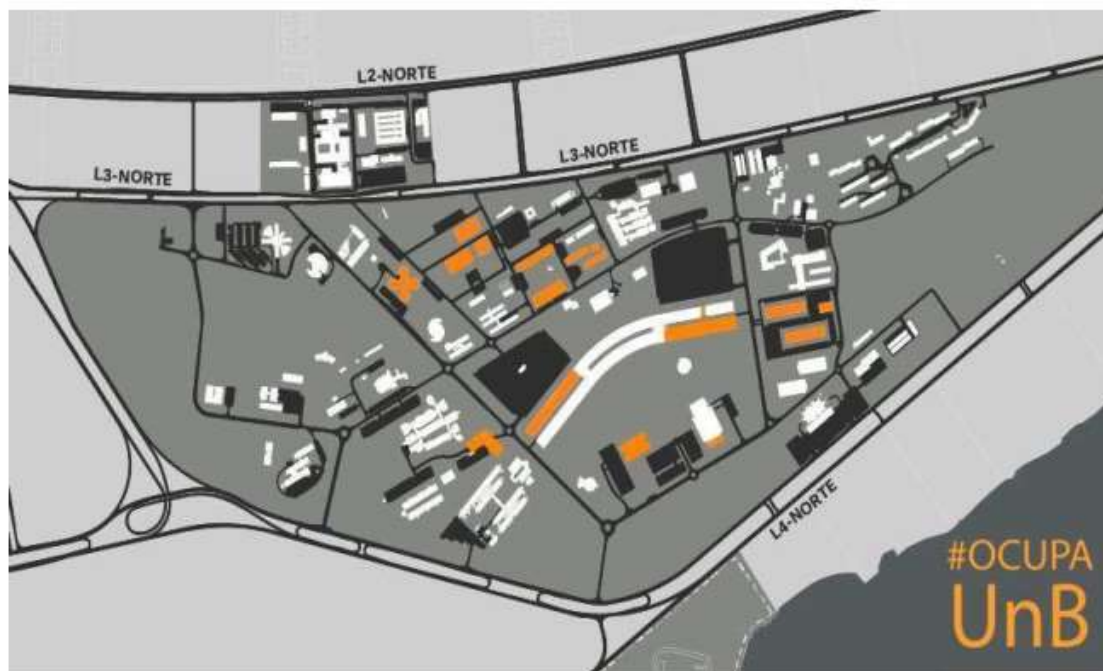
O capítulo a seguir contextualiza o caso da UnB e sistematiza as opiniões captadas nas fontes de dados de acordo com essas dez categorias.

3. A OCUPAÇÃO DA UNB DE 2016

3.1. A ocupação da UnB de 2016

Na UnB, a ocupação teve início no dia 31 de outubro e fim em 14 de dezembro de 2016, com duração de 45 dias. O primeiro espaço a ser ocupado foi a Faculdade de Planaltina (FUP), no *campus* de Planaltina. Algumas horas depois, os alunos ocuparam uma sala no *campus* Darcy Ribeiro, reivindicando o Quilombo, e ao final da manhã, após a realização Assembleia Geral dos Estudantes (AGE), ocuparam a Reitoria. Nos dias seguintes, vários outros espaços desse mesmo *campus* foram sendo ocupados: Faculdade de Ciência da Informação (FCI), Bloco de Sala de Aulas Sul (BSAS), Centro de Excelência em Turismo (CET), Faculdade de Educação (FE), Instituto de Artes Cênicas (IAC), Instituto de Artes Visuais (IAV), Instituto de Música (IM), Instituto de Letra (IL), Sala BT620 (que se tornou posteriormente o Centro de Convivência de Mulheres), Faculdade de Arquitetura (FAU), Faculdade de Comunicação (FAC), Pavilhão Anísio Teixeira (PAT), Pavilhão João Calmon (PJC), Bloco de Sala de Aula Norte (BSAN), conforme figura abaixo:

Figura 4 – Mapa dos prédios ocupados no *campus* Darcy Ribeiro da UnB de outubro a dezembro de 2016



Fonte: Página “Ocupa UnB” no Facebook.

No total, foram dezessete espaços ocupados na UnB em outubro de 2016. Alguns prédios eram exclusivos de alguns cursos, como o CET, voltado ao Turismo, e exigiam, além das demandas nacionais, uma pauta específica do curso. Outros prédios, como os Pavilhões e os Blocos de Salas de Aulas, abrangiam cursos diversos e a ocupação neles tinha a finalidade de paralisar as aulas de todos esses cursos e convidar os estudantes de uma forma geral para se mobilizarem em prol das demandas nacionais. Por fim, alguns espaços foram ocupados para pleitear políticas afirmativas de raça e gênero na universidade, pedindo inclusive um espaço para que essas questões fossem tratadas temporariamente, o que vieram a se tornar o Quilombo e o Centro de Convivência de Mulheres, respectivamente.

A maior parte deles teve uma página no *Facebook*, que, segundo os alunos, era a principal forma de se comunicarem. A ocupação na Reitoria administrava a página “Ocupa UnB”, criada no primeiro dia de ocupação, que centralizava as informações das demais ocupações, noticiando as novas ocupações, as notícias relativas à UnB e as manifestações dos estudantes contra a PEC n. 241/55/2016. Foram criados também um sítio eletrônico e uma estação de rádio para que os ocupantes da Reitoria se comunicassem com os ocupantes dos outros prédios, além de vários grupos no WhatsApp privados.

Por esses veículos, foram divulgados textos explicativos sobre a causa, formas de apoio (doações, palestras, trabalho coletivo) e convites para diversas atividades (aulas públicas, oficinas, saraus, reuniões, assembleias) com a finalidade de discutir o problema e debater soluções alternativas às medidas legislativas propostas.

Paralelamente à ocupação, a Universidade passava por uma transição na gestão da Reitoria e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Em novembro daquele ano, Ivan Camargo finalizaria a gestão iniciada em 2012 e a chapa Aliança pela Liberdade concluiria seu quarto mandato (anual) consecutivo. Durante os quatro anos de gestão, ambos se posicionaram contra ocupações, que entendiam ser invasões, pois danificariam o patrimônio público e limitariam direitos de estudantes de ir e vir e de estudar.

Por causa da ocupação, foram adiadas tanto a posse da nova Reitora, porque o prédio estava ocupado, como as eleições para DCE, por decisão da Assembleia Geral dos Estudantes, para não desviar os ocupantes para o processo eleitoral e enfraquecer a mobilização. Márcia Moura, primeira mulher eleita para Reitora da UnB, eleita em setembro, tomou posse em 24 de novembro de 2016, e a chapa Todas as Vozes assumiu

em abril de 2017. Os alunos ficaram sem representação da Reitoria por oito dias e do DCE por cinco meses.

Embora esta pesquisa tenha focado na ocupação de 2016, um estudo de resultados requer o decorrer do tempo, que foi definido até dezenove meses depois do ocorrido, conforme detalhado nos capítulos anteriores. Tendo em vista em que as entrevistas e os grupos focais ocorreram em abril e novembro de 2017 e abril e maio de 2018, importante contextualizar alguns fatos desses momentos.

Em 2017 houve duas ocupações, ambas decorrentes da ocupação de 2016. A primeira foi em maio e reivindicava espaço para o Centro de Convivência de Mulheres, uma sala no Instituto de Ciências (ICC) que havia sido prometida em 2016, mas não cedida, o que aconteceu apenas após a ocupação de 2017.

A outra foi em agosto no BSAS, com reivindicações internas à UnB e duas reivindicações externas, de questões raciais em debate no Judiciário. As internas eram revogar as demissões de terceirizadas/os, feitas supostamente de maneira ilegal durante greve, e aumentar o orçamento destinado à Universidade. As externas eram justiça na definição do marco temporal para demarcação de terras quilombolas, que estava sendo decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3239 no Supremo Tribunal Federal, e no julgamento de Rafael Braga Vieira, catador de lixo e único condenado em circunstância relacionada aos protestos em 2013.

Após uma semana, o prédio foi desocupado com a promessa da Reitoria de: realizar uma auditoria dos contratos das empresas de terceirização; realizar seminários e debates públicos sobre as contas da universidade e a situação da educação pública no Brasil, com fins de sensibilização e mobilização da comunidade; empossar o coordenador do Centro de Convivência Negra; apurar denúncias de fraudes nas cotas raciais recebidas e encaminhadas pelo coletivo Ação e Justiça Antirracista; assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para remodelar o sistema de cotas raciais, de modo a evitar fraudes nos futuros vestibulares/processos seletivos da UnB; e incluir a pauta da implementação das cotas raciais em toda a pós-graduação da UnB.

Em 2018 também houve duas ocupações, ambas também decorrentes de 2016. No dia 10 de abril, após a Reitoria anunciar cortes de bolsas de estagiários e de assistência estudantil, demissão de funcionários e falta de recursos antes do término do ano em razão da restrição orçamentária advinda da PEC aprovada (EC 95/2016), os estudantes organizaram mobilização em frente ao MEC para discutir soluções a esses problemas. Com a represália policial, a mesa de negociação com aquele órgão não

ocorreu e os estudantes decidiram ocupar o FNDE. Prometido o diálogo, desocuparam, mas não cumprido, resolveram ocupar a Reitoria da UnB, em 12 de abril de 2018, que durou até o fim do mês, após algumas audiências públicas iniciadas por congressistas e indicativos de redução desses impactos, pela Reitoria.

Em 2 de maio de 2018, primeiro dia útil após a desocupação, foi deflagrada greve geral dos estudantes, motivo pelo qual as eleições de 2018 para o DCE foram adiadas, como em 2017. Em 04 de junho houve uma nova ocupação no BSAS pelas mesmas razões de 2016 e em defesa da greve estudantil, sendo desocupada forçadamente dois dias depois pela Administração Superior da UnB. Em 14 de junho, a Aliança pela Liberdade, chapa que havia gerido o DCE por quatro anos consecutivos, de 2012 a 2016, foi eleita novamente, com 50,22% dos votos.

A seguir, são relatadas as diferentes percepções dos atores envolvidos sobre esses fatos, com base nas categorias desenvolvidas a partir do problema de pesquisa e das hipóteses teóricas.

3.2. As diferentes percepções sobre a ocupação da UnB de 2016 e seus resultados

3.4.1. Mídia nacional e local

Gamson (2011 e 2014) atribui à mídia um papel importantíssimo na formação da consciência e da ação política e, portanto, na análise de seus resultados. Mais de vinte anos depois de desenvolver sua teoria, revisa ambas as variáveis de análise de resultado, baseando-as na mídia convencional: “representatividade”, existente quando os jornalistas tratam os porta-vozes da ação coletiva como agentes de algum eleitorado (antes denominada “aceitação” dos manifestantes pelos seus antagonistas, reconhecimento como atores legítimos de demandas válidas, presente quando há negociação, formalização ou inclusão); e crescente proeminência das questões abrangidas pelo movimento nos jornais (antes denominada vantagens obtidas pelos manifestantes).

Para o autor, a mídia, junto com a sabedoria popular e as experiências pessoais, consistem em recursos conversacional na produção de sentido coletivo sobre os temas do mundo, formando a opinião pública e a consciência política que motiva a mobilização (GAMSON, 2011).

Neste subcapítulo, serão analisadas apenas as notícias *online* encontradas nos portais CorreioWeb e G1, deixando as da Secom/UnB ao subcapítulo que contém o ponto de vista dos Reitores haja vista a relação de subordinação.

Ao todo, foram encontradas 82 matérias relativas ao tema no CorreioWeb: 71 dessas matérias foram encontradas com o termo “ocupa” e 11 foram encontradas com os termos “invad” ou “invas”. Quando os dois termos foram citados na mesma matéria, ela foi classificada com os termos “invad” ou “invas”. Do total, 24 matérias são referentes à ocupação de outubro de 2016 (nenhuma delas tem o termo invasão), 23 relativas ao período anterior, sendo a primeira de 2011, e 35 relativas ao período posterior, sendo 5 matérias de 2017 e 30 de 2018.

No G1, foram encontradas 45 matérias relativas ao tema: 39 com o termo “ocupa” e 6 com os termos “invad” ou “invas”. Do total, 9 matérias são referentes à ocupação de outubro de 2016 (uma delas tem o termo invasão), 7 relativas ao período anterior, sendo a primeira também de 2011, e 28 relativas ao período posterior, sendo 2 matérias de 2017 e 26 de 2018. Esses dados estão ilustrados na figura a seguir:

Tabela 3 – Número de notícias sobre ocupação/invasão no CorreioWeb e no G1

NOTÍCIAS	Termo de busca	CorreioWeb	G1
Anterior a outubro de 2016	Ocupação	17	7
	Invasão	6	2
Outubro a dezembro de 2016	Ocupação	24	8
	Invasão	0	1
2017 a abril de 2018	Ocupação	30	24
	Invasão	5	3
Total	Ocupação	71	38
	Invasão	11	6

Fonte: Página do CorreioWeb⁵² e do G1⁵³ na internet.

Nota-se que o termo “invasão” foi mais frequente no CorreioWeb que no G1 e que sua utilização após 2016 se referiu a atos ocorridos no MEC e no FNDE, e não na Reitoria, que foi chamada de “ocupação”. Isso sugere que a onda de ocupações escolares e universitárias de 2016 fortaleceram a utilização desse nome para se referir a esse ato em âmbito estudantil.

Lendo as notícias, é possível perceber que matérias com título diferentes sobre o mesmo fato publicadas em dias próximos acrescentam pouca informação. Não obstante, as repetições foram mais frequentes quando houve algum confronto, policial, político ou mesmo institucional. Também vale destacar que, no período de 2011 a

⁵² Disponível em: <http://www.CorreioWeb.com.br/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁵³ Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

2018, embora tenham sido noticiadas 13 ocupações, apenas 4 desocupações foram encontradas na busca, dificultando o resgate histórico sobre os resultados e os aprendizados de cada uma.

Em estudo recente sobre “O ‘Ciclo do Jornalismo Integrado’ e os comentários das ‘Mais Lidas’ de 2011 a 2013 do G1, Alves (2015) revela que assuntos relacionados à morte e a violência acabam por atrair maior interesse do leitor, e, por isso, sua repetição, tanto na produção (sensacionalista) quanto no consumo, mesmo em classes sociais distintas, que sofrem uma adaptação da linha editorial.

Talvez por essa razão predominaram as matérias que destacaram desvantagens da ocupação, normalmente colocadas em números (prejuízos materiais e sociais pela interrupção dos serviços), ameaças (não pagamento de salários e bolsas, cancelamento do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, uma das principais formas de ingresso na Universidade; greve de servidores e professores como consequência, não entrega de diplomas), frases de autoridade (decisões judiciais, em especial a liminar que determinou a reintegração de posse, mesmo após ter sido revogada) e apelos (“estudantes fazem prova no chão por conta da ocupação”).

Contudo, em comparação com as notícias anteriores e as notícias posteriores, essa tendência foi muito mais branda em 2016. Uma razão, em relação às notícias anteriores, pode ser o posicionamento do então Reitor, Ivan Camargo, e da então gestão do DCE, Aliança pela Liberdade, explicitamente contrário às ocupações, que chamavam de invasões e tinham atitudes de reprovação e criminalização. Apenas um evento nesse período foi entendido entre alunos e gestões como invasão, que foi um ato mobilizado por pessoas externas à UnB que defendiam o juiz Sérgio Moro e o candidato a Presidente da República, Jair Bolsonaro, contra os estudantes, em uma sexta-feira à noite, com agressões e ameaças verbais, inclusive homofóbicas e racistas, e físicas.

Em relação às notícias posteriores, tiveram mais destaque as manifestações em frente ao MEC e a ocupação do FNDE em 2018 do que as ocupações na UnB (CCM e BSAS em 2017 e Reitoria em 2018). Um diferencial nessas matérias e nos fatos em si foi o aparecimento de congressistas, no lugar dos órgãos de justiça, como intermediadores do conflito entre universidade e Executivo, talvez em razão da proximidade das eleições federais.

Comparando as duas mídias analisadas, não houve grandes discrepâncias em relação ao conteúdo ou à forma. Logicamente, por ser um jornal local, o Correio

Braziliense teve maior cobertura nas questões internas da UnB. O título das matérias de ambos os jornais referentes aos mesmos fatos a partir de 2016 podem ser vistos no Anexo I.

Tanto o CorreioWeb como o G1 fizeram referência às mais de mil ocupações que ocorriam naquele momento “como forma de protesto” no país. Também relacionaram a ocupação da UnB com as manifestações na Esplanada contra a PEC n. 241/55/2016. Portanto, a motivação da ação coletiva para a mídia seria política e a ocupação da UnB decorreria dessa mobilização nacional e de sua localização estratégica na capital federal, sede do Congresso Nacional.

Houve um grande enfoque de ambos na polarização da universidade quanto à legitimidade da ocupação, sempre entrevistando quem fosse contra e quem fosse a favor. As matérias relacionaram os normativos internos, em especial o Regimento Interno do DCE, que diz respeito à Comissão Eleitoral, à Assembleia Geral dos Estudantes, aos quóruns mínimos de aprovação de ocupação ou ao adiamento de eleição, entre outras. Apenas eventualmente a palavra “movimento” é mencionada no sentido de grupo; em geral as matérias se referem a esse termo como um “ato coletivo”. Mencionam também a página no *Facebook* dos alunos como fonte de informações sobre a manifestação.

Os prejuízos foram enfatizados, sobretudo o impedimento às aulas, eventuais danos no patrimônio público e o risco de cancelar o ENEM. No entanto, embora menos frequente, foram mencionados argumentos sobre as alternativas à PEC, apoio de artistas, servidores e alguns professores e informações sobre as ocupações, sua organização e suas atividades. Também, diferente das ocupações anteriores e posteriores, não foi citada a possibilidade de criminalização dos ocupantes.

Ambos os jornais noticiaram a desocupação sem associar a aprovação da PEC n. 241/55/2016. Logo, houve menos o caráter de fracasso e mais o caráter de pacificação ou término de um conflito, após uma mediação bem-sucedida do MPF.

Em resumo, o ponto de vista dos portais midiáticos analisados, CorreioWeb no âmbito local e G1 no âmbito nacional, com base nas categorias de análise, foi (manchetes detalhadas no Anexo I):

Quadro 10 – Análise da percepção da mídia (CorreioWeb e G1) sobre a ocupação da UnB de 2016

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CORREIOWEB (LOCAL) E G1 (NACIONAL)
1. Experiência anterior com ocupação	Foram correlacionadas as ocupações dos secundaristas e das outras universidades no país. Não foram atreladas às ocupações anteriores

	da UnB
2. Como/por que chegaram à ocupação	A ocupação de Planaltina foi a primeira noticiada, mas a da Reitoria teve maior repercussão
3. Opinião sobre a estratégia	Diferente das notícias anteriores a 2016, o ocorrido foi noticiado como ocupação, e não invasão. Ainda assim, foram enfatizados o conflito e possíveis prejuízos do ato, sobretudo patrimoniais, ausência de aulas, atraso do calendário e o risco de cancelamento do ENEM. Posteriormente, foram chamadas de invasão apenas ocupações ocorridas fora da UnB (FNDE).
4. Opinião sobre a legitimidade do movimento	Houve um posicionamento neutro em relação aos ocupantes como um todo, o que já foi um avanço para os estudantes considerando notícias anteriores a 2016. O fato de ter ocorrido nacionalmente fortaleceu a legitimidade do movimento
5. Opinião sobre as medidas legislativas contestadas	Houve maior referência a posicionamentos contrários à PEC e alternativas a ela.
6. Participação individual na ocupação	Houve grande variação de autores das matérias, muitos deles, inclusive, eram estagiários (provavelmente de comunicação e, portanto, universitários)
7. Participação coletiva (pela categoria) na ocupação	Não houve diferença substancial entre Correio Braziliense e Globo, apenas uma quantidade maior da cobertura local
8. Interação institucional	Foram mais referenciados os integrantes da nova Reitoria à frente da negociação. Não houve juízo de valor em relação às gestões
9. Vantagens/desvantagens da ocupação	Não foram mencionadas. O fim do ato foi noticiado como o término do conflito, após uma mediação bem-sucedida do MPF
10. Aprendizados	Não foram mencionados aprendizados.

Fonte: elaboração própria a partir das notícias encontrada e analisadas.

3.4.2. Juristas no Distrito Federal

As manifestações dos órgãos de justiça são determinantes para definir os custos da ocupação, uma vez que podem desencadear a repressão e a falta de apoio da opinião pública. Além disso, importam para a legitimidade do movimento e de seus atos.

Sobre esse aspecto, Tavares e Veloso (2016) ponderam, no caso de Goiânia de 2015, que:

Manifestantes depositam significativas expectativas no deslinde jurídico das suas pretensões. [...] Pequena controvérsia entre agentes de Estado (assim entendidos em amplo sentido, desde funcionários de escolas à secretaria de segurança) via-se rapidamente remetida à busca de auxílio jurídico e de atuação dos/as advogados/as apoiadores/as. Em suma, a judicialização da controvérsia política foi uma escolha tática não apenas do Estado, mas, igualmente, dos/as aderentes ao movimento (TAVARES e VELOSO, 2016, p. 18-21).

Enfatizam os autores que essa estratégia era utilizada por atores com distintas linhas ideológicas em equivalente frequência, convidando à reflexão sobre a característica paradoxal do direito nas complexas sociedades dos tempos atuais, que não é concebida em toda a sua plenitude por ativistas em seus cálculos e escolhas de

ordem tática. Em especial, citam a temeridade do caráter vinculante e definitivo das decisões proferidas por juízes desprovidos de representatividade, pois não escolhidos democraticamente e normalmente são homens, brancos, egressos de classes médias e altas, o que os tornaria limitados em sua visão do conjunto da sociedade.

No caso da UnB de 2016, foram encontrados um Procedimento Preparatório na Procuradoria Regional do Distrito Federal (PR/DF) e três processos judiciais no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Além disso, foram entrevistadas uma das advogadas dos ocupantes e a Procuradora da República, por terem sido citadas nos grupos focais pelos alunos e por terem contribuído na formação do acordo de desocupação, ocasião em que houve observação participante.

Primeiramente, foi protocolado Procedimento Preparatório protocolado no MPF, ante o pedido de representação da Aliança pela Liberdade em 08/11/2016 para que o órgão providenciasse a desocupação da Universidade devido à inércia do Reitor em fazê-lo, com base em abaixo assinado de mais de três mil assinaturas, pelo direito às aulas e responsabilização dos “invasores pelos prejuízos causados”.

No mesmo dia, foi ajuizada Ação Popular no TRF1 por Bia Kicis⁵⁴ contra a União Federal, Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO/DF), UNE, Ubes, ANPG, Central Única dos Trabalhadores e PT, solicitando o imediato bloqueio das contas bancárias da ré, com exceção da União, antes as invasões das escolas programadas por elas, o que custaria aos cofres públicos cerca de R\$12 milhões com a suspensão da aplicação do ENEM. Vale ressaltar que o documento foi assinado por uma advogada militante pró-impeachment, ex-assessora parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal e ex-diretora jurídica da Foro de Brasília⁵⁵.

⁵⁴ Conforme sua descrição no *Facebook*: “advogada, procuradora do Distrito Federal, mãe de 2 filhos, e que tem-se dedicado à atividade política apartidária, na luta incansável contra o Foro de São Paulo, organização criminosa, fundada por Lula e Fidel Castro nos anos 90. Ao tomar conhecimento [disso] e seu projeto de implantação do comunismo na América Latina e, ao perceber que a grande mídia silencia sobre esse tema e tantos outros, decidi que era sua obrigação de cidadã compartilhar essas informações com os demais brasileiros”. Além disso, é Presidente do Instituto Resgata Brasil e integrante do Revoltados Online. Ela, a outra autora e advogada da ação assinaram pedido de impeachment de Dilma pelo MBL e Foro de Justiça. Bia Kicis é pré-candidata a Deputada Federal (PRP) em 2018 e trabalha na campanha do candidato Jair Bolsonaro à Presidência da República. Também participou de audiências públicas no Congresso Nacional em defesa do Programa Escola Sem Partido.

⁵⁵ Associação sem fins lucrativos dirigida por um general, que rejeita o comunismo e o socialismo. Entre suas ações, destaca o pedido de impeachment de Dilma junto ao Movimento Brasil Livre (MBL) na Câmara em 2015 e o pedido de anulação da alteração do nome da Ponte Honestino Guimarães, antes denominada “Costa e Silva”. Todos os documentos estão disponíveis em <http://www.forobsb.com/>. Além disso, em 2016 moveu ação popular com pedido de corte pela metade do salário da presidente afastada Dilma Rousseff, bem como a proibição de uso por ela do avião presidencial e de aviões da

No dia 11/11/2016, o Coletivo de Advogadas e Advogados Populares (CAAP), Juristas no Distrito Federal pela Democracia, UNE, Ubes e Instituto Autonomia (INAU), também apresentaram um outro pedido de representação no MPF a fim de “apurar violação grave de direitos da pessoa humana praticados por agentes policiais por arbitrariedades e atos abusivos no exercício de suas atribuições, e apurar responsabilidade civil e penal de indivíduos e de grupos”, como “Desocupa já”, Movimento Brasil Livre, Distrito Liberal, Movimento nas Ruas e ILCO, entre outros interconectados, perseguição política e racismo contra os estudantes de Universidades e Escolas Públicas, Institutos Federais e outros estabelecimentos educacionais que sediam manifestações políticas e repúdio às medidas governamentais que “contrariam frontalmente o direito de livre expressão do pensamento, de opinião e crítica, de reunião e de participação política”. Esse pedido foi juntado ao formulado pela Aliança pela Liberdade no mesmo Procedimento Preparatório, pois, segundo a Procuradora da República entrevistada, tratava-se do mesmo fato e era necessário ouvir todas as partes interessadas.

Após uma semana, foi ajuizada, no TRF1, uma ação ordinária com obrigação de fazer por um aluno do curso de Direito da UnB contra a FUB, em 18/11/2016, uma sexta-feira. Em suma, ele alegou o direito subjetivo às aulas e o regular funcionamento da universidade que estaria comprometido pelas “invasões”. Um dos argumentos utilizados foi exatamente a mídia: “uma reportagem de 7 minutos do DFTV, telejornal da Rede Globo, com o título ‘Desde 31 de outubro a universidade está invadida por estudantes’”.

O autor da ação ordinária acusou tanto a inércia do Reitor quanto a do MPF em “proteger o esbulho” e “defender o patrimônio público”. Apresentou o mapa de “prédios invadidos”, forma de funcionamento (“indivíduos mascarados que fazem guarda nas entradas dos prédios”) e de financiamento (recebimento de doações na conta do CA da FD) e estratégias do movimento (alojamento de pessoas de outros Estados, a convite da UNE, que teriam vindo de ônibus para manter a invasão”), além de enfatizar os prejuízos e os riscos decorrentes diretamente da invasão (atraso no pagamento dos salários e consequentes greves dos professores e funcionários, suspensão dos contratos e das nomeações, atraso no pagamento das bolsas, paralização

Força Aérea Brasileira (FAB) para deslocamentos em agenda. <https://oglobo.globo.com/brasil/acao-pede-justica-corte-de-metade-do-salario-de-dilma-19307420>.

da emissão de documentos, comprometimento do fluxo de processos administrativos e perdas de prazo, interrupção do semestre, do calendário acadêmico e do desenvolvimento de pesquisas científicas, impedimento à realização do Enem, impedimento na prestação de contas a órgãos de controle externos, impedimento ao pagamento de contas como água e luz, impedimento ao empenho de recursos orçamentários com a consequente devolução para os cofres públicos, danos ao patrimônio), o que somariam mais R\$ 100 milhões, escrito na petição inicial por extenso, em letras maiúsculas, negritadas e sublinhas. Ao final, determinou a imediata desocupação, com o uso da força policial se necessário, e a identificação dos invasores para responsabilização pelos prejuízos. A advogada dessa ação é a mesma da ação popular já mencionada.

Posteriormente, a petição inicial foi aditada para ingresso de *amicus curiae*⁵⁶ e intimação do Banco do Brasil para bloquear a conta corrente do Centro Acadêmico do Direito, que estava recebendo doações para as ocupações, e das empresas Google, Facebook e Wix para bloquear as contas virtuais do movimento Ocupa UnB. Na fundamentação, eles alegaram a invasão de outros prédios e o fechamento da Biblioteca Central dos Estudantes (BCE), ficando os alunos “sem ter onde estudar”.

A decisão liminar foi concedida no primeiro dia útil seguinte, 21 de novembro de 2016, segunda-feira, determinando, em 48 horas, a “desocupação de todas as instalações da Universidade de Brasília, em qualquer de seus campi, ficando vedada qualquer atividade que impeça ou dificulte o exercício regular das atividades daquela

⁵⁶ Entre os “amigos da corte”, a maioria era estudante da UnB (Letras, Gestão de Políticas Pública e Educação Física). Outro era dono de uma lanchonete dentro da UnB, que se localizava em um prédio ocupado, que estava sendo réu, também defendido pela mesma advogada, de um mandado de segurança coletivo impetrado pela FUB haja vista irregularidades na concessão do uso do espaço. Um dos alunos participou em audiência pública realizada na CD, em 17/06/2017, defendendo a Escola sem Partido, acompanhado de Bia Kicis. Na ocasião, o estudante remeteu às ocupações dizendo que “o maior enfrentamento que tivemos [na desocupação] não foi com alunos, mas com professores e sindicatos da categoria. Inclusive, nós temos imagens de professores entregando mantimentos para alunos que estavam ocupando escolas [...] Comenta a nota lançada pelos professores de seu curso que defenderam a ocupação e segundo ele todas as apresentações, todas as bancas foram canceladas, exceto as que tinham tema relacionado à ocupação. “Eu pergunto: que tipo de professor, que tipo de profissional, que tipo de formando vai ser aprovado nessas bancas? [...] Infelizmente, hoje há uma ideologia dominante no ensino brasileiro, que tem feito de tudo para silenciar todas as outras. Eles pregam a pluralidade, mas, na verdade, odeiam a pluralidade”. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0732/17&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:00&sgFaseSessao=&Data=13/6/2017&txApeLido=PL%207180/14%20-%20ESCOLA%20SEM%20PARTIDO&txFaseSessao=Reuni%C3%A3o%20Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=15:00&txEtapa=>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Instituição”. O juiz federal determinou a intimação do Reitor, que teria poder-dever de cumprir e fazer cumprir requisitando o uso de força policial e dos representantes dos estudantes invasores, advertindo sobre as consequências cíveis, administrativas e criminais do descumprimento de ordens judiciais, que poderão poderiam ser instrumentadas, inclusive para fins de responsabilização patrimonial pelos eventuais prejuízos.

Antes de prosseguir com o desdobramento desse processo, vale fazer algumas observações. A primeira é que o magistrado federal começa se referindo ao ato como ocupação, após denomina invasão/ocupação e ao final chama de invasão. No começo da decisão, ele cita uma jurisprudência do ano de 2000, para aferir a “ilegitimidade das invasões de prédios públicos (...), seja pela impossibilidade do exercício de posse em imóveis públicos, seja diante do caráter nitidamente político do procedimento combatido nos autos.” Embora ele não diga na decisão liminar, esse julgado se referia à “invasão da sede do INCRA na Bahia por membros do MST”.

Ele também argumentou que “não há norma que autorize ocupação ou invasão de prédio ou espaço público”. Porém, não foi encontrada norma que a proíba, apenas projetos de lei tramitando no Congresso Federal desde 2001 na tentativa de alterar o Código Penal para tipificar esse ato⁵⁷. Nenhum foi aprovado ainda.

Mas a ênfase na decisão liminar foi dada à desvinculação entre a finalidade dos prédios da Universidade (acadêmica) e o objetivo da ocupação (político), trecho que foi amplamente divulgado pelas mídias analisadas: “Ora, é público e notório que o objetivo do movimento é político, direcionado à rejeição de projeto de emenda constitucional. Matéria que não tem relação direta com a atividade acadêmica, o que retira qualquer legitimidade dos atos de ocupação/invasão”.

⁵⁷ PL 5077/2001, proposto pelo Poder Executivo, PL 1600/2015, proposto por Laerte Bessa - PR/DF em e PL 6495/2016, proposto por Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ. Os últimos dois foram apensos ao primeiro, em que já houve parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), pela relatora, Dep. Sandra Rosado (PSB-RN), em 27/05/2014, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição. Em contrapartida, foi apresentado o PL n. 7.951/2014, proposto por Renato Simões (PT/SP), Fernando Ferro (PT/PE), Luiz Couto (PT/PB), Erika Kokay (PT/DF) e Amauri Teixeira (PT/BA), dispondo sobre a concessão de anistia, anulação e revogação de condenações, ações penais e inquéritos policiais contra pessoas e lideranças de movimentos sociais, sindicais e estudantis que participaram de greves, ocupações de fábricas, ocupações de terras, ocupações de escolas, manifestações e atividades públicas, além de revogar a Lei de Segurança Nacional, em que já houve parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pelo Dep. Laudívio Carvalho (SD-MG), em 25/10/2016, pela rejeição. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2117331>

No dia da publicação da decisão liminar, foi realizada observação participante na Reitoria pela manhã e eles já sabiam do teor, embora tenham sido intimados pelo oficial de justiça algumas horas depois, no horário de almoço. A informação que eu tive da Comissão de Segurança foi que “a Aliança pela Liberdade tinha conseguido a reintegração de posse com base no abaixo assinado entregue ao MPF”.

Contudo, o MPF, como visto, não foi o autor da ação que pediu a medida concedida e, na verdade, apresentou exceção de suspeição do juiz que proferiu a decisão liminar e dela agravou. Na exceção de suspeição, manifestou que o juiz que proferiu a decisão liminar seria interessado no julgamento do processo em favor do autor, uma vez que já havia externado anteriormente, em sua rede social pessoal, posicionamento contrário aos atos de ocupação de escolas promovidos por movimentos estudantis⁵⁸. Tal postura configuraria atividade político-partidária, vedada aos magistrados pela Constituição Federal, e feriria o princípio da imparcialidade do Judiciário.

Na entrevista, a advogada popular disse que teve informações de que o estudante de Direito que entrou com a ação ordinária era amigo do filho do juiz federal que deferiu a liminar, que coincidentemente nesse dia estava de plantão e coincidentemente nesse dia Ivan Camargo finalizava sua gestão como Reitor. Márcia Moura só tomaria posse oito dias depois “e a medida foi requerida exatamente nesse intervalo”, disse a advogada popular na entrevista.

O juiz federal não reconheceu a suspeição alegada pela Procuradora da República, mas declarou “motivo de foro íntimo superveniente”, sem necessidade de se justificar, determinando a remessa dos autos ao seu substituto legal.

No agravo, o MPF alegou, quanto à forma, ilegitimidade do autor, haja vista ser um único estudante ajuizando um feito sem representativa em prol do coletivo, de um curso cujo prédio não estava ocupado; falta de interesse processual, uma vez que

⁵⁸ Em 10/04/2016, o referido juiz postou no seu perfil público do *Facebook*, “#CPI da UNE: Eu apoio”, com uma fotografia do Ministro Dias Toffoli e a indagação “Estudante é quem estuda ou quem é cadastrado na UNE?”, e no dia seguinte o comentário: “Esse aparelhamento das instituições é uma das coisas mais daninhas com que as esquerdas vem corroendo a sociedade”. Em outra oportunidade anterior, no mesmo, quando do julgamento do pedido de suspensão da posse de Lula como ministro da Casa Civil, houve críticas de imparcialidade no mesmo sentido, uma vez que já havia participado de protestos contra o governo do PT e postado em redes sociais críticas à Dilma e ao Lula Rousseff: “Parabéns a todas as mulheres (no dia 08/03), menos à Dilma”; “O lula vai ser ministro da justiça. Esculhamba de vez”. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/juiz-que-suspendeu-posse-de-lula-ja-participou-de-protesto-contra-o-pt.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

a desocupação não lhe beneficiaria; e inadequação do tipo de ação movida. Além disso, noticiou que já estava acompanhando os fatos desde o dia 08/11/2016, com tentativa de negociação em andamento para evitar risco à integridade física das pessoas, com o aval dos Diretores de Institutos e Faculdades da UnB. Quanto ao mérito, disse que, nesse caso, a academia tinha direta relação com a política, uma vez que a PEC n. 241/55/2016 teria impacto no orçamento das universidades e nas políticas educacionais.

Paralelamente, o Movimento Ocupa, e os CAs de Ciência Política e de Relações Internacionais ingressaram com mandado de segurança coletivo contra ato do mesmo juiz que proferiu a decisão liminar, reforçando que a Faculdade de Direito não estaria ocupada, confirmada por declaração do respectivo Diretor.

O desembargador federal, na decisão do agravo, ao qual também foi distribuído o mandado de segurança coletivo, entendeu, com base nas informações apresentadas em ambas as peças⁵⁹, ser mais “prudente” a suspensão da decisão limitar por quinze dias corridos, para que se prosseguisse a tentativa de negociação e se incluísse a nova Reitora, que tomaria posse no dia seguinte.

Os autores formularam pedido de reconsideração, alegando que os estudantes teriam aula não apenas na Faculdade de Direito, mas também em outros prédios ocupados, onde ocorreriam festas com o uso de drogas, com o que o MPF e a Reitora estavam sendo coniventes.

Em 30/11/2016, o desembargador federal indeferiu o pedido de reconsideração pelo mesmo motivo que antes, dada a razoabilidade do prazo concedido e “nada obstante entendesse a angústia do autor e a intenção de regular retorno das atividades administrativas da UnB”.

Uma semana após, a Procuradora da República protocolou, no bojo do Procedimento Preparatório, a Recomendação para: desocupação da Universidade pelo

⁵⁹ Segundo a advogada popular, ela conversou com o desembargador federal que disse que não tinha entendido do agravo de instrumento que era um só aluno e cujo prédio não está ocupado. Foi aí que ele viu que não tinha pressuposto para sustentar a decisão liminar. Eles conseguiram então uma comprovação de que o aluno de Direito estava realmente matriculado naquela Faculdade e de que ela não estava ocupada. “Isso foi fácil. Daí ele aproveitou essa prova do nosso processo para decidir o agravo de instrumento”. Além disso, a advogada popular relatou que a atuação mais direta da procuradora também ocorreu nesse momento, por uma conversa que elas tiveram. “Ponderei com ela que ocupar não é crime e que por isso promover apologia da desocupação é crime porque difunde a ideia de tirar estudantes à força. Ela ficou muito sensibilizada com essa questão e resolveu agir logo. Ela já ia atuar, é bastante atuante na atividade dela, mas ela estava grávida e a gente tinha receio de ela sair. Era um cenário bastante complicado. Ela acompanhou as negociações assim que Márcia assumiu”.

“movimento OcupaUnB” no prazo estabelecido judicialmente, convocação do CEPE para redefinição do calendário acadêmico e recomposição das aulas; o cumprimento dos compromissos assumidos pela Reitoria em reuniões e comunicações virtuais (Diretório Quilombo, não criminalização do movimento “reconhecendo-o como parte do contexto político vivido pelo país”); manifestação formal do Consuni em posicionamento contrário à PEC, conforme nota aprovada em reunião; criação de comissões acadêmicas paritárias permanentes para discutir aumento das bolsas de assistência estudantil e outros assuntos da comunidade acadêmica (“como a reforma do ensino médio, a limitação dos gastos com a educação, o projeto ‘Escola sem Partido’”); e termo de compromisso formulado pelas partes em audiência pública a se realizar em 48h.

No dia 08/12/2016, último dia do prazo concedido no agravo de instrumento para desocupação, o acordo foi feito, mediado pela Procuradora da República, mas para desocupação até 14/12/2016, haja vista o último dia de julgamento da PEC n. 241/55/2016 ser no dia 13. Embora o autor tenha noticiado o descumprimento da ordem judicial, o desembargador federal, ante o ajuste realizado, prorrogou o prazo para 15/12/2018.

No dia seguinte, a procuradora Federal informou a desocupação completa da UnB, “estando livre para a execução das atividades normais da instituição”, e relatou que o CEPE havia deliberado, no mesmo dia do acordo, pela extensão do calendário acadêmico e reposição das aulas não ocorridas⁶⁰.

Ambas as partes informaram a perda do objeto e a ação foi extinta, sem resolução do mérito, em 08/02/2017. No mesmo sentido, em 14/02/2017, a ação popular foi indeferida pelo fato de o ENEM ter ocorrido nos dias 3 e 4 de dezembro de 2016. E o Procedimento Preparatório foi concluído com a Recomendação e o acordo⁶¹.

⁶⁰ Para a procuradora, o foco de sua atuação era evitar o uso da força, “que seria traumático para todo mundo. Não eram 15 dias que iam matar aquelas pessoas que estavam ali, tanto de um lado como outro, nem mesmo a administração [...] No fim foi positivo isso porque conseguimos construir um acordo que me pareceu que contemplou a maioria das pessoas envolvidas, dos interesses”

⁶¹ A advogada popular lamentou que a investigação do grupo contrário às ocupações como organização criminosa tenha sido arquivada nessa oportunidade, porque não seria algo pontual, uma vez que eles teriam “formado núcleos de pessoas dispostas a um comportamento violento, e com garantia de impunidade, porque a forma como ocorre desencadeia um processo no Juizado Especial Criminal e no máximo fazem uma transação penal”.

Com exceção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que não se posicionou oficialmente, diferentes grupos do sistema de justiça se manifestaram favoravelmente às ocupações. O “Coletivo por um Ministério Público Transformador, entidade associativa composta por membros do Ministério Público, pautando-se nos primados da democracia e da cidadania” afirmou seu apoio em nota⁶² lançada no dia 05/11/2016. Destaca-se o seguinte trecho:

6. Assim, o atual movimento de ocupação das escolas deve ser compreendido pela sociedade e pelo poder público na perspectiva de um legítimo exercício de direitos fundamentais outorgados pela ordem jurídica às crianças, adolescentes e jovens brasileiros, a serem assegurados com absoluta prioridade pela família, sociedade e Estado, conforme art.227 da Constituição da República.

7. A pretensão de enquadrar as ocupações como atos ilegais, que merecem repressão e ações judiciais de reintegração possessória, nega aos estudantes a possibilidade de reivindicação de seu espaço político de participação, nega suas vozes, seus espíritos e sua cidadania. É evidente que o movimento estudantil não tem por objetivo a tomada da posse de escolas, no sentido patrimonial. O que a juventude brasileira revela é a necessidade de ocupar suas escolas como espaço de cidadania, de debate político, de consciência crítica e de manifestação de sua subjetividade individual e coletiva.

8. Cabe ao Ministério Público, como defensor do regime democrático, atuar para garantir que a desejada manifestação política de crianças, adolescentes e jovens se dê de forma pacífica, sem violação aos seus direitos, articulando para que haja espaços de diálogo entre os manifestantes e o Poder Público. Deve a instituição utilizar-se de mecanismos resolutivos para que esses estudantes tenham voz e sejam escutados em suas demandas, interesses e necessidades.

Também no âmbito do MP, a Comissão Permanente de Educação, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, já havia publicado em 15/02/2016 os seguintes enunciados aprovados em reunião⁶³:

Enunciado 01: No caso das ocupações nas Escolas, o Ministério Público, como defensor da ordem jurídica e do regime democrático de direito, deverá priorizar a atuação extrajudicial, instaurando procedimento, preferencialmente por escola ocupada, devendo zelar pelo não uso de violência policial e autotutela pelo ente público, ouvindo os envolvidos e pautando sua atuação por métodos auto compositivos. Enunciado 02: São princípios fundamentais imanentes à educação brasileira as liberdades fundamentais de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a gestão democrática do ensino público, cabendo ao Ministério Público adotar as providências cabíveis no sentido de coibir

⁶² Inteiro teor disponível em: <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/402325234/mp-transformador-manifesta-apoio-ao-movimento-dos-estudantes-secundaristas>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁶³ Disponível em: <http://www.cnpq.org.br/images/arquivos/gndh/enunciadoscopeduc.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

tentativas de se estabelecer proibição genérica e vaga de controle do conteúdo pedagógico desenvolvido nas escolas.

Enunciado 03: Cabe ao Ministério Público adotar medidas que visem garantir a igualdade efetiva de acesso e permanência na escola por parte de todos e todas, nos termos do artigo 206, I, da Constituição Federal, incluindo-se no projeto político pedagógico - PPP e regimento escolar, de todos os níveis de ensino, conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero, de raça ou etnia, de enfrentamento à homofobia, à transfobia, à violência doméstica e familiar contra a mulher, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência.

No dia 31/10/2016, a Associação Juízes para a Democracia também defendeu a legitimidade das ocupações de escolas e instituições de ensino públicas. Para André Augusto Bezerra, Presidente da Associação, “as ocupações, na forma que sucedem em escolas e universidades, consistem em exercício de liberdade de expressão que permite, aos coletivos, grupos e movimentos sociais, a atenção do Estado e da sociedade para as suas demandas. Representam, em outros termos, legítimo direito tutelado pela Constituição da República”. Em resumo, na nota, a Associação diz que as medidas legislativas impugnadas pelas ocupações não foram abertas ao debate amplo de toda a sociedade. Ainda, cita outros movimentos mundiais no mesmo sentido, como a revolução da liberdade e dignidade da Tunísia, a revolução egípcia, as insurreições árabes, os Indignados de Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a Revolução dos Pinguins no Chile. Afirma: “na sociedade em rede, a dinâmica das mobilizações sociais e dos meios de controle do Estado pela sociedade ganharam uma nova conformação e, conseqüentemente, o Direito deve acompanhar tais transformações a partir de reeleições dos institutos jurídicos”. Entende que os atos são legítimos, manifestação do direito constitucional à liberdade de expressão, e que “não configuram, portanto, esbulho sobre bens públicos”:

Conforme reconhecido judicialmente por ocasião da mobilização de estudantes ocorridas em São Paulo em 2015, o instituto possessório não guarda identidade com o ato de ocupação, uma vez que os alunos não pretendem ter a posse do prédio público, mas utilizá-lo para dizer à sociedade que a escola/universidade e a educação são temas que dizem respeito essencialmente aos alunos e que eles, enquanto sujeitos de direitos – amparados pela Constituição da República, pelo Estatuto da Juventude e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – podem manifestar-se acerca das pretendidas modificações na legislação pertinente. Não se pode esquecer, ainda, que os estudantes das escolas e universidades trazem a esperança de um novo tempo com a intervenção da sociedade nas questões públicas, na medida em que buscam estabelecer um diálogo duradouro com o Estado. A democracia de alta intensidade, projetada em Constituição que promete a construção de sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I), impõe a permanente participação social na gestão pública, não se limitando, pois, às formalidades eleitorais. Por tudo isso, a Associação Juízes para a Democracia (AJD), no exercício da liberdade de associação também consagrado constitucionalmente (art. 5º, XVII), vem a público afirmar que

as ocupações nas escolas e universidades, como forma de protesto, representam legítima expressão do direito à livre manifestação, clamando para que o Estado promova o diálogo efetivo com estudantes⁶⁴.

Também, a Defensoria Pública da União (DPU) protocolou uma recomendação⁶⁵ ao Ministério da Educação (MEC) e a todos os reitores de instituições federais de ensino que estão ocupadas por estudantes para que empreendessem o diálogo e a mediação com os estudantes, abstivessem-se de identificar e punir os envolvidos nas ocupações e não praticassem nem solicitassem medidas que prejudicassem a salubridade e habitabilidade dos estabelecimentos ocupados (como o corte de água e luz) ou promovessem a desocupação sem prévia autorização judicial para a reintegração.

Não foi encontrado posicionamento oficial da OAB, em âmbito nacional, sobre as ocupações. A OAB/DF realizou audiência pública no dia 05/11/2016, mas não se posicionou. Os conselheiros presentes afirmaram conflito entre o direito de manifestação política e o direito de ter aulas, ambos legítimos, prometendo apurar as denúncias relatadas e sugerindo que “as diferenças sejam tratadas diante de um ponto de vista civilizado, primando pelo objetivo comum que é a melhora da educação brasileira”⁶⁶.

Foram buscados posicionamentos contrários, utilizando o termo “invasão”, mas foram encontrados apenas alguns posicionamentos isolados, como a manifestação pública de dois ministros do STF, Gilmar Mendes e Teori Zavaski⁶⁷. Não foram achadas notas de coletivos ou associações desses atores de justiça desfavoráveis às ocupações.

⁶⁴ Inteiro teor disponível em: Acesso em: 31 mai. 2018.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/atualidades/ocupa%C3%A7%C3%B5es-defensoria-cobra-di%C3%A1logo-por-parte-de-reitores>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.oabdf.org.br/noticias/oabdf-realiza-audiencia-publica-para-discutir-ocupacao-de-escolas/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁶⁷ Em 08/11/2016, Teori disse: “É complicado juiz da Suprema Corte se manifestar, porque o caso específico pode chegar ao STF, mas quero dizer algo de maneira geral: não existe direito nenhum que não tenha um limite”. No Paraná, em que houve deslocamento das sessões eleitorais, ele Gilmar questionou: “Quem vai pagar isso? Em princípio, somos nós. E a interrupção de aulas por tantos dias? Não sei nem se ela se dá por conta da própria escola. O que se diz é que são alunos ligados a movimentos políticos.” <http://www.valor.com.br/brasil/4768669/juizes-do-stf-criticam-ocupacao-de-escolas> Em outra oportunidade Gilmar criticou o MPF por apoiar: ““Ainda ontem, eu lia nos jornais que a doutora Deborah [Duprat] está movendo uma ação porque o ministro da Educação está tomando medidas para desocupação das escolas. Ninguém tomou medida para evitar a ocupação das escolas, que está interrompendo um serviço público essencial”. <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/ministerio-publico-federal-nada-faz-contrainvasao-das-escolas-e-ainda-decide-ser-baba-de-baderneiro-gilmar-mendes-reage/>

Duas juristas foram entrevistadas: a Procuradora da República e uma das advogadas populares. Ambas estavam mediando a desocupação entre os alunos e a Reitoria no dia 9 de dezembro de 2016. Segue o resumo das respostas (trechos destacados no Anexo III), com base nas categorias de análise:

Quadro 11 – Análise da percepção dos atores de justiça sobre a ocupação da UnB de 2016

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PROCURADORA DA REPÚBLICA	ADVOGADA POPULAR
Experiência anterior com ocupação	Nenhuma, mas uma colega acompanhou a ocupação do IFB	Acompanhou as ocupações dos secundaristas no Chile e depois no Brasil.
Como/por que chegaram à ocupação	Porque foi acionada pelo grupo contrário à ocupação, que reclamava intervenção para normalização das aulas e atividades da universidade.	Nas ocupações dos secundaristas em que atuou como advogada, havia estudantes da UnB apoiadores, que viram o trabalho dela. Também atuou nas manifestações contra a PEC na Esplanada, onde começou o trabalho com os alunos na UnB.
Opinião sobre a estratégia	Achou que a ocupação foi legítima e adequada naquele momento, “porque isso estava sendo feito em vários outros lugares do Brasil” contra as medidas legislativas que estavam sendo votadas. Desconhece jurisprudência que criminaliza ocupação estudantil. Pelo contrário, citou orientação do MP de que não cabe criminalização de movimentos sociais por se manifestarem. Disse que não recebeu nenhuma notificação de crime ou de dano grave ao patrimônio, nada significativo que justificasse uma ação de responsabilidade, mas que se houvesse a conduta deveria ser individualizada e processada se tipificada (definida como crime em lei).	Achou adequado, em razão do aumento da repressão policial e pela dificuldade da cidade em trazer movimentos sociais para manifestar na rua. Também achou legítimo: “ocupação não é crime. Logo, o crime é promover a desocupação forçada sem decisão judicial”. Acha que a ocupação não afronta o direito de estudar, mas o calendário em que o ensino ocorre, e isso pode ser definido e redefinido pela instituição, sem prejuízo dos serviços prestados. Também acha que a ocupação não afronta o direito de ir e vir: “ninguém tem direito a assistir uma aula que não está acontecendo” e “ninguém transita na Reitoria, a não ser eventualmente, e os servidores não foram impedidos de fazer seus serviços, foi uma coisa inventada pela gestão do Ivan para pressionar a desocupação”. Disse que a ocupação estava muito bem organizada, pois havia controle sobre as pessoas que circulavam ali e sobre o patrimônio. Falou que não houve evidência de qualquer furto ou dano.
Opinião sobre a legitimidade do movimento	Disse que é legítimo. Discorda de que as universidades sejam exclusivamente acadêmicas, não podendo ter manifestações políticas. Acha que “o ambiente da universidade é plural em vários sentidos, inclusive nesse. Ela não é um local totalmente isento da política, pois lugar nenhum é, nem o MP. Acha que apesar de a PEC ter sido o mote, as outras demandas também eram legítimas porque afetavam toda a comunidade, apesar de algumas especificidades, e os alunos não conseguiram ser ouvidos anteriormente. Por isso também, uma representação pelo DCE era irrelevante naquele momento, qualquer insatisfação era importante e precisava ser considerada, razão pela qual todos foram ouvidos e isso demorou muito. Mas acha que	Acha que o movimento estudantil universitário esteve adormecido até os secundaristas no Chile e os secundaristas de escolas públicas de regiões mais periféricas. Considera legítimo, uma vez que foram definidas em assembleias. Achou o movimento organizado, pois os alunos desde antes de decidirem procuraram se informar sobre as possíveis consequências e evitar as mais drásticas; mas acha que isso não é revolucionário. Considera especificamente a ocupação da UnB um movimento estudantil, reconhecido dessa forma em todos os processos, independente de representação do DCE ou da UNE. Ressaltou a importância disso também para proteger os alunos individualmente e garantir que o movimento não fosse

	os contrários se colocaram em menor número e não sabe se “estavam interessados em conversar para uma solução ou se era só o interesse de que acabasse independentemente de qualquer coisa”.	criminalizado, que significa uma atribuição de crime ao coletivo de forma generalizada, sem individualizar a conduta.
Opinião sobre as medidas legislativas contestadas	Disse que é grave, produz efeitos por muitos anos.	Lamenta a reforma nas escolas, que foram decididas “de cima para baixo”, precarizando o ensino médio e deixando o jovem sem perspectiva de ingresso na universidade, provocando-o para ir para o ensino técnico e o mercado de trabalho”. No contexto maior entende que foi um golpe, uma ruptura institucional que se iniciou com o impeachment de Dilma Rousseff e isso legitimou uma série de abusos, violações de direitos e intimidações.
Participação individual na ocupação	Participou de várias reuniões, sobre a ocupação geral e ocupações específicas, e mediu a audiência pública. Disse que apesar de ser mais trabalhoso, é uma forma de resolução mais efetiva e que existe incentivo no MP para realização de negociação antes de tomar alguma atitude repressiva. Acompanhou os processos judiciais referentes ao caso.	Disse que desde 2013 vem atuando como ativista, seja como advogada popular de movimentos sociais, em especial jovens, “que estavam se colocando na linha de frente e assumindo o ônus de uma luta contra políticas de retirada de direitos, de paralização dos processos de decisões democráticas”, seja promovendo democracia na escola, na garantia de eleições de diretores, condução de projetos pedagógicos comunitários, entre outros. Como advogada, sua posição é de não assumir a responsabilidade pela luta, advertir os riscos da mobilização e os estudantes <i>decidem</i> , com o ônus disso. Acha que essa postura contribui para que eles ganhem autonomia, não somente perante opositores, mas grupos políticos parceiros. Também é professora.
Participação coletiva (pela categoria) na ocupação	Mencionou apenas a atuação da colega na ocupação do IFB, que também tentou a mediação.	Promoveu, junto com coletivo de advogados populares que tem atuação em Brasília e Curitiba, ações judiciais contra autoridades do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia, que têm tido atuação arbitrária. “É como um centro de inteligência, que monitora os movimentos, as vítimas, os desaparecidos”.
Interação institucional	Disse que, nessa ocasião da ocupação, não teve dificuldade de contato com a gestão anterior, mas achou que a nova gestão pareceu “mais aberta, mais disponível para o diálogo, e até mais franca, expondo as dúvidas de como proceder”.	Disse que a gestão anterior era conservadora e tinha condutas que colocavam a comunidade acadêmica contra os estudantes, como impedir que os servidores trabalhassem durante a ocupação. Acha que a gestão atual tem uma visão mais progressista, embora não tenham cumprido alguns acordos de 2016 e tenham sido autoritários em alguns momentos.
Vantagens/desvantagens da ocupação	Mostrou que o diálogo pode ser mais construtivo que medidas repressivas, o que foi positivo para todos, sobretudo porque ocorreu no início da gestão e porque estavam em transição as representações da Reitoria e do DCE, que fez com que todos falassem. Aproximou o relacionamento do MP com a universidade, transformando a postura de desconfiança e insegurança que o gestor público normalmente tem em relação ao MP. Mostrou aos alunos que eles fazem parte de um todo e que esse todo tem que caminhar bem para que a maior parte das pessoas saiam satisfeitas. Deu autonomia aos alunos, que aprenderam a se posicionar perante autoridades e a administração.	Maior legitimidade do direito de manifestação em âmbito escolar, induzindo ao diálogo e não à repressão. Visibilidade da PEC e de questões internas da universidade, que só foi possível pela amplitude e duração das ocupações. Empoderamento e espaços de participação para minorias, criando núcleos de resistência (Quilombo e CCM). Contenção das arbitrariedades de autoridades, embora o fascismo tenha avançado, evidenciando maior polarização. -Maior força interna do movimento estudantil, tendo em vista a troca de gestão do DCE e da Reitoria, mas menor força externa, tendo em vista a represália e a intimidação dos estudantes na rua, o que gerou sentimento de

		impotência e desânimo para continuar a mobilização. Marco simbólico e histórico.
Aprendizados	Compreensão sobre o ambiente multifacetado e plural da UnB. “Quando você tem pessoas de visão de mundo tão diferentes, isso só pode ser muito interessante do ponto de vista do conhecimento que é produzido lá dentro”.	Necessidade de se articular de outras maneiras, sobretudo no cotidiano, de criar consciência sobre a dignidade humana e de se especializar, assumir uma postura mais intelectual diante do que está acontecendo.

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas

3.2.3. Reitorias da UnB e Ministério da Educação

Desde 2008, quando houve a primeira ocupação na Reitoria da UnB, ocorreram quinze ocupações na universidade ou por seus estudantes. O quadro a seguir mostra as datas em que ocorreram, suas principais demandas e os Reitores que administravam a UnB à época:

Quadro 12 – Ocupações da UnB (2008-2018)

N.	GESTÃO	QTD.	DATA	PRÉDIO	DEMANDA
1	Timothy Mulholland	1	Abr/08	Reitoria	Renúncia do reitor e leilão dos móveis do apartamento
2	José Geraldo de Sousa Junior	3	Set/09	FD	Debate sobre aumento do número de vagas (“expansão com qualidade”)
3			Set/11	Reitoria	Entrega das obras de construção dos prédios em Ceilândia
4			Jun/12	Reitoria	Melhorias para assistência estudantil
5	Ivan Marques de Toledo Camargo	6	Abr/13	FS	Espaço para pesquisa, extensão e CA
6			Ago/13	ICC sul	Melhorias para assistência estudantil
7			Ago/13	Reitoria	Melhorias para assistência estudantil
8			Jun/14	Reitoria	Não criminalização do movimento estudantil
9			Dez/15	Reitoria	Readmissão de trabalhadores demitidos e pagamento de bolsa estudantil
10			Mai/16	Centro de Convivência Negra	Exclusividade do tema racial no espaço
11	Ivan Camargo/Márcia Abrahão Moura	1	Out/16	16 prédios	Não aprovação da PEC Teto dos Gastos
12	Márcia Abrahão Moura	4	Mai/17	CCM	Cumprimento do acordo da ocupação de 2016 (espaço e política para as mulheres)
13			Ago/17	BSAS	Revogação de corte de terceirizados, contra racismo e machismo na universidade, demarcação de terras indígenas e quilombolas pelo STF
14			Abr/18	FNDE	Revogação de corte de terceirizados e bolsistas, aumento do orçamento da UnB (contra EC Teto dos Gastos)
15			Abr/18	Reitoria	Revogação de corte de terceirizados e bolsistas, aumento do orçamento da UnB (contra EC Teto dos Gastos)

Fonte: elaboração própria a partir de notícias encontradas em e Secom/UnB, CorreioWeb e G1

Como visto, após a gestão de Timothy Mulholland, o número de ocupações progrediu quase que geometricamente. Embora esse histórico desde o início seja importante para entender alguns elementos do contexto local, a ocupação de 2016 ocorreu no final da gestão de Ivan Camargo e no início da de Márcia Moura, Reitores aos quais este trabalho se deterá de forma mais profunda.

Na gestão de Ivan Camargo, houve, além da ocupação de 2016, outras seis: duas foram localizadas (Faculdade de Saúde e Centro de Convivência Negra) e as demais se relacionaram, entre outras pautas, à assistência estudantil, em que houve o escalonamento de um conflito iniciado em 2013. Devido ao fato de a Casa do Estudante Universitário (CEU) estar em reforma desde 2011, foram alugados apartamentos para aqueles que necessitavam de moradia estudantil. Em 2013 alguns dos contratos foram rescindidos sob o pretexto de que teriam encarecido desproporcionalmente, e foi oferecido um auxílio moradia a esses estudantes. Porém, eles alegaram superfaturamento dos contratos e ocuparam uma sala no ICC. Sem acordo e após ter sido cumprida reintegração de posse no local, ocuparam o gabinete do Reitor e fizeram um catraço. O ex-Reitor Ivan Camargo proibiu festas no *campus* e processou oito alunos criminal (roubo), civil (danos patrimoniais no valor de R\$29 mil) e administrativamente (jubilamento), razão por que foi feita outra ocupação.

Pela leitura das notícias, sua postura inicial foi de abertura ao diálogo: “Estamos trabalhando para manter o que foi acordado com os estudantes, pelo menos até que a residência universitária esteja pronta [...] Qualquer denúncia feita deve ser encaminhada para nossa administração. Não estou sabendo desse superfaturamento, mas se isso estiver acontecendo, a universidade não compactuará. Espero que os estudantes apresentem os documentos na reunião do CAD para avaliarmos a situação”. Chegou a oferecer uma outra sala aos alunos, que a recusaram por não terem as outras reclamações atendidas: “O reitor desocupou a nossa sala no ICC convencido de que isso iria desmobilizar o movimento, mas isso gerou grande revolta, por ser uma atitude autoritária. Temos três pautas principais de reivindicação e, quando elas forem atendidas, aceitaremos a sala que foi oferecida”, “mas precisamos muito mais do que isso, queremos comunicação”⁶⁸.

⁶⁸ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2013/09/18/ensino_ensinosuperior_interna,388789/reitor-da-unb-diz-que-estudantes-nao-querem-negociacao.shtml. Acesso em: 31 mai. 2018.

Após terem ocupado seu gabinete, o comportamento do ex-Reitor mudou. Convocou coletiva de imprensa e declarou que estudantes não queriam negociação, queriam derrubá-lo do cargo. Destaca-se trecho de uma das notícias:

Ivan Camargo relatou que estava na porta da sala dele no momento da ocupação e que foi abordado de maneira agressiva pelos manifestantes. Segundo o reitor, os estudantes apontaram os dedos para o rosto dele e seus óculos chegaram a cair. Ele disse que se retirou da sala porque quer levar a negociação com muita serenidade, mas que não vai abrir mão da lei.

O ex-Reitor ainda mencionou, nessa matéria, que esperava que os alunos fossem “civilizados”, mas “agiram com violência extrema, quebraram portas, chamaram-me de fascista e de ladrão, falaram de lixeiras. Não temos meios para lidar com isso. A parte administrativa tem de reconhecer que a negociação foi ao limite. Chegamos a seis semanas de tentativas, nas quais fomos agredidos sistematicamente”⁶⁹.

Com o catração e a abertura dos processos para apurar “vandalismo”, os alunos tiveram medo de dar reportagens: “Nenhum aluno aceitou falar com o Correio Braziliense. Eles temem que a UnB possa mover processos contra os estudantes que se identificarem para alguma reportagem”. Além disso, passaram a cobrir câmaras e seus rostos, que a reportagem passou a denomina-los de “mascarados” ou “encapuzados”. O ex-Reitor Ivan Camargo declarou que isso era assustador e convocou o ato “Democracia contra a Violência”, visando repudiar a invasão e a transgressão às regras de convivência na universidade: “Não é aceitável que grupos insatisfeitos com decisões tomadas dentro dos trâmites legais, portanto democráticos, se sintam no direito de impor suas demandas, mesmo que legítimas, por meio da força e da intimidação”. Entre 100 e 300 pessoas participaram.

Em entrevista dada naquela época, o ex-Reitor disse⁷⁰:

Estamos vendo essa violência cotidianamente em festas. A administração faz tudo para não permitir que se transforme o ambiente acadêmico numa bagunça, e a gente não consegue. A descrição que se tem no ICC e as visitas que faço são de guerra civil. Laboratórios são quebrados, todos os banheiros depredados. A gente encontra bebida e todo o tipo de lixo espalhado, além de pessoas no início da manhã alcoolizadas,

⁶⁹ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2013/09/19/ensino_ensinosuperior_interna,389002/unb-aguarda-decisao-judicial.shtml. Acesso em: 13 jul. 2018.

⁷⁰ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2014/06/09/ensino_ensinosuperior_interna,431633/cameras-encobertas-e-mascarados-na-unb.shtml. Acesso em: 13 jul. 2018.

completamente inúteis, completamente passadas. Então estamos passando a conta aos CAs (Centros Acadêmicos) que divulgaram as festas. Os filmes que mostram essa reunião são de uma violência, uma agressividade inacreditável para um ambiente universitário. Alguns seguiram para minha sala e quebraram todas as portas. É o mesmo grupo, como tinham feito em setembro do ano passado. É uma agressividade de cunho fascista mesmo [...].

Não tenho dúvidas [que tenha movimento político por trás disso], mas não consigo identificar: todos encapuzados. A gente não pode nem dizer que é de estudantes. E, assim, queria enfatizar que acho gravíssimo. [...]

Não podemos admitir que um patrimônio como o da Universidade de Brasília, em que a sociedade coloca R\$ 1,5 bilhão todo ano para custear aquilo ali, seja depredado. Que meia dúzia de *black blocs*, ou que nome podemos dar a essas pessoas, impeça o seu funcionamento.

Em resposta, um dos alunos disse que a declaração era “ridícula”: “essa é realmente a visão dele dos alunos de classe média desta universidade”. Outra, que ao ser solicitada a tirar o capuz tirou a roupa falou “A gente não é baderneiro. Tocaram o terror, [disseram] que polícia ia entrar, que ia prender. Hoje foi a mesma coisa. Mostre a desgraça para a UnB, para a Brasília, o Brasil inteiro, do que é ser líder estudantil na UnB. Estamos fedidos, nus e outros lá embaixo, encapuzados sendo chamados de fuzileiros, *black blocs* e nazistas”.

Ao final, foi apurada a quebra de um elevador, uma a duas portas de vidro e duas lâmpadas, ao que os estudantes negaram que tenham dado causa. Em cumprimento à reintegração de posse, um defensor público intermediou a desocupação. O Ex-Reitor declarou: “Não é festa por festa. É uma festa que tem uma politização por trás” e disse que o “gravíssimo” não era “a questão do restaurante”, mas “invadir a reitoria, quebrar as coisas lá dentro”.

Em 2016, seu último ano na Gestão, Ivan Camargo soltou nota na Assessoria de Comunicação, em que afirmou:

Garantir um ambiente de paz passa pelo combate à cultura da invasão. Não se pode admitir que grupos encapuzados, sem qualquer representatividade, invadam de maneira arbitrária a Reitoria ou qualquer outra instalação da Universidade. Esse tipo de ação invariavelmente deixa um rastro de violência física e também simbólica. A comunidade acadêmica é quem arca com os prejuízos e com os arranhões na imagem institucional. É preciso pôr fim a esses fatos com a responsabilização de seus autores e deixar claro que tais atitudes são repudiadas pela academia e pela sociedade. Há de se ressaltar que os canais de diálogo entre gestão, estudantes, professores e técnicos estão permanentemente abertos. A UnB é organizada por colegiados com representantes de todos os segmentos. A Universidade conta ainda com dezenas de meios de atendimento em que se pode demandar serviços e manifestar insatisfações, o que inclui o serviço de ouvidoria. Além disso, a estrutura de decanatos, da Vice-Reitoria e da Reitoria está à disposição para tratar de qualquer assunto pertinente ao cotidiano da vida universitária. A amplitude de formas de comunicação evidencia a falta de razoabilidade de atitudes violentas, que felizmente são isoladas.

Márcia Moura assumiu no meio da ocupação de 2016, no dia 24 de novembro. Disse, em sua posse, que iria "trabalhar para estabelecer a maior harmonia possível". Também afirmou que não teria "preconceito de pautas" relacionadas a "gênero, diversidade, respeito às minorias e à diversidade" e que a prioridade naquele momento era "dialogar para resolver as ocupações".

Embora a gestão dela, primeira mulher eleita Reitora da Universidade, tenha sido apontada nas entrevistas e grupos focais como mais progressista e mais aberta ao debate, já havia em setembro de 2009, como Decana de Graduação⁷¹, e em dezembro de 2015, como Diretora de seu Instituto, manifestado contrariedade às ocupações. Em menos de dois anos de gestão, já teve quatro ocupações, incluindo a que teve início na gestão de Ivan Camargo e uma fora da UnB (FNDE), porém por estudantes da UnB, resultando em uma média ainda maior que a gestão anterior.

Não obstante, há que se ponderar que as ocupações ocorridas em sua gestão tiveram como principal motivação medidas do Executivo e Legislativo Federal, embora tenham sido demandadas também questões internas e mais transparência e firmeza perante os cortes e as decisões externas. Portanto, vê-se que na gestão de Márcia Moura, diferente das anteriores, a Reitoria não era apenas antagonista, mas, ao mesmo tempo, aliada contra os Poderes Públicos Federais, tendo algum grau de importância para pressioná-los e garantir à universidade orçamento e autonomia. Isso foi um dos fatores que contribuiu para que alunos e Administração da UnB tivessem mais interações cooperativas, além das conflitivas, que anteriormente.

No entanto, isso não aconteceu nas ocupações posteriores de sua gestão, embora fundamentadas nas mesmas demandas externas. As de 2017 ocorreram por acordos não cumpridos pela Reitoria e houve a necessidade de interveniência de advogados populares, haja vista os alunos terem se sentido ameaçados em seus direitos. Na de 2018, Márcia Moura disse que não criminalizaria o movimento, mas protocolaram pedido extrajudicial para retirada dos alunos, com o argumento de que "a Universidade tem que funcionar", e atribuíram a eles eventos posteriores de

⁷¹ Em 2009 disse: "Não há motivo para tanto alarde". E em 2015 seu nome constava em um "abaixo assinados vêm repudiar um novo ato de invasão do gabinete do reitor por um grupo de pessoas encapuzadas e desconhecidas da comunidade acadêmica". Disponível em: <https://www.noticias.UnB.br/publicacoes/69-informe/201-repudio-a-invasao-da-reitoria-da-universidade-de-brasilia>. Acesso em: 12 nov. 2017.

danificação do patrimônio. Em “Carta da Reitoria à comunidade”⁷², um dia após a desocupação e deflagrada a greve estudantil, manifestou “repúdio à violação de direitos”, havendo constatado, “evidências de graves delitos contra o patrimônio público e privado, além de violações à privacidade dos servidores”, que estariam sendo apurados pela administração e pela Polícia Federal. Também registrou “indignação com as intervenções recentes que vêm ocorrendo no *campus* Darcy Ribeiro, com o fechamento de prédios e salas de aula e o constrangimento e expulsão de professores, estudantes e trabalhadores como método de mobilização para os protestos contra as reduções do orçamento para a educação. Disse, ainda, que estava sendo notificada sobre “a circulação pelo *campus* de pessoas encapuzadas, portando paus e barras de ferro nas mãos”. Por fim, afirmou: “Não admitiremos essa escalada da intransigência e do uso da força como método de ação política na Universidade e adotaremos medidas para responsabilizar os autores”, a fim de “garantir a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas na UnB, repudiando firmemente expressões de autoritarismo. É nosso papel defender o direito de todos à Universidade”.

Em resposta, na página Ocupa UnB do FB, disse que as ações mencionadas na carta:

...são atribuídas ao movimento, de forma equivocada e tendenciosa, pois não nos dizem respeito. Primeiramente, entregamos as instalações limpas e em condições de uso - realizamos um mutirão de limpeza na véspera da desocupação do prédio, cujo registro pode ser conferido aqui. Fala-se em "graves delitos contra o patrimônio público e privado", quando, conforme acordamos, todo prejuízo relativo ao patrimônio público, avaliado na vistoria, será ressarcido à Universidade; em relação aos bens privados dos servidores, honestamente, nunca tivemos qualquer intenção de causar prejuízos, muito embora não tenhamos como antecipar pessoas que, de má fé, se aproveitem da situação e da legítima ocupação do espaço em benefício próprio. Éramos um movimento aberto a todo e qualquer estudante que o queria construir, razão pela qual a circulação de pessoas pelo prédio se intensificava. O fechamento dos prédios e salas de aula, elencado em seguida na carta, não tem relação com o movimento de ocupação, e sim com a Greve Estudantil [...] Da cena pitoresca de "pessoas encapuzadas, portando paus e barras de ferro nas mãos", não temos conhecimento. A Ocupa UnB chegou ao fim no dia 30, última segunda-feira de abril. Seguimos respeitando o acordo, e, reciprocamente, exigimos respeito em face a um movimento que prezou, em toda sua trajetória, por um diálogo justo e transparente. Infelizmente, a carta da Reitoria só instiga ainda mais os ataques generalizados e infundados que temos sofrido. É uma pena que apontem todos os dedos para aqueles que querem preservar a UnB e sua posição destacada no cenário nacional e internacional, enquanto não se aponta uma unha para os que realmente querem o fim da universidade

⁷² Disponível em: <https://noticias.UnB.br/publicacoes/69-informe/2238-carta-da-reitoria-a-comunidade-repudio-a-violacao-de-direitos>. Acesso em: 12 nov. 2017.

pública, gratuita e de qualidade. Repudiamos qualquer forma de violência.
LUTAR NÃO É CRIME!

Foram entrevistados, em novembro de 2017, dois homens, pardos, engenheiros e ocupantes do mesmo cargo no Gabinete da Reitoria, um da gestão do Ivan Camargo e outro da gestão da Marcia Abrahão Moura. Segue o resumo das respostas (trechos destacados no Anexo III), com base nas categorias de análise:

Quadro 13 – Análise da percepção do gabinete da Reitoria (gestões Ivan Camargo e Márcia Moura) sobre a ocupação da UnB de 2016

CATEGORIAS DE ANÁLISE	GABINETE – GESTÃO IVAN CAMARGO	GABINETE – GESTÃO MARCIA ABRAHÃO MOURA
Experiência anterior com ocupação	Algumas ocupações que ocorreram na gestão do Ivan.	Mencionou ocupações que ocorreram na gestão do ex-Reitor, José Geraldo de Sousa Junior, em que foi assessor e prefeito do <i>campus</i> .
Como/por que chegaram à ocupação	Chegou para trabalhar e viu. Recebia ameaças de ocupação, mas achava que não ia acontecer porque “o movimento estava em descenso”	Antes de assumir o cargo no gabinete da Reitoria, foi convidado pela AdUnB para participar de uma comissão de negociação entre a administração e a ocupação na qualidade de professor, por ter uma proximidade com o movimento estudantil e experiência na militância sindicalista.
Opinião sobre a estratégia	<p>Acha que ocorre porque é mais fácil e não tem repressão.</p> <p>Acha que 2016 não foi mais importante que as anteriores, pelo contrário, foi a menos importante porque era fim de mandato e de ano, não havia muito o que fazer, seria melhor se tivessem ocupado o Congresso. Para ele a ocupação mais importante foi a primeira, porque era um movimento dos alunos carentes que estavam sem moradia porque a Casa Universitária estava de reforma. E ficou sensibilizado porque esses estudantes estavam sendo manipulados por “certas lideranças”.</p> <p>Acha que não houve tentativas dos alunos de dialogarem antes. A forma de resolução era só por meio de ocupação que não difere de invasão porque tudo é violento (citou os alunos impedirem servidores de trabalharem, desrespeito, palavras de ordem e uma agressão física que sofreu) e por isso discorda, sobretudo no âmbito da universidade, que é ambiente de diálogo.</p> <p>Disse que não é contra protesto, mas eles tinham que ser a última medida, quando todas as outras vias estivessem esgotadas e quando as pessoas estivessem convencidas de que aquilo seria necessário – e não era o caso da PEC 241/55.</p> <p>Acha que foi oportunismo e que houve um desgaste da estratégia, pois usada muitas vezes, sem necessidade, de forma desorganizada e insensível com a comunidade, prejudicando as pessoas que precisam do serviço.</p> <p>Acha que assembleias não são democráticas pois é um grupo pequeno que decide e nisso as redes sociais podem ser úteis.</p>	<p>Acha que é ocupação e que é legítimo enquanto forma de protesto, embora às vezes discorde dessa estratégia, como foi utilizada em 2017.</p> <p>Sobre 2016, acha que foi mais organizado (existia uma articulação entre as ocupações da UnB, embora não houvesse hierarquia) e mais legítimo (uma insatisfação geral com a ausência de diálogo – “a ocupação seria uma forma de ter voz.”).</p> <p>Mas acha que não é necessário um esgotamento das formas institucionais para protestar, pois pode ser uma pauta invisível diante de tanta diversidade de necessidades com a expansão da universidade.</p>
Opinião sobre a legitimidade do movimento	<p>Acha que as pautas podem até ser justas, mas “tem que ter um planejamento para atender a todos da melhor maneira possível. E aqueles que têm direito, não aqueles que pressionam”.</p> <p>Acha que houve manipulação dos estudantes. As verdadeiras lideranças, inclusive alguns que nem</p>	<p>Não acredita que havia uma inércia anterior, que os alunos já estavam se organizando, haja vista 2013, embora a energia estivesse dispersa, e os secundaristas, que conseguiram canalizar melhor as demandas.</p>

	eram da UnB, ficavam na retaguarda assessorando os alunos que eram meros porta vozes. Acha que a ocupação dos secundaristas não teve influência com a ocupação da UnB em 2016. Acha que ser rebelde é intrínseco a ser jovem e que isso é bom, existem mudanças a serem feitas e quem deve fazê-las são jovens. Mas não podem repetir os mesmos erros do passado, os movimentos populares não têm mais respaldo da sociedade.	Disse que teve dificuldade com a ausência de liderança do movimento, mas que era um cuidado necessário para se protegerem de uma perseguição política ou acadêmica. Particularmente, com a sua atuação de negociação e sua trajetória anterior, os alunos ganhavam confiança de se identificarem.
Opinião sobre as medidas legislativas contestadas	Ele disse não lembrar de um posicionamento da Reitoria sobre a PEC, nem a favor nem contra. Disse que discorda de como foi feito, pois não houve diálogo. Acha que tem que ser feito um movimento de resistência pra não perder aquilo que já foi conquistado, que é a qualidade de ensino.	Disse não ter elementos pra avaliar os efeitos da PEC: primeiro porque o mais imediato é no ensino médio e não no superior. Acha que, apesar dos cortes, os prejuízos se darão em longo prazo, pois a comunidade acadêmica é pequena.
Participação individual na ocupação	Como gestor, disse que não havia o que fazer, apenas arrastou até a Márcia assumir. Disse que faz mais como professor, em sala de aula, promovendo a ética.	Trabalhou para conseguir esse maior diálogo com os alunos, tanto na comissão de negociação anterior à troca de gestão como depois que assumiu o cargo no gabinete da Reitoria.
Participação coletiva (pela categoria) na ocupação	Disse que o departamento conversa sobre a polarização política, mas que, por a engenharia ser muito competitiva, ainda mais com a velocidade do avanço da tecnologia, e a carga de ensino ser muito pesada, não sobra tempo para discutir essas coisas, embora exista essa tentativa, porém, de uma forma precária. É associado da AdUnB, mas não participa muito, vai em algumas assembleias.	Disse que a maioria na engenharia é mais conservadora, menos aberta, mas não sabe explicar por que. Talvez pelo pragmatismo de ter as soluções não importando muito como: “Engenheiro não quer entender o fenômeno, quer que funcione”.
Interação institucional	Sobre a gestão posterior, acha que é “mais alinhada com movimentos, pensamentos de PT, PSTU, PSOL” e foi isso inclusive que fez com que a ocupação terminasse.	Sobre a gestão anterior, acha que havia falta de diálogo, assim como em 2008. “as posturas eram muito fechadas, do tipo ‘ou desocupa ou a gente não vai conversar’”.
Vantagens/desvantagens da ocupação	Apenas desvantagens, nenhuma vantagem. O pior para ele foi não ter podido fazer a transição de gestão. Acha que para os alunos só foi bom por terem uma história para contar: “lembra daquela noite, eu dormir na mesa do reitor”.	Citou a visibilidade do movimento, da PEC e de necessidades que estavam invisíveis, mas acha que houve um recuo do movimento, que não deu continuidade às demandas, haja vista a principal pauta não ter sido atendida. Mas acha que isso será revertido, pois os secundaristas chegaram à universidade. Acha que a gestão eleita para o DCE foi uma alternância natural, não teve relação com a ocupação e são grupos diferentes. Disse que houve prejuízos materiais menores e que foram parcialmente recuperados por uma vaquinha que os estudantes fizeram. Os prejuízos maiores foram em relação ao conteúdo que não foi dado ou que foi atrasado.
Aprendizados	“Eu aprendi a exercitar mais ainda o diálogo, a tolerância, de eu poder ser firme sem ser agressivo” “aprendi a processar e a não querer esse tipo de movimento aqui dentro da instituição. Não apoio mesmo”	“Foi uma experiência rica de negociação”, “de ter assumido papel de interlocução com o processo já em andamento, visto que a ocupação havia começado ainda sob a administração anterior da UnB, e com o desafio de reverter a tendência de tensionamento” Citou também a experiência com mediação do Ministério Público.

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas.

Considerando que os administradores, além de antagonistas também foram considerados como possíveis aliados pressionando o Governo Federal, impende falar

sobre o MEC e os desdobramentos que a PEC, após aprovada, teve em 2017 e 2018 nessa relação.

O MEC teve diversos posicionamentos polêmicos contra alunos e professores que reagiram às ações do Governo Federal. Mendonça Filho foi o primeiro Ministro da Educação nomeado por Temer. Em novembro de 2016, solicitou por ofício às instituições de ensino informações sobre a ocorrência de ocupações e os seus responsáveis, sendo seu papel garantir o direito fundamental à educação. Também, ameaçou cancelar o ENEM e cobrar os danos causados dos movimentos estudantis⁷³.

Em março de 2018 disse que acionaria a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF) para apurar “improbidade administrativa” por parte dos responsáveis pela criação da disciplina facultativa na Universidade de Brasília (UnB) chamada “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, lamentando “que uma instituição respeitada e importante adote uma prática de apropriação do bem público para promoção de pensamentos político-partidários”⁷⁴. O ex-reitor da UnB José Geraldo de Sousa Junior denunciou o Ministro na Comissão de Ética Pública da Presidência abuso de autoridade no exercício do poder pelo Ministro, que teve dez dias para prestar esclarecimentos⁷⁵.

Em abril de 2018, Mendonça Filho saiu do cargo de Ministro da Educação para candidatura eleitoral”⁷⁶. Rossieli Soares da Silva, Secretário de educação básica do MEC, ex-secretário de Educação do Estado do Amazonas, foi nomeado em seu lugar.

⁷³ O então Ministro da Educação disse que os movimentos sociais tinham “tática fascista” e “prática da intolerância de um socialismo vencido e derrotado”. Em nota, a União Nacional dos Estudantes (Une), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) repudiaram a declaração. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mendonca-filho-diz-que-se-chamado-ira-debater-propostas-em-escolas-ocupadas>

⁷⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mec-vai-acionar-mpf-contradisciplina-da-UnB-sobre-golpe-de-2016-22420187> e <https://oglobo.globo.com/brasil/professor-da-unb-defende-curso-sobre-golpe-de-2016-apos-critica-do-mec-22421749>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁷⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/comissao-de-etica-investigara-conduta-de-mendonca-filho-apos-criticas-a-disciplina-da-UnB-sobre-golpe-de-2016.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁷⁶ Inicialmente foi indicada Maria Helena de Castro, filiada ao PSDB. “O nome, contudo, enfrentou resistência do presidente Michel Temer, já que o partido deixou a base aliada e não apoiará a candidatura do MDB à sucessão presidencial. Com a negativa, a bancada do DEM ofereceu então o nome do deputado federal Carlos Melles (MG), [...] mas decidiu, por fim, evitar um nome que tivesse um carimbo de indicação política, por isso preferiu indicar um técnico para a pasta. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/04/temer-escolhe-secretario-de-educacao-basica-para-ministro-da-educacao.shtml>. Acesso em: 31 mai. 2018.

No dia seguinte à posse do novo Ministro, os estudantes da UnB decidiram em Assembleia Geral ir ao MEC protestar uma reunião para esclarecer as contas apresentadas em março pela administração superior, com déficit anual previsto em mais de R\$ 92 milhões, ocasião em que foram anunciados cortes de 15% dos funcionários e 1100 estagiários para que a UnB chegasse ao fim do ano⁷⁷.

Houve grande represália policial⁷⁸ para dispersar os manifestantes na Esplanada e os alunos ocuparam o FNDE, autarquia vinculada ao Ministério, exigindo uma audiência pública. Ao final do dia, o Ministério lançou nota “para restabelecer a verdade e em respeito à sociedade brasileira e à comunidade acadêmica da Universidade de Brasília (UnB)”⁷⁹, desmentindo as contas apresentadas pela administração superior da universidade, tida como falsas e repetidas de anos anteriores, com “objetivo gerar tumulto e um clima de insegurança para a comunidade acadêmica que quer estudar e trabalhar”. Também, afirmou que a UnB geriria mal o orçamento recebido, que foi o maior entre as seis universidades de mesmo porte. Ainda, justificou a falta de diálogo pelo fato de “manifestantes encapuzados quebrarem janelas com paus e pedras e tentarem invadir o prédio”.

No dia seguinte, os alunos desocuparam o FNDE com a promessa de que haveria audiência pública, que, contudo, não aconteceu. Após Assembleia Geral, os alunos ocuparam a Reitoria da UnB, exigindo revogação do plano de demissões, uma manifestação pública da UnB sobre as informações passadas pelo MEC e uma oportunidade com os dois lados para definir os rumos da Universidade. Foi então agendada para o dia 16 uma reunião preparatória para uma audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), presidida pela Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF). Estiveram presentes, além da Reitoria e sua equipe e o MEC, o Comitê em Defesa da UnB⁸⁰, a Comissão Popular

⁷⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/crise-na-UnB-universidade-so-tem-dinheiro-em-caixa-ate-maio-cortes-afetam-ensino.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁷⁸
⁷⁹ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/04/10/ensino_ensinosuperior_interna,672646/mec-esclarece-que-nao-houve-cortes-no-orcamento-da-UnB.shtml. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁸⁰ Coletivo lançado pelo DCE/UnB no dia 17/10/2017. Além dos estudantes, foram convidados a participarem representantes da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), da União Nacional dos Estudantes

UnB, do DCE, o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nessa ocasião, foi realizada observação participante. Foi bastante peculiar o comportamento de um dos dois representantes do MEC, pois além de impedir a entrada de jornalistas e a gravação de áudio e vídeo, não quis falar no microfone, mesmo com a reclamação de que as pessoas não estavam escutando o que ele dizia, que basicamente foi: “só haverá diálogo se a UnB fosse desocupada”. Os estudantes presentes responderam o contrário, que só desocupariam se houvesse diálogo. Todos os coletivos falaram e ao final acordaram a data e o horário da audiência pública, a se realizar no dia 19, e confirmaram a presença, com exceção do representante do MEC, que perguntado se estaria presente, não respondeu e se retirou da sala antes do término da sessão. Nesse dia, o MEC lançou nota dizendo que tinha “mantido o diálogo aberto e direto com os estudantes e com toda a sociedade” e reafirmando a disposição para o debate, “respeitando competências e responsabilidades de cada ente”⁸¹.

Na audiência pública previamente agendada e confirmada para o dia 19, realizada na UnB, os mesmos atores compareceram, menos o MEC, o que causou revolta nos mais de duzentos alunos presentes. Um dos integrantes da Comissão Eleitoral disse que a única saída era a greve geral⁸².

(UNE) e parlamentares do legislativo distrital e federal. <https://www.noticias.UnB.br/publicacoes/67-ensino/1855-dce-lanca-comite-em-defesa-da-UnB>

⁸¹ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2018/04/17/ensino_ensinosuperior_interna,674168/ Mesa-publica-na-quinta-feira-vai-discutir-reivindicacoes-de-estudantes.shtml. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁸² Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/ocupacao-da-UnB-em-audiencia-sem-mec-alunos-decidem-permanecer-na-reitoria.ghtml>. Acesso em: 31 mai. 2018. Os servidores e funcionários da UnB deflagraram greve no dia 24 de abril e os estudantes no dia 2 de maio. Os professores não discutiram essa hipótese. na última assembleia geral, realizada em 10/05/2018, aprovaram: “Organização de aulas públicas, dentro e fora da Universidade de Brasília, com o intuito de mostrar a verdade sobre a crise que afeta a Universidade; Elaboração de materiais explicativos sobre a crise na UnB direcionado aos docentes e a toda comunidade; Instalação de atividade pública em defesa na UnB no Parque da Cidade mostrando a nossa importância e envolvendo a sociedade em geral; Criação de uma comissão para a organização dessas atividades, Apoio financeiro para a realização das atividades; Debate, na próxima Assembleia Geral, acerca do uso livre dos recursos próprios das Universidades Federais; Realização de nova Assembleia Geral até 15 dias; e Comissão de mobilização permanente liderada pela ADUnB e Conselho de Representantes para a elaboração da estratégia de defesa das instituições públicas”. <http://adUnB.org.br/novo/deliberacoes-da-Assembleia-Geral-do-dia-10052018/> em maio de 2018.

Outra audiência pública foi agendada para o dia 4 de maio de 2018, agora no Senado Federal, presidida pelo Senador Hélio José (PROS/DF)⁸³, oportunidade em que também foi realizada observação participante. Os representantes do MEC reiteraram as informações ditas anteriormente, que criticavam a gestão da UnB. A maior parte dos alunos não pôde entrar, pois, segundo o Senador, não havia espaço para todos, apenas para os representantes. O representante dos alunos se recusou a falar, em respeito aos colegas. As manifestações de quem não estava na mesa foram limitadas a três pessoas⁸⁴. Uma delas, de um professor da UnB de engenharia, era, mesmo depois dos esclarecimentos mostrados em gráficos, um pedido de esclarecimento sobre a incompatibilidade entre os números da UnB e do MEC, o que não foi feito.

Por fim, no dia 13 de maio de 2018, foi feita outra reunião pela CDHM, também presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), para discutir as denúncias de repressão policial aos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) no dia 10 de abril. Participaram estudantes, servidores da UnB, advogados populares e representantes de órgãos do Judiciário para apresentar denúncias e sugerir encaminhamentos para a questão. Destacam-se algumas falas noticiadas nesse dia pela CDHM:⁸⁵

[um dos três estudantes detidos]: “Estamos acordados, vivos, e assim estaremos, assim resistiremos. O assunto está esquecido. O que é feito a partir desse esquecimento? A Polícia Militar que está no *campus* da UnB defende a quem? Por que somente ao serem agredidos os estudantes ganham voz em tantos espaços? Sigo na busca por essas respostas”

[Advogada popular]: “A Polícia Civil descumpra regras elementares do direito à defesa quando se trata de manifestantes eventualmente detidos. Muitas vezes ficamos horas sem acesso aos clientes, e os policiais civis tratam os advogados populares com sarcasmo e ironia”.

⁸³ Disponível em: <http://www.noticias.UnB.br/publicacoes/76-institucional/2247-UnB-participa-de-audiencia-publica-no-senado-sobre-a-questao-orcamentaria-da-instituicao>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁸⁴ Uma participante da primeira fileira perguntou ao Senador, por meio de um cartaz que fez ali na hora, por que todos os Senadores do DF, inclusive ele, tinham votado a favor da PEC 241/55. Nessa hora ele falou de todas as medidas que estava tomando em favor da educação e de outras pautas, como trabalhista e ambiental, mas não se justificou. Na metade da audiência essa senhora se exaltou e perguntou novamente, em voz alta e tom de denúncia. O Senador chamou os seguranças e ameaçou retirá-la “se ela não ficasse quietinha”, e ela se calou. Ao final, em atenção a esse mesmo pedido feito eletronicamente, o Senador disse que sua decisão estava restrita ao acordado pela bancada distrital, do qual também faziam parte Cristovao Buarque, ex-reitor da UnB, e Reguffe. Por essa razão inclusive ele teria mudado de partido e assumido a bancada distrital e, como ex-aluno da UnB, estava sensibilizado com a situação e por isso estava ali promovendo aquela audiência pública. Na oportunidade, ele distribuiu adesivos SOS UnB, com seu nome.

⁸⁵ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/reuniao-na-cdhm-debate-repressao-contra-manifestantes-em-defesa-da-UnB>. Acesso em: 31 mai. 2018.

[Integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos]: “A Polícia, que deveria garantir o direito constitucional às manifestações, age em posição de confronto, como se fosse para uma guerra contra os manifestantes. Há uma posição muito definida de confronto e combate contra quem luta por um direito”

[procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República, que saudou a luta dos estudantes e traçou um comparativo entre as ações dos jovens brasileiros com os eventos de maio de 1968, que foram duramente reprimidos no Brasil, causando a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro, e que mencionou a revelação de arquivos da CIA apontando a participação de presidentes da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985 na execução de opositores políticos]: “Hoje observamos uma tendência de exaltar a solução militar quando a História mostra que isso não é positivo. Precisamos desmilitarizar as ruas e defender a Constituição de 1988 e seus valores de cidadania e sociedade mais igualitária”.

Não obstante as greves e demais ações, mais de quinhentos funcionários foram demitidos da UnB⁸⁶. Em 30 de maio de 2018, ocorreu a última audiência pública acompanhada por este trabalho, realizada pela Comissão de Educação do Senado Federal, presidida pelo Senador Cristóvão Buarque (PPS/DF), ex-reitor da UnB, que também votou a favor da EC 95. Ele havia apresentado, no dia 11 de abril de 2018, um dia após as manifestações no MEC, Projeto de Lei Complementar do Senado n. 174/2018⁸⁷, que busca vedar o contingenciamento dos recursos destinados à educação, para liberar o uso dos recursos próprios das Universidades Federais.

Essas mudanças de postura dos congressistas cujos mandatos se aproximam do fim e das medidas legislativas que apresentam, bem como dos gestores da pasta, em ano eleitoral, reconfiguram a legitimidade do movimento estudantil e de sua pauta e o posicionamento da Reitoria da UnB, que ora se apresenta como antagonista na mobilização social, ora protagonista contra o Governo Federal. Em outras palavras, a corrida pelo voto em 2018 reabre oportunidades políticas para o movimento Ocupa UnB iniciado em 2016, inclusive de ressignificar o próprio repertório.

3.2.4. Professores e Associação de Docentes da UnB

Os professores foram mencionados pelos alunos como aliados, quando se disponibilizavam a participar da ocupação, dos debates e das atividades (oficinas, aulas

⁸⁶ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/crise-da-UnB-apos-cortes-132-terceirizados-da-limpeza-sao-demitidos-nesta-quarta.ghtml>

⁸⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=132885>. Acesso em 31 mai. 2018.

públicas), ou quando debatiam o tema em sala de aula em suas matérias e decidiam, preferencialmente após consulta com a turma, não dar aulas e dispensar de frequência e avaliação durante o período da ocupação. Foram considerados antagonistas quando faziam o oposto disso.

Em Assembleia Geral da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), realizada no dia 8 de novembro de 2016, com 590 professores assinantes da lista de presença, a entidade manifestou apoio à ocupação dos estudantes “por considerar tal movimento parte da luta contra a aprovação da PEC 55”. Orientaram os associados a “não ministrarem aulas em locais diversos dos indicados na grade de seus cursos ou por outras formas que enfraqueçam o movimento.” Ainda, constituíram uma Comissão Tripartite (docentes, técnico-administrativos e estudantes) para tratar da folha de pagamento dos professores e professoras da UnB, evitando que fosse bloqueada pelas ocupações. Aprovaram paralização nos dias 11 e 25 de novembro de 2016 e, por 291 votos contra 215, indicativo de greve, que foi rejeitada em Assembleia Geral no dia 11 por 366 votos, contra 330⁸⁸.

Em sua página do *Facebook*⁸⁹, durante o período, foram feitas diversas postagens desfavoráveis à PEC n. 241/55/2016⁹⁰ e à MP 746 e favoráveis às manifestações gerais na Esplanada nos dias 13 e 29 de novembro, #OcupaBrasilia⁹¹, em seguimento à recomendação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)⁹².

Por fim, cabe mencionar que vários departamentos e faculdades fizeram, de forma independente ou por meio de seus professores, notas diversas sobre as ocupações e as medidas legislativas.

⁸⁸ 39 universidades deflagravam greve de docentes até 24 de novembro. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2016/11/24/ensino_ensinosuperior_interna,558535/professores-de-39-universidades-federais-e-estaduais-deflaram-greve-n.shtml. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁸⁹ Vale notar, porém, que a página, embora tenha muitas postagens não tem interação comparada às páginas dos estudantes, o que talvez é explicado pela diferença geracional. No período das ocupações (30 de outubro a 13 de dezembro), apesar de 67 postagens, houve apenas 458 reações, 65 comentários feitos predominantemente pela mesma pessoa, e 125 compartilhamentos.

⁹⁰ Congresso em foco, Carta maior, Senado, Sinprodf, Sinproepdf, MEC, The intercept, Notícias UnB, Correio Brasiliense, Proifes. Uma delas apresenta estudos de várias universidades sobre o impacto da PEC: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8483>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁹¹ Disponível em: <https://www.Facebook.com/adUnBoficial/posts/1321413521222244>. Acesso em: 31 mai. 2018.

⁹² Disponível em: <http://adUnB.org.br/novo/manifestantes-irao-ocupar-brasilia-contr-a-pec-55/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

Foram entrevistados dois professores. Essa amostra de professores não é representativa, nem pela quantidade nem pela posição que ocupam (nenhum falou pela ADUnB), mas exemplificativa, uma vez que ambos tiveram posicionamentos muito divergentes e relativo envolvimento com os alunos na época, cada um à sua maneira.

Um é professor nos dois *campi* ocupados, nas áreas de comunicação e letras, na UnB desde 1996. Favorável ao ato, participou dos debates e das atividades e mediou alguns pequenos conflitos entre alunos e polícia e jornalistas, apesar de estar de licença capacitação na época. Outro é professor no *campus* Darcy Ribeiro na área de engenharia, na UnB desde 2002. Desfavorável ao ato, foi mencionado em páginas de alunos no *Facebook* como “mito” pelas suas manifestações presenciais e virtuais contrárias às ocupações, que chama de invasões, deu aulas na universidade em outro local que não o habitual ou do lado de fora do prédio até o final do semestre, embora não tivesse cobrado presença, e fez um “joguinho da desinvasão”, como atividade letiva, descrito mais à frente.

Ambos são homens, brancos, doutores e estão na mesma faixa de renda. Não tiveram nenhuma alteração profissional ou política em decorrência das ocupações, apenas um estava de licença capacitação durante as ocupações e o outro se afastou para a mesma finalidade depois. Segue o resumo das respostas (trechos destacados no Anexo III), com base nas categorias de análise:

Quadro 14 – Análise da percepção dos professores sobre a ocupação da UnB de 2016

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PROFESSOR 1 – FAVORÁVEL ÀS OCUPAÇÕES	PROFESSOR 2 – CONTRÁRIO ÀS OCUPAÇÕES
Experiência anterior com ocupação	Participou do movimento estudantil na UnB de 1996 até 2001, falou que “presenciou greves, acampamentos de estudantes e movimentos sociais na UnB e ocupações de prédios públicos e de latifúndios”.	Assistiu a duas invasões, na Reitoria da UFRJ, em 1998, quando era aluno de graduação; e na Reitoria da UnB em 2008, quando era doutorando. Acompanhou as notícias, mas disse que “estava mais concentrado em suas atividades acadêmicas”.
Como/por que chegaram à ocupação	Estava passando por acaso pelo prédio no Darcy onde estava acontecendo a Assembleia Geral dos Estudantes em que se decidiu pela ocupação na Reitoria. Além disso foi convidado para participar da ocupação.	Foi surpreendido pela invasão do prédio em que dava aula.
Opinião sobre a estratégia	Acha que é uma estratégia vanguarda, que se iniciou muito antes, desde a CPMI da terra, em 2006 e 7. Disse que as escolas públicas e a FUP foram protagonistas, pela condição da maioria dos estudantes daquela região, “pelo que eles tinham a perder” e rápido, tendo influenciado o <i>campus</i> Darcy Ribeiro a ocupar também. Acha que a ocupação funcionou, de forma muito organizada e sistemática, tanto que ficaram 45 dias. Ficou impressionado de ver acontecendo, pela primeira vez, toda a	Embora amenize às vezes chamando de ocupação, “abrindo mão num diálogo pra que a gente pudesse conversar de uma forma um pouco mais fluida”, acha que é invasão porque a entrada é forçada, com energia e porque o espaço não estava vazio. Acha que é um problema não assumir isso. Acha que é ilegal: a universidade ser propriedade da União não significa ser propriedade de todo e qualquer brasileiro para utilização indiscriminada e a assembleia geral

	<p>organicidade e proatividade que é ensinada nas aulas em Planaltina.</p> <p>Falou que presenciou “uma das experiências mais emocionantes de democracia”, em uma oportunidade que os alunos envolveram os terceirizados na causa, que passaram a participar ativamente da ocupação.</p>	<p>dos estudantes não é legislativo e, portanto, não autoriza o ato.</p> <p>Acha que acontece na universidade porque é mais fácil, uma vez que a polícia amena, embora não devesse. Porém é ineficaz, pois não influencia votação no Congresso.</p> <p>Acha que a definição de legitimidade de um protesto depende das circunstâncias do país, mas defende formas mais inteligentes, baseadas em ciência e com uma pauta mais definida.</p> <p>Acha que não é uma estratégia nova, viu em 1996 na UFRJ, e apesar da importância de algumas causas, a repetição ficou associada a motivos banais, a uma mera insatisfação.</p>
Opinião sobre a legitimidade do movimento	<p>Acha que é legítimo, porque muito participativo e inclusivo, alunos de diferentes perfis e cursos falaram e na votação houve uma diferença de quase 100 votos a favor da ocupação.</p>	<p>Acha que os alunos são atores capazes de influenciar a opinião pública, mas tem sido mais negativamente. Achou absurdo eles limitarem a entrada dos funcionários para gerar folha de pagamento, jogando a culpa na Reitoria quando eram eles que estavam no local errado.</p> <p>Acha que não foi participativo, um pequeno grupo decidia e os outros iam “fazer bagunça”: “são crianças que estão aprendendo com brinquedo de adulto”.</p>
Opinião sobre as medidas legislativas contestadas	<p>Não foi surpresa. Com a junção da crise política à crise econômica, já sabia que o governo ia cair e os riscos disso, inclusive a PEC 241/55. Embora ela tenha sido o mote conjuntural, acha que o grande antagonista era o “golpe”, o Governo Federal considerado ilegítimo, mas que era necessário focar em algo e foi educação e a saúde.</p> <p>Para ele é uma medida “perversa”, pois se o que é captado além do teto é destinado ao pagamento da dívida pública, desestimula o empreendedorismo da academia e as articulações internacionais. Acredita que é um meio para ter argumentos para a privatização, tal qual foi na década de 90.</p>	<p>Também já esperava medidas assim, pois desde 2013 “os nomes eram falados” e “Temer era vice desde o primeiro mandato dela e todo mundo sabe que o partido dele tinha essa orientação”.</p> <p>Mas não sabe dizer ao certo sua opinião sobre ela, porque esteve afastado, apenas pensa que uma dívida feita tem que pagar e algum sacrifício tem que ser feito, ainda que com um propósito punitivo educativo. Porém, notou escassez de recursos de saúde e educação, onde apostou que não haveria cortes.</p>
Participação individual na ocupação	<p>Apesar de ter estado de licença capacitação na época, participou de debates, análise de cenário de conjuntura, oficinas, um pequeno documentário e outras atividades. Também, mediou conflitos entre os alunos e entre eles e polícia, evitando abusos de autoridade.</p> <p>Disse que coloca energias para que as coisas andem de baixo para cima, mas tem cada vez mais receio da violência material, simbólica, que tem se manifestado. Porém, acha que a polarização seja politizadora, pois evidencia o que está em jogo.</p>	<p>Participou de duas formas, que chamou de “protesto”, ambas com alunos de sua turma. Uma foi tendo aula ao ar livre, com os alunos sentados no chão, o que aprovado por eles e sem exigência de presença. Segundo ele, foi a forma de dizer que não concordavam com aquilo e que queriam prosseguir o programa pois era um direito deles. A outra foi o desenvolvimento do “joguinho da desinvasão”, inspirado no livro “<i>Animal Farm</i>”, de George Orwell. Era um mapa da UnB e o objetivo era “arremessar livros em ovelhinhas caminhando em direção ao ICC”, “para que aquilo ficasse desocupado e pudesse funcionar adequadamente”. Complementa: “uma certa hora você ganha um poder, o meteoro de constituição. Você mata 3 ovelhas numa constitucionalizada só”. Para ele “é um protesto bem-humorado a respeito das invasões”, mas depois justifica que estava chateado, pelas invasões e pelo momento político, e que não deveria ter feito isso.</p>
Participação coletiva (pela categoria) na ocupação	<p>A maior parte dos professores apoiou a ocupação, até pelo perfil da seleção e da</p>	<p>Relatou que não se organizou com os professores da área de exatas, que historicamente tem menor envolvimento com esse tipo de atividade. As reuniões ocorreram mais para resolver o problema operacional e logístico de falta de salas, embora tenha havido</p>

	<p>formação do <i>campus</i>⁹³. Eles davam aulas, mas não de disciplinas, necessariamente. Quem determinavam os conteúdos eram os alunos. Mas houve resistência de alguns professores que queriam continuar dando aulas de suas disciplinas. Para ele, isso é uma tentativa de infantilizar o protesto e uma incapacidade de entender que os motivos pelos quais os estudantes estavam protestando afetariam os professores também.</p>	<p>encontros para discutir a política da coisa, no sentido de sondar qual era a opinião dos professores a respeito do que estava acontecendo e o que eles achavam que deveria acontecer. As perguntas eram se o departamento era a favor ou não ao apoio ao Reitor no processo de reintegração de posse e o que achavam da PEC 241/55. Embora ache um direito professor se manifestar, acha um desperdício de tempo, pois isso não é papel desse profissional nesse ambiente, mas em partidos ou mesmo dentro da universidade, em atividades extracurriculares. “Eu preferia estar preparando minhas aulas com melhor qualidade do que estar discutindo dentro da reunião departamental a respeito disso”. Por outro lado, lamenta a “alienação dos professores das exatas”, que fazem diferença, como 2012 ou 13 em que foram na assembleia apenas para votar e ajudaram no quórum mínimo para sair da greve. Acha que os debates são importantes, para informar quem está desinformado, mas que normalmente as pessoas já chegam com uma opinião formada e as reuniões são “chatas”, as pessoas passam a tarde inteira falando “besteira” que não contribui para resolver o problema.</p>
Interação institucional	<p>Elogiou a atual gestão, sobretudo a abertura ao diálogo e a presença em todos os <i>campi</i> da universidade. Mostrou solidariedade em relação às acusações de má gestão, pois os problemas não são internos, mas externos, e mencionou a pressão que isso tem, mencionando a dignidade de quem se coloca nessa função. Em relação ao Ivan Camargo, disse que ele foi bem “de direita, era da engenharia que tradicionalmente vota junto, pensa igual, com exceção de alguns professores que tem uma visão mais aberta, normalmente da área da engenharia florestal ou ambiental”</p>	<p>Citou que Ivan Camargo foi eleito “porque a gente estava de saco cheio” dessas discussões e porque era necessário arrumar a administração malfeita anterior, que deixou a universidade no vermelho. Disse que “é sempre assim, uma gestão vem e conserta tudo, vai outra lá e bagunça tudo”. Mas falou que não sabia o que a Márcia Camargo estava fazendo, porque estava afastado.</p>
Vantagens/ desvantagens da ocupação	<ul style="list-style-type: none"> - Acha que processos organizativos de luta tendem a gerar efeitos positivos, de curto, médio e longo prazo. - No curto prazo, acha que o movimento estudantil se articulou e envolveu professores e técnicos, criando solidariedade. Acha que os estudantes nunca tinham lidado com o neoliberalismo de uma forma tão intensa, estavam protegidos pelo governo, e agora espera que saiam da posição de passivos para ativos, entendam que são direitos e não privilégios, construindo pelo debate uma ação coletiva. Em Planaltina, citou a continuidade de algumas ações iniciadas na ocupação, como o programa Revoluções e projetos de extensão. - No longo prazo acha que “há uma outra cultura política sendo forjada em meio ao 	<ul style="list-style-type: none"> - De forma direta, majoritariamente negativos, pois não conseguiram o que queriam e causaram muitos prejuízos: “impediram alunos de terem aula, de funcionários trabalharem, depredaram patrimônio”, além do alto custo pessoal que tiveram. Eventuais benefícios que tenham tido não justificaram o custo e os prejuízos, são muito pouco do que poderiam ser. - De forma indireta, por um lado, incitou algumas pesquisas como esta e o debate sobre alguns temas que não costumavam ser debatidos, mas, por outro, acha que acirrou a polarização e a agressividade no debate, que vai chegar ao máximo nas eleições.

⁹³ Nota dos professores da FUB lançada dia 5 de novembro de 2016. Disponível em: <http://fup.UnB.br/nota-dos-docentes-da-UnBfup-sobre-a-pec-552016-e-sobre-a-ocupacao-do-campus/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

	avanço do golpe do fascismo” ⁹⁴ , que “a conjuntura do país acelerou providências para tentar reorganizar a classe trabalhadora” e o que está contendo isso é a expectativa em relação às eleições de 2018. “Um professor de Santa Catarina diz que o que a gente perdeu foram as ilusões. Agora estamos entrando em fase de um potencial de maior lucidez, sobre nossas possibilidades”.	
Aprendizados	Pessoalmente, acha que não houve mudança, mas acumulou experiência: “a gente está lendo a conjuntura e intervindo sobre ela”, em “um processo contínuo de tensionamento daqueles que pretendem extinguir direitos duramente conquistados por lutas passadas”.	Disse que ficou extremamente desgastado psicologicamente, não só por conta das invasões, que o impediram de fazer o seu trabalho da melhor forma possível, mas também devido à guerra política que estava motivando tudo aquilo.

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas.

Além das perguntas desse roteiro, o Professor 1, por ser da área de comunicação, foi questionado sobre sua opinião sobre a mídia, haja vista a importância desse elemento neste estudo. Ele respondeu:

A mídia é um caso sério. Agora nessa semana comunitária, teve um debate [...] pra discutir o padrão de cobertura da mídia empresarial sobre a universidade pública, ainda mais quando é um *campus* da periferia. A mídia é ridícula, cobre que acabou a luz e a culpa é da UnB. Eles querem vir e carimbar que há problema de gestão, de eficiência. Esse discurso está articulado com a linha mercantil que esse espaço despense muito dinheiro e precisa ser privatizado, seja pela cobrança de mensalidade ou como aconteceu em outros setores brasileiros. Alguém teve uma batida precisa de uma notícia. Mas o fato de termos pesquisas de excelência, temos polo de representação dos BRICS na reforma agrária, isso nunca aparece. A gente tem um altíssimo grau de capilaridade na região, em assentamentos, outras áreas rurais, escolas públicas, uma quantidade imensa. Hoje a gente vai aprovar mais de 50 ações de extensão incríveis. Nunca chegou um repórter aqui perguntando isso. A cobertura é hostil. Sempre presume que há uma irresponsabilidade, uma negligência. Nada corresponde. Se não conseguem contato com o diretor diz que o diretor se recusou a falar com a imprensa, isso é muito chato. Eu fiz comunicação e sei porque eles fazem isso e quais as intenções que eles têm com esse tipo de padrão. O problema maior é que as vezes você é estagiário, formado na faculdade de comunicação, mas já instrumentalização com esse comportamento. Por exemplo a gente não tem no Brasil a cobertura científica, que era o que a gente queria fazer com a revista Darcy. Correio ainda dá uma página no primeiro caderno com alguma coisa de ciência, mas que passa longe dos estudos da UnB, pega alguma coisa na área de saúde que supostamente pra eles desperta o interesse das pessoas. Obviamente quando se trata de ocupação é pior ainda, porque a linha é ‘estudantes estão proibindo o direito

⁹⁴ Sobre o fascismo, o professor 1 citou como exemplo “a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes pela polícia de São Paulo, “supostamente em busca de um suspeito que poderia estar lá, dando tiro pra cima, pra baixo e prendendo duas pessoas, entre elas um senhor com Alzheimer”. E no movimento contrário a isso mencionou “um jornal chamado ‘O homem livre, tribuna antifascista’, que era um jornal da década de 30 contra imperialismo, e já estava em 3 cidades, na 3ª edição, por iniciativa de alunos, um deles de Planaltina, “vendendo a 2 reais com em uma banca que tem um monte de livros sobre nazismo e fascismo, em um lugar onde só vendia ingresso pra festa”. Também cita o suicídio de reitores e a perseguição a professores. “E a gente sabe que pode chegar aqui, na UnB. São um dos mais que reconhecem importância dos movimentos sociais”.

de acesso da comunidade acadêmica e da população ao *campus* de Planaltina’. Sempre quando tem uma ação direta a cobertura vai com um padrão de que tem um problema, de que a paralização gera um distúrbio, e não que a paralização está indo contra um distúrbio generalizado que está asfixiando a produção de pesquisa. A gente sabe o que está acontecendo no país em relação à ciência e tecnologia. Então é muito ruim. Você junta o Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério da Comunicação que anistiam dívidas e multas das grandes empresas e vem bloqueando toda a estrutura de pesquisa das instituições brasileiras, Capes, CNPQ, universidades. Não tem polo de conciliação”.

Perguntado se ele havia dado alguma entrevista, ele disse:

Eu tenho problema de dar entrevista, escrevo sobre isso, bato de frente ao monopólio, faz parte da minha produção de pesquisa. Não acho que estou compartilhando com a esfera pública dando entrevista para Globo porque eu sei o modo que eles vão editar minha entrevista, desvirtuando. Então eu não sei qual a posição da maioria, mas de modo geral a mídia não se interessa muito por pegar depoimentos do pessoal daqui.

3.2.5. Estudantes da UnB

Conforme detalhado na metodologia, a percepção dos alunos foi captada por diferentes métodos: grupos focais, entrevistas e análise de páginas do *Facebook* relacionadas ao tema. Embora tenham sido deixados para o final na dissertação, formam a percepção mais importante deste trabalho.

No total, foram realizados seis grupos focais (Quadro 4): cinco de “favoráveis”, ocupantes ou alunos que frequentaram as ocupações da Reitoria, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Planaltina, de um prédio exclusivo para as mulheres (BSAN) e que integraram posteriormente a gestão Todas as Vozes do DCE; e um de “desfavoráveis”, alunos da engenharia contrários às ocupações e que as entendem como “invasões”.

Ao todo, participaram dos grupos focais dezoito alunos; metade mulher, metade homem; dois pretos, quatro pardos, nove brancos e três não se identificaram quanto à cor. A maior parte declarou renda individual até R\$1000. Estudam nos seguintes cursos: Gestão do Agronegócio, Licenciatura para o Campo, Administração, Antropologia, Arquitetura, Ciências ambientais, Comunicação Social, Direito e Engenharia elétrica. Até novembro de 2017, o tempo deles na UnB variou de 1 semestre a 12 semestres e a idade de 19 a 47 anos.

Abaixo, segue o resumo das respostas (trechos destacados no Anexo III, separados por grupo focal), com base nas categorias de análise. Porém, duas delas foram subdivididas na análise da opinião dos estudantes: a opinião sobre a estratégia,

subdividida em motivo de utilizar ocupação, organização, demandas, motivo de desocupar; e a opinião sobre a legitimidade do movimento e dos alunos, subdividida em argumentos sobre a legitimidade, descrição dos atores, existências de conflitos e, em especial, eventual criminalização. Além disso, no lugar da participação individual, foram incluídos temas afetos a eventuais lideranças que eles tenham identificado. Confira-se:

Quadro 15– Análise da percepção dos alunos sobre a ocupação da UnB de 2016

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ALUNOS
Experiência anterior com ocupações	A maior parte nunca tinha participado de uma ocupação antes. Os que já haviam participado citaram na própria universidade, em um órgão público e em propriedades rurais.
Como chegaram às ocupações	A maior parte foi às assembleias gerais do <i>campus</i> em que se decidiu pela ocupação, inclusive do dos alunos contrários, para acompanhar o processo. No Darcy, foi convocada pela Comissão Eleitoral, mobilizada pelos CAs, e na FUP, pelos CAs mobilizados por alunos de um curso específico e que dormiam na casa do estudante e são beneficiários da assistência estudantil. Alguns já estavam participando de reuniões que estavam mobilizando essas assembleias anteriormente, diante dos acontecimentos nacionais, procurando um espaço de atuação uma vez que se sentiam apáticos diante as gestões da Reitoria e do DCE. Os CAs, mesmo enfraquecidos, foram suporte nesse momento. Os que não foram ficaram sabendo rapidamente pelas redes sociais, <i>Facebook</i> e grupos de WhatsApp
Opinião sobre a estratégia	<p>a. Por que ocupar (e não outra forma)</p> <p>Para todos, inclusive o grupo contrário, a decisão pela ocupação se deu em razão da conjuntura nacional de ocupações em escolas e universidades, e seria, nesse sentido, “o primeiro recurso”, como o meio disponível naquele momento, ao qual se adere ou não.</p> <p>Isso justificaria a universidade ter sido o local escolhido e não o Congresso Nacional, porque esse elemento integra essa estratégia nesse contexto, além do motivo de proteção contra as represálias ocorridas desde 2013.</p> <p>Também foram citadas como causa a localização da Universidade de Brasília, na capital federal, centro político do país e foco em um momento de instabilidade política, bem como o histórico de resistência da Universidade, tanto em relação à ditadura quando em relação às sucessivas administrações desde 2008, sobretudo a de Timothy Muholland e Ivan Camargo.</p> <p>Não foram discutidas outras possibilidades do repertório de mobilização estudantil na AGE.</p> <p>b. Organização</p> <p>Foi consenso de que o fenômeno foi “ocupação da UnB” e não ocupações da UnB. Embora tenha havido diferentes ocupações, em termos de estrutura, finalidades, pautas, dinâmicas, de uma forma geral, era o movimento ocupa UnB contra a PEC 241/55, a reforma do Ensino Médio e o Programa Escola sem partido. Além disso, havia uma ocupação central e ocupações descentralizadas, o que foi decidido na primeira assembleia geral. A ocupação da Reitoria do <i>campus</i> do Darcy foi considerada a central, pelo prédio ser estratégico, por ter sido deliberada em sua assembleia de todos os estudantes da universidade e por concentrar em seus espaços físicos e virtuais a comunicação, o apoio e o grupo de negociação. Sua página no <i>Facebook</i>, Ocupa UnB, centralizava as informações de outras ocupações e as notícias em relação ao tema, dentro e fora da universidade. Também atendia os telefonemas da Secretaria de Comunicação da universidade e controlava a rádio online da ocupação e a cobertura de manifestações. Era ela que recebia a maior parte das doações de dinheiro, material e produto e distribuía nas outras ocupações do <i>campus</i>. Era nela onde aconteciam as principais reuniões de negociação. E era ela que produzia informações para subsidiar as outras ocupações em termos de organização, comunicação, atuação de uma forma geral</p> <p>As demais ocupações tinham diferentes finalidades: impedir as atividades oficiais e dar visibilidade à pauta principal, promover atividades extraoficiais de reflexão e</p>

	<p>mobilização, simbolizar como o poder deveria ser exercido, proteger estudantes e reivindicar o direito de reivindicar em segurança, expressar artisticamente o momento, oferecer espaço para manifestantes de outros estados dormirem, reivindicar direito à igualdade de raça e gênero, entre outras. A descentralização na universidade foi vista como desorganização pelo grupo contrário.</p> <p>Embora tenham dito que não havia uma hierarquia entre a central e as outras, isso aconteceu em alguns momentos, sobretudo ao final, o que ocasionou alguns conflitos entre os estudantes.</p> <p>A primeira ação de cada ocupação era realizar uma assembleia para criar comissões e dividir as pessoas em cada uma, com funções específicas e por afinidade e disponibilidade. Basicamente eram formadas 5 comissões permanentes: segurança, que controlava quem entrava e saía, ficava alerta sobre ataques de polícia, mídia e grupos contrários; estrutura, que organizava o espaço e dividia as doações; comunicação, que produzia informação nas páginas do <i>Facebook</i> e dava entrevistas; articulação, que acompanhava as reuniões internas e externas à UnB; e cultura, que promovia atividades dentro da ocupação. Ao longo do tempo foram sendo criadas comissões gerais, relativas a todas as comissões, como a de negociação e a jurídica, e comissões temporárias, como a de patrimônio, para reorganizar os móveis e apurar eventuais danos, de saúde, para cuidar de manifestantes machucados. Embora também tenha sido dito que não havia hierarquia entre as comissões, as de articulação, negociação e jurídica, ao final, tomaram decisões por toda a ocupação, sem debate prévio.</p> <p>Diariamente, os ocupantes participavam de pelo menos três reuniões: de comissões, de ocupação e do movimento geral. Além disso se engajavam em diversas atividades: aulas ou debates sobre as pautas educacionais, conjunturas políticas, formas de organização e mobilização de estudantes, entre outros temas; oficinas de fotografia, confecção de materiais de protesto e assuntos diversos mais relacionados ao bem-estar; saraus e eventos de socialização. Os alunos contrários não podiam ou quiseram entrar e não sabiam dessas atividades. No final, fizeram mutirões de limpeza e de reposição e organização do patrimônio.</p> <p>c. Demandas</p> <p>A principal demanda direcionada ao Governo Federal era o pacote de defesa do ensino público de qualidade (contra PEC 241/55, Escola sem Partido e reforma do Ensino médio).</p> <p>A principal demanda direcionada à Reitoria era um posicionamento em relação a essas medidas legislativas. Ao longo das ocupações, porém, surgiram outras, internas à universidade, relacionadas a: assistência estudantil, transparência, participação e diálogo na gestão da universidade, não criminalização do movimento estudantil. Apenas a FUP mencionou questões relacionadas a outros atores que não os estudantes (terceirizados e funcionários da UnB).</p> <p>Houve várias demandas específicas de cursos e dos temas racial e de gênero, relacionadas a espaços de convivência e políticas institucionais.</p> <p>d. Por que desocupar</p> <p>O principal motivo foi a aprovação da PEC. Os grupos favoráveis também citaram a pressão (da mídia, justiça, polícia, universidade) e desgaste (longa, cansaço); o grupo contrário mencionou a falta de organização, tanto na tomada de decisão quanto na execução, e o final do semestre.</p>												
<p>Opinião sobre a legitimidade do movimento</p>	<p>Esse foi o principal ponto divergente entre os grupos favoráveis e o contrário. Ambos concordaram que foi a maior assembleia com o maior número de pessoas</p> <table border="1" data-bbox="432 1688 1310 2029"> <thead> <tr> <th></th> <th>Grupos favoráveis</th> <th>Grupos contrário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Assembleia cheia</td> <td>Mais participação, representatividade, democracia.</td> <td>Mais bagunça, manipulação por grupos partidários, efeito manada</td> </tr> <tr> <td>Quórum de aprovação não alcançado</td> <td>Mas número de favoráveis muito superior ao de contrários, listas sumiram, regra antiga</td> <td>Teria que ter efeito consultivo, segundo o regulamento. Autoritário.</td> </tr> <tr> <td>Financiamento da educação</td> <td>É afeta ao estudante, ser político. Se sobrepõe a todas as pautas (financiamento).</td> <td>Não é afeta ao estudante, mas ao cidadão brasileiro. Sequer entra na pauta</td> </tr> </tbody> </table>		Grupos favoráveis	Grupos contrário	Assembleia cheia	Mais participação, representatividade, democracia.	Mais bagunça, manipulação por grupos partidários, efeito manada	Quórum de aprovação não alcançado	Mas número de favoráveis muito superior ao de contrários, listas sumiram, regra antiga	Teria que ter efeito consultivo, segundo o regulamento. Autoritário.	Financiamento da educação	É afeta ao estudante, ser político. Se sobrepõe a todas as pautas (financiamento).	Não é afeta ao estudante, mas ao cidadão brasileiro. Sequer entra na pauta
	Grupos favoráveis	Grupos contrário											
Assembleia cheia	Mais participação, representatividade, democracia.	Mais bagunça, manipulação por grupos partidários, efeito manada											
Quórum de aprovação não alcançado	Mas número de favoráveis muito superior ao de contrários, listas sumiram, regra antiga	Teria que ter efeito consultivo, segundo o regulamento. Autoritário.											
Financiamento da educação	É afeta ao estudante, ser político. Se sobrepõe a todas as pautas (financiamento).	Não é afeta ao estudante, mas ao cidadão brasileiro. Sequer entra na pauta											

Interrupção das aulas	É justificada pela causa, que ameaça interrupção das aulas em caráter permanente	Causar prejuízos é incoerente com a pauta defendida
Violência	Não houve, direito de manifestação, legítima defesa contra opressão	Houve, na medida em que outros direitos de outras pessoas foram impedidos
Direito de ir e vir	Não impedido, ninguém ficou trancado de forma forçada	Impedido, não foi permitido circular nos prédios ocupados
Direito de propriedade	A universidade é espaço público, de todos Propriedade tem função social	Apropriação indevida do espaço público

e. Atores

Além dos já mencionados (professores, administradores, juristas e jornalistas), foram mencionados:

- Movimentos sociais ou grupos favoráveis, “de esquerda”: citados pela FUP e DCE como apoiadores pelo fornecimento de alimentos e conhecimento sobre a organização e articulação para as manifestações. Foram citados: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento de Apoio ao Trabalhador e à Trabalhadora Rural (MATR).
- Grupos contrários, de “direita”: Aliança pela Liberdade (AL), antiga chapa “de direita” do DCE; Movimento Reação Universitária (MRU), Movimento Brasil Livre (MBL), Distrito Liberal, Instituto Liberal do Centro-Oeste, Mamãe falei (Youtube), Respeita a minha aula.
- Secundaristas: foram mencionados em todos os grupos favoráveis, porque estiveram nas ocupações das universidades, para ajudar ou mesmo para transmitir a experiência das escolas, ou entraram em contato solicitando apoio em suas escolas.
- Outros universitários: o Darcy recebeu diversos estudantes de outros estados, que dormiram nas ocupações da UnB.
- Sociedade de forma geral: no Darcy foi menos envolvida. Houve panfletagem e performances na Rodoviária. Em Planaltina foi mais envolvida. Comunidade ao redor do *campus* participava das atividades da ocupação e fazia doações. Foram elaborados projetos de extensão com base nessa relação.
- Partidos: estiveram presentes na ocupação da Reitoria por meio de coletivos ou juventudes organizadas e da UNE. Na demais ocupações do Darcy foi rechaçada, por significar aparelhamento, e na da FUP sua ausência foi lamentada. No Darcy, não foi permitido colocar bandeiras dessas instituições e, de acordo os estudantes, as pessoas partidárias podiam participar, mas suas falas não tinham peso maior e as pautas de seus partidos não podiam se sobrepor as dos estudantes. Não obstante, as pessoas identificadas com maior proeminência ou presença, tanto por meio de falas eloquentes como em funções de negociação e articulação que tinham maior destaque e foram vistas com maior poder de decisão, eram partidárias e foram as que compuseram a chapa vencedora do DCE, Todas as vozes, apesar do receio de haver essa identificação. Foram citados os seguintes coletivos: União da Juventude Socialista (PCdoB), Juntos (PSOL), RUA - Juventude Anticapitalista (PSOL), Levante Popular da Juventude (PT), Juventude Revolução (PT), Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS, PSOL).

f. Conflitos

Foram mencionados pelos alunos favoráveis ataques, principalmente pelos grupos e alguns cursos contrários à ocupação (tentativa de “invasão” na ocupação, xingamentos de longe, arremesso de objetos e eventualmente armas), pela mídia (identificação não autorizada, divulgação de dados pessoais, sensacionalismos) e pela polícia (entrada alegando presença de menores ou crimes, especialmente uso de drogas).

Também foram citados conflitos dentro da ocupação, entre comissões, entre ocupações, entre pessoas organizadas politicamente, dessas e pessoas independentes, entre professores e alunos, entre homens e mulheres.

	<p>g. Criminalização</p> <p>Os alunos não alegaram nenhum tipo de processo instaurado contra eles. O processo civil ajuizado perdeu objeto sem penalização. Também puderam trancar matérias na universidade alegando que haviam participado da ocupação da UnB. Porém, foi mencionada perseguição de estudantes ocupantes por professores em seleções de curso, projeto e estágio.</p>	
Opinião sobre as medidas legislativas contestadas	<p>Para os grupos favoráveis, a PEC representa um retrocesso ao ensino público de qualidade, uma forma de precarizar a universidade e justificar a privatização, a consequente redução do acesso pela população carente e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.</p> <p>Para o grupo contrário, a opinião sobre a PEC deve ser discutida pelos cidadãos brasileiros, não estudantes na universidade, sobretudo quando provocam prejuízo patrimonial por ocupar. Embora tenham dito que participaram de debate sobre ela, um não manifestou opinião e o outro se referiu à reforma do ensino médio como um assunto que não importa tanto para o seu futuro profissional e as suas atividades cotidianas como estudante.</p> <p>Para os grupos favoráveis, os grupos contrários são a favor do financiamento privado da universidade.</p>	
Participação individual	<p>Todos os grupos favoráveis disseram que a ocupação foi autônoma, mas não antipartidária. As pessoas organizadas politicamente podiam participar, mas como qualquer outra. Porém, algumas pessoas “protagonizaram”, tiveram destaque: com mais experiência, mais eloquência nas falas e maior participação na negociação e articulação. Pelos nomes que citaram, identificou-se que a maior parte delas são organizadas politicamente, em coletivos ou na própria UNE.</p>	
Participação coletiva	<p>Os alunos que participaram dos grupos focais às ocupações tiveram diferentes participações coletivas: pelo CA, por mobilizações independentes antes das ocupações, pelas cinco comissões, apenas apoio geral, apenas apoio eventual, apenas uma atividade cultural ou apenas assistiram de casa pela televisão e pela internet.</p>	
Interação institucional	<p>Foi unânime entre os grupos focais favoráveis à ocupação que a gestão do Ivan criminalizou movimentos sociais e não foi democrática. Na ocupação de 2016, não abriu nenhum espaço para negociação, tendo, inclusive, pressionado a desocupação impedindo os funcionários de fazerem pagamento de salários e bolsas. Para os contrários, a gestão do Ivan Camargo foi elogiada por ele ser engenheiro e, portanto, pragmático. Porém, não houve objeção em relação à gestão da Márcia Moura.</p> <p>Também foi unânime entre os favoráveis que a gestão da Márcia teve maior diálogo com os alunos do que a gestão anterior. Porém, houve uma frustração quanto à atuação, que não cumpriu acordos, não tomou posicionamento em relação à PEC nem ao MEC nos anos posteriores e não deu transparência à gestão nem priorização das pautas dos estudantes.</p>	
Vantagens/desvantagens da ocupação	Grupos favoráveis	Grupo contrário
	<p>Somou ao movimento nacional</p> <p>Deu visibilidade da pauta, envolveu outros atores ao debate sobre educação</p> <p>Conseguiu um posicionamento da universidade contra a PEC</p> <p>Fortaleceu o movimento estudantil num primeiro momento</p> <p>Espaços para movimento negro e feminino e auxílio creche</p> <p>Espaços institucionais para debate sobre a universidade</p> <p>Cooptação de estudantes para a universidade</p> <p>Assimilação de práticas da ocupação na rotina acadêmica</p> <p>Eleição da chapa Todas as Vozes</p> <p>Diálogo entre cursos e entre campi</p>	<p>Potencializou eleição da chapa Todas as Vozes</p> <p>Os outros não justificaram o esforço nem os prejuízos, que foram muitos: piora da imagem da universidade; danos patrimoniais; atrasos de formaturas; conteúdos não ensinados; período sem representatividade estudantil</p>

	Prejuízos: desgaste físico e emocional; esquerda desmobilizada; poucos danos patrimoniais que foram reparados	
Aprendizados	Grupos favoráveis	Grupo contrário
	Despertar político, vontade/necessidade de se organizar ainda mais Transformação da visão de mundo, desenvolvimento de sensibilidade sobre a diversidade social, necessidade de maior envolvimento Aquisição de conhecimento e experiência Mudanças na identidade e nos ciclos sociais	Acelerou aquisição de conhecimento e experiência Potencializou posicionamento à direta e a necessidade de neutralidade política

Fonte: elaboração própria a partir de entrevistas e grupos focais

Também foram entrevistados individualmente mais três estudantes: um que participou da ocupação de 2008 e presenciou a ocupação de 2016; um que participou da ocupação da Reitoria de 2016 e da ocupação da Reitoria de 2018; e um que participou da ocupação da Reitoria de 2016 e é coordenador de movimentos sociais da UNE. Para eles, não foi seguido o roteiro da entrevista. Aos que participaram das outras ocupações, anterior ou posterior a 2016, foram perguntadas apenas as diferenças entre elas, além dos resultados, aprendizados e visão geral sobre o repertório e o contexto. Para a representante da UNE, foi perguntada a visão geral sobre o repertório e o movimento estudantil, bem como questões referentes à liderança e organização dos alunos.

A estudante que participou da ocupação de 2008 era aluna àquela época e hoje faz o curso de mestrado na mesma área e outro curso de graduação. Para ela, maior diferença foi a melhor organização e a proatividade dos alunos na ocupação de 2016, com a promoção de atividades programadas diariamente. Acha que esse modelo “vivo” é o ideal de uma ocupação, pois possibilita maior envolvimento. Acredita que o movimento dos secundaristas nas escolas ajudou a desenvolver isso. Em 2008, a atuação era mais no sentido de fechar o espaço para pressionar uma decisão ou uma ação, e não para promover debates ou criar um movimento. Na época, chegou na ocupação a convite e ficou pela causa, que era a demissão do então Reitor e o leilão dos bens adquiridos indevidamente. Em 2016, foi convidada para participar de um debate em razão de sua atuação profissional.

Acha que o contexto geral está absurdo e tem um sentimento de impotência em relação ao macro, ao qual assiste como observador. Sua posição tem sido focar mais no micro, que no caso dele, é a produção cultural e projetos com a comunidade, sobretudo com crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei e programas de prevenção à violência. Pensa que a polarização da sociedade não existe, “foi

construída pelos poderes ocultos, pelas pessoas que tiraram a Dilma e colocaram o Temer, e querem o país dividido porque fica mais fácil de manipular pelas emoções, pelo ódio e pelos achismos”. Acredita que a solução é a pulverização de informações e o aprofundamento do debate pela sociedade que ainda se comporta de forma infantil, “defendendo seus argumentos pela ridicularização do outro”.

Para ela, não faz tanto sentido o corpo ser ainda o único instrumento de afirmar poder, pois em espaços institucionais se torna muito frágil. Acha que ele deve ser utilizado mais para realizar ações do que marcar posições, embora isso já tenha funcionado em outros tempos. Nesse sentido, crê que é preciso pensar outras formas de provocar reflexões e ações, sobretudo por meio do ciberativismo, de forma mais rápida e segura, e das performances artísticas e projetos comunitários, que comunicam diretamente com as pessoas, e não por meio da mídia, que manipula as informações: ‘a gente ocupa, manifesta para chamar atenção a uma pauta, criar uma comoção da sociedade, mas a mídia é vendida e diz que a gente é vândalo. Aí não vale todo o esforço”.

Cita Beta, um *software* feminista, que envia mensagens pelo *Facebook* toda vez que algum projeto de lei afeta as mulheres, para que se envie mensagem aos legisladores. Também menciona performances artísticas nas ruas, com transeuntes, “pessoas que estão percorrendo seus caminhos cotidianos, sem refletir, sem se deixar permear pelo espaço e sem provocar alteração no espaço a partir de si, no sentido de trazer elementos para elas terem essa epifania e perceber as infinitas possibilidades que aquele espaço oferece naquele momento”.

Não obstante, acha que a ocupação de 2008 teve um saldo positivo, mas não apenas em relação às demandas alcançadas. Inclusive se pergunta “em qual medida tinha realmente uma pauta no movimento estudantil, trabalhando contra uma pessoa e talvez sendo massa de manobra de alguns interesses de poucos que estavam ali cooptando todas as pessoas”. Para ela, o maior resultado foi o aprendizado político, a transformação da sua visão de mundo por meio da vivência, da experiência de estar em coletivo, de se sentir participante de uma ação concreta, de entender o que é e como são feitos esses processos e, por causa disso, conseguir pensar criticamente sobre os modelos e até propor outros:

Eu jamais vou esquecer alguns momentos que vivi, tanto para o bem quanto para o mal, sejam momentos de envolvimento político ou relacionamento com pessoas, mas esse sentimento de estar em grupo realizando algo em conjunto é muito forte e isso acende algo dentro da pessoa. É realmente o

sentido da experiência que toca cada um e que torna as pessoas mais preparadas, abertas, ativas, vai criando qualidades de personalidade mesmo e isso no conjunto constrói uma sociedade melhor. Já tive outras experiências coletivas, mas nunca nessa dimensão. Foi realmente um marco. Abriu muitas possibilidades.

O estudante que participou da ocupação de 2018, além da de 2016, era aluno de graduação. Para ele, a ocupação de 2018 foi uma continuação de ocupação de 2016 pois o cerne é a EC n. 95/2016 e seus impactos: “não acreditaram no que a gente estava falando na época e agora estamos sentindo na pele a precarização da universidade em razão dessa medida”, com as demissões dos terceirizados e “futuramente de servidores e professores”.

Ele disse que a estratégia foi escolhido após sucessivas tentativas de demandar de outra forma: conversas com a Reitoria, por meio de comissões específicas para isso (três mesas contínuas sobre orçamento da universidade e o Comitê em defesa da UnB), e manifestação no MEC. Achou que o posicionamento da Reitora Márcia Moura foi omissivo, ela se escondeu algumas vezes e quando não conseguiu mais disse que manteria a posição da gestão dela, apesar das outras alternativas apresentadas por terceirizados e estudantes, como adiamento, redução dos contratos e pressão no MEC. Mas não acha que ela é a principal antagonista novamente, e sim o Governo Federal, que pode a demitir a qualquer momento. Também falou que ela teria melhor diálogo que a gestão anterior.

Explicou que a ocupação seria uma forma de conglomerar forças, informar e pressionar, até porque “os alunos não se sentem mais representados pela chapa Todas as Vozes do DCE”, que não estão a favor dos estudantes, mas a favor do partido das forças que o compõe. Inclusive, segundo ele, o principal aprendizado da ocupação de 2016 foi esse: a importância da autonomia e isso reflete na organização das comissões, que não tinha mais o poder de deliberar, apenas de encaminhar para deliberação, realizada exclusivamente em assembleia geral, a fim de tornar o processo mais democrático. Ele disse que o DCE não estava na ocupação e não se posicionou em relação a ela, exatamente por essa diferença de posicionamento entre as forças que o compunham: alguns apoiam e outros queriam fazer greve geral. Para ele, a divergência entre a chapa também foi o motivo de não ter sido realizada nenhuma ação concreta e a gestão ter se desintegrado. Mesmo assim, achou que teria sido importante a presença

deles e dos sindicatos como apoiadores, “apenas para dar visibilidade, mas nem isso eles quiseram fazer”.

Disse que em 2016 não havia um movimento, pois foi uma ocupação fragmentada, mas acha que ele foi consolidado em 2018:

Sáimos abalados, tivemos muita repressão, mas não morreu essa necessidade de impedir que isso aconteça. A nossa organização este ano não está tão boa como em 2016 quanto à resistência, mas agora o foco é outro e para a gente mobilizar alguma coisa é muito mais fácil porque as pessoas estão empenhadas de verdade. Antes o problema não estava visível, mas agora está para todo mundo. Quem não foi demitido, está sobrecarregado. O sentimento reviveu.

Além dos reflexos da aprovação da medida legislativa, achou que outro fator que facilitou o processo de ocupação de 2018 foi a entrada dos ocupantes secundaristas na universidade, que ajudaram com a experiência e o comprometimento com a causa. Disse que a composição das comissões permaneceu, menos na de articulação, que não era mais composta por alunos organizados em coletivos ou partidos. Embora a horizontalidade tenha sido aprimorada, continuou sendo um desafio.

Para ele, a polarização entre os alunos diminuiu, porque todos estavam sendo prejudicados: “eles se opõem contra a metodologia, mas eles não podem se opor ao que está acontecendo de fato”. Também, justificou sua resposta pela renovação do quadro da Aliança pela Liberdade: “Este ano vi gente mais disposta ao diálogo. No CEB, houve uma reunião em que a Aliança falou, todos escutaram”.

Na ocupação participante em abril de 2018, pôde-se notar que havia menos pessoas na ocupação em relação a 2016. Houve também menor número de atividades, mas maior preocupação em relação ao patrimônio: havia etiquetas em todos os móveis com a origem de cada um.

Por fim, o estudante da UNE, que era aluno da graduação e militante de um coletivo de esquerda, entendeu que faltou uma articulação nacional das ocupações de 2016 e esse foi um dos motivos de seu “fracasso”. Para ele, existiria um “fetiche da ocupação, como se ela resolve todos os problemas”. Mas seria apenas uma forma, “como uma panela, que varia para cada receita. Não dá para fazer arroz em frigideira”. Não obstante, achou que foi importante a ocupação de 2016 na UnB porque a maioria presente era favorável à ocupação e porque aconteceu em um período em que isso não era incentivado pelo DCE, pelo contrário.

Também disse que não acredita em horizontalidade, que isso não significa o que é ser democrático:

Existem pessoas que, em algum momento, tomam as decisões a respeito do rumo de uma ocupação, ou seja qual for a atividade. O problema da horizontalidade é que isso é escondido. Eu acredito na representatividade, as pessoas devem ser eleitas. Numa ocupação tem que ter um comando, não significa que seja quem vai tomar as decisões, mas organizar e encaminhar da melhor forma possível as discussões naquele espaço. É óbvio que estudantes tem liberdade de decidir como vão fazer. Mas eu acho que essa história de horizontalidade é uma grande bobagem porque na prática não organiza, pelo contrário, obstaculiza, porque camufla que pessoas tomam decisões de forma *antidemocrática*.

Em relação ao feedback posterior à realização dos grupos focais, ficou claro que eventual engajamento anterior em organização estudantil ou política influenciou a participação nas ocupações, inclusive contrariamente. De modo geral, todos consideraram a experiência um aprendizado político, ou o aceleração dele, e que isso era uma questão importante, para muitos a mais relevante.

Observou-se que o tempo de um ano foi suficiente para que os alunos esquecessem muitos detalhes, nomes das pessoas e organizações, sequência dos fatos, números, mas não “o sentimento”. Porém, alguns mencionaram que esse prazo seria insuficiente para uma análise dos resultados que esperavam.

Também foi comum entre os mais organizados politicamente a expectativa de que o grupo focal tivesse mais pessoas e argumentos contrários aos deles, como uma espécie de debate público ou acareação. Nota-se, pois, que existe uma demanda de discussão mais aprofundada sobre uma mobilização passada, tanto para influenciar opiniões e legitimar ou deslegitimar movimentos e atores, quanto para ouvir outras percepções, haja vista o final da ocupação ter coincidido com o final do ano e não ter havido tempo para debater os seus resultados. Entre os menos engajados, inclusive, foi frequente a surpresa com algumas informações que não tinham, chegando a fazer perguntas aos demais.

De modo geral a reação aos grupos focais foi surpreendentemente positiva, eles disseram que gostaram de poder recordar, expressar suas opiniões, contar histórias ou refletir sobre o assunto com mais atenção.

No *Facebook* foram analisadas vinte páginas: catorze favoráveis às ocupações, quatro contrárias às ocupações e duas institucionais (UnB e DCE). Durante o período da ocupação da UnB, de 31/10/2016 a 14/10/2016, cada uma delas teve a seguinte soma e porcentagem de postagens e engajamentos (interações com as postagens, como compartilhamentos, reações – “curti”, “amei”, “haha”, “uau”, “triste”, “grr” – e comentários).

Tabela 4 – Estatísticas das páginas no *Facebook* relacionadas à ocupação da UnB de 2016

Página	Postagens	% Grupo	% Total	Engajamentos	% Grupo	% Total	Compartilhamentos	% Grupo	% Total	Reações	% Grupo	% Total	Comentários	% Grupo	% Total
Ocupa Bsas 2016	49	3,35%	2,84%	587	0,77%	0,44%	44	0,30%	0,21%	534	0,94%	0,53%	9	0,19%	0,08%
Ocupa Cênicas	93	6,35%	5,39%	462	0,61%	0,35%	177	1,19%	0,84%	263	0,46%	0,26%	22	0,46%	0,19%
Ocupa FAC	137	9,36%	7,94%	2402	3,15%	1,81%	401	2,70%	1,91%	1854	3,27%	1,85%	147	3,06%	1,25%
Ocupa FCI	55	3,76%	3,19%	953	1,25%	0,72%	125	0,84%	0,60%	541	0,95%	0,54%	287	5,98%	2,44%
Ocupa FUP	130	8,88%	7,53%	3266	4,28%	2,46%	425	2,86%	2,03%	2561	4,52%	2,56%	280	5,83%	2,38%
Ocupa Letras	141	9,63%	8,17%	2145	2,81%	1,61%	414	2,79%	1,98%	1649	2,91%	1,65%	82	1,71%	0,70%
Ocupa das minas	45	3,07%	2,61%	988	1,29%	0,74%	141	0,95%	0,67%	711	1,25%	0,71%	136	2,83%	1,15%
Ocupa Música	80	5,46%	4,63%	1002	1,31%	0,75%	273	1,84%	1,30%	632	1,12%	0,63%	97	2,02%	0,82%
Ocupa FAU	67	4,58%	3,88%	1869	2,45%	1,41%	358	2,41%	1,71%	1447	2,55%	1,44%	64	1,33%	0,54%
Ocupa UnB	437	29,85%	25,32%	56401	73,90%	42,43%	11116	74,84%	53,06%	41999	74,11%	41,91%	3286	68,47%	27,89%
OCUPA UnB (antigo)	15	1,02%	0,87%	175	0,23%	0,13%	12	0,08%	0,06%	131	0,23%	0,13%	32	0,67%	0,27%
OCUPA VIS	150	10,25%	8,69%	4397	5,76%	3,31%	1101	7,41%	5,26%	3012	5,31%	3,01%	284	5,92%	2,41%
QUILOMBO	65	4,44%	3,77%	1678	2,20%	1,26%	267	1,80%	1,27%	1338	2,36%	1,34%	73	1,52%	0,62%
Aliança pela Liberdade	43	18,22%	2,49%	18005	37,59%	13,54%	1861	35,67%	8,88%	13208	35,54%	13,18%	2936	53,23%	24,92%
Desocupa Música	53	22,46%	3,07%	1015	2,12%	0,76%	124	2,38%	0,59%	767	2,06%	0,77%	124	2,25%	1,05%
Reação Universitária	52	22,03%	3,01%	6215	12,98%	4,68%	1163	22,29%	5,55%	4700	12,65%	4,69%	352	6,38%	2,99%
Respeita minha aula	88	37,29%	5,10%	22664	47,32%	17,05%	2070	39,67%	9,88%	18490	49,75%	18,45%	2104	38,14%	17,86%
DCE	15	57,69%	0,87%	1761	20,20%	1,32%	80	9,11%	0,38%	1151	18,07%	1,15%	530	36,10%	4,50%
UnB	11	42,31%	0,64%	6956	79,80%	5,23%	798	90,89%	3,81%	5220	81,93%	5,21%	938	63,90%	7,96%
Totais	1726	100%	100%	132941	100%	100%	20950	100%	100%	100208	100%	100%	11783	100%	100%

Fonte: Facebook. Em amarelo foram destacados os maiores percentuais da coluna.

Em termos absolutos, esses números são os seguintes:

Tabela 5 – Estatísticas resumidas das páginas no *Facebook* relacionadas à ocupação da UnB de 2016

N.	Postagens	Compartilhamentos	Reações	Comentários
Grupos favoráveis	1464	14854	56672	4799
Grupos contrários	236	5218	37165	5516
Páginas institucionais	26	878	6371	1468

Fonte: Facebook

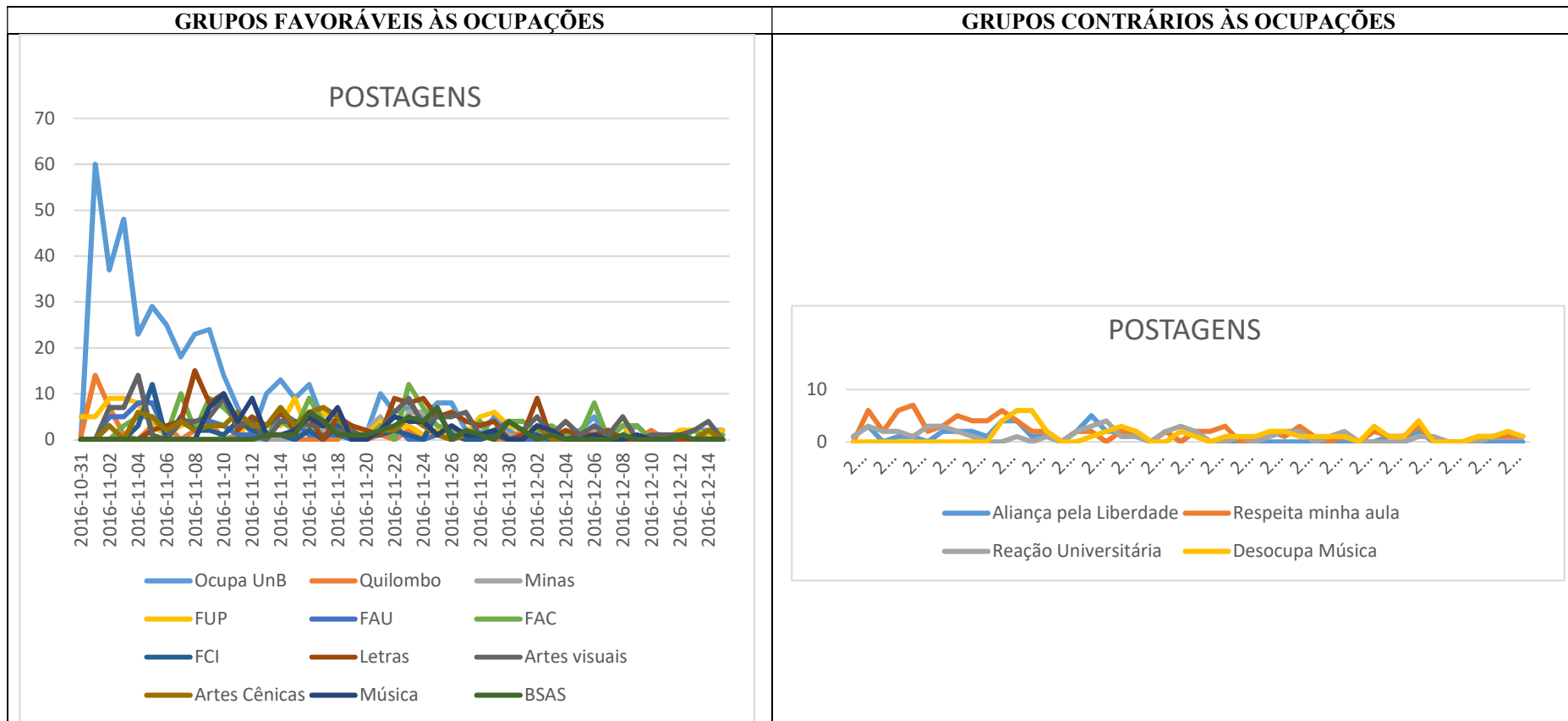
As páginas dos grupos favoráveis tiveram maior número de postagens, engajamentos, compartilhamentos. As páginas dos grupos contrários apenas superaram o número de comentários. Entre as páginas dos grupos favoráveis, as que mais se destacaram foram: Ocupa UnB, FUP, VIS, FAC e FCI. Entre as páginas dos grupos contrários, as que mais se destacaram foram: Aliança pela Liberdade e Respeito a minha aula.

A página Ocupa UnB teve maior número em todos os quesitos. Com efeito, replicava as informações das outras ocupações da UnB e de outros locais, bem como convidava para reuniões gerais e institucionais. Além disso, como mencionado nos grupos focais, os alunos de cursos ou de prédios que não estavam ocupados acompanhavam a Ocupação da Reitoria.

Em relação às páginas institucionais, a página do DCE teve inexpressiva atuação virtual nesse período, uma vez que as eleições foram adiadas e não houve gestão na época. Já a página da UnB teve consideráveis números em quase todos os quesitos, com exceção das postagens.

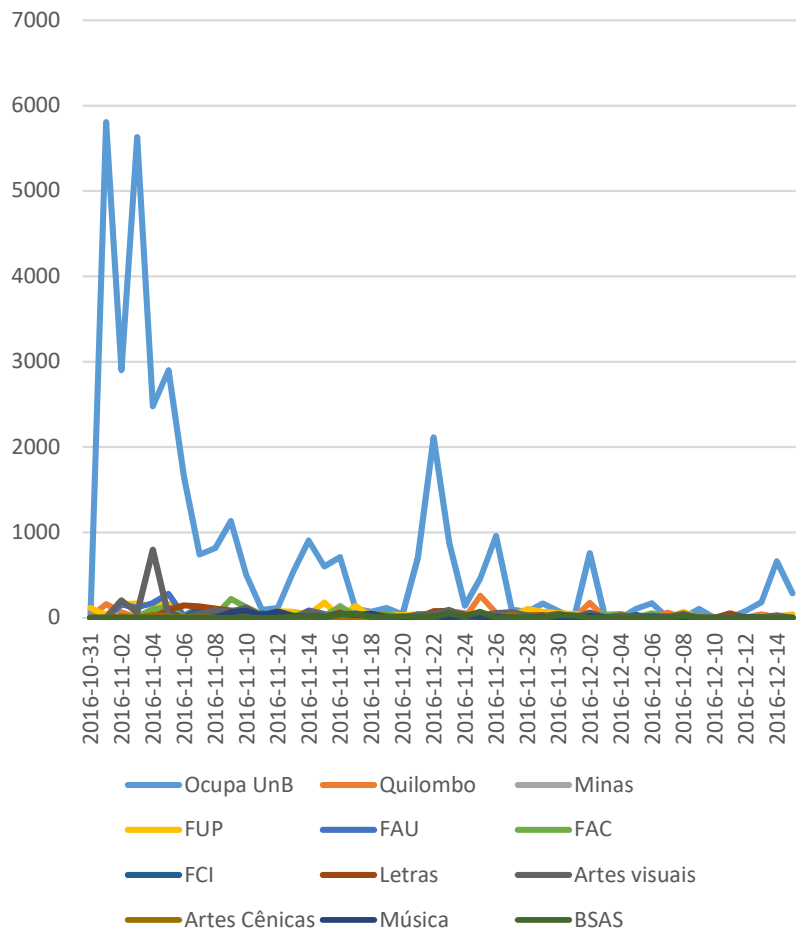
Analisando a linha temporal, as páginas dos grupos favoráveis tiveram maior número de postagens e conseqüentemente de curtidas e reações na primeira quinzena. Nas páginas dos grupos contrários, esses quesitos foram mais distribuídos. Além do início, houve um segundo pico por volta do dia 20, que coincide com a decisão judicial liminar que determinou a reintegração de posse. Confira-se:

Quadro 16 – Gráficos das estatísticas das páginas no Facebook relacionadas à ocupação da UnB de 2016 (por dia)



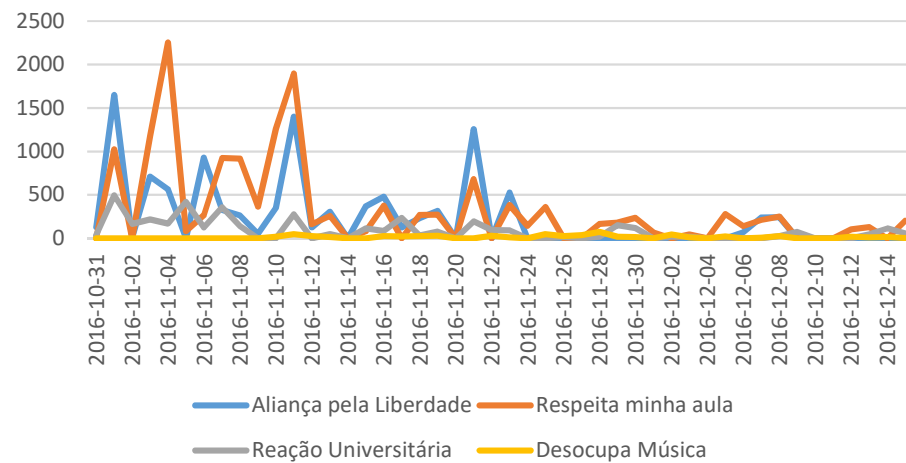
GRUPOS FAVORÁVEIS ÀS OCUPAÇÕES

CURTIDAS



GRUPOS CONTRÁRIOS ÀS OCUPAÇÕES

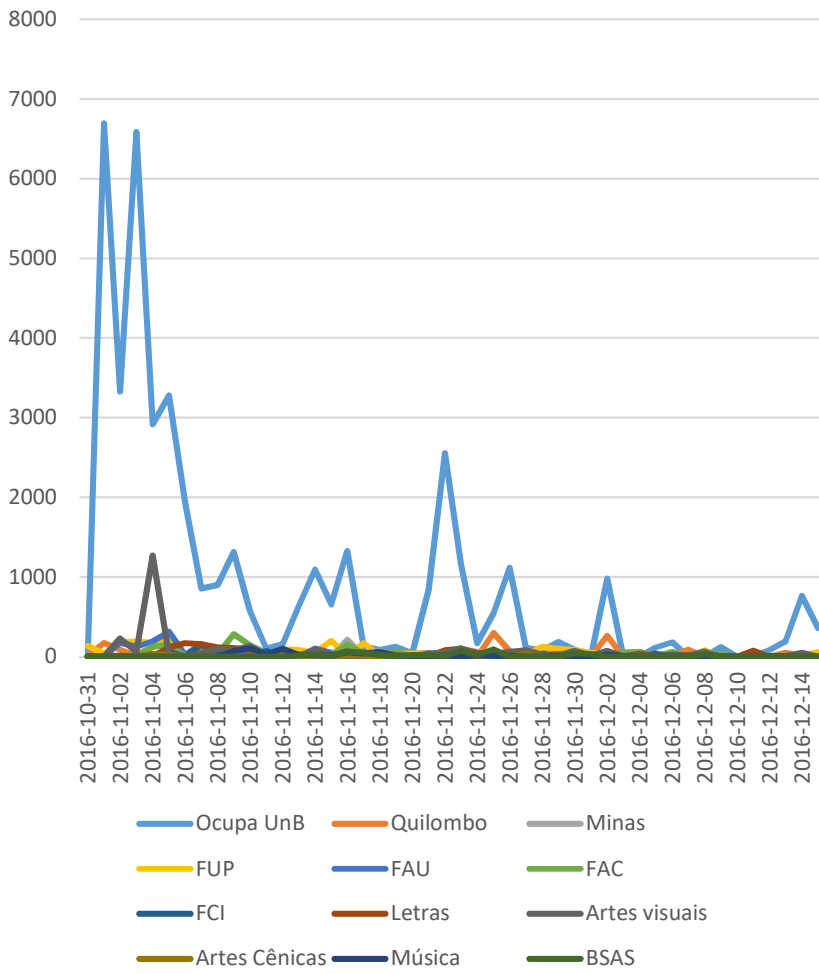
CURTIDAS



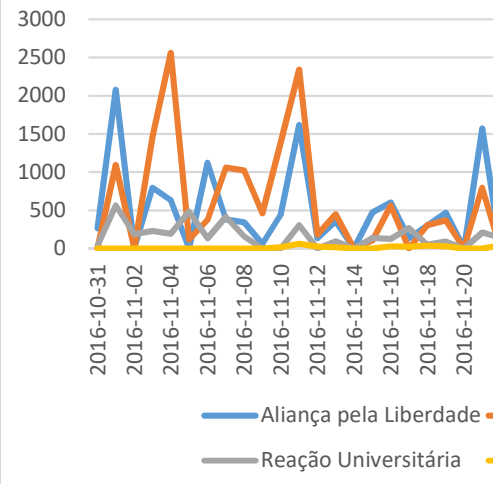
GRUPOS FAVORÁVEIS ÀS OCUPAÇÕES

GRUPOS CONTRÁRIOS

REAÇÕES

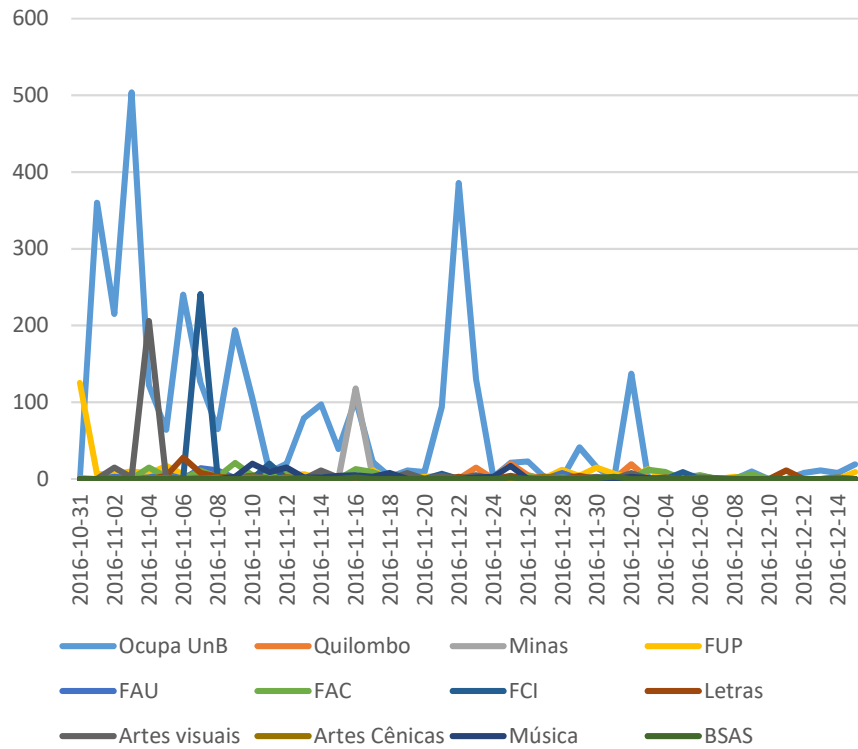


REAÇÕES



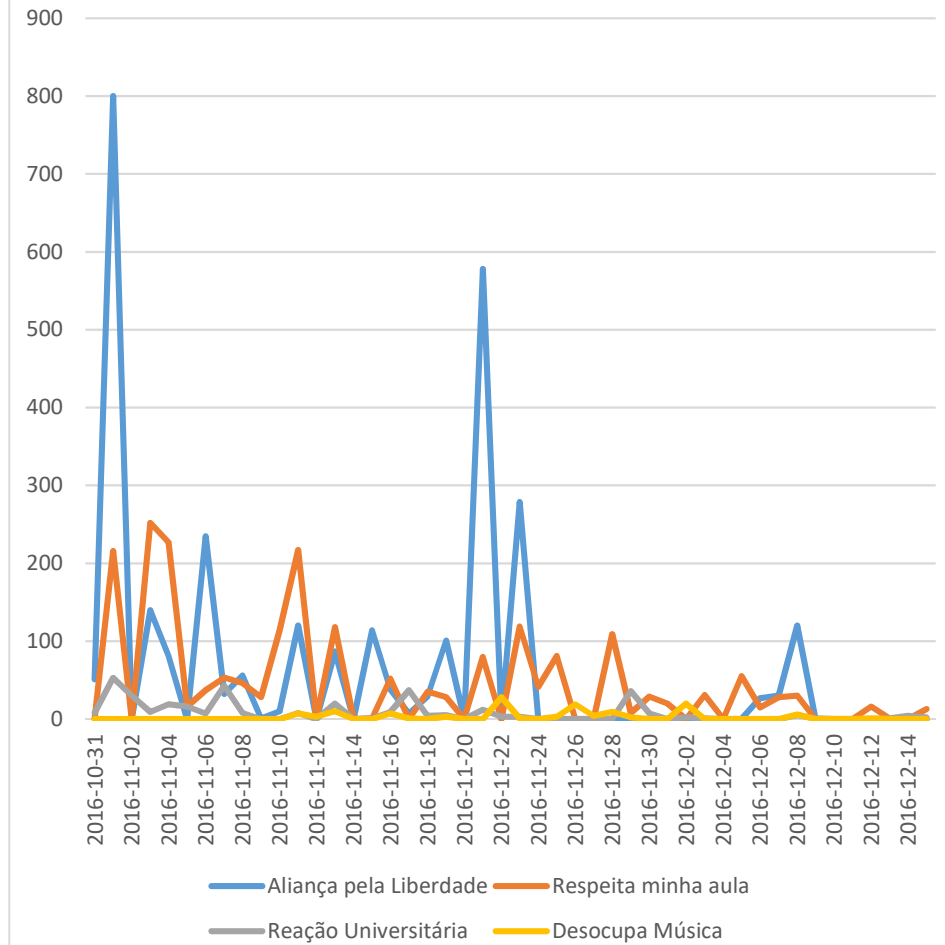
GRUPOS FAVORÁVEIS ÀS OCUPAÇÕES

COMENTÁRIOS



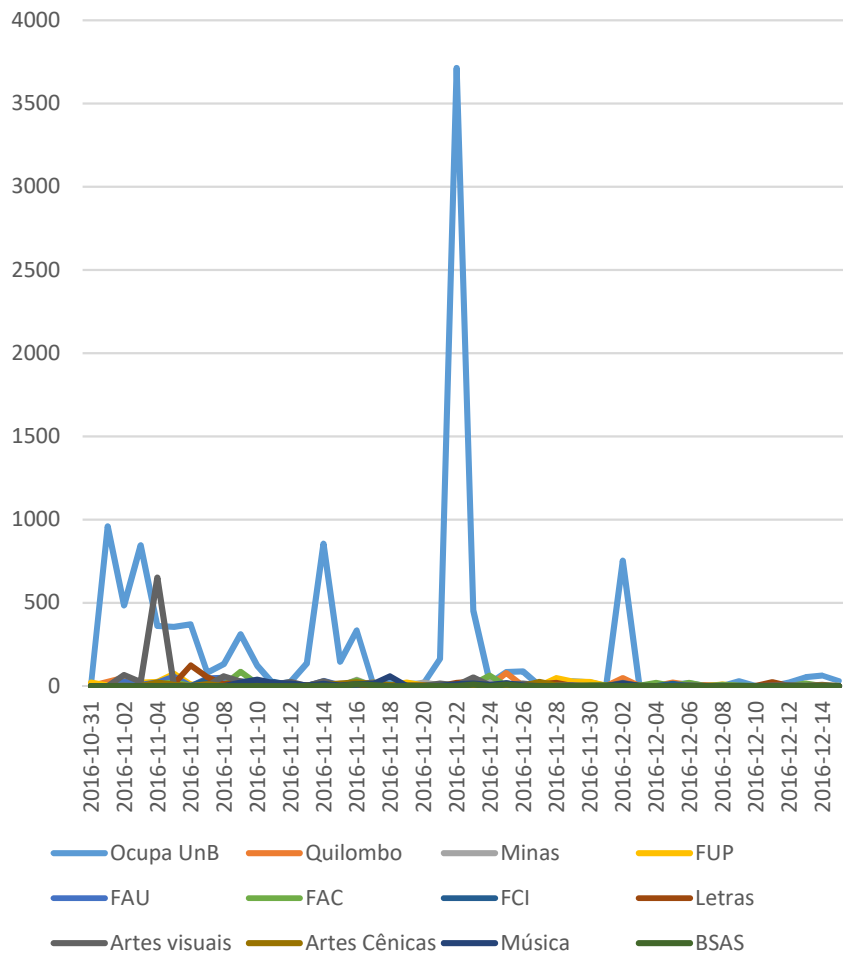
GRUPOS CONTRÁRIOS ÀS OCUPAÇÕES

COMENTÁRIOS



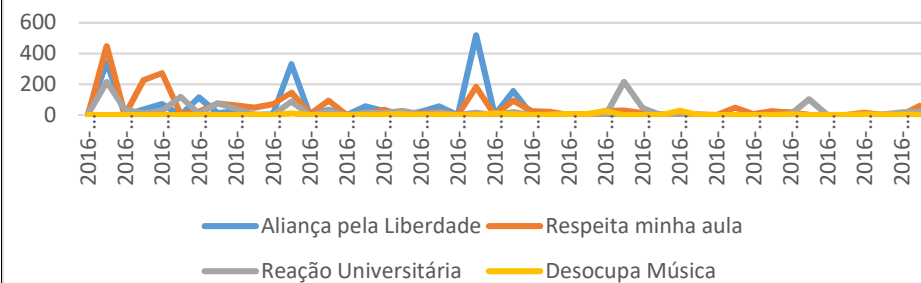
GRUPOS FAVORÁVEIS ÀS OCUPAÇÕES

COMPARTILHAMENTOS



GRUPOS CONTRÁRIOS ÀS OCUPAÇÕES

COMPARTILHAMENTOS



Fonte: Facebook

Por fim, vale destacar uma postagem feita um ano após a ocupação da Universidade, em que os ocupantes disseram terem perdido a batalha, mas terem feito história e ter reinventado a UnB:

Há exatamente um ano, fazíamos uma assembleia histórica na Universidade de Brasília, que a deixou ocupada por 45 dias. A educação pública, por meio da PEC do Teto de Gastos e da Reforma do Ensino Médio, dava seus primeiros passos rumo ao sucateamento. O movimento estudantil foi o foco de resistência dessas medidas, e tomou conta de todo o país, com mais de mil escolas e centenas de universidades ocupadas. Na UnB, ocupamos 16 espaços, e vários cursos deliberaram greve. Foram incontáveis assembleias e reuniões, além de atividades acadêmicas e culturais riquíssimas. Criamos modelos de comunicação e segurança próprios, passamos perrengues por comida, banho e local para dormir, viramos noites em reuniões, recebemos estudantes do Brasil inteiro e ainda articulamos duas manifestações na Esplanada, que infelizmente foram duramente reprimidas. Temos muito orgulho de ter lutado do lado certo, pelas causas certas. E seguimos confiantes de que, sim, fizemos história e reinventamos a Universidade de Darcy Ribeiro. Perdemos essa batalha, mas é como ele mesmo dizia: "eu detestaria estar no lugar de quem me venceu". Pela UnB, resistimos! #UnBEmLuta 1AnoDeOcupaUnB

No capítulo seguinte, as percepções dos atores são combinadas para responder às perguntas propostas neste estudo.

4. DISPUTAS E RESULTADOS DA OCUPAÇÃO DA UNB DE 2016

A consciência política, que motiva a ação coletiva, é construída por meio da conversação, que articula as informações obtidas na mídia, na experiência compartilhada e na cultura em enquadramentos de sentido, lógicas de raciocínio, consolidadas os discursos, as narrativas, que repercutem em diferentes veículos de comunicação. Isso ocorre de forma complexa, antes, durante e depois do acontecimento: “as pessoas às vezes agem primeiro e, somente por meio da participação, desenvolvem a consciência política que sustenta a ação” (GAMSON, 2011, p. 27).

No caso da ocupação da UnB de 2016, foram estudadas narrativas durante e após o acontecimento, e não apenas de alunos, mas também de outros atores envolvidos no contexto (professores, administradores, juristas e jornalistas). O trabalho de análise dessas narrativas, com base nas perguntas de pesquisa e nas hipóteses teóricas, consistiu em encontrar padrões e mecanismos discursivos (enquadramentos, lógicas) relacionados à estratégia mobilizada, os seus resultados e os seus desdobramentos (BEVIR, 2006; TILLY, 2006; BOSI, GIUNGI e UBA, 2016), o que foi organizado em dez categorias, conforme Quadro 9 (p. 75).

No capítulo anterior, as respostas foram descritas com base no ponto de vista de cada tipo de ator. Este capítulo compila a resposta de todos os atores para responder às três perguntas de pesquisa: como os atores justificam a escolha da estratégia, quais foram os resultados percebidos e como o movimento ressignifica o seu repertório de estratégia.

Vejamos.

4.1. Como os atores justificam a escolha da estratégia?

A escolha e a difusão da ocupação como forma de ação coletiva em todo o país por 2015 e 2016 é curiosa porque essa estratégia especificamente possui altos custos econômicos, políticos e principalmente psicológicos (PALACIOS-VALLADARES, 2016) e tem baixa aceitação pela sociedade (IDD/UFMG, 2018), embora seja frequentemente utilizada pelos movimentos sociais dado seu potencial de formação de identidade e união para além de uma única performance.

Meyer (2015) afirma que os ativistas protestam quando eles acham que essa forma pode ajudar eles a alcançarem seus objetivos, ante a ausência de outra maneira que o fizesse. Normalmente estão presentes três enquadramentos: a urgência ou o sentimento

de injustiça iminente, a possibilidade de resultados positivos ou a crença na eficiência da estratégia e o reconhecimento de que o esforço daquele grupo pode fazer uma diferença no contexto (MEYER, 2015; GAMSON, 2011).

Diani e Della Porta (2006) enfatizam que a difusão da forma de protesto perpassa por três lógicas: a lógica dos números (quanto mais pessoas, mais representativo da sociedade, em uma ordem democrática), a lógica dos danos (causar prejuízo suficiente para chamar atenção da elite sem sua antipatia) e a lógica do testemunho (comunicar com rapidez o conteúdo por meio da forma). As três combinadas reduzem as barreiras de entrada para que um conjunto diversificado de atores participem (TATAGIBA, 2014, p. 38). Ainda, mudanças nas interações entre os atores podem modificar a estrutura de oportunidades políticas de forma a alterar o repertório do movimento, incluindo ou excluindo estratégias no rol de opções (TILLY, 2008).

A categoria sobre “**experiência anterior com ocupação**” visava averiguar se a estratégia já era conhecida e/ou vivida pelos envolvidos, elemento importante da consciência política segundo Gamson (2011). Uma participação anterior em ocupações aumentaria a probabilidade de nova participação e refletiria sobre a força da estratégia (TILLY, 2008) e de sua difusão (TATAGIBA, 2014), haja vista que ciclos de protestos ocorrem de setores mais mobilizados para setores menos mobilizados.

Entre os ocupantes da UnB em 2016, a maioria disse que nunca tinha participado de nenhuma outra ocupação anterior e tinha baixo conhecimento sobre seus custos e riscos. Muitos deles disseram que inicialmente tinham medo, achavam que era uma estratégia ilegal e temiam dormir em um espaço público, expostos, sem nenhuma segurança. Mas considerando tantas ocupações em outras em outras universidades e escolas do país e algumas legitimadas pelo Judiciário, que entendeu que a ocupação, por si só, como forma de manifestação política, não seria proibida, foram convencidos a correr o risco para obter resultados favoráveis no Legislativo e no Executivo, como a não aprovação de medidas e/ou a troca em cargos políticos, que já tinham acontecido em alguns locais. Também, foram motivados pela experiência de colegas próximos que já havia participado de ocupações e tiveram sua integridade física garantida, e foram sensibilizados a se solidarizarem com os demais estudantes no enfrentamento de uma questão que era de todos.

Logo, a experiência compartilhada e os enquadramentos de identidade e agência, corroborado pela legitimação de algumas decisões judiciais e a eficiência em alguns casos locais, bem como a lógica dos danos, considerando o entendimento de pacificidade da

ocupação por si só, foram elementos que contribuíram para a diminuição da barreira de entrada para atores menos mobilizados e possibilitaram que a ocupação da UnB acontecesse (DIANI e DELLA PORTA, 2006; TILLY, 2008; GAMSON, 2011; TATAGIBA, 2014).

Diferente do que se hipotetizou, a característica política da UnB e o seu histórico de intensa mobilização da estratégia não fizeram com que a UnB estivesse, naquele momento, entre as universidades mais mobilizadas, razão por que foi uma das últimas a ser ocupada. Três fatores ajudam a explicar: o fato de a maioria dos alunos ou das pessoas em geral não ser engajada politicamente, como observado; os desincentivos promovidos pelas gestões na Reitoria e no DCE nos quatro anos anteriores; e o tempo relativamente curto do estudante na universidade (BRINGEL, 2009), fazendo com que haja alta rotatividade no uso da estratégia. Assim, a intensa e prévia mobilização da estratégia na UnB não necessariamente significa que ela seja conhecida e aceita pelos alunos posteriormente. Não obstante, esse histórico da UnB e sua característica política foram importantes para a formação do enquadramento de identidade e de agência do movimento, bem como para a noção de eficiência da estratégia.

Essa primeira categoria também mostrou que os alunos que já tinham presenciado (e não apenas assistido) ocupações no passado foram os primeiros a ocupar em 2016 (Planaltina e Reitoria), reforçando que a experiência é fator relevante para definir o rol de opções de estratégias possíveis e a decisão sobre sua reutilização. Também por essa razão a ocupação foi novamente mobilizada em 2017 e 2018 pelos mesmos atores de 2016, a despeito dos elevados custos e riscos enfatizados por eles.

A categoria **“como ou por que os estudantes chegaram à ocupação”** tinha o objetivo de recuperar outros enquadramentos (GAMSON, 2011; MEYER, 2015; PALACIOS-VALADARES, 2016) e as lógicas (DIANI e DELLAPORTA, 2006) que justificaram a escolha e a difusão da estratégia na UnB.

Observou-se que a ocupação de 2016 da UnB foi decidida em Assembleia Geral dos Estudantes (AGE), à qual a maioria entrevistados compareceram. Porém, a maioria dos alunos tiveram conhecimento das ocupações pelas redes sociais. Este, inclusive, foi o momento em que houve o maior número de postagens e engajamentos no *Facebook*. Nele, foram criadas dezesseis páginas especificamente sobre as ocupações: a página central (“Ocupa UnB”, que era a página da ocupação da Reitoria, mas também a página sobre as informações gerais sobre ocupação na UnB), treze de ocupações específicas (quando criadas eram divulgadas na central) e duas desfavoráveis às ocupações (que

promoviam informações sobre locais alternativos de aula e danos, e eventuais abusos ou ações que deslegitimassem o movimento).

As postagens e as interações nas páginas favoráveis foram mais intensas nos primeiros dias e na data do recebimento da reintegração de posse, em que houve uma reanimação e renovação da mobilização. Nas páginas desfavoráveis, as postagens foram mais contínuas durante o período de ocupação e, apesar de terem bem menos seguidores, o número de comentários foi maior.

A mídia analisada também publicou notícia desde a primeira ocupação, ocorrida no *campus* de Planaltina, e as páginas oficiais da UnB no *Facebook* (UnB, DCE, ADUnB) replicaram essas matérias. Apesar disso e da grande mobilização nas redes sociais, os professores e administradores entrevistados souberam da ocupação ao chegarem na Universidade para trabalhar. Também tiveram conhecimento por meio de chamadas para assembleias próprias, em que deveriam se manifestar sobre a PEC n. 241/55/2016 e decidirem greve. Ainda, foram notificados por convites feitos por alunos ocupantes, ou para participarem das atividades nas ocupações ou, no caso dos administradores, para negociarem.

Os juristas chegaram quando provocados a agir: o Ministério Público pelo grupo desfavorável e os advogados populares pelo grupo favorável, a partir da participação dos alunos nas manifestações na Esplanada dos Ministérios, em que houve represálias policiais. Isso reforça a tendência de tanto movimentos como antagonistas de mobilizarem o Judiciário para obter apoio político a seus interesses (TAVARES e VELOSO, 2016). No caso da UnB, ele, no âmbito federal, foi favorável ao movimento, mas havia o risco de não ser (TAVARES e VELOSO, 2016), como ocorreu no âmbito distrital, com os secundaristas.

Embora a decisão de ocupar tenha sido tomada em AGE, ela teve menos a finalidade de debater os custos e benefícios dessa estratégia e mais o objetivo de validar o que já estava sendo construído em reuniões nos CAs e em coletivos ante gestões desmobilizadoras da Reitoria (Ivan Camargo) e do DCE (Aliança pela Liberdade) à época. Seu objetivo, portanto, era legitimar por votação uma ideia arquitetada anteriormente e agitar para colocá-la em prática.

Para quem não participou desse momento anterior de discussão, a AGE foi autoritária, até porque não teriam tido o quórum mínimo de votação definido no Regimento Interno da Comissão Eleitoral do DCE. Alguns alunos disseram que isso fez com que as pessoas que tivessem opinião divergente não comparecessem ou não

quisessem se manifestar, o que justificaria a discrepância nas votações e tornaria aquela maioria enviesada. Além disso, segundo esses alunos, isso fez com que muitas pessoas inicialmente indiferentes ou até sensibilizadas pela causa mudassem de opinião e se colocassem contrárias à ocupação, aos motivos dela e às pessoas e grupos que a mobilizavam. Em resposta, os ocupantes disseram que os debates teriam sido oportunizados para quem quisesse e o Regimento estaria desatualizado. Além disso, a AGE em que se decidiu pela ocupação de 2016 teria sido a maior da história da UnB.

Para todos, inclusive o grupo focal desfavorável, a decisão pela ocupação se deu em razão da conjuntura nacional de uso dessa estratégia como forma de estudantes se oporem ao Governo Federal e suas medidas que ameaçavam a universidade, combinado com o fato simbólico de a UnB estar no centro político do país. Não foi feito um cálculo da melhor estratégia dentre todas as possíveis, que sequer foram mencionadas.

Essa justificativa em ocupar, portanto, mais se relaciona com os enquadramentos de injustiça e urgência, além da identidade e agência mencionada na categoria anterior, do que com a eficiência da estratégia comparada a outras, embora, como explicado, o fato de ter havido resultados favoráveis em outros locais tenha contribuído. A ocupação como “primeiro ou único recurso”, como dito por eles, tem o sentido de “a estratégia disponível que estava comunicando mais rapidamente o interesse da coletividade naquele momento, à qual se aderiu, ainda que tardiamente. Portanto, as lógicas dos números e do testemunho explicam essa decisão (DIANI E DELLA PORTA, 2006).

Ainda, elas justificam o fato de a universidade ter sido o local escolhido para ocupar, e não o Congresso Nacional, porque esse elemento, a IE, integra essa estratégia naquele contexto de ocupações estudantis em âmbito nacional, além da motivação pragmática de proteção contra as represálias policiais nas manifestações de rua ocorridas desde 2013, também mencionada pelos ocupantes.

Outrossim, foi relatado que não havia a expectativa de que as ocupações estudantis, sozinhas, evitassem a aprovação da PEC n. 241/55/2016. Esperava-se que elas incitariam uma mobilização maior, de toda a sociedade, contra o Governo Federal e suas medidas, como aconteceu em 2013. Além disso, notou-se, pelas falas, a existência de um pressuposto, sobretudo entre as pessoas mais organizadas, de que apenas por meio da mobilização (da “luta”), seja ela qual for, os atores são vistos e os seus direitos podem então ser garantidos, sendo indiferente o uso de protestos como primeiro ou último recurso, único ou combinado com outros. Logo, esses fatores indicam um enfraquecimento da hipótese de que a ocupação teria sido escolhida por sua eficiência

comparada a outras estratégias de forma geral. O que motivou a opção por ela foi sua eficiência, naquele momento, de visibilizar aquela pauta específica.

Complementando isso, a categoria “**opinião sobre a estratégia**” visava examinar as percepções sobre as características da ocupação, suas potencialidades e limitações (PALACIOS-VALADARES, 2016; TILLY, 2008; GAMSON, 1990).

Uma característica que favoreceu a adesão e a difusão, além da conjuntura política, foi a existência de um modelo de ocupação, desenvolvido por alunos argentinos e chilenos, representado em um manual adaptado pelos secundaristas (“Como ocupar um colégio?”) e readaptado pela ocupação da Reitoria da UnB, que foi divulgado para as ocupações de outros prédios. Ele prevê a elaboração de um plano de ações, a organização em comissões, a tomada de decisões em assembleias e a realização de atividades formativas. A existência de um roteiro e o seu acompanhamento, com inovação incremental, faz da ocupação uma estratégia forte, utilizando a classificação de Tilly (2008) e contribuiu para a adesão a ela, uma vez que isso, combinado com a experiência de ex-ocupantes e a organicidade de alguns alunos ocupantes ativistas de movimentos sociais, mitigam custos e riscos da ocupação.

A diversidade da ocupação da Universidade, em dezessete prédios e pautas internas distintas, foi uma novidade, inclusive elogiada por ocupantes de outras unidades federativas que estiveram na UnB e por alunos de ocupações anteriores (2008) e posteriores (2018). Para o grupo desfavorável, a diversidade era sinônimo de desorganização e mais um fator que deslegitimaria a estratégia. Os ocupantes argumentaram que, pelo contrário, a multiplicidade era sinônimo de organização complexa, pois havia uma pauta central (contra a PEC 241/55, a reforma do Ensino Médio e a Escola Sem Partido), discutida em assembleias e comissões gerais, de todas as ocupações, e pautas específicas das ocupações de cada prédio, discutidas em assembleias e comissões restritas e construídas progressivamente ao longo do processo de ocupação, conforme as medidas legislativas iam avançando.

Esse grande rol de pautas, presente também em 2013 (TATAGIBA, 2014), mais fortaleceu os enquadramentos que motivaram a ação coletiva do que enfraqueceram, sobretudo no contexto de ausência de diálogo ou de repressão de demandas dos alunos pelas gestões do DCE e da Reitoria. Porém, implicaram em maiores custos de comunicação e convivência coletiva, uma vez que tinham que articular pautas e decisões diariamente, o que foi feito de forma criativa e variada (cobertura jornalística voluntária, rádio, sítio eletrônico, página no Facebook, canal no Twitter, entre outras).

Outra característica que favoreceu a escolha e a difusão da ocupação, mais marcante no *campus* de Planaltina, foi a simbologia de estar corporalmente naquele espaço, vivendo na universidade, assumindo o papel de decidir sobre ela, o que foi traduzido por alguns como um sentimento de pertencimento à universidade e da universidade. De fato, aquele *campus* é diferente, pois criado para oferecer cursos voltados à população negra quilombola e rural que já morava naquela cidade satélite e arredores. Ali existe, portanto, uma simbiose socioeconômica entre universidade e cidade, entre estudante e cidadão (MISCHE, 1997), muito diferente do *campus* Darcy Ribeiro, cujos alunos, em sua maioria, não residem no Plano Piloto, cujos moradores, por sua vez, não são os alvos prioritários das políticas sociais que estavam sendo ameaçadas pelas medidas legislativas propostas naquele momento. A ocupação de Planaltina, por essa razão, assim como as ocupações secundaristas, conseguiu envolver a comunidade na causa, que passou a apoiar o movimento e a frequentar a universidade, favorecendo sua manutenção (lógica do testemunho, DIANI E DELLA PORTA, 2006).

Já os alunos do Darcy Ribeiro se viram isolados da sociedade ao redor (PALACIOS-VALLADARES, 2016), que não ficava nem sabendo da ocupação, muito menos oferecendo apoio, mesmo nas manifestações de rua realizadas pelos estudantes. Por outro lado, esse autonomismo da ocupação da UnB nesse *campus*, especialmente em relação a partidos, movimentos sociais e organizações tradicionais como a UNE, herança de 2013 (TATAGIBA, 2014), favoreceu a adesão de mais alunos.

Finalmente, uma última característica da ocupação da UnB que favoreceu a força da ocupação e justificou posteriormente sua escolha foi sua longa duração, que só foi possível pelo momento de transição das gestões da Reitoria e do DCE e pela atuação dos atores de justiça em Brasília. A UnB foi ocupada no dia 31 de outubro de 2016 e somente vinte dias depois foi publicada decisão liminar de reintegração de posse. Isso aumentou o custo e o risco da ocupação, mas também aumentou os ganhos, uma vez que houve tempo para direcionar a negociação final para pautas internas não colocadas no início da ocupação. Também, apesar dos desgastes de relacionamentos vividos intensamente durante a ocupação, a longa duração possibilitou a formação e a consolidação de redes, bem como de sentimentos de identidade, união, compromisso e engajamento, que perduraram após a ocupação, em interações institucionais (gestões do DCE e de CAs, aulas, pesquisas, estágios), disruptivas (outras ocupações e protestos) e pessoais (relações de amizade), conforme já havia observado Palacios-Valladares (2016).

Na categoria “**opinião sobre as medidas legislativas, principalmente a PEC n. 241/55/2016**”, tentou-se verificar os enquadramentos de injustiça e urgência dos atores (MEYER, 2015; GAMSON, 2011).

A mídia analisada expôs mais posicionamentos contrários à PEC n. 241/55/2016 e alternativas a ela do que posicionamentos favoráveis, uma vez que mais ocupantes foram entrevistados na ocasião da ocupação, em que se protestava contra a medida. Os ocupantes entenderam que a apresentação da referida Proposta foi feita por parte ilegítima (Presidente Temer empossado em razão de *impeachment* de Dilma), sua aprovação tramitava rápido e dificilmente seria revertida (haja vista a necessidade de quórum especial de 3/5 em duas sessões em ambas as casas legislativas) e seu conteúdo teria como finalidade a precarização do ensino público de qualidade, justificando a privatização e consequentemente o aumento da desigualdade social.

Os juristas, administradores da UnB e professores viram, de uma forma geral, a medida com gravidade, considerando que não houve o devido debate para uma norma que perduraria por tanto tempo, colocando em risco a efetivação de direitos sociais, não apenas voltados à educação, mas a todos os serviços sociais custeados com o orçamento público. Dois deles ficaram surpresos após a aprovação da medida, pois não imaginavam que afetaria a universidade tão rápido. Um deles lamentou, mas disse que mesmo com a aprovação da Emenda é possível preservar o ensino de qualidade no cotidiano, administrando bem os recursos e fazendo um bom trabalho como professor.

Vale notar que as três medidas legislativas estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal por meio das ações de inconstitucionalidade n. 5.680, 5.643, 5.633 (EC n. 95/2016), n. 5.537 (referente à Reforma do Ensino Médio) e n. 5.599 (Programa Escola sem Partido). Nenhuma ainda foi julgada definitivamente.

O grupo focal desfavorável às ocupações não se manifestou sobre a PEC n. 241/55/2016 ou as outras medidas, porque isso deveria ser discutido por cidadãos em instâncias de debate público, e não por estudantes na universidade. Na sua página do *Facebook*, a Aliança pela Liberdade disse que não defenderia a privatização da universidade e lutaria para reduzir os efeitos dos cortes da EC n. 95/2016, mas iniciaram e conseguiram a aprovação do Programa de Doações à Universidade em 2018.

Destaca-se que em 2018, ano eleitoral, alguns congressistas passaram a manifestar repúdio à EC n. 95/2016 e apoio à UnB. A deputada Erika Kokay (PT) e os Senadores que votaram favoravelmente à aprovação da medida Hélio José e Cristóvão Buarque fizeram audiências públicas para motivar sua alteração ou revogação. Outrossim, esse foi

um dos temas mais perguntados ou debatidos pelos candidatos à Presidência, cinco meses antes das eleições⁹⁵.

Logo, houve, com poucas exceções, um enquadramento de injustiça e urgência em torno da EC 95/2016, apoiado pelos órgãos de justiça e posteriormente por congressistas, mas em função da falta de diálogo do governo Temer em face do longo prazo de duração da medida e em razão da importância de ensino público de qualidade; e não em torno da necessidade de ajuste fiscal ou da administração e distribuição dos recursos voltados à educação, tema em que há muitas divergências.

Outrossim, cabe a ponderação de que existe uma dificuldade de posicionamento haja vista o orçamento em crise econômica ser um assunto técnico e emergencial e a educação ser um serviço cujos impactos são pouco perceptíveis em curto prazo. Porém, como pontua Gamson (2011): “se um assunto pode ser considerado técnico ou não, isso é uma questão se que refere ao modo como ele é enquadrado, e não uma característica intrínseca. A relevância das clivagens sociais é uma questão de interpretação” (GAMSON, 2011, p. 30). Logo, apesar das muitas divergências, as ocupações conseguiram enquadrar a PEC como injusta e urgente.

As categorias “**participação individual**” e “**participação coletiva**” detectaram percepções pessoais e de categorias sociais sobre o processo, complementando a investigação sobre os enquadramentos de identidade e agência (GAMSON, 2011). Além disso, averiguaram quem eram os atores presentes e como se comunicavam, na tentativa de observar eventual transformação na estrutura de oportunidades que possibilitasse alterar o repertório de estratégia, incluindo a ocupação ou excluindo as demais formas de ação coletiva (TILLY, 2008).

Em relação à mídia, embora apenas três portais de matérias *online* tenham sido analisados e eles tenham enfatizado as ameaças da ocupação, não utilizaram, como anteriormente, o termo “invasão” para se referir ao ato, atribuindo legitimidade aos estudantes, à estratégia e à causa. As matérias foram escritas por muitos profissionais

⁹⁵ Sobre a EC n. 95/2016, manifestaram-se pela manutenção: Fernando Collor (PTC), Flávio Rocha (PRB), Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (por meio de sua assessoria, PSL), João Amoedo (Novo), Paulo Rabello de Castro (PSC), Rodrigo Maia (DEM). Manifestaram-se pela revisão: Álvaro Dias (Podemos); Ciro Gomes (PDT); Marina Silva (Rede Sustentabilidade). Manifestaram-se pela revogação: Guilherme Boulos (PSOL); Levy Fidelix (PRTB); Luiz Inácio Lula da Silva (PT); Manuela D’Ávila (PCdoB); Vera Lúcia (PSTU). Não se manifestaram: Aldo Rebelo (Solidariedade), Guilherme Afif Domingos (PSD) e José Maria Eymael (PSDC). Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/06/18/O-que-os-pr%C3%A9-candidatos-%C3%A0-Presid%C3%Aancia-pensam-sobre-o-teto-de-gastos>. Acesso em 30 jun. 2018.

diferentes, muitos deles estagiários estudantes universitários de comunicação, mas não se pesquisou se eles haviam participado de alguma ocupação. Porém, a ocorrência de ocupações secundaristas e universitárias em todo o país naquele momento e a utilização do termo “ocupação” (e não “invasão”) pela nova Reitora da UnB contribuíram para essa mudança de nomenclatura nas notícias, replicadas nas redes sociais, e a implicação disso, a partir da legitimação do movimento, pode ter contribuído para maior adesão e/ou apoio.

Entre os atores de justiça, destacaram-se a atuação do Ministério Público, pela defesa da integridade do jovem e a efetivação de direitos fundamentais como a educação, e da advogada popular, pelo ativismo em defesa da manifestação política contra atos autoritários e da autonomia dos estudantes como atores políticos, em relação a antagonistas e aliados. A procuradora foi elogiada tanto pelos alunos como pelos administradores da nova Reitoria por sua atuação na construção de um acordo, contendo, junto com a advogada popular, atos de repressão contra os alunos dos próprios gestores da UnB, do Executivo federal e do Judiciário federal de primeira instância. Nota-se que a postura de ambas se coaduna com a aposta de Gohn (2017) na área educacional, para formação de projeto político comum para a sociedade transformadora da realidade social.

Os professores da UnB apoiaram de forma menos intensa, com paralização, mas sem greves, tanto em 2016 como em 2018. Nas entrevistas, foi comum a preocupação de se aprimorarem e se empenharem nos espaços acadêmicos, como forma de suprir a falta de investimento público nas universidades. Alguns se restringiram ao ensino e à pesquisa e outros abrangeram a extensão, a mobilização social e até mesmo a relação de amizade com os alunos. Isso, por um lado, mostra uma descrença na atuação coletiva, consequência de uma categoria desvalorizada historicamente (BACKES, AZEVEDO e ARAUJO, 2009). Por outro, mostra um potencial da micropolítica individual no cotidiano, apesar de alguns eventos de repressão.

A atuação dos professores dentro e fora de sala foram consideradas importantes pelos estudantes para a formação da consciência política sobre os acontecimentos de 2016, mas não determinantes. Na fala de alguns professores, porém, foi possível notar o pressuposto de uma hierarquia entre docentes e discentes e a dificuldade de lidar com algumas diferenças geracionais, como a interação pela internet, a horizontalidade e a dinamicidade das organizações, entre outras.

Um fato curioso é a distinção que tanto professores como alunos, inclusive de segundo semestre, fizeram entre as áreas de exatas e de humanas: aquelas tendendo à direita ou ao papel meramente formativo do Ensino Superior, que exclui o debate político,

e estas tendendo à esquerda ou ao papel transformativo da universidade, que inclui o debate político. Assim, dependendo da área, segundo os atores, as pessoas estão mais ou menos propensas a ocuparem ou a apoiarem a ocupação, salvo algumas exceções.

Perguntados sobre a razão dessa distinção, as pessoas de humanas responderam que as pessoas de exatas possuem em seu perfil mais privilégios sociais e, por isso, menos necessidade de políticas sociais. As pessoas de exatas responderam que possuem maior carga de estudo e trabalho, não tendo tempo para se dedicar a outros assuntos menos importantes na academia. Essa característica seria atribuída pelo vestibular, nem mesmo pelo diploma, e integraria a personalidade da pessoa dali em diante, para além da vida universitária. Isso apareceu como um fato não apenas conhecido por todos, mas também aceito com naturalidade.

Por fim, em relação aos alunos, um elemento que integrou o enquadramento de identidade foi a oposição ao Reitor à época, Ivan Camargo, e à chapa à frente do DCE, Aliança pela Liberdade. Inclusive, alguns dos grupos que mobilizaram a ocupação já estavam se organizando para disputar as próximas eleições (chapa “Todas as Vozes). Em Planaltina, um aspecto que contribuiu para o enquadramento de agência foram os debates de conjuntura que ocorreriam regularmente na Faculdade, como parte do programa de ensino. Além disso, diferente do campus Darcy Ribeiro, em Planaltina, movimentos sociais e organizações tradicionais, com exceção de partidos, não só ergueram bandeiras nas ocupações como contribuíram para a identificação dos alunos, muitos dos quais são integrantes dessas organizações.

O apartidarismo também foi outro elemento do enquadramento de identidade da ocupação da UnB como um todo, também característica de 2013 como sintoma da crise de representação no país (TATAGIBA, 2014). Não obstante, o movimento não era antipartidário: os ocupantes poderiam estar filiados, mas seus partidos não poderiam influenciar nas decisões tomadas na ocupação. Porém, a maior parte dos alunos organizados em coletivos ou forças vinculadas a partidos, integrou comissões importantes como a de articulação e a de negociação, cujas decisões nem sempre foram levadas à AGE. Isso foi “corrigido” na ocupação de 2018, em que a aversão a partidos foi ainda maior.

Outro elemento que também decorre da crise de representação no país e integrou o enquadramento de identidade foi a horizontalidade, entendida como a ausência de hierarquia, dentro de cada prédio, dentro da ocupação da UnB como um todo e entre ela e as demais ocupações do país. Porém, a centralidade da ocupação da Reitoria teve

eventualmente um caráter de hierarquia em relação às demais do campus Darcy Ribeiro e, em menor força, em relação à do campus de Planaltina. Também houve lideranças naturais, tanto em 2016 como em 2018. Eram os estudantes mais presentes e comunicativos com os demais alunos e as autoridades, e frequentemente tinham experiência política anterior, por causa de participação em outra ocupação, em CA ou em coletivo/ força partidária. Não foi identificado, porém, um comando externo à UnB que influenciasse as decisões de sua ocupação; ela pareceu realmente autônoma, inclusive em relação à UNE. O aluno entrevistado dessa organização disse que isso seria antidemocrático, pois os protagonistas não deixariam de existir, apenas não seriam eleitos.

Um dos administradores e a procuradora federal disseram que, embora entendessem que a importância da ausência de representantes como forma de proteção contra eventual criminalização como houve no passado, isso dificultava a negociação. Por outro lado, além de não ter sido um impedimento formal jurídica ou administrativamente, isso fez com que todos fossem ouvidos, o que deu visibilidade a uma multiplicidade de interesses e atores, que saíram empoderados desse processo, e tornou o acordo final mais cumprível e estável ao longo do tempo.

Em suma, pode-se dizer que a decisão sobre a ocupação da UnB de 2016 se baseou sobretudo pelo enquadramento de injustiça e de urgência, não apenas relacionadas às medidas legislativas contestadas, mas principalmente relacionadas aos representantes do Executivo e do Legislativo, e pela lógica dos números e do testemunho, esta mais acentuada em Planaltina. As ocupações anteriores, principalmente as eficientes, entendidas com as bem sucedidas e/ou legitimadas pelos órgãos de justiça e pela mídia, e a existência de um modelo, o que torna a estratégia forte, foram elementos importantes, na lógica dos danos, para diminuir as barreiras de entradas e fortalecer o enquadramento de agência dos estudantes da UnB, que apesar do histórico e a localização da UnB, que contribuíram para o enquadramento de identidade, encontravam-se desmobilizados, pela rotatividade dos alunos, que impede a manutenção da experiência na universidade, e pelas repressões anteriores às manifestações estudantis por parte da mídia, do ex-Reitor, Ivan Camargo, e pela gestão do DCE à época, Aliança pela Liberdade.

Também contribuíram para o enquadramento de identidade as características da ocupação: organização, multiplicidade, horizontalidade e o arpartidarismo, heranças de 2013. Não obstante, na UnB em 2016 foram constituídos naturalmente líderes, estudantes mais experientes ou organizados politicamente, houve uma centralidade da ocupação de

um prédio em detrimento de outros e estiveram presentes instituições políticas tradicionais, como partidos (coletivos/ forças), movimentos sociais e organizações como a UNE.

Internamente, a estrutura de oportunidades se transformou sobretudo a partir da suspensão da decisão liminar de reintegração de posse, alongando a ocupação e fortalecendo um processo de negociação, da aprovação da EC 95/2016, e da posse da nova Reitora, que contribuíram para que fossem reorientadas as pautas para demandas internas represadas pelas gestões anteriores da UnB e do DCE (TILLY, 2008).

4.2. Quais foram os resultados percebidos pelos atores?

A identificação de resultados pode servir para uma análise estática, classificando a performance em sucesso ou fracasso, ou para uma análise dinâmica, investigado como são produzidos os resultados e como se desdobram ao longo do tempo (UBA e ROMANOS, 2016; TATAGIBA e FERREIRA, 2016; GAMSON, 2014). Esta pesquisa fez ambas as análises a partir de uma abordagem interpretativista. Este subcapítulo mostra a primeira e o próximo subcapítulo apresenta a segunda.

Gamson (1990 e 2014) propõe duas variáveis para análise estática de resultados, sendo uma subjetiva (aceitação pelos antagonistas dos manifestantes como vozes legítimas ou representatividade, existente quando os jornalistas tratam os porta-vozes da ação coletiva como agentes de algum eleitorado) e uma objetiva (vantagens e desvantagens percebidas ou a proeminência das demandas colocadas pelo movimento na ação coletiva). Tentou-se analisar a primeira pelas categorias **“opinião sobre a legitimidade do movimento estudantil”** e **“relação com os antagonistas”** e a segunda pelas categorias **“vantagens/desvantagens da ocupação”** e **“aprendizados”**.

Em relação à primeira, **“opinião sobre a legitimidade do movimento estudantil”**, nas mídias local e nacional analisadas, houve um posicionamento relativamente neutro acerca dos ocupantes da UnB, o que já foi um avanço ao movimento estudantil considerando notícias anteriores a 2016. Talvez isso tenha se dado pelo reconhecimento, por parte dos órgãos de justiça, de que ocupação seria uma forma de manifestação política, o que implica a legitimidade e capacidade dos estudantes para exercer esse direito, dispensando inclusive a representatividade formal do DCE, sem gestão eleita à época. O nome deles nos processos jurídicos analisados foi **“Movimento Ocupa UnB”**.

Não obstante, dois fatores pareceram interferir na opinião pública acerca da autonomia dos estudantes. O primeiro é a vinculação partidária do movimento ou de seus integrantes, sobretudo em momento de profunda crise de representação política vivida no país. Como já mencionado, embora o movimento tenha se identificado apartidário inclusive por essa razão, não foi antipartidário e houve alguma influência de partidos por meio de ocupantes organizados em coletivos, forças e movimentos sociais. Um dos professores entrevistados disse que isso mitiga a independência dos alunos e a força de suas demandas. Para ele, os movimentos populares não têm mais respaldo da sociedade depois da crise política que derrubou o PT do governo federal, não podendo essa geração “cometer os mesmos erros do passado”. Essa influência partidária foi reduzida em 2018, com a desintegração da chapa “Todas as Vozes”, a composição variada das comissões da ocupação e a competência exclusiva da AGE para deliberar. Para um estudante entrevistado, esses fatores foram fundamentais para consolidar o “Movimento Ocupa UnB” e sua independência.

O segundo fator que interfere na opinião pública acerca da autonomia dos estudantes é a diferença geracional. Nas entrevistas, houve depoimentos em que os alunos foram elogiados pelo pioneirismo, merecendo apoio. Porém, observou-se que, embora seja unânime que são os jovens os responsáveis por fazer as mudanças do mundo, houve discursos de infantilização de suas ações, tidas como ingênuas ou imaturas, passíveis de intervenção ou manipulação. Alguns lhe atribuíram características como “rebeldes”, “bagunceiros”, “beberrões”, “crianças aprendendo com brinquedos de adultos”. Embora não tenha havido processo, nem criminal, penalizando o movimento ou os ocupantes, nem administrativo, podendo alunos alegarem que participaram da ocupação para trancar matérias, foi mencionada perseguição de ocupantes por professores em seleções de curso, projeto e estágio.

Perguntados sobre a “**relação com os antagonistas**” de 2016, ilustrado pelo cartaz “tudo nosso, nada deles”, foram citados principalmente o Executivo e o Legislativo federal, haja vista a aprovação do *impeachment*, entendido pelos estudantes como “golpe” pois teria sido inconstitucional e antidemocrático, e a proposição de medidas arbitrárias que retroagiriam políticas socioeconômicas em andamento; a gestão do ex-Reitor Ivan Camargo, que foi vista como autoritária, por criminalizar estudantes por protestos e se escusar do diálogo; e a chapa do DCE Aliança pela Liberdade, que representava à época um movimento estudantil de direita na UnB, que seria contra políticas institucionais de

acesso e permanência, sobretudo as de corte de raça e gênero, e defenderiam a privatização da universidade.

Em 2016, o então Presidente da República, Michel Temer, manifestou-se publicamente à época das ocupações desqualificando os estudantes, que não sabiam nem o que seria uma PEC. O Congresso Nacional aprovou duas das três medidas contestadas; as manifestações e audiências não afetaram substancialmente as decisões ou o teor das propostas. O então Ministro da Educação, Mendonça Filho, e o ex-Reitor, Ivan Camargo, embora desaprovassem os atos, considerou os ocupantes como atores em interações disruptivas, passíveis de repressão. A Reitora Márcia Moura tratou os estudantes como manifestantes em interações disruptivas, mas passíveis de negociação e eventualmente de colaboração.

Isso, em conjunto com o contexto e a mídia e os processos judiciais analisados, sugere que os estudantes da UnB conseguiram se posicionar em 2016, diante de quase todos os antagonistas, com exceção do Presidente da República e dos congressistas à época, como manifestantes com vozes legítimas. Embora ausente a representatividade eleitoral naquele ano, isso foi revertido em 2018, por ser ano eleitoral e por mostrar as consequências de limitação orçamentária em decorrência da aprovação da EC n. 95/2016: alguns legisladores e candidatos à reeleição ou à Presidência da República se posicionaram favoravelmente à revogação ou à alteração da referida Emenda. Ainda, destaca-se a variabilidade da dinâmica das interações disruptivas ou institucionais, na maior parte conflitivas, mas eventualmente também colaborativas. Esses foram considerados os resultados subjetivos da ocupação.

Os resultados objetivos, analisados estaticamente pela categoria “**vantagens e desvantagens**”, foram resumidos no quadro abaixo e classificados quanto aos benefícios trazidos ao movimento, podendo ser positivos (+) se vantajosos ou negativos (-) se desvantajosos; ao âmbito de ocorrência do resultado, se internos ou externos à UnB; e à intencionalidade do resultado, se diretos, quando demandados expressamente pelo movimento e observados no curto prazo, ou indiretos, quando não demandados expressamente pelo movimento e observados no médio prazo. Confira-se:

Quadro 17 - Vantagens e desvantagens da ocupação da UnB de 2016 para os ocupantes

	Diretas no curto prazo	Indiretas no médio prazo
Externas à UnB	(+) Visibilidade da PEC Teto dos Gastos; (+) Alterações na Reforma do Ensino Médio; (+) Possibilidade jurídica de debater política na universidade e legitimidade do direito de manifestação em âmbito estudantil, induzindo ao diálogo e não à repressão; (+) Reconhecimento pela mídia da estratégia na UnB como ocupação, e não como invasão; (-) Atraso na realização do ENEM.	(+) Possibilidade de alteração ou revogação da EC Teto dos Gastos, com as eleições de 2018; (+) Reconhecimento pelo Executivo do potencial de difusão das ocupações.
Internas à UnB	(+) Visibilidade de questões internas da universidade, especialmente a necessidade de maior transparência e a participação na gestão, assistência estudantil, segurança nos campi, desenvolvimento de políticas de corte de raça e gênero e valorização de professores e funcionários; (+) Maior mobilização estudantil, a partir da regularização de espaços físicos para tanto e fortalecimento de redes; (+) Troca da gestão do DCE (chapa “Todas as Vozes”); (+) Abertura de canais de comunicação com a Reitoria, o Ministério Público e advogados populares; (+) Maior aprendizado político da vida; (+) Posicionamento histórico perante os acontecimentos; (-) Atraso ou perda do conteúdo programático escolar, ante o impedimento de aulas nas instituições de ensino; (-) Aumento da polarização e do tensionamento entre direita e esquerda; (-) Perseguição na academia e desgastes de relacionamento; (-) Danos patrimoniais, embora não tenham sido apurados ou pagos; (-) Ausência de representação estudantil, haja vista o adiamento das eleições de DCE.	(+) Ingresso de secundaristas que participaram das ocupações nas escolas de 2016, experientes na estratégia; (-) Retorno da chapa “de direita” “Aliança pela Liberdade” ao DCE.

Fonte: elaboração própria, a partir das entrevistas e grupos focais

Vê-se, pois, que os resultados mais mencionados foram consequência de demandas feitas diretamente restritas ao âmbito interno à UnB para respostas no curto prazo, o que aconteceu após a suspensão da decisão liminar de reintegração de posse. Nota-se que o número de vantagens é igual ao número de desvantagens, ratificando o caráter complexo da estratégia de ocupação (PALACIOS-VALLADARES, 2016).

No âmbito externo direto houve mais vantagens que desvantagens, mas elas não foram consequências da ocupação da UnB exclusivamente, e sim da mobilização estudantil nacional por quase um ano da qual esta Universidade participou durante um mês e meio.

Apesar do resultado subjetivo de reconhecimento pelo Executivo e o Legislativo dos estudantes como atores representativos, há que se ponderar a importância da “maneira particular como a reivindicação se acomoda ou entra em choque com os demais interesses” (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, p. 90). No caso, a questão sobre o orçamento voltado à educação está inserida em uma crise política e econômica do país, simbolizadas, respectivamente, pela transição atípica de governo (*impeachment*) e

alteração constitucional atrelada à política fiscal, pautas extremamente conflitivas e centrais.

Logo, as ocupações estudantis, numerosas e relativamente organizadas, dentro do escopo inicialmente proposto pelo movimento, reformista, restrito ao âmbito da educação e confiante na democracia (GILL e DEFRONZO, 2009), tiveram mérito objetivamente, que foi, principalmente a visibilidade e a progressiva evidência aos temas na mídia (GAMSON, 2014) apesar de extremamente conflitivas e centrais no contexto brasileiro da época, e no âmbito interno, o atendimento às principais pautas.

Considerando que foram pouco agressivas ao Congresso Nacional, não tinham lá muitos aliados, nem reivindicações estruturais para mudança do sistema político (TATAGIBA, 2008; GILL e DEFRONZO, 2009; ŽIŽEK, 2012; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013; GOHN, 2017), a não aprovação da PEC ou a mobilização da sociedade geral para que isso acontecesse era uma expectativa inadequada em relação às ocupações exclusivamente, diante da estrutura de oportunidades, como reconheceu o próprio movimento. Isso, bem como as eleições federais, ajuda a explicar o seu recuo posterior no âmbito nacional (TILY, 2008).

Em relação aos “**aprendizados**”, além daqueles já mencionados em relação à estratégia, os ocupantes, de 2008, 2016 e 2018, disseram que a ocupação, no âmbito pessoal, foi a maior experiência política da vida. Alguns chegaram a tatuar o acontecimento em seus corpos, na própria ocupação. Os demais mencionaram, de forma menos intensa, a aquisição de conhecimento e habilidade de diálogo, importante para suas biografias.

Também, foi expressada de uma forma geral uma acentuação na polarização política: quem era favorável à estratégia ficou ainda mais, e quem era desfavorável também ficou ainda mais. Em decorrência, houve impactos na identidade, nos ciclos sociais, com alterações nas relações profissionais, acadêmicas e pessoais.

Perguntados ao final sobre a participação de uma entrevista ou grupo focal, a maior parte gostou de ter lembrado e parado para refletir sobre a ocupação, o que até então não haviam feito com muita atenção. Alguns alunos, mais organizados politicamente, tantos favoráveis como desfavoráveis, esperavam uma espécie de acareação, para confrontar os argumentos do outro lado. Embora essas manifestações façam parte da vontade de convencimento presente na disputa política, também podem significar uma ausência de um espaço realmente democrático, em que possam falar e ouvir opiniões políticas divergentes.

Muitos acharam interessante o fato de estar sendo realizada uma pesquisa sobre este tema. Inclusive, vários entrevistados estão fazendo o mesmo. Com base nisso e em outros elementos das falas, existe uma demanda de conhecimento sobre movimentos sociais e formas de ação coletiva.

Em suma, na tipologia de Gamson (1990 de 2014), em uma análise estática mista (de resultados diretos e indiretos), de acordo com os atores envolvidos, a performance foi bem-sucedida em alguns aspectos no âmbito interno e externo à UnB, mas também teve fracasso, cooptação e preferência/ perempção. O principal fracasso (ausência das variáveis subjetiva e objetiva) ocorreu no âmbito externo, que foi a aprovação da PEC, embora esperada se analisada a estrutura de oportunidades. A principal cooptação (presença da variável subjetiva, ausência da variável objetiva) existiu no âmbito interno, com a eleição de uma chapa do DCE (“Todas as vozes”) cuja maior parte dos integrantes estava organizada politicamente em partidos e não conseguiu representar a maioria dos estudantes “independentes”. Por fim, a principal preferência ou perempção (ausência da variável subjetiva, presença da variável objetiva) ocorreu também no âmbito interno, quando alguns pleitos foram incorporados institucionalmente sem atribuir isso à luta do movimento estudantil.

4.3. Como o movimento ressignifica seu repertório de estratégias?

Além de uma análise estática de resultados, foi feita uma análise dinâmica que averiguassem como os resultados se desdobrariam ao longo do tempo (UBA e ROMANOS, 2016), isto é, como sucesso/fracasso afetaria os movimentos nos passos seguintes (TATAGIBA e FERREIRA, 2016), inclusive em novos protestos (TILLY, 2008). Essa pergunta foi captada ao longo das dez categorias, mas sobretudo “opinião sobre a estratégia”, “opinião sobre o movimento”, “vantagens/ desvantagens” e “aprendizados”

As demandas do movimento de 2016 internas à UnB, voltadas a políticas de igualdade, acesso e permanência e a melhorias de serviços ou benfeitorias, exequíveis em médio e longo prazo, foram acompanhadas até um ano depois pela Reitoria ou delegadas a outras instâncias específicas, da Administração Geral, dos Cursos específicos ou da Comissão Permanente Especial de Assistência Estudantil, esta instituída em decorrência da ocupação. As demandas externas foram acompanhadas pela Reitoria, especialmente

pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional, e pela Comissão Permanente de Defesa da Educação, também instituída em decorrência da ocupação.

Em 2017, houve duas ocupações: uma tinha demandas internas, principalmente espaço para o Centro de Convivência de Mulheres, prometido em 2016 e não cedido, e outra tinha demandas internas relacionadas a orçamento e demandas externas relacionadas à política de igualdade racial. Na primeira, as ocupantes de 2017 foram as mesmas de 2016; na segunda, houve maior rotatividade. Ambas tiveram curta duração (menos de uma semana).

Em 2018, também houve duas ocupações: uma fora da UnB (FNDE) e outra na Reitoria. Ambas questionavam a falta de recursos da Universidade, em decorrência da EC n. 95/2016. A primeira teve maior apoio, e a segunda, apesar de ter corrigido alguns erros de 2016, não surtiu efeitos objetivos diretos, nem internos, nem externos, haja vista que estava sendo mobilizada na universidade, por grupos mais organizados politicamente, uma greve geral (estudantes, professores e funcionários), o que, para alguns, competia com a ocupação. Após finda, foi deflagrada greve dos estudantes, em paralelo à greve dos funcionários. Ela utilizou das mesmas dinâmicas de atividades da ocupação⁹⁶. Os professores não fizeram greve.

Nota-se, pois, que os altos custos e riscos da ocupação não foram impedimentos para que os alunos decidissem reocupar posteriormente, com maior legitimidade e autonomia. Porém, a desarticulação com e de atores organizados mitigou os efeitos da mobilização estudantil. A tentativa de unir forças com outras categorias (funcionários e professores) visava corrigir o isolamento dos estudantes na ocupação, mas ela não aconteceu, considerando a estrutura de oportunidades no cenário em 2018: EC Teto dos Gastos vigente e nenhuma expectativa de mudança nos cargos do Executivo e do Legislativo, que eram os mesmo de 2016, até as eleições. Isso fez com esses grupos recuassem, tendo sido sintomático, na UnB, o baixo número de votos para a gestão do DCE, a fragmentação das chapas de esquerda, a candidatura de mais de uma chapa de direita e a eleição, um ano após, da chapa Aliança pela Liberdade.

⁹⁶ Perguntado aos alunos ocupantes de 2016 qual era a diferença entre a greve estudantil deflagrada dois dias depois do término da ocupação de 2018 da reitoria da UnB, eles disseram que “praticamente nenhuma, porque era gerido pelos estudantes e porque teve ações dentro da universidade, ela não ficou esvaziada de alunos”. Além disso, “todos tiveram alguma experiência de alguma ocupação, não a da greve, por isso repetiram a mesma organização da ocupação na greve”.

As ocupações de 2016, contudo, abriram uma janela de debates sobre o orçamento público e sua destinação a políticas sociais, sobretudo quanto à educação, à saúde, com cortes de raça e gênero. Também, construíram redes de solidariedade que se ampliaram e se fortaleceram, como a Comissão Permanente de Defesa da Educação, o Centro de Convivência de Mulheres, o Diretório Negro, entre outros. Ainda, consolidaram dinâmicas de formação política, de comunicação e de decisão coletiva utilizadas em outras instâncias, formais ou informais, institucionais ou disruptivas. Esses podem ser considerados os resultados incrementais da performance de 2016.

No próximo e último capítulo, são feitas as reflexões finais sobre o tema.

E DEPOIS DAS OCUPAÇÕES? Considerações finais e agenda de pesquisa

Esta pesquisa se debruçou sobre as disputas de interpretação acerca dos resultados da ocupação da UnB de 2016 e do repertório de estratégias do movimento Ocupa UnB. Partindo de uma abordagem interpretativista do caso concreto (YANOW e SCHWARTZ-SHEA, 2006), de uma metodologia multimétodos para triangulação dos dados (análise textual de mídia, redes sociais e processos judiciais, observação participante, grupos focais e entrevistas), buscou-se averiguar, para além do sucesso/fracasso da performance, como os atores perceberam a estratégia mobilizada e os seus efeitos e, com base nisso, como o movimento reconfigurou o seu repertório de estratégia.

Viu-se que, desde o ano 2000, os movimentos estudantis (ME) têm se destacado entre os movimentos sociais, haja vista o grande número e a importância das mobilizações desses atores ocorridas no mundo todo (KUMAR, 2011; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013; FERRARO e DAL RI, 2014; GUHN, 2015). No Brasil, a “primavera estudantil”, onda de ocupações em escolas e universidades por todo país em 2016, ocorreu em duas fases. A primeira começou um pouco antes da virada do ano, em novembro de 2015, e foi mobilizada exclusivamente por alunos do Ensino Médio (secundaristas), inspirados no movimento chileno de 2006, com demandas locais relativas ao conteúdo de ensino e à gestão democrática da escola, envolvendo a comunidade (pais e professores) contra decisões governamentais autoritárias tomadas sem diálogo prévio com a sociedade.

A segunda fase, à qual este estudo se dedica, iniciou em junho de 2016 e incluiu na mobilização os alunos universitários. Inspirados nos secundaristas e no caso chileno de 2006, os estudantes do Ensino Superior pleiteavam, além de demandas locais específicas relativas a acesso e permanência, a não aprovação de medidas legislativas propostas no governo do então Presidente, recém empossado, Michel Temer, quais sejam: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241 na Câmara dos Deputados e n. 55 no Senado Federal, conhecida como PEC do Teto dos Gastos ou PEC da Morte, que visava limitar o gasto público, podendo não alcançar o mínimo constitucional destinado à educação; a Medida Provisória n. 746/2016, que previa a Reforma do Ensino Médio e visava, principalmente, flexibilizar o currículo para se ajustar à realidade do mercado de trabalho; e o Programa Escola Sem Partido, apresentado pela primeira vez em 2014, por meio dos Projetos de Lei na Câmara dos Deputados n. 7180 e 7181, que visava coibir professores pela doutrinação política, religiosa e ideológica de alunos.

Trata-se de um movimento estudantil reformista, segundo a classificação de Gill e DeFronzo (2009), haja vista as demandas serem voltadas a alteração de políticas educacionais e sociais internas do país, com a substituição de cargos ou defesa de novas ênfases ou interpretações de valores, mas sem mudanças radicais na estrutura e na cultura vigente, o que revela alguma confiança na democracia, apesar da contrariedade em relação ao sistema político vigente à época.

Em todo caso, existe uma dificuldade acadêmica de aferir resultado de protesto, haja vista um número muito grande de variáveis, dificilmente identificadas, e de correlações complexas, dificilmente mensuradas. A literatura sobre o tema é escassa e pouco desenvolvida, mas foram revisitados estudos gerais (GAMSON, 1990 e 2014; GOODEWIN e JASPER, 2015; KUMAR, 2011; DIANI e DELLA PORTA, 2006; KOLB, 2009; e KITSCHOLT 1986 *apud* UBA E ROMANOS, 2016; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016) e específicos sobre mobilizações estudantis (KUMAR, 2011; UBA, 2016; PALACIOS-VALLADARES, 2016; GOHN, 2017; CARDOSO, 2011; SANFILIPPO, 2016; SILVA, 2015; BALDINO e FREITAS, 2016; TAVARES e VELOSO, 2016; CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016; TOMAZ, 2017; RÊDES e NUNES, 2017).

Com base nessa literatura e na que recomenda o estudo de caso para esse tipo de trabalho (MISCHE, 1997; SCHWARTZ-SHEA, 2006; TAVARES e VELOSO, 2016; TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016), foi escolhida a ocupação da UnB de 2016, considerando a diversidade de sua performance e a localização e o histórico dessa instituição, e foram utilizados dois modelos de análise de resultado: estático, que consiste em aferir sucesso/fracasso ou variações disso quanto a mudanças diretas e/ou indiretas (GAMSON, 1990, 2014; TATAGIBA, 2008) e dinâmico ou incremental, que consiste em aferir como os movimentos podem e provocam mudanças, como os diferentes resultados estáticos (sucesso/fracasso ou variações disso) se desdobram ao longo do tempo e como performances no uso de estratégias moldam a maneira pela qual as pessoas reutilizam essas estratégias (TILLY, 2008; BOSI, GIUNGI e UBA, 2016; GUPTA, 2009 *apud* TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016).

Foram consideradas no estudo quatro categorias de resultados, interdependentes entre si (pessoais e biográficos, culturais, políticos, institucionais). Agregou-se também a essas análises a influência da ocupação como estratégia mobilizada, buscando na teoria hipóteses que explicassem os enquadramentos (GAMSON, 2011; MEYER, 2015) e as

lógicas (DIANI e DELLAPORTA, 2006) de escolha e difusão da forma de ação coletiva por um movimento social.

A proposta foi trabalhar tudo isso com base na opinião dos atores envolvidos (não apenas de alunos, mas também professores, administradores, juristas), que, por meio da conversação, segundo Gamson (2011), organizam informações obtidas na mídia, na experiência compartilhada e na cultura em enquadramentos que formam a consciência política e motivam a ação coletiva. Partiu-se do pressuposto de que fenômenos como resultados de ocupações não são encontrados, mas construídos e interpretados, o que varia conforme cada indivíduo e cada contexto social que o insere. Outrossim, ainda que se pudesse revelar resultados de ocupações, isso diria pouco ao que se deseja saber neste estudo: o que o movimento faz ou intenciona fazer a partir do que entende ser um resultado. Logo, com base em Schwartz-Shea (2006), entendeu-se que a abordagem interpretativista seria mais adequado à pesquisa social e atenderia melhor ao propósito deste estudo (SCHWARTZ-SHEA, 2006).

Nessa perspectiva, foram realizadas análise textual de 181 matérias jornalísticas online de três portais de notícias, um institucional (Secom/UnB), um local (CorreioWeb) e um nacional (G1); postagens de 24 páginas no Facebook; três processos judiciais e um procedimento no Ministério Público. Ainda, foi feita observação participante em oito ocasiões e foram realizados seis grupos focais e nove entrevistas. O tempo total de pesquisa foi de dezenove meses, de 31 de outubro de 2016 a 31 de maio de 2018, entendido como suficiente para averiguar resultados diretos e indiretos e para que as fontes e a memória sobre o acontecimento não se perdessem, inclusive considerando a alta rotatividades dos estudantes na universidade (BRINGEL, 2009).

Assim, as diferentes narrativas, não só de alunos mas também de professores, administradores, juristas e jornais, envolvidos no contexto, foram analisadas por meio de dez categorias, desenvolvidas para encontrar padrões e mecanismos de interpretações sobre a estratégia mobilizada, os seus resultados e os seus desdobramentos. Com isso, tentou-se entender o que ficou para os atores envolvidos, ou seja, qual foi sua percepção sobre os resultados e como ela influencia o movimento e o seu repertório de estratégias.

Em suma, pôde-se concluir que a decisão sobre a ocupação da UnB de 2016 se baseou sobretudo pelo enquadramento de injustiça e de urgência (MEYER, 2015; GAMSON, 2011), não apenas relacionadas às medidas legislativas contestadas, mas principalmente aos representantes do Executivo e do Legislativo, e pela lógica dos números e do testemunho (DIANI E DELLAPORTA, 2006), esta mais acentuada em

Planaltina. As ocupações anteriores, principalmente as eficientes, entendidas com as bem-sucedidas e/ou legitimadas pelos órgãos de justiça e pela mídia, e a existência de um modelo, o que torna a estratégia forte (TILLY, 2008), foram elementos importantes, na lógica dos danos (DIANI E DELLAPORTA, 2006), para diminuir as barreiras de entradas e fortalecer o enquadramento de agência dos estudantes da UnB.

Apesar do histórico e da localização desta Universidade, que contribuíram para o enquadramento de identidade (MEYER, 2015; GAMSON, 2011), os estudantes daqui encontravam-se desmobilizados, pelas repressões anteriores às manifestações estudantis por parte do então Reitor, Ivan Camargo, e pela orientação da chapa à frente do DCE à época, Aliança pela Liberdade, ambos no final da gestão quando da realização da ocupação. Além disso, a alta rotatividade dos estudantes impediu a manutenção da experiência na universidade (BRINGEL, 2009), fator importante para motivar a ocupação (GAMSON, 2011), considerando sua alta rejeição pela sociedade em geral (IDD/UFMG, 2018). Essas foram as razões por que a UnB foi uma das últimas IE a ser ocupada.

Também contribuíram para o enquadramento de identidade (MEYER, 2015; GAMSON, 2011), as características da ocupação de 2016: organização, multiplicidade, horizontalidade e o apartidarismo, heranças de 2013 (TATAGIBA, 2014). Não obstante, na UnB em 2016 foram constituídos naturalmente líderes, estudantes mais experientes ou organizados politicamente; houve uma centralidade da ocupação de um prédio em detrimento de outros; e estiveram presentes instituições políticas tradicionais, como partidos (coletivos/ forças), movimentos sociais e organizações como a UNE.

Em uma análise estática de resultados, quanto à variável subjetiva (GAMSON, 1990, 2014), pode-se dizer que os estudantes da UnB conseguiram se posicionar em 2016, diante de quase todos os antagonistas, com exceção do Presidente da República e do Congresso Nacional, como manifestantes com vozes legítimas (GAMSON, 1990). Embora ausente a representatividade naquele ano (GAMSON, 2014), isso foi revertido em 2018, por ser ano eleitoral e por mostrar as consequências de limitação orçamentária em decorrência da aprovação da EC n. 95/2016: legisladores e candidatos à Presidência da República se posicionaram favoravelmente à revogação ou à alteração da referida Emenda. Ainda, destacou-se a variabilidade da dinâmica das interações disruptivas ou institucionais, na maior parte conflitivas, mas eventualmente também colaborativas (TATAGIBA, 2014).

Em relação à variável objetiva, no âmbito interno, houve mais vantagens que desvantagens obtidas pelos estudantes, sobretudo no curto prazo, considerando a

alteração da estrutura de oportunidades (TILLY, 2008) a partir da suspensão da decisão liminar de reintegração de posse, da aprovação da EC 95/2016, e da posse da nova Reitora, que contribuíram para alongar a ocupação, reorientar as pautas para demandas internas represadas pelas gestões anteriores da UnB e do DCE e fortalecer uma dinâmica de negociação entre estudantes e Reitoria. Não obstante, o grande número de desvantagens ratifica o caráter complexo da estratégia de ocupação (PALACIOS-VALLADARES, 2016).

No âmbito externo, também houve maior número de vantagens que desvantagens ao movimento. Porém, ressalva-se que elas não foram consequências da ocupação da UnB exclusivamente, e sim da mobilização estudantil nacional por quase um ano da qual esta Universidade participou durante um mês e meio.

Ainda, em relação tanto aos resultados internos como externos, há que se ponderar a importância da “maneira particular como a reivindicação se acomoda ou entra em choque com os demais interesses” (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, p. 90). No caso, a questão sobre o orçamento voltado à educação está inserida em uma crise política e econômica do país, simbolizados, respectivamente, pela transição atípica de governo (*impeachment*) e alteração constitucional atrelada à política fiscal do país, pautas extremamente conflitivas e centrais em relação aos interesses do momento. Logo, as ocupações estudantis, numerosas e relativamente organizadas, mas pouco agressivas ao Congresso Nacional e sem aliados (TATAGIBA, 2008) não terem conseguido impedir a aprovação da PEC foi um resultado esperado, como afirmou o próprio movimento.

Apesar disso, dentro do escopo inicialmente proposto pelo movimento, reformista, restrito ao âmbito da educação e confiante na democracia (GILL e DEFRONZO, 2009), os temas pautados foram evidenciados de forma progressiva na mídia (GAMSON, 2014). Combinado esse resultado objetivo ao subjetivo, a performance dos estudantes da UnB de 2016 poderia ser considerada um sucesso, na metodologia de Gamson (1990, 2014). Não obstante, pode-se dizer que também houve fracassos (aprovação da PEC), cooptação (chapa “Todas as vozes” do DCE) e preferência ou perempção (alguns pleitos visibilizados ou incorporados institucionalmente sem atribuir isso à luta do movimento estudantil).

Em uma análise dinâmica de resultados (TILLY, 2008; TATAGIBA E TEIXEIRA, 2016), notou-se que, num primeiro momento, os altos custos e riscos da ocupação não foram impedimentos para que os alunos decidissem reocupar, com maior legitimidade e autonomia, posteriormente. Foram feitas várias inovações em termos da

estratégia utilizada, que já era forte (TILLY, 2008), como a correção de dinâmicas de decisão coletiva, regras para fortalecer a independência dos alunos, táticas para unir forças com outras categorias (funcionários e professores) visando corrigir o isolamento dos estudantes na ocupação, ações para reduzir danos. Porém, a desarticulação com e de atores organizados politicamente na UnB, a aprovação e vigência da EC n. 95/2016, reduzindo o orçamento, a falta de aliados nos Poderes Executivo e Legislativo e a baixa expectativa de mudança de cargos até as eleições, a conflitualidade do tema da educação, inserido na política fiscal em tempos de crise econômica, todos fatores relacionados à estrutura de oportunidades, mitigaram os efeitos da mobilização estudantil após 2016 no âmbito local e nacional.

As ocupações de 2016, contudo, abriram uma janela de debates sobre o orçamento público e sua destinação a políticas sociais, sobretudo quanto à educação e à saúde, com cortes de raça e gênero. Também, construíram redes de solidariedade que se ampliaram e se fortaleceram. No caso da UnB, isso é ilustrado com o Comitê em Defesa da Educação, o Centro de Convivência de Mulheres, o Diretório Negro, por exemplo. Ainda, os estudantes se firmaram como partes legítimas e autônomas e consolidaram a ocupação ou suas dinâmicas como formas legais e democráticas de agir coletivamente, com efeitos para além do âmbito escolar e universitário. Esses podem ser considerados os resultados incrementais da performance de 2016.

Observou-se que movimento estudantil/social e estratégia se confundiram (“Movimento Ocupa UnB”) e se retroalimentaram, fortalecendo as teorias que definem movimento social como acontecimento (MENDONCA, 2007) e que utilizam a performance para entender como atuam (ALONSO, 2012; DOWBOR e SZWAKO, 2013).

Em decorrência e em combinação com outros resultados da pesquisa, uma dimensão ausente na tipologia de análise estática de resultado (GAMSON, 1990 e 2014), mas extremamente relevante no caso concreto e observada na análise dinâmica de resultado, sobretudo na abordagem interpretativista, é a estratégia escolhida (TILLY, 2008). A sua não aceitação ou rejeição, como mostrou a pesquisa “A Cara da Democracia” (IDD/UFGM, 2018), chega a ilegitimar o ator (movimento estudantil), a mobilização, sua pauta e seus resultados. No curso da ocupação, houve mudanças nas táticas utilizadas na tentativa de ampliar a aceitação da estratégia, como a permissão de entrada de funcionários para realizarem serviços essenciais, o cuidado com o patrimônio, a organização, a limpeza, o cuidado com a integridade das pessoas e a ausência de

irregularidades, a realização de muitas atividades, tudo para mostrar para a sociedade “que estudante não é vagabundo e baderneiro” e que a ação era legítima. Por outro lado, segundo os ocupantes, as principais vantagens e aprendizados só foram possíveis em razão da estratégia mobilizada. Assim, questiona-se se essa ambiguidade (PALACIOS-VALLADARES, 2016) seria exclusiva da UnB ou dessa estratégia do movimento estudantil ou, se não, quais as características e contextos que produzem resultados similares.

Notou-se uma expectativa dos estudantes de que sua mobilização nacional provocasse maior comoção social e surtisse efeitos estruturais, que não ocorreram nem em 2016, nem 2018, diante do cenário político. Isso mostra os limites da estrutura de oportunidades sobre os enquadramentos e as lógicas que motivam a escolha e a difusão estratégia mobilizada. Mas indica ainda, associado ao fato de não ter havido manifestações contra as medidas neoliberais tomadas pelo segundo governo Dilma Rousseff no âmbito da educação, que o escopo da mobilização de 2016 não era tão somente reformista, razão por que as melhorias incrementais realizadas na estratégia em 2018 não funcionaram. Protestava-se também contra o governo Michel Temer e expressava, tal qual 2013, apesar da crença na democracia, profunda crise de representação e necessidade de renovação do sistema político.

Dowbor e Szwako (2013) mencionam: “na tradução de *The presentation of self in every day*, de Goffman, o termo performance foi vertido ao português como representação”. As ocupações simbolizaram uma tentativa por parte dos jovens de preenchimento do espaço obsoleto da representação política, impossível nas ruas e nas instituições políticas, mas possível nas escolas e universidades.

Por fim, a performance revelou falhas no processo democrático local. Estiveram em disputa não somente o significado de ocupar em contraposição a invadir no microcosmo das escolas e universidades, mas também vários termos como golpe político e direitos fundamentais (de ir e vir, de propriedade, de igualdade de gênero e raça, de educação e saúde “de qualidade”, entre outros), arguidos nos discursos de diferentes lados, no mesmo contexto⁹⁷, o que é relativamente comum em períodos e locais de

⁹⁷ Nas reuniões dos estudantes e nos debates de *Facebook*, o lado contrário a greve estudantil e à ocupação usou vários gritos de guerra também utilizados pelo lado favorável: “não vai ter golpe”, “fascistas não passarão”, “respeita as mina”, entre outros. Os mesmos nomes são usados para se referir a ideias muito diferentes.

transição democrática⁹⁸ ou de mudança de valores⁹⁹, mas não deixa de ser um sinal de atenção. Desde 2013, a polarização está acentuada. A utilização de nomes iguais pareceu, por um momento, ser sinal da construção de um projeto comum (ARENDR, 1957; DAGNINO, 2002; GOHN, 2017). Porém, têm sido apropriados por orientações muito divergentes, dando significados muitas vezes opostos. Nesse contexto, a “tolerância” se mostra como princípio mal definido (FORST, 2009) e insuficiente para promover o diálogo.

Logo, a briga parece ser maior. Žižek (2012), analisando *Occupy Wall Street*, alerta que “um dos grandes perigos dos manifestantes é o de se apaixonarem por si mesmos, pelo momento que estão tendo nos lugares ocupados”: “é excitante desfrutar dos prazeres da organização horizontal das multidões em protesto com sua solidariedade igualitária e seus debates livres e abertos”. Mas pondera “eles são o começo, e não o fim”, devendo os estudantes resistirem à tendência de respostas rápidas demais e os especialistas fazerem-lhe perguntas.

Assumindo essa postura, este trabalho apresenta três reflexões aos ativistas (ocupantes e contra-ocupantes). A primeira é em que condições pode ser possível o diálogo político nas escolas e nas universidades? A máxima de convivência social no Brasil “política não se discute” parece não ser mais viável. Nem mesmo a tentativa do legislador de proibir o debate político nas instituições de ensino foi bem-sucedida: o Programa Escola Sem Partido, pelo contrário, o intensificou e foi a única entre as medidas contestadas ainda não aprovada. Muitos relatos enfatizaram que o diferencial do espaço estudantil é o diálogo, mas que ele não está ocorrendo como deveria. Portanto, a pergunta talvez seja menos se o debate político deve ou não ser feito nas escolas e mais em que termos ele deve acontecer.

Não existe uma proposta clara sobre isso. A tolerância Operacionalmente, as assembleias gerais se mostraram falhas não só no Brasil, mas em outros países (SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013), apesar de sua pretensa horizontalidade e democraticidade. A internet também, considerando *fake news* e a dificuldade de

⁹⁸ A mesma Lei de Anistia (Lei nº 6683/79) perdoou civis que atentaram contra o regime militar e militares que cometeram crimes durante a ditadura. Revisão da aplicação da norma foi questionada na ADPF n. 153, que foi negada em 2010.

⁹⁹ No início das lutas pelas igualdades de gênero e de raça, discriminador ou anti-humanitário era quem alegava, sob o argumento de pretender igualdade, distinção entre homens e mulheres, negros e brancos, (MATOS, 2010; DOMINGUES, 2007).

rastreamento, punição e correção. O vocabulário parece ser um agravante, uma vez que os mesmos termos estão sendo utilizados de formas diferentes. Logo, o que é necessário fazer para que o debate político ocorra nas escolas e universidade de uma forma eficiente e construtivista?

A segunda pergunta é: como manter a experiência política de jovens na universidade, dada sua alta rotatividade (BRINGEL, 2009)? 2018 completa 100 anos do Manifesto de Córdoba, cuja universidade é uma das instituições de ensino mais antigas na América. Esse documento, que tem sido frequentemente retomado por seu aniversário, instituiu a autonomia do estudante e um modelo de atuação com vistas a democratizar a universidade e sua gestão (FREITAS NETO, 2011), em contraposição aos interesses autoritários e elitizados de professores e administradores. O trecho final do documento o resume:

A juventude já não pede. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários por meio de seus representantes. Está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução nas consciências, não pode desconhecer-se a capacidade de intervir no governo de sua própria casa. A juventude universitária de Córdoba, por meio de sua federação, saúda os companheiros da América toda e os incita a colaborar na obra de liberdade que se inicia.

Parte desse pleito foi consumado por eleições e instâncias tripartirdes. No entanto, há ainda uma lacuna de experiência entre os estudantes e demais atores em razão da diferença geracional, que mitiga a autonomia, a identidade e a unidade do movimento, e consequentemente o impacto de suas ações. Como então potencializar e transferir essas experiências e aprendizados, vistos como os maiores resultados da ocupação, sem perder as vantagens da energia e capacidade de renovação da juventude (ARENDRT, 1957)? Foram sugeridas a internet e o cotidiano, mas como isso pode acontecer nesses meios? Além disso, o que adultos (especialistas e sociedade) podem fazer para que crianças sejam, não apenas educadas, mas principalmente ensinadas a aprender?

A terceira e última pergunta é: qual deve ser o escopo do movimento estudantil? Embora reformista (GILL e DEFRONZO, 2009), o movimento brasileiro de 2013 e 2016 tinha um interesse em transformações mais estruturais no sistema político como um todo. Porém, adequar a ação à estrutura de oportunidade, introduzir novos atores e ampliar enquadramentos de ação coletiva podem ainda ser insuficientes, conforme visto nesse decorrer do tempo. Talvez a resposta se dirija a um plano apolítico de que Žižek (2012) falava. Ele sugere que a chave para a verdadeira liberdade está na rede ‘apolítica’ de

relações sociais de produção, desde o mercado até a família, e não na reforma política. Assim, em quais âmbitos apolíticos o movimento estudantil pode atuar e como?

Além dessas reflexões aos ativistas, sugere-se aos pesquisadores o monitoramento das políticas educacionais pautadas pelas ocupações e dos próprios estudantes em suas atuações políticas posteriores, a fim de consolidar os resultados indiretos da ocupação. Outrossim, recomenda-se a comparação de casos de ocupação no Brasil e em outros países, a fim de encontrar padrões ou inovações na utilização ou nas características da estratégia e outros processos intervenientes nos resultados dessa forma de ação coletiva ou, ao menos, em suas interpretações. Por fim, como já mencionado, indica-se o estudo comparativo entre a ocupação e outras estratégias, disruptivas e institucionais, mobilizadas pelos estudantes, de diferentes espectros políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-257, 2014.

ABERS, Rebeca; BÜLOW, Marisa von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2018.

ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Revista Sociologia & antropologia**, vol. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752012000300021&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 fev. 2018. DOI: 10.1590/2238-38752012v232.

ALVES, Marcelli. O “Ciclo do Jornalismo Integrado” e os comentários das “Mais Lidas” do G1. **Comunicologia - Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília**, v. 08, n. 02, p. 144-163, 2015.

ARENDDT, Hanna. A crise na educação. **Partisian Review**, v. 25, n. 4, p. 21-53, 1957.

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah; e ARAÚJO, José Cordeiro de (org). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

BALDINO, José Maria; FREITAS, Felipe Silva de. Movimento de ocupação de escolas públicas: jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. **Educativa**, v. 19, n. 1, p. 902-926, 2016.

BEVIR, Mark. How narratives explain. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**. New York: M. E. Sharpe, 2006, p. 281-290.

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. Educação de qualidade: um dos dilemas fundamentais para a definição das políticas educativas. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 233-258, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mai. 2018. DOI: 10.1590/S1981-77462008000200003.

BOSI, Lorenzo. Social Movements and Interrelated Effects: The Process of Social Change in the Post-Movement Lives of Provisional IRA Volunteers. **Revista Internacional de Sociologia**, v. 74, n. 4, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309439131_Social_Movements_and_Interrelated_Effects_The_Process_of_Social_Change_in_the_Post-Movement_Lives_of_Provisional_IRA_Volunteers. Acesso em: 31 mai. 2018.

BOSI, Lorenzo, GIUGNI, Marco, UBA, Katrin. The Consequences of Social Movements: Taking Stock and Looking Forward. In: BOSI, Lorenzo, GIUGNI, Marco, UBA, Katrin (Ed.). **The Consequences of Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 3-38. Disponível em: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:85873>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.599.** Questiona a constitucionalidade da Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5061012>.

Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 186.** Atos que instituíram sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2691269>.

Acesso em: 31 mai. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.

Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016** (Proposta de Emenda Constitucional n. 241 na Câmara dos Deputados e n. 55 no Senado Federal). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.

Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (conversão da Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004).** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2016.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (conversão da Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016).** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Projeto de Lei n. 7.180, de 24 de fevereiro de 2015**, e apensos. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS**, v. 11, n. 1, p. 97-121, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/715/71512097006.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; e RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CARDOSO, Luis de Souza. Neoliberalismo, Estado e Educação. **Convenit Internacional**, n. 11, p. 41-50, 2013. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit11/41-50Luis.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

CARDOSO, Raul Pietricovsky. **A ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a formação do movimento Fora Arruda**. 2011. Monografia (Graduação em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 30, n. 88, p. 83-98, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092015000200083&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mai. 2018.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos – crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2ª ed. Blackwell Publishing, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso: em 25 abr 2015.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos estud. - CEBRAP**, n. 97, p. 43-55, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2017.

FERRARO, Karina Perin; DAL RI, Neusa Maria. Movimento estudantil e a democratização da universidade. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO: "LÊNIN 90 ANOS DEPOIS - POLÍTICA, FILOSOFIA E REVOLUÇÃO". **Anais**. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2014.

- FIGUEIRO, João; EUGÉNIO, Fernanda. O encontro é uma ferida. **Conferência-performance** (Secalharidade). Lisboa: Culturgest, 2012.
- FLYVBJERG, Bent. Case study. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (orgs.). **The Sage Handbook of Qualitative Research** (4ª ed.). Thousand Oaks: Sage, 2011, p. 201-216.
- FORST, Rainer. Os limites da tolerância. *Novos estud. – CEBRAP*, n. 84, p. 15-29, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2018.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- Freitas Neto, 2011
- GAMSON, William A. **Falando de política**. Coleção Comunicação e Mobilização Social. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011
- _____. Measuring Movement Outcomes. **Mobilizing Ideas**, 01 jan. 2014. Disponível em: <https://mobilizingideas.wordpress.com/2014/01/01/measuring-movement-outcomes/> 1/2. Acesso em: 31 mai. 2018.
- _____. **The strategy of social protest** (2ª ed). Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1990.
- GECD - Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, espaços públicos e gestão participativa. **Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 5, n. 2, p. 43-75, 1999.
- GILL, Jungyun; DEFRONZO, James. A Comparative Framework for the Analysis of International Student Movements. **Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest**, v. 8, n. 3, p. 203-224, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14742830903024309>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- GIUGNI, M.G. Was It Worth The Effort? The Outcomes and Consequences of Social Movements. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 371-379, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. Protestos nas ruas de São Paulo: de junho de 2013 ao pós-impeachment de 2016 – correntes e contracorrentes. **Anais**. 41º Encontro Anual da ANPOCs. Caxambu, ANPOCs, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria Dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. **The Social Movements Reader: cases and concepts**. 3ª ed. Oxford: Wiley Blackwell, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HARDING, Andrew. **What is the difference between an impact and an outcome?** Publicado em 27 out 2014. Disponível em: blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2014/10/27/impact-vs-outcome-harding/. Acesso em: 18 fev. 2018.

HUET-VAUGHN, Emiliano. Quiet Riot: The Causal Effect of Protest Violence. Los Angeles: SSRN, 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2331520. Acesso em: 18 fev. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: mobilidade sócio-ocupacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=298815&view=detalhes>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais (SIS)**. Brasília: IBGE, 2012. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-pnad-2012-sintese-dos-indicadores-com-cd.html>. Acesso em: 31 mai. 2018.

IDD/UFMG. **A Cara da Democracia**. Instituto da Democracia e da Democratização da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>. Acesso em: 31 mai 2018.

INEP. **Censo da educação superior de 2012: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 31 mai. 2018.

JACKSON, Patrick Thaddeus. Making Sense of Making Sense: Configurational Analysis and the Double Hermeneutic. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**. New York: M. E. Sharpe, 2006, p. 244-263.

KOLB, Felix. Protest and Opportunities: The Political Outcomes of Social Movements. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2007. Disponível em: https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/demokratie/FelixKolb_Protest_and_Opportunity.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

KUMAR, Ashok. **"Did Anything Change?" Evaluating the Effectiveness of the 2010 UK Student Protests**. 2011. Paper (Mestrado em Social Policy). London School of Economics and Political Science, Londres. Disponível em: https://www.academia.edu/3722137/Did_We_ChangeAnything_Evaluating_the_Effectiveness_of_the_2010_UK_Student_Protests. Acesso em: 17 fev. 2017.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LEMOES, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares Pinto. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE**, v. 7, nº 2, artigo 8, Rio de Janeiro, 2009.

LIPSKY, Michael. Protest as a Political Resource. In: **The American Political Science Review**, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1953909>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MADESTAM, Andreas; SHOAG, Daniel; VEUGER, Stan Veuger; YANAGIZAWA-DROTT, David. Do Political Protests Matter? Evidence from the Tea Party Movement. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 128, n. 4, 2013, p. 1633–1685.

MARCUS, George. Multi-sited Ethnography: Five or Six Things I Know About it Now. In: COLEMAN, S.; HALLERMAN, P. **Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods**. New York: Routledge, 2011.

- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2018.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova**, n. 72, p. 115-142, 2007.
- MEYER, David S. How Social Movements Matter. In: Goodwin, Jeff; Jasper, James M. **The Social Movements Reader: cases and concepts**. 3ª ed. Oxford: Wiley Blackwell, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 134-150. 1997.
- MURDIE, Amanda; PUSER, Carolin. How protest affects opinions of peaceful demonstration and expressional rights. *Journal of Human Rights*, v. 16, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14754835.2016.1260441>. Acesso em: 31 mai. 2018.
- PALACIOS-VALLADARES, Indira. Protest communities and activist enthusiasm: student occupations in contemporary Argentina, Chile and Uruguay. **Interface**, v. 8, n. 2, p. 150-170, 2016.
- PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PENNA, Robert Mark. **The nonprofit outcomes toolbox: a complete guide to program effectiveness, performance measurement, and results**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, 2011.
- PINTO, Élide Graziane; MORAES, Bianca Mota de; CAMBI, Eduardo Augusto Salomão; CARNAÚBA, Maria Cecília Pontes; CORDEIRO, Maria Cristina Manella; DICK, Maria Elmira Evangelina do Amaral; SILVA, Paulo Silvestre Avelar; e SÁ, Simone Disconsi de. Reserva do possível e o risco de estagnação das metas do Plano Nacional de Educação em tempos de crise fiscal. **Tendências em Direitos Fundamentais**, v. 1, p. 9-24, 2016. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/MIOLO_TENDENCIAS_EM_DIREITOS_WEB.pdf. Acesso em: 31 mai. 2018.
- PALACIOS-VALLADARES, Indira. Protest communities and activist enthusiasm: student occupations in contemporar Argentina, Chile and Uruguay. In: **Interface: a jornal for and about social movements**, v. 8, n. 2, 2016.
- PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.
- RÊDES, Bárbara Lopes; NUNES, Márcia Vidal. Revolta das Canetas: o papel das redes sociais na ocupação das escolas no Ceará, em 2016. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40, 2017, Curitiba (PR). **Anais**. ,Curitiba: Intercom – Socieda Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.
- ROSSI, Frederico M. **Conceptualizing strategy making in a historical and collective perspective**. New Orleans: Tulane University, 2015.

SANFILIPPO, Amanda Oliveira. **Da zona de conforto para a zona de confronto: reflexões sobre o uso de meios de ação disruptivos no movimento estudantil**. 2016. Monografia (Graduação em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, W.G. dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. *Campus*, 1987.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. Judging Quality: Evaluative Criteria and Epistemic Communities. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**. New York: M. E. Sharpe, 2006, p. 89-114.

SCHWARTZ-WEINSTEIN, Zach. **Not Your Academy: Occupation and the Futures of Student Struggles**. Nova Iorque: Columbia University Academic Commons, 2013. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/catalog/ac:166390>. DOI: [10.7916/D8SQ99K5](https://doi.org/10.7916/D8SQ99K5). Acesso em 31 mai. 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, vol. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 58, p. 85-102, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200085&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mai. 2018.

TAVARES, Francisco Mata Machado; VELOSO, Ellen Ribeiro. “**A gente ainda nem começou**”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia 10º Encontro da ABCP: “Ciência Política e Política: Memória e Futuro”. Belo Horizonte, 2015.

TILLY, Charles. Afterword: Political Ethnography as Art and Science. **Qual Sociol** n. 29, p. 409–412, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/26b5/8573c515bc3447169073e11b55c36f379db5.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Contencious Performances**. Cambridgeshire: Cambridge University Press, 2008.

TOMAZ, Adriana. Ocupações de alunos em escolas brasileiras e TDIC. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**, v. extr., n. 13, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.13.27792017>. Acesso em: 31 mai. 2018.

TRINDADE, Thiago Aparecido. A relação entre protesto e deliberação: esclarecendo os termos do debate. In: Encontro Anual da ANPOCS, 40, 2016, Caxambu (MG). **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2016.

UBA, Katrin. Deliberative protests? Persuading politicians not to close schools in Swedish municipalities. **Revista Internacional de Sociología**, v. 74, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.4.046>

UBA, Katrin. Protest against school closures in Sweden by politicians? In: BOSI, Lorenzo; GIUGNI, Marco; UBA, Katrin. **The Consequences of Social Movements: Taking Stock and Looking Forward**. Cambridge: Cambridge University

Press, 2016. p. 3-38. Disponível em: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:85873>. Acesso em: 31 mai. 2018.

UBA, Katrin; ROMANO, E. Introduction: Rethinking the consequences of social movements and cycles of protest. **Revista Internacional de Sociología**, v. 74, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.4.044>

WILSON, Brian. Ethnography, the Internet, and Youth Culture: Strategies for Examining Social Resistance and “Online-Offline” Relationships. **Canadian journal of education** v. 29, n. 1, p. 307-328, 2006.

YANOW, D; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn**. New York: M. E. Sharpe, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. Trad. Fernando Marellino e Chrysantho Sholl. In: Vários autores. **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2012.

ANEXO I - Notícias

DATA	FONTE	MANCHETE
11/9/2009	CorreioWeb	1. O Diretório Central dos Estudantes é contra os processos administrativos, mas também considera ilegítima a ocupação da reitoria.
18/1/2011	CorreioWeb	2. Professores da UnB cobram da Reitoria mais rigor contra festas no câmpus
4/6/2011	CorreioWeb	3. Estudantes da UnB são liberados do Departamento de Polícia Especializada
14/9/2011	G1	4. Estudantes fazem apitação em 2º dia de ocupação na reitoria da UnB
20/9/2011	G1	5. Ocupação da reitoria da UnB chega a uma semana sem solução
5/6/2012	G1	6. Estudantes quebram porta ao tentar invadir Ministério da Educação
4/7/2012	G1	7. Após ocupação, estudantes passam a noite no prédio da reitoria da UnB
26/4/2013	CorreioWeb	8. Alunos de medicina ocupam sala da Faculdade de Saúde da UnB
14/8/2013	CorreioWeb	9. Estudantes da Assistência Estudantil ocupam sala no ICC Sul
15/8/2013	CorreioWeb	10. UnB nega pedido de estudantes, e ocupação em sala do Minhocão continua
16/8/2013	CorreioWeb	11. Alunos da moradia estudantil se negam a abandonar sala ocupada na UnB
17/9/2013	CorreioWeb	12. Estudantes da assistência estudantil ocupam a reitoria da UnB nesta terça
18/9/2013	CorreioWeb	13. Reitor da UnB diz que estudantes não querem negociação
19/9/2013	CorreioWeb	14. UnB aguarda decisão judicial
6/6/2014	CorreioWeb	15. Estudantes continuam ocupação da reitoria da UnB
9/6/2014	CorreioWeb	16. Professores e servidores pedem paz na UnB
9/6/2014	CorreioWeb	17. Professores e servidores pedem paz na UnB
9/6/2014	CorreioWeb	18. Câmeras encobertas e mascarados na UnB
9/6/2014	CorreioWeb	19. Ocupação da Reitoria pode atrasar pagamento de professores e técnicos
10/6/2014	G1	20. Por fim de ocupação, UnB aceita rever punição a grupo por 'catracaço'
10/6/2014	G1	21. Alunos depõem à Justiça por invasão à reitoria da UnB; estudante fica nua 2º mandado de reintegração de posse pôs fim à ocupação de cinco dias.
10/6/2014	CorreioWeb	22. Invasão ameaça salários e causa repúdio na UnB
10/6/2014	CorreioWeb	23. Assembleia nesta terça vai definir os rumos da ocupação da Reitoria da UnB
10/6/2014	CorreioWeb	24. Estudantes fazem assembleia para definir rumos da ocupação à reitoria
9/4/2015	CorreioWeb	25. Alunos da UnB protestam contra redução de terceirizados no <i>Campus</i>
26/10/2015	Secom/UnB	26. A necessidade de um novo conceito de serviço público pela sociedade
3/12/2015	Secom/UnB	27. Esclarecimento sobre invasão da Reitoria
3/12/2015	Secom/UnB	28. Repúdio à invasão da Reitoria da Universidade de Brasília
4/12/2015	Secom/UnB	29. Desocupação da Reitoria ocorre de forma pacífica
4/12/2015	CorreioWeb	30. Estudantes continuam a ocupar gabinete do reitor da UnB, em protesto

4/12/2015	CorreioWeb	31. Reitor da UnB desqualifica invasão de reitoria e pede saída de estudantes
8/12/2015	CorreioWeb	32. Reitoria da UnB é desocupada
5/1/2016	Secom/UnB	33. Missão cumprida
30/3/2016	Secom/UnB	34. Professora Denise Bomtempo avalia gestão no DAC
17/5/2016	G1	35. Estudantes ocupam prédio do Centro de Convivência Negra da UnB
17/5/2016	CorreioWeb	36. Alunos da UnB ocupam Centro de Convivência Negra e pedem reestruturação
18/5/2016	G1	37. 'É legítimo', diz coordenadora sobre ocupação de estudantes da UnB
18/6/2016	CorreioWeb	UnB investiga protesto com ataques homofóbicos e racistas no <i>campus</i>
19/6/2016	CorreioWeb	Intolerância em protesto na UnB
20/6/2016	CorreioWeb	Estudantes da UnB protestam contra ato homofóbico ocorrido na última sexta
21/6/2016	CorreioWeb	Menos intolerância, mais amor" na UnB
22/6/2016	CorreioWeb	Áudio expõe estratégias utilizadas por grupo que realizou "protesto" na UnB
22/6/2016	CorreioWeb	Invasores combinam de levar arma de choque e canos à invasão da UnB
22/6/2016	CorreioWeb	Invasores combinam de levar arma de choque e canos à invasão da UnB
23/6/2016	CorreioWeb	Portal revela conversas de militantes que promoveram ataque à UnB
23/6/2016	CorreioWeb	Segurança na UnB terá reforço contra ataques
31/10/2016	CorreioWeb	38. Estudantes decidem pela ocupação da UnB
31/10/2016	G1	39. Com barracas e faixas contra PEC 241, alunos ocupam <i>campus</i> da UnB
31/10/2016	G1	40. Estudantes ocupam reitoria da UnB em ato contra PEC do teto de gastos
31/10/2016	CorreioWeb	41. Câmpus da UnB em Planaltina é ocupado
1/11/2016	Secom/UnB	42. Nota à comunidade sobre as ocupações na UnB
1/11/2016	G1	43. Estudantes ocupam reitoria da UnB em ato contra PEC do teto de gastos
2/11/2016	CorreioWeb	44. Movimento fortalecido na UnB
4/11/2016	Secom/UnB	45. Nota da UnB sobre as ocupações
4/11/2016	CorreioWeb	46. Zélia Duncan visita ocupação de estudantes no Instituto de Artes, na UnB
5/11/2016	CorreioWeb	47. Ocupação da Universidade de Brasília causa divergência entre estudantes
7/11/2016	CorreioWeb	48. Alunos da UnB realizam assembleia nesta tarde
8/11/2016	CorreioWeb	49. Professores aprovam indicativo de greve na UnB
8/11/2016	CorreioWeb	50. Temer critica estudantes por ocupação de escolas
8/11/2016	CorreioWeb	51. Docentes da Faculdade de Comunicação da UnB fazem assembleia nesta quarta
8/11/2016	CorreioWeb	52. Estudantes contrários à ocupação da UnB entram com representação no MPF
8/11/2016	CorreioWeb	53. Prazo para pagamento de taxa no PAS é estendido
17/11/2016	CorreioWeb	54. Eleições do DCE incertas
18/11/2016	CorreioWeb	55. UNE e Ubes convocam protesto para o dia da votação da PEC 55
21/11/2016	CorreioWeb	56. MPF/DF vai recorrer de decisão que determinou a desocupação da UnB em 48 horas

21/11/2016	G1	57. Justiça Federal determina desocupação da UnB em 48 horas
21/11/2016	G1	58. MPF recorre de decisão que pedia desocupação da UnB em 48 horas
21/11/2016	CorreioWeb	59. Justiça determina desocupação da UnB em 48 horas e autoriza uso da força
21/11/2016	CorreioWeb	60. Movimento de ocupação se articula para responder determinação judicial
21/11/2016	CorreioWeb	61. MPF questiona decisão judicial que determina desocupação da UnB
22/11/2016	CorreioWeb	62. MPF vai recorrer de decisão que determina desocupação da UnB
22/11/2016	CorreioWeb	63. MP entra com recurso contra reintegração de posse da UnB, ordenada pelo TRF
22/11/2016	CorreioWeb	64. UnB segue ocupada e reitoria garante que desocupação ocorrerá pacificamente
23/11/2016	Secom/UnB	65. UnB é notificada sobre suspensão de reintegração de posse
23/11/2016	G1	66. Justiça Federal suspende ordem de desocupação da UnB por 15 dias
23/11/2016	G1	67. Justiça Federal suspende ordem de desocupação da UnB por 15 dias
23/11/2016	CorreioWeb	68. Por conta da ocupação na UnB, estudantes temem perder vagas de estágio
23/11/2016	CorreioWeb	69. Justiça Federal suspende desocupação da UnB
23/11/2016	G1	70. Ocupação na UnB muda local de posse da reitora e atrasa estágios
24/11/2016	Secom/UnB	71. Modernização administrativa e diálogo serão as bases da gestão
24/11/2016	CorreioWeb	72. Márcia Moura é empossada nova reitora da Universidade de Brasília
28/11/2016	CorreioWeb	73. Estudantes da UnB fazem prova no chão por conta da ocupação
29/11/2016	Secom/UnB	74. Gabinetes da reitora e do vice-reitor funcionam no CDT em caráter provisório
30/11/2016	Secom/UnB	75. Reunião do CEPE acontece em 8 de dezembro
7/12/2016	Secom/UnB	76. Reitoria constrói acordo com estudantes e UnB deve ser desocupada nesta quinta
8/12/2016	Secom/UnB	77. Reitoria e movimento Ocupa UnB firmam acordo para liberação de unidades
8/12/2016	G1	78. Estudantes e reitoria entram em acordo e UnB deve ser desocupada
9/12/2016	Secom/UnB	79. Estudantes desocupam pacificamente Reitoria e outros cinco espaços da UnB
14/12/2016	Secom/UnB	80. Reitoria e estudantes concluem negociação para desocupar espaços na UnB
31/1/2017	CorreioWeb	81. MEC esclarece supostos casos de invasão dos sistemas
14/3/2017	Secom/UnB	82. Gestão completa cem dias com ações em segurança e reestruturação de áreas estratégicas
15/8/2017	Secom/UnB	83. Esclarecimento à comunidade acadêmica
15/8/2017	G1	84. Contra demissão de terceirizados, alunos ocupam bloco de aulas da UnB
15/8/2017	CorreioWeb	85. De surpresa, alunos ocupam prédio da UnB na Asa Norte
15/8/2017	CorreioWeb	86. Militantes do Diretório Negro ocupam salas de aula da UnB
16/8/2017	CorreioWeb	87. Estudantes da UnB bloqueiam pista da L4 Norte em protesto
16/8/2017	Secom/UnB	88. Nota à comunidade universitária
18/8/2017	Secom/UnB	89. Nota sobre a ocupação no BSA Sul
21/8/2017	Secom/UnB	90. Nota sobre a desocupação do BSA Sul

21/8/2017	G1	91. UnB pede ajuda do MP para liberar prédio de salas de aula, ocupado há seis dias
21/8/2017	CorreioWeb	92. Após acordo, alunos da UnB desocupam bloco
21/8/2017	CorreioWeb	93. Alunos da UnB desocupam BSA Sul
25/10/2017	Secom/UnB	94. Ciência é investimento
25/10/2017	Secom/UnB	95. Lições da reforma de Córdoba
27/10/2017	Secom/UnB	96. Cortes orçamentários ameaçam futuro do ensino superior público no Brasil
27/10/2017	Secom/UnB	97. Desafios da esquerda no presente e no amanhã
31/10/2017	Secom/UnB	98. O desmonte do ensino superior e do sistema de ciência e tecnologia no Brasil
23/11/2017	Secom/UnB	99. CAD aprova resolução sobre representações estudantis
7/12/2017	Secom/UnB	100. CAD aprova orçamento da UnB para 2018
21/2/2018	Secom/UnB	101. Unidades administrativas funcionam em novos endereços
1/3/2018	CorreioWeb	102. Além da UnB, outras oito universidades podem ter curso sobre 'golpe'
20/3/2018	G1	103. Justiça proíbe protesto de servidores dentro do Hospital Universitário de Brasília
23/3/2018	Secom/UnB	104. Diretores discutem situação orçamentária
23/3/2018	CorreioWeb	105. Faculdade UnB Gama recebe carro híbrido para atividades de ensino
26/3/2018	Secom/UnB	106. Crianças como sinalizadoras da sociedade
26/3/2018	Secom/UnB	107. Crianças como sinalizadoras da sociedade
27/3/2018	Secom/UnB	108. Andifes alerta para falta de investimentos na assistência estudantil
29/3/2018	Secom/UnB	109. UnB discute estratégias para enfrentar déficit orçamentário
9/4/2018	G1	110. Entenda por que a UnB não pode gastar todo o dinheiro que arrecada
10/4/2018	G1	111. Alunos da UnB entram em confronto com a PM na Esplanada dos Ministérios
10/4/2018	G1	112. Após confronto na Esplanada, estudantes da UnB ocupam prédio do FNDE
10/4/2018	G1	113. Novo ministro da Educação diz que UnB tem verba suficiente e pede 'eficiência'
10/4/2018	G1	114. Após confronto no MEC, estudantes da UnB ocupam prédio de autarquia ligada ao ministério
10/4/2018	CorreioWeb	115. Protesto de alunos e servidores da UnB tem confronto com a PM e três presos
10/4/2018	CorreioWeb	116. Manifestantes pró-UnB ocupam prédio do FNDE, no Setor Bancário Sul
10/4/2018	CorreioWeb	117. MEC esclarece que não houve cortes no orçamento da UnB
11/4/2018	G1	118. FNDE diz que ocupação de alunos da UnB causou prejuízo com câmeras, portas e vidraças
11/4/2018	CorreioWeb	119. Impasse entre MEC e UnB continua; comunidade acadêmica espera audiência
11/4/2018	CorreioWeb	120. FNDE diz que manifestantes da UnB agrediram servidores do órgão
12/4/2018	Secom/UnB	121. Grupo de estudantes da UnB ocupa prédio da Reitoria
12/4/2018	CorreioWeb	122. A quem interessa flexibilizar as fiscalizações?
12/4/2018	G1	123. Estudantes da UnB ocupam reitoria da universidade, em Brasília
12/4/2018	CorreioWeb	124. Estudantes ocupam reitoria da Universidade de Brasília
13/4/2018	CorreioWeb	125. Ocupação da reitoria na UnB pode ser ampliada para outros prédios do câmpus

13/4/2018	CorreioWeb	126.MEC reafirma que não houve contingenciamento de verbas na UnB
14/4/2018	G1	127.Ocupação na UnB completa três dias; reitora assinou acordo de 'não penalização'
14/4/2018	CorreioWeb	128.Reitora da UnB se reúne com estudantes e garante que eles não serão punidos
15/4/2018	CorreioWeb	129.Estudantes que ocupam a UnB cobram reunião com MEC e pedem transparência
15/4/2018	CorreioWeb	130.Reitora não punirá ocupantes da UnB
16/4/2018	Secom/UnB	131.Nota da administração superior
16/4/2018	Secom/UnB	132.Administração superior da UnB participa de reunião com estudantes na Câmara dos Deputados
17/4/2018	Secom/UnB	133.Materiais de limpeza são apreendidos em ação no <i>campus</i> Darcy Ribeiro
17/4/2018	CorreioWeb	134.As ocupações por desocupados
17/4/2018	G1	135.Ocupação na UnB: audiência sobre orçamento é adiada para quinta-feira
17/4/2018	CorreioWeb	136.UnB: mesa pública na quinta-feira vai discutir reivindicações de estudantes
18/4/2018	CorreioWeb	137.Com as ocupações, UnB se vira para manter atividades administrativas
18/4/2018	CorreioWeb	138.Devido à crise financeira, estagiários da UnB serão desligados no dia 30
19/4/2018	Secom/UnB	139.Comunicado da Reitoria da UnB
19/4/2018	G1	140.UnB apura como alunos em ocupação pegaram material de limpeza trancado
19/4/2018	G1	141.Ocupação da UnB: em audiência sem MEC, alunos <i>decidem</i> permanecer na reitoria
19/4/2018	Secom/UnB	142.Mesa pública reúne reitoria e estudantes
20/4/2018	Secom/UnB	143.Administração propõe reunião ao movimento de ocupação
20/4/2018	Secom/UnB	144.Novo comunicado da Reitoria da UnB
20/4/2018	CorreioWeb	145.Reitora informa que vai adotar providências para acabar com ocupação
21/4/2018	Secom/UnB	146.Comunicado ao movimento de ocupação
23/4/2018	Secom/UnB	147.Administração superior da UnB prorroga contratos de estágio por mais 30 dias
23/4/2018	Secom/UnB	148.Comunicado da Reitoria à comunidade
23/4/2018	CorreioWeb	149.Apesar de apelo da UnB, alunos continuam a ocupar a reitoria
23/4/2018	G1	150.UnB aponta risco a pagamentos e pede fim de ocupação da reitoria; alunos <i>negam</i>
23/4/2018	CorreioWeb	151.Reitoria da UnB continua ocupada por estudantes, que pedem fim dos cortes
24/4/2018	Secom/UnB	152.Terceirizados deflagram greve na UnB
24/4/2018	G1	153.Servidores da UnB entram em greve; reitoria continua ocupada por alunos
24/4/2018	G1	154.UnB adia demissão de 1,1 mil estagiários por 30 dias; novo prazo vai até 31 de maio
24/4/2018	CorreioWeb	155.Paralisação de terceirizados deixa alunos de comunicação da UnB sem aula
25/4/2018	G1	156.UnB instala 350 câmeras de segurança ao custo de R\$ 1,6 milhão
26/4/2018	Secom/UnB	157.Universidade notifica estudantes que ocupam a Reitoria
26/4/2018	G1	158.Estudantes liberam prédio principal da UnB, mas reitoria continua ocupada

26/4/2018	G1	159.p olícia Militar e estudantes da UnB entram em confronto na Esplanada;
26/4/2018	G1	160.UnB dá prazo até 23h59 desta quinta para alunos desocuparem a reitoria
26/4/2018	CorreioWeb	161.UnB notifica estudantes e exige desocupação da Reitoria até as 23h59
26/4/2018	CorreioWeb	162.PM usa cavalaria e balas de borracha para dispersar estudantes da Esplanada
26/4/2018	CorreioWeb	163.Prisão de estudantes da UnB durante protesto acaba em confusão na delegacia
27/4/2018	Secom/UnB	164.Manifesto em defesa do ensino público superior é entregue à administração da UnB
27/4/2018	G1	165.Alunos da UnB descumprem prazo para encerrar ocupação da reitoria
27/4/2018	G1	166.UnB admite possível ação de reintegração de posse em reitoria ocupada
27/4/2018	G1	167.Após reunião, alunos da UnB <i>decidem</i> manter ocupação na reitoria pelo 15º dia Negociações 'foram abertas', diz chefe de gabinete.
27/4/2018	CorreioWeb	168.Alunos da UnB continuam ocupando a Reitoria, apesar de ordem extra-judicial
27/4/2018	CorreioWeb	169.Estudantes bloqueiam entrada dos prédios do câmpus da UnB em Planaltina
27/4/2018	CorreioWeb	170.Após reunião, estudantes <i>decidem</i> continuar ocupação da Reitoria da UnB
28/4/2018	G1	171.UnB dá prazo até segunda para alunos desocuparem reitoria
29/4/2018	Secom/UnB	172.Administração e estudantes firmam acordo para desocupação do prédio da Reitoria
29/4/2018	G1	173.UnB e alunos firmam acordo para consertar possíveis danos estruturais em ocupação na reitoria
29/4/2018	CorreioWeb	174.Alunos e reitoria entram em acordo e prédio deve ser desocupado na segunda
30/4/2018	Secom/UnB	175.Prédio da Reitoria é desocupado
30/4/2018	CorreioWeb	176.Após 19 dias de ocupação na Reitoria, alunos começam a deixar repartição
30/4/2018	G1	177.Após 18 dias, estudantes desocupam reitoria da UnB
3/5/2018	Secom/UnB	178.Carta da Reitoria à comunidade
3/5/2018	G1	179.Escalada de intransigência': reitoria da UnB divulga carta de repúdio a atos violentos
4/5/2018	Secom/UnB	180.Consuni aprova composição do Conselho Comunitário
4/5/2018	Secom/UnB	181.UnB participa de audiência pública no Senado sobre a questão orçamentária da instituição

Fonte: Página da Secom/UnB¹⁰⁰, do CorreioWeb¹⁰¹ e do G1¹⁰² na internet.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.noticias.unb.br/113-secom>. Acesso em: 31 mai. 2018

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.CorreioWeb.com.br/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁰² Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 31 mai. 2018.

ANEXO II – CONVITES, TERMO DE AUTORIZAÇÃO, ROTEIRO E QUESTIONÁRIOS

Convite nas redes sociais:

E DEPOIS DA OCUPAÇÃO/ INVASÃO?

Estão abertas até 21/11/2017 as inscrições para participar de um grupo focal para projeto de dissertação de mestrado em curso no IPol/UnB sobre os resultados das ocupações/ invasões da UnB em 2016, de autoria de Jaqueline Silva sob orientação da profª. Débora Cristina Resende de Almeida em colaboração com a doutoranda Karina Damous Dualibe.

A sessão terá a duração de 1h e ocorrerá na UnB em um dos seguintes horários: conforme disponibilidade dos interessados no mês de novembro. A identidade dos participantes NÃO será revelada e será oferecido pequeno lanche como cortesia.

Formulário de inscrição: <https://goo.gl/forms/SoT7n8HFGH5fdYoI3>

Panfleto:

E DEPOIS DA OCUPAÇÃO/INVASÃO?

Participe de um dos grupos focais (a favor, contra ou indiferente) para a pesquisa de mestrado do IPoL/UnB sobre os RESULTADOS da ocupação da UnB de 2016*.

Como? Mandar uma mensagem até 21/11/17 para e-mail e telefone.

Importante:

- A identidade dos participantes NÃO será revelada;
- A sessão será de aproximadamente 1h e ocorrerá na UnB;
- Será oferecido pequeno lanche como cortesia.

Aproveite este espaço para construção da memória da sua vivência na universidade!

*Autoria de Jaqueline Barbosa Pinto Silva, orientada pela profª. Débora Cristina Resende de Almeida em colaboração com a doutoranda Karina Damous Dualibe.

Convite por e-mail para juristas, administradores, professores:

Prezada/o,

Meu nome é Jaqueline Barbosa Pinto Silva, sou mestranda no IPOL/UnB e tenho como projeto de dissertação os resultados da "ocupação/invasão da UnB de 2016" na percepção dos atores envolvidos após um ano do ocorrido, orientado pela prof. Débora Cristina Rezende de Almeida (copiada nesta mensagem). Além da revisão bibliográfica e documental e da observação participante, estão sendo feitas entrevistas com gestores, professores e alunos que de alguma forma participaram do evento. O roteiro de perguntas foi construído com base na tipologia bidimensional sobre resultados de protestos e na metodologia de construção de sentido da ação coletiva, ambas de William Gamson. Considerando a sua importante atuação, acredito que a entrevista com o senhor/a senhora poderá acrescentar muitas informações relevantes para pesquisa. A previsão de duração da entrevista é de 1h. As informações fornecidas somente serão divulgadas com sua expressa autorização, podendo a participação ser cancelada a qualquer tempo, sem qualquer prejuízo. A defesa está agendada para 2018. Caso aceite o convite, basta informar o dia, horário e local de sua preferência. Tenho disponibilidade em qualquer horário nesta ou na próxima semana. Deixo também meu telefone para contato caso haja alguma dúvida: xx xxxxx-xxxx. Agradeço desde já sua atenção! Cordialmente,



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IpoL
Programa de Pós-Graduação

Participante nº _____

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que eu, abaixo especificado, aceito participar da pesquisa “OCUPAÇÕES/INVASÕES ESTUDANTIS: disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília de 2016”, da mestrandia Jaqueline Barbosa Pinto Silva, aluna do curso de Mestrado em Ciência Política da Universidade de Brasília, podendo ser entrevistad@ individual ou coletivamente, hoje e se, necessário, mais vezes, permitindo a gravação e reprodução das informações () identificada/ () não identificada.

Declaro que fui informad@ que:

- a pesquisa pretende analisar a percepção sobre o resultado das ocupações/invasões na Universidade de Brasília de 2016, no nível político, institucional, social e individual;
- os resultados serão utilizados somente para a finalidade da referida pesquisa;
- os meus contatos não serão divulgados em nenhuma hipótese, salvo com a minha autorização;
- tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão e deixar de participar da pesquisa a qualquer tempo.

_____/DF, ____ de _____ de 2017.

Assinatura d@ participante

Nome completo:		Idade:	
CPF:		Telefone: ()	
E-mail:			
Identidade de gênero: <input type="checkbox"/> mulher <input type="checkbox"/> homem <input type="checkbox"/> transgênero			
Cor: <input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> preta <input type="checkbox"/> amarela <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> Outra:			
Renda mensal: <input type="checkbox"/> até R\$1mil <input type="checkbox"/> até R\$3mil <input type="checkbox"/> até R\$5mil <input type="checkbox"/> acima de R\$5mil			
Curso atual na UnB:			
Formação atual: <input type="checkbox"/> graduação <input type="checkbox"/> pós Semestre: _____ Tempo total de UnB: _____ anos			
Forma de ingresso: <input type="checkbox"/> universal <input type="checkbox"/> cotas <input type="checkbox"/> transferência <input type="checkbox"/> Outra:			
Bolsas recebidas da UnB	Em 2016: _____		
	Em 2017: _____		
Movimento, coletivo, órgão de representação ou participação social/ política	Em 2016: _____		
	Em 2017: _____		

ROTEIRO GRUPO FOCAL / ENTREVISTAS

Introdução:

- Objetivo da pesquisa
- Termos
- Processo (duração, número de perguntas)
- Regras
- Autorização

Data: ____/____/____.

Grupo/entrevistado: ____

1. Como você chegou à ocupação/invasão?
2. Por que você acha que foi escolhida essa estratégia e não outra?
 - a. Verificar visibilidade (mídia/redes sociais)
 - b. Verificar influência de outras ocupações (secundaristas, FUP, outras universidades)
3. Quais eram os objetivos iniciais e como eles mudaram ao longo do tempo?
4. Quais eram os grupos envolvidos e seus interesses e justificativas? Como foi o diálogo com eles?
5. O que levou ao fim da ocupação?
6. Quais foram os resultados?
 - a. Internos/externos
 - b. Diretos/indiretos
 - c. Curto/médio prazo
 - d. Pessoais/sociais
7. Quais foram os aprendizados do processo, dos acontecimentos posteriores e com os outros envolvidos?



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IpoL
Programa de Pós-Graduação

Entrevistad@ n° __

QUESTIONÁRIO FINAL

1) Você já havia participado/ presenciado/ lidado com alguma ocupação/ invasão antes de outubro de 2016? Se sim, qual(is) e quando?

2) Você participa de algum movimento social, coletivo ou representação política (inclusive partidos)? Se sim, qual(is) e desde quando?

3) Como você acha que a resposta das duas questões anteriores influenciaram sua percepção e suas ações nas ocupações/ invasões de 2016?

4) Como você acha que as ocupações/ invasões de 2016 influenciaram sua vida atual?

5) O que você achou de ter participado desta entrevista/ grupo focal? Houve alguma mudança de percepção? Sugestões?

Obrigada!

ANEXO III - ENTREVISTAS

Juristas

	Procuradora da República	Advogada popular
Experiência anterior com ocupações	Não teve nenhuma. “Uma colega da área de educação já tinha trabalhado com o pessoal do IFB onde fez uma mediação”.	Disse que sempre teve contato com “pessoas ativistas da esquerda e também com pessoas do pensamento anarquista”. Mas especificamente acompanhou o processo dos secundaristas no Brasil e no Chile, que é “o marco, o paradigma para ter tido esse desencadeamento aqui no país”.
Como chegou às ocupações de outubro de 2016 na UnB	“Foi muito engraçado porque o grupo que solicitava a intervenção e foi contra a ocupação [...] e quando eu tive que tomar uma iniciativa foi justamente contrariamente ao pedido dos que solicitaram providência e eles ficaram chateados: “Poxa a gente foi pedir para acabar com a ocupação e vocês fazem justamente o contrário?”. Eu e minha equipe tivemos que argumentar a independência do MP, princípio que a gente atue de acordo com a nossa consciência jurídica e não necessariamente de acordo com a pessoa que pede a providência, independente de qual lado procurou, não tem compromisso com isso [...] A partir daí começamos a fazer esse processo de conhecimento da situação, de ter uma noção exata estava acontecendo e porquê. Sabíamos que cada ocupação tinha uma motivação diferente, [...] e a gente começou esse processo bem lentamente de conhecimento para que pudéssemos tomar uma medida”.	Nas ocupações dos secundaristas em que atuou como advogada, havia estudantes da UnB apoiadores, que viram o trabalho dela. Também atuou nas manifestações contra a PEC na Esplanada, onde começou realmente o trabalho com os alunos na UnB.
Opinião sobre a estratégia	A notícia na televisão, e achava bastante legítimo, justo”. “A gente que via de fora pensava, poxa eles estão mesmo incomodados. E eles conseguiram fazer um barulho enorme, colocar o prefeito numa situação complicada. E eu achei muito interessante. Na UnB, não me recorde das demandas específicas, mas me chamou atenção usar espaço da instituição sobre questão política que na época envolvia muita gente, e é grave e vai continuar sendo porque a PEC produz efeitos por muitos anos. E eu não me lembrava, dos 10 anos que estou em Brasília, de manifestações tão fortes por parte de estudantes da UnB que tocassem questões políticas nacionais, de coisas que fossem tão importantes”. Acha que a ocupação foi adequada naquele momento. “Primeiro, porque isso estava sendo feito em vários outros lugares do Brasil, então começava a chamar atenção para isso e estrategicamente foi bom. Pode até ser que em outros momentos isso não surta tanto efeito, mas naquele momento, todo mundo estava se manifestava mais ou menos da mesma forma, isso dava uma força para o movimento. Então foi um meio na época adequado para a finalidade da manifestação. Podia ter sido passeata, mas naquele momento estrategicamente foi interessante para o movimento.	“Naquele momento, de ocupação geral, havia um sentimento de que as mobilizações de rua fossem se ampliar. Mas isso não aconteceu, pela reação policial, as medidas de intimidação policial, e pela própria dificuldade em Brasília de trazer movimentos sociais em grande número para mobilizações aqui”. Explica que a ocupação não é crime e que por isso promover a desocupação forçada sem decisão judicial é, mesmo em propriedade privada. Então seria uma forma legítima e estratégica de luta. “Tinha os grupos de oposição com a narrativa de que tinham o direito de estudar. Juridicamente na minha análise não há esse confronto. Não existe direito de receber informação num período determinado. Pode ser qualquer outro e em qualquer circunstância”. Para ela também não há confronto com o direito de ir e vir: “ninguém tem direito a assistir uma aula que não está acontecendo” e “ninguém transita na Reitoria, a não ser eventualmente, e os servidores não foram impedidos de fazer seus serviços, foi uma coisa inventada pela Reitoria para pressionar a desocupação”. Para ela esses argumentos vem de uma “interpretação conservadora, reacionária, para minar o movimento e que impede qualquer mobilização. Por isso eles procuram algo que justifique a intervenção, como utilização de substâncias ilícitas, menores no período da noite, depredação. E os alunos fizeram de tudo para evitar isso. A ocupação estava muito

	<p>O principal argumento de quem era contrário era que a UnB não podia ser ‘palco de manifestação política’, e não acadêmica. “Aí nessa parte eu discordava. Eu lembro que cheguei a fazer alguns comentários. Acho que o ambiente da universidade é plural em vários sentidos, inclusive nesse. Ela não é um local totalmente isento da política, pois lugar nenhum é. Além da ocupação há vários outros eventos que tem debates e embates políticos, mesmo que a gente não esteja ciente disso. Você defende algumas pautas que você acha meramente acadêmicas, que não são políticas. Mas não é na prática. E acho que também não devam ser. [...] As universidades tradicionalmente são centros formadores do pensamento, inclusive político, não apenas técnico. [...] Qualquer instituição pode ser usada para finalidades políticas, depende do uso que se vai fazer, positivo ou negativa. O MP às vezes também tem que se manifestar em questões políticas. Você pode comodamente arquivar ou você pode enfrentar. Se vai ser o pensamento de um procurador, mas ele tem que externar pois a gente não é imune a isso [...] E quando você lida com questões sociais não tem como não ser de algum modo influenciado ou de tomar alguma atitude influenciada por alguma ideologia política”.</p> <p>“Eu tive a preocupação de, no acordo que foi firmado, colocar uma cláusula que considerava o movimento legítimo e, pelo fato simplesmente da ocupação, não caberia qualquer tipo de responsabilização criminal. Agora, se eventualmente fosse constatado algum dano ao patrimônio, a universidade seria obrigada a responsabilizar civilmente desde que se identificasse a pessoa responsável. Isso é muito importante, porque você não pode pretender uma criminalização genérica, do movimento. Isso não existe, a não ser que se constate além da autoria determinada, mesmo se for mais de um, o dano e a intensão de danificar. Nos dias posteriores, até onde acompanhei, não recebemos nenhuma notificação de dano grave ao patrimônio, nada significativo. Aconteceu de terem sumido resma de papel, caneta, carteiras com braço quebrado, mas isso não justifica uma ação de responsabilidade que custa dinheiro, move um monte de gente e no fim cobrar 200 reais. Não recebi também nenhuma notícia de outro crime naquele contexto das ocupações”</p>	<p>bem organizada sobre quem estava entrando, em qual sala. O único episódio que eu tive conhecimento foi de um computador de um professor que teria sumido mas que não tinha nenhuma prova de que ele estivesse mesmo na sala. É muito fácil dizer que sumiu mas onde está a evidencia de que um objeto pessoal estava lá?”</p>
<p>Opinião sobre a legitimidade do movimento e dos alunos</p>	<p>“Logo na primeira reunião eu entendi que esse [a PEC] era o mote porque chamava bastante atenção e estrategicamente era interesse, mas os problemas eram mais profundos, eram mais próximos da comunidade acadêmica que aquele lá. Todos estavam preocupados e viam naquilo o momento para se manifestar e o momento era aquele mesmo, não fazia sentido se manifestar 20 dias depois. Mas para além disso sentimos que havia muitas outras demandas e certa irresignação dos alunos porque não conseguiram ser ouvidos anteriormente. Quando começamos a abrir para isso apareceram coisas de tudo quanto foi área. Eram muito articuladas, da comunidade acadêmica mesmo. Então não era uma questão que tivesse interesse só do DCE e não eram demandas que tocavam igualmente e indistintamente toda a</p>	<p>Acha que o movimento estudantil universitário esteve adormecido até os secundaristas no Chile mas que no Brasil foi uma potencialidade espontânea: “ativistas de 14 a 16 anos altamente politizados no sentido das realidades que eles vivenciam. Começam escolas pública de regiões mais periféricas ou regiões que acolhem jovens de regiões periféricas mas também alcançam escolas públicas de regiões menos periféricas, com alunos de classe média, mas também com consciência de participação política. Claro que isso não foi hegemônico, as ocupações não foram determinada por consenso. Então todos eles lidaram com essas divergências internas para fazer ocupação e elas duraram dias, semanas”.</p>

<p>comunidade, havia demandas particulares, de um <i>campus</i>, de bolsista, de cotista. Você exigir que tivesse uma representação formal do DCE não ia fazer diferença no fundo para que a gente acatasse aquelas demandas como legítimas ou importantes. A gente entendeu que todo mundo que estava ali tinha uma legitimidade porque na verdade estava carregando a insatisfação de um outro grupo. Podia ser de 10 ou de 50, não precisa ser 5000. Mas estava carregando a preocupação de um outro grupo e isso era importante.</p> <p>Disse que os debates eram participativos, para os favoráveis e contrários: “Eu lembro até de um estudante de música que ia sempre, mais interessado de todos, se manifestava bastante contrariamente às ocupações. Mas eles se colocam em muito menor número, não sei até que ponto eles estavam interessados em conversar para uma solução ou se era só querer que acabasse independentemente de qualquer coisa. Mas eram muito tranquilos, eles viam com argumentos muito profundos, citando legislação interna da UnB, normatização do CEPE, dizendo por que seriam prejudicados, que o calendário não poderia ser mais estendido. Eu lembro que até a Reitora disse que o próprio CEPE pode mudar, decidir extraordinariamente, não seguir essa resolução. Foi muito interessante</p> <p>“A gente sentia no movimento dos estudantes uma força, uma vontade de se colocar, se manifestar, [...] agir para transcender à Universidade. Eu acho que isso é positivo”.</p> <p>Relatou, porém, duas dificuldades de “representação ou representatividade”: Estávamos numa transição de reitoria. Cheguei a falar com o chefe de gabinete da reitoria anterior e ele disse que podia tomar algumas medidas administrativas para mobilizar as pessoas que podem falar sobre isso, mas só até o dia tal, porque ia ser publicado o ato de nomeação da nova reitoria e isso demorou uma semana. E eu ficava conversando com os dois chefes de gabinete ao mesmo tempo. Esse foi um problema, não tinha com quem negociar, e com os alunos também. O DCE não estava ativo porque as eleições não tinham acontecido. Então os alunos estavam sem representação estudantil formal. Chegamos a falar com a antiga que encaminhava à comissão eleitoral e disse que ela não falava pelo DCE. No fim, fizemos uma primeira reunião com alunos e fizemos questão de chamar todos envolvidos e interessados. Não sei que tipo de publicidade efetivamente houve, porque a UnB sem representação então não tínhamos como garantir, mas tivemos essa preocupação, tanto que não tomamos nenhuma iniciativa nas primeiras reuniões por causa disso. Cada hora aparece uma pessoa diferente com uma pessoa nova e não sabemos quem fala por quem. Houve um processo de maturação para entender quem queria o que, quem estava representado o que e por que e contra quem. Eram vários os setores administrativos que as demandas tocavam e a reitora disse: ‘eu posso falar por todos, pois estão subordinados a mim, mas não posso falar individualmente por cada um, porque não conheço qual tipo de providência cada</p>	<p>Ressaltou que todas as ocupações que acompanham foram definidas em assembleia e desde esse momento os alunos já a procuravam para saber as possíveis consequências: “Preguntavam se era crime ou não, se houvesse uma ordem judicial poderiam permanecer ou não, o que universidade poderia fazer, quem poderia entrar na ocupação (polícia militar ou federal). [...] Então a gente dava esse esclarecimento sobre as consequências jurídicas e eles refletiam até onde podiam ir e o que estavam dispostos assumir. [...] A gente se preocupou naquele momento, se eles estavam preparados, se eles entendiam as consequências do ato, tanto juridicamente quanto politicamente, Mas a gente queria nem apoiar nem não apoiar. A gente perguntava: vocês discutiram, decidiram? Essa é a estratégia política para colocar em pauta tanto questões da universidade, de interesse dos estudantes e de uma maneira geral da política universitária, quanto questões contra as medidas do governo? Era uma deliberação do movimento, e todos eles tinham clareza sobre isso. Então a gente sempre tentava atuar com isenção, sempre reafirmando e exaltando pra eles o avanço de agir num movimento dessa maneira autônoma”.</p> <p>Porém, pondera que “Hoje o movimento não é revolucionário, não pega em armas. Pra mim isso é um pouco contraditório porque se quer lutar contra as regras mas dentro das regras. Eu não consigo entender o que significa isso, porque venho de outra geração, outro contexto, do movimento indígena. Eles não me perguntam o que podem ou não podem fazer, eles vão, se acontecer algo e aí eles me ligam”.</p> <p>Disse que o Movimento Ocupa UnB foi reconhecido judicialmente como parte em todos os processos e que “reivindicou essa autonomia, então nem a Une entrou. Quando entram contra o MST ninguém questiona essa legitimidade do réu, então por que essa discussão quando o movimento é autor?”. Ressalta a importância disso também para proteger os alunos individualmente e garantir que o movimento não seja criminalizado. “Qualquer denúncia ou apuração de conduta típica de crimes tem que ser individualizada, não pode ser generalizada. Não criminalizar é, se houver alguma regularidade, antes de entrar na justiça chamar o movimento e ver o que aconteceu, para ver o que é possível fazer. Isso não é prevaricação, no sentido de não tomar as providências que deveria, é ter certeza que foi alguém do movimento antes de abrir um inquérito contra ele. Soube que eles fizeram uma vaquinha, mas isso foi uma decisão ética do movimento. Porém não houve provas”.</p>
---	---

	<p>decanato precisa tomar para cada demanda então precisamos envolver todos. Foi uma negociação um tanto lenta por causa disso. Foi diferente do IFB, que aconteceu bem mais rápido. Somos inclusive criticados porque demoramos muito a começar o processo de mediação, colocar no papel para formalizar acordo. Por outro lado, conseguimos uma medida judicial rápida que impediu que os ânimos ficassem mais acirrados, ganhamos tempo para fazer esse processo de mediação”.</p> <p>Perguntada se o embate pela gestão do DCE influenciou a ocupação, ela disse: “alguns chegaram a escrever dizendo que isso era uma briga política interna de chapas que queriam concorrer ao DCE. Mas eu procurei na minha abordagem não fazer nem menção a isso, para abrir espaço para todo mundo, independente disso. Mesmo se sozinho, alguém estaria contemplado na sua fala. Isso, para nós aqui, seria uma questão perigosa de tratar porque a gente não ia poder se manifestar favoravelmente nem a um grupo, nem a outro. E a nossa intenção ali não era essa, era resolver a questão para a comunidade acadêmica, não para a chapa A ou B. Mas isso ficou evidente no procedimento, a gente tentou contornar isso”.</p>	
Opinião sobre a PEC	<p>Não se não perguntei diretamente a ela, mas em outra fala ela disse que “é grave e vai continuar sendo porque a PEC produz efeitos por muitos anos”, uma questão política nacional de coisas muito importantes.</p>	<p>Não se referiu diretamente à PEC 55, mas lamenta a reforma nas escolas, que foram decididas “de cima para baixo”, precarizando o ensino médio e colando o jovem sem perspectiva de ingresso na universidade, provocando ele para ir para o ensino técnico e ingressar no mercado de trabalho”. No contexto maior entende que foi um golpe, uma ruptura institucional que se iniciou com o Temer na Presidência e isso legitimou uma série de abusos, práticas de violações e de intimidações.</p>
Participação individual	<p>Eu participei de 3 ou 4 reuniões, contando a última, mas no meio delas houve várias reuniões menores do decano de graduação com o grupo interessado em uma demanda específica com ele, do decano de administração, etc. tanto que quando a gente fez ao final a audiência pública, eu MP não propus nada. Essas coisas surgiram dessas reuniões. Essa composição surgiu de cada um desses setores. Eu não sei nessas reuniões até que ponto os alunos que estavam contra as ocupações participaram efetivamente. Nas reuniões que eu participei eles tiveram toda a voz de se manifestarem, de todos os lados”.</p> <p>Perguntei se ela tinha algum tipo de incentivo para tentar um acordo em vez da ação judicial e ela disse que não são obrigados, mas têm cursos frequentes de mediação, de como fazer um ajuste. Disse que fez há muito tempo mas aprendeu mais na prática. “Temos uma avaliação de desempenho anual, feita pela Corregedoria e uma das questões do questionário é quantos ajustes você fez no ano. E isso dá muito mais trabalho que fazer ação judicial, no computador, 1 ou 2 dias, sem falar com ninguém. Outro tipo de trabalho. Às vezes para uns tipos de questão é o mais adequado, mas para outras não é. Mas temos esse incentivo antes de tomar qualquer atitude repressiva”.</p>	<p>Disse que desde 2013 vem discutindo com um grupo de ativistas uma atuação mais direta, considerando a expectativa de que aquilo pudesse ser uma onda de um movimento popular legitimado pelas circunstâncias de uma insatisfação com algumas políticas mas que posteriormente foram frustradas. Para ela, “foi como um grande engano em termos de uma expressão de possibilidades de transformação dos rumos das relações sociais, de poder e tudo”. E esse protagonismo dos jovens fez ela se envolver em uma organização de advogados de apoio a essa juventude, que estava se colocando na linha de frente e assumindo o ônus de uma luta contra políticas de retirada de direitos, de paralização dos processos de decisões democráticas”. Começou então com uma atuação de promover democracia na escola, de garantir que os diretores fossem escolhidos por eleições, de promover projetos pedagógicos comunitários, de uma forma espontânea, em um grupo de whatsapp contra essas medidas principalmente em São Paulo. “Depois houve divergências de atuação porque algumas pessoas do grupo resolveram atuar numa perspectiva materna e paterna em relação aos secundaristas. Eu e dois ou três divergíamos disso, no sentido de que os estudantes tinham que ter autonomia e assumir todos os riscos da mobilização, no processo</p>

		que eles estava se propondo de confrontar. Isso era um fator importante para que ganhassem autonomia, e evitar que um grupo de adultos ou organizações, como sindicatos, partidos, que viram a potencialidade desse movimento, dissessem o que deveriam ou não fazer. Por causa disso agora atua de maneira autônoma, independente de partido, ONG: “Tenho um instituto com meu companheiro e seis pessoas na defesa da democracia radical, a partir de demanda”. Além disso trabalha em uma universidade particular e na escola.
Participação coletiva, com a instituição	Perguntada se a jurisprudência criminaliza movimentos sociais em outros locais ela respondeu: “Há algo sobre o MST, lembro da invasão de uma fazenda no Rio Grande do Sul, caso que teve condenação criminal; outro foi um protesto de grupos indígenas. Mas em escola desconheço. Pelo menos até onde a gente conhece, que lida com essa esfera de direitos sociais, existe uma ideia geral de que não cabe criminalização [...] várias delas [comissões do CNPG] já promulgaram enunciados, que são entendimentos do próprio MP e não cabe criminalização de movimentos sociais por se manifestarem.	“Pós ocupações secundaristas verificamos a gravidade da atuação do Estado em relação à polícia, ao Judiciário, ao Ministério Público e tivemos que fazer um movimento institucional mais forte, no sentido de promover ações judiciais contra essas autoridades. Tinham ações de desocupação e entramos com medidas judiciais para tentar impedir as desocupação e garantir não só a permanência da ocupação mas o que ela representava [...]. Essa atuação conseguiu reverter medidas judiciais bem absurdas ¹⁰³ . Nesse contexto nosso trabalho gerou credibilidade no sentido de uma atuação sem interferência que levava informações e acompanhava o movimento para garantir que não houvesse arbitrariedades. Também atua no coletivo “advogados e advogadas para democracia”, que em núcleo também em Curitiba, mas foi em Brasília que estruturaram “toda a atuação jurídica para esse enfrentamento dos abusos nas manifestações de rua”. Conta que esses grupos ganharam uma repercussão nacional. “A gente vai monitorando quem são os movimentos, as vítimas, os desaparecidos. É um centro de inteligência autônomo”.
Relação com a Reitoria	“Nesse evento específico, para esse procedimento, eu não tive dificuldade de contato [com a Reitoria anterior]. Entendeu que não tinham muita condição de assumir porque estavam saindo. Mas ressaltou que “sentia, como MP, em outras questões que a gente tinha tido com a UnB, uma dificuldade de acesso sim. Essa gestão atual me parece até o momento um pouco mais aberta e disponível para o diálogo, até mais franca, expondo as dúvidas de como proceder, querendo ter um norte pois não querem ferir a legislação. Eu já fui por mais de uma vez chamada	Disse que foi a gestão do Ivan que criou o fato de impedir que os trabalhadores trabalhassem, “para impulsionar a repulsa ao próprio movimento. Os alunos não impediram isso. Ele tinha a opção era que o serviço fosse feito de outra forma, em outro local, até porque é tudo informatizado, não precisava estar fisicamente para acessar os arquivos e tal. Mas foi a Administração que não quis fazer o pagamento dos estágios e trabalhadores, responsabilizando a ocupação, aproveitando que estavam lá filmando tudo”.

¹⁰³ Conta que na mobilização do dia 13 de dezembro de 2016 contra a PEC foram presos 47 estudantes, da UnB e de outros lugares, que foram levados à delegacia e enquadrados na lei de segurança nacional: “Eu tenho um perfil de atuar com a polícia, não faço concessões. Cheguei lá e todos estavam todos sentados no chão, algemados. Eu falei para o delegado: “amigo, você não pode fazer isso. Qual é a acusação”. Aí gera um impasse porque a polícia abusa quando ninguém fala nada. Aí tirou as algemas mas disse que ia enquadrar todo mundo na lei de segurança nacional, alegando dano ao patrimônio em grupo. Aí eu falei: sem individualizar a conduta? Isso é arbitrário, abuso de autoridade, assim vou lhe dar voz de prisão”. Aí já ligaram pra Câmara, chegou Erika Kokay e tudo mais, aí briga e fizeram lá um acordo, à revelia dos advogados e advogadas populares, mantendo essa acusação e encaminharam à polícia federal. Não foi pra frente [...] Mas com uma atuação de crise dessa tem que ter esse perfil. Tanto é que eu não advogo na área penal por causa disso, é um desgaste permanente. A gente ficou lá de 22h até 6h da manhã, acompanhando os depoimentos, liberou todo mundo mas depois fez esse enquadramento. Eram muitos estudantes de fora, que estavam indo na UnB para dormir na ocupação, passaram na quadra de militares, e o pessoal hostilizou porque era um grupo muito grande, levaram todo mundo num ônibus com spray de pimenta no rosto, foi um abuso. Aí teve o final do ano e o pessoal foi esquecendo”.

	<p>pela nova gestão da UnB a opinar sobre alguma questão administrativa no sentido de ajudar, de orientar, para evitar problemas futuros. Essa abordagem a administração anterior, pelo menos no tempo que estive aqui, não teve pelo que me lembre.</p>	<p>Sobre a gestão da Márcia, disse que ela tinha uma visão mais “progressista, de esquerda, e contava com a habilidade dela de negociação para não tornar a manifestação legítima em um caso de polícia”. Mas em 2017, depois de não ter cumprido o acordo de 2016 em dar um espaço para o Centro de Convivência de Mulheres e criar a política de gênero contra violência contra mulher dentro da universidade, elas reocuparam e a nova gestão “chegou com tom autoritário para que elas desocupassem no dia seguinte se não, não tinha conversa. Aí elas me chamaram e quando eles viram que tinham intervenção de advogado ou poderia ser levado ao MP resolveu negociar, lentamente, com algumas concessões”.</p>
<p>Vantagens/ desvantagens da ocupação outubro de 2016</p>	<p>Acha que foi uma oportunidade de mostrar que o diálogo pode ser mais construtivo que outras alternativas: “a gente que lida com essa área de justiça, e o MP não é exceção, tem esse mau costume de tomar iniciativas sem ouvir direito todo mundo que está envolvido e sem procurar entender até que ponto aquilo ali vai impactar a vida das pessoas ou do objetivo que você está perseguindo. Às vezes você propõe uma medida judicial na melhor das intenções achando que vai resolver o problema e no fim não resolve nada e até piora. Isso a gente percebe na prática: o resultado de uma ação judicial é o pior possível, contrário ao que você queria, não consegue resolver o problema do modo que você entende que seja razoável. Às vezes esse processo de negociação atrasa, dá mais trabalho, mas dá um resultado muito melhor que simplesmente propor ação judicial”. Também ressaltou que a aproximação com a universidade abriu um importante canal de comunicação: “O MP gera sempre essa desconfiança e insegurança no gestor público. O primeiro pensamento quando ele recebe um pedido de informação é “está querendo saber isso aí porque quer me ferrar de algum jeito”. Quando você tem essa abordagem de diálogo realmente franco e aberto, cria uma certa credibilidade e a pessoa age da mesma forma”.</p> <p>“Para a administração também houve esse aprendizado. Eles aprenderam com o bonde andando, não tiveram nem tempo de se estruturarem como Reitoria, mas foi interessantíssimo isso ter acontecido logo no início, porque instaurou o paradigma de diálogo que a gente quer ter com a Reitoria. Isso talvez tenha sido proveitoso para a comunidade acadêmica também porque logo no início já impuseram uma forma de comunicação: “nós somos estudantes, a reitoria existe também em função da gente e queremos ter esse paradigma de diálogo com a administração”.</p> <p>Eu acho que para os estudantes sempre tem um resultado positivo. Mesmo aqueles que se sentiram chateados e insatisfeitos porque perderam aula e podem ter tido algum tipo de prejuízo acadêmico ou pessoal, podem ter tido a percepção de que fazem parte de um todo e aquele todo para atingir a finalidade tem que caminhar bem se não para todo mundo para a maior parte das pessoas. E eu sentia que a maior parte dos alunos estava favorável às ocupações, a minoria estava contrária”.</p> <p>Eles puderam aprender também com o processo de mediação porque aprenderam a se colocar. Eu não sei até que ponto toda essa abertura na UnB existiu antes. Talvez</p>	<p>“Em termos práticos de resultados das ocupações dos secundaristas, eu acho que o resultado é grave. Primeiro porque as escolas endureceram com os estudantes que participaram e segundo porque a reforma do ensino médio teve êxito institucional. Os estudantes acabaram se sentindo exaustos, vencidos. Eles foram intimidados, perseguidos, alguns por alguns meses. Há um sentimento de frustração, decepção e impotência, nos mesmos garotos que fizeram toda aquela movimentação. Existe a tentativa de se reorganizarem mas dentro do que é possível, como um grêmio estudantil, mas não vão bater de frente, sofreram muito. Isso foi simbólico e negativo”.</p> <p>Mas comemora as reversões judiciais que obteve nos coletivos de advogadas e advogados populares: “durante o período das ocupações secundaristas, houve uma atuação do MP e do Judiciário no DF bastante conservadora e reacionária, retrógrada, com esses argumentos de que havia impedimento para estudar, de depredação, de que era adolescentes. Mas houve outras decisões que remeteram a questão constitucional da liberdade de expressão e de reunião e que era legítima a ocupação das escolas, espaço aberto, de acesso público, impossibilitando a atuação da polícia e devendo haver diálogo, em que as demandas deles fossem discutidas. Nos institutos federais assim como na UnB, bem como em outras cidades como Curitiba, a gente conseguiu fazer isso. Isso é um resultado importante no sentido de abrir um espaço, a partir de uma mobilização potente, para colocar os estudantes e as instituições na mesma mesa para fazer uma composição. A grade vitória da UnB foi essa, esse diálogo e concessões em ambos os lados, mas estando eles em uma mesma posição, mediada pelo MP. O contexto do país autorizava reconhecer a legitimidade desse movimento como única alternativa para visibilizar a questões que iriam sofrer impacto muito grande pelas mudanças legislativas e executivas. Isso foi um resultado muito favorável de atuação política. O movimento foi se ampliando na medida em que ganhava tempo de ocupação. O trabalho das advogadas e os advogados populares foi fundamental para impulsionar o sentimento de continuar, de que as demandas eram legítimas, inclusive as internas de cada curso, articulada com as questões nacionais de retrocesso. A entrada da Márcia também ajudou. Mas foi o movimento Ocupa</p>

	<p>o fato da ocupação em si tenha proporcionado essa oportunidade. É claro que existem lá dentro [essas instâncias de debate], mas não essa oportunidade de ser ouvido pela administração. Até os que se sentiram insatisfeitos devem ter aprendido com isso, com esse processo.</p> <p>Disse que não acompanhou o cumprimento do acordo imediatamente depois porque teve filho logo após e tirou licença maternidade. Chegou a receber uma ligação, mas passou a demanda a seus colegas.</p>	<p>UnB que chegou a essas decisões, de como levariam a desocupação, e foi tudo mesmo levado por eles. Isso em termos de história, de uma simbologia de atuação é um resultado importante. Acho que teve uma repercussão positiva em relação a universidade. É um marco, independente da concretude das demandas reivindicadas, algumas atendidas, outras ainda não”.</p> <p>Como resultados concretos, destacou que o movimento ocupa gerou dois movimentos próprios, o Quilombo e o CCM, que permaneceram nos espaços reivindicados. Disse que acompanhou o último também em 2017 e sobre ele afirmou: “Eu acredito que mais efetivamente as ocupações geraram esse vínculo de poder dessa organização delas. Desde a ocupação até depois do acordo elas garantiram que as demandas delas fossem levadas a frente. Acho que esse é um resultado importante das ocupações”.</p> <p>Também citou a troca de gestão do DCE, “formado agora por um conjunto de estudantes que estavam lá nas ocupações, por terem assim mais possibilidades políticas, atuação mais direta na instituição, ocupando funções, e isso decorre desse processo de militar. Eu não sei avaliar exatamente mas o que eu vejo é que formaram muitos núcleos de resistência, porém não mais para fazer ações como essa da ocupação”.</p> <p>Em relação à PEC, política de governo, o resultado da ocupação foi zero. Nem os movimentos maiores conseguiram nada. “Eu participo de um grupo de whatsapp desde o começo e agora ninguém tem folego. Acho que a UnB seguiu esse ritmo”. Após 2016, disse que continuou atuando na investigação de grupos fascistas de direita e em um caso de um estudante contra a revista Isto é.</p>
<p>Aprendizados pessoais</p>	<p>Além da experiência e do acordo que conseguiu mediar, disse que “foi gratificante entender um pouco como é multifacetado e plural o ambiente da universidade. A gente teve contato de gente de tudo quanto é origem e por conta disso tinham interesses mais específicos e que conseguiam fazer canalizar aquelas demandas dentro dos canais acadêmicos, administrativos, com bastante resolutividade. A gente teve contato das demandas que precisavam viajar em dezembro de férias e não queriam ter nenhum prejuízo, que não estavam nem aí para o que estava acontecendo. E teve pessoal dos <i>campi</i> que tem cursos e pessoas mais humildes, de uma camada social mais necessitada que precisava de coisas básicas, como infiltração na casa do estudante e não conseguia dormir quando chovia e só conseguia ficar na universidade se tivesse local para dormir. Então tive uma noção muito próxima de como é rico e diverso aquele universo ali. Isso ficou muito claro pra mim e foi muito interessante saber como é a UnB, são várias UnBs. Quando você tem pessoas de visão de mundo tão diferentes, isso só pode ser muito interessante do ponto de vista do conhecimento que é produzido lá dentro. [...] Na UFBA não tinha isso. A universidade tem muitos <i>campi</i> separados. Então o pessoal do direito só convive com o pessoal do direito. E a UnB é diferente, o <i>campus</i> é</p>	<p>Não mencionou. Disse que sua perspectiva é pessimista: “o que me preocupa na UnB e em outras cidades é o avanço dos grupos fascistas, a liberdade que eles estão tendo. [...] Então não teve uma projeção da resistência mais progressista de esquerda e teve um avanço fascista na UnB, composto de professores inclusive”. Falou que não vê positivamente o aumento da polarização, “Porque os grupos conservadores estão ocupando os espaços de poder. As narrativas não estão sendo disputadas em condição de equivalência. São agentes da polícia federal, autoridades, e estão subjugando os demais. Não é só entre acadêmicos, não é só um confronto de ideias, de disputa de narrativas democraticamente. Eu digo isso porque no caso da invasão de 2016 (agosto, antes das ocupações), foi organizado por servidores públicos. Tem um aluno da UnB que tem transtorno psíquico grave e ele é utilizado para hostilização do pessoal de esquerda LGBT. Ele ataca, agride, esfaqueia. Ele é manipulado com esse discurso desse grupo. Isso porque tive acesso ao inquérito policial, às mensagens, às escutas. A estratégia desse pessoal é utilizar gente disposta para porrada. Tem professores e estudantes da UnB envolvidos que fazem essa provocação, têm a reação e geram esse cenário, alegando o direito de expressão. É um discurso invertido. São fascistas, porque</p>

	<p>diversificado, integrado, então a relação ali é muito próxima de pessoas dos mais diferentes cursos e níveis. A proposta da UnB é bem interessante”. Disse que quer estudar lá, quando os filhos crescerem.</p> <p>No dia da audiência de desocupação, ao final do acordo, a Procuradora da República fez um gesto de aplauso silencioso, que os estudantes usaram durante toda a sessão e usavam em suas assembleias. Comentei isso com ela, como ela tinha aprendido e ela disse: “Eu aprendi isso em outras audiências, que tem pessoas com dificuldades auditivas. Como eu vi alguns fazendo eu aproveitei e fiz também. Mas isso decorre disso, de entrar em ambientes muito plurais, porque se fica o tempo todo segmentado, convivendo com as mesmas pessoas que têm as mesmas necessidades, você não aprende nada, não aprende a viver com o diferente”.</p>	<p>atacam pessoas como mulheres, negros, pobres, que disputam sua existência. Mas os outros disputam espaços de poder. [...] E a polícia civil e o MPDFT dizem que não viu nenhuma evidência de discriminação. Então eles estão articulados com quem está nos postos de decisão. Isso não é democrático. Sou contra afirmar que há liberdade de expressão de pessoas misóginas, sexistas, racistas, homofóbicas. Juridicamente não é direito, porque a própria constituição brasileira veda isso, diferente dos EUA, em que a Constituição é de 1787, foi fundada em outra sociedade, e não há restrição nenhuma do direito de liberdade de expressão. Recentemente a corte lá decidiu que não há elementos para impedir discurso de ódio, é livre. No Brasil não, a constituição veda discriminação. Então o pessoal quer importar esse conceito de liberdade de expressão mas no nosso sistema a constituição impôs restrição a isso. Não tem diálogo. Por causa disso existe uma acomodação de atuação de resistência. Ninguém mais fala nada, faz uma mobilização ali, levanta cartaz aqui, mas isso não vai transformar. Não tem um processo de base. Acho que daqui a trinta anos, se começar a conversar com essa galera nova, talvez. O que fizeram foi importante, mas eles tem que se articular de outras maneiras, se especializar, assumir uma postura mais intelectual diante do que está acontecendo. Porque os espaços de possibilidade de transformação são no cotidiano. É quando as pessoas estão sofrendo as mazelas do sistema econômico sentem que estão sendo privado de direito, fora isso não, o Brasil ainda não tem essa consciência de dignidade humana. Isso não se aprende no ensino fundamental. Se a gente tivesse isso, qualquer situação em que você se sentir violado você vai reagir. Essas mobilizações foram importantes para marcar historicamente, lá na frente alguém vai contar, isso é um resultado imaterial. Mas materialmente nem a universidade com a gestão progressista está conseguindo se desvencilhar. Há demissões, controles de atuação, reorientação para ciências tecnológicas e não ciências sociais, recursos cortados, a escola está sendo toda mudada. Na escola em que trabalho as diretoras já incorporaram esse discurso. Propus um projeto de extensão de formação política e orientação jurídica dos estudantes do ensino médio pelos estudantes de ensino superior. Eu explicava sobre consciência política, sobre a importância dos alunos entrarem na universidade. Aí elas falaram: ah mas você podia falar sobre direito trabalhista para quando eles estiverem lá trabalhando. E elas têm uma parceria com o Ministério do Trabalho. Então, assim, perdemos”.</p>
--	---	---

Administradores

	Gabinete – Gestão Ivan	Gabinete – Gestão Márcia
Experiência anterior com ocupações	Mencionou as ocupações que ocorreram na gestão do Ivan.	Está na UnB desde 1993, foi também da gestão do José Geraldo junto com a Márcia, como assessor e depois prefeito do <i>campus</i> , então já viu outras ocupações. E teve atuação sindical, presidente da AdUnB (2002-04) e secretário-geral (2004-06). Acompanhou o processo da gestão do Timothy: “eu até publiquei uma carta aberta naquele período da crise com a Finatec, em fevereiro de 2008. Então eu tenho um pouco dessa atuação política, na universidade, no movimento docente principalmente, que tem uma proximidade grande com o movimento estudantil e dos técnicos, essa bagagem que ajuda a se aproximar dessas pessoas”.
Como chegou às ocupações de outubro de 2016 na UnB	“Um dia eu cheguei e estava invadido. Mas não teve grande surpresa não, porque a gente sabia que estava pra acontecer, porque o movimento estava em descenso e precisava de alguma coisa para unificar”	Antes de assumir o cargo no gabinete da Reitoria, foi convidado a uma comissão de negociação entre a administração e a ocupação. “Eu não era nada, só um professor [embora tenha participado da campanha da Márcia], que foi escolhido como um dos integrantes de uma comissão que tentou fazer essa mediação. Então, quer dizer, essa falta de diálogo da gestão anterior era evidente, a ponto de a diretoria da AdUnB, ainda que tivesse uma proximidade política muito grande com o Ivan, fazer essa demanda”.
Opinião sobre a estratégia	<p>Acha que “já é uma prática da universidade brasileira, porque é mais fácil, não tem repressão. Juntar não sei quantos, botar lá um móvel na frente, um cartaz de ‘UnB ocupada’, ‘fora reitor’, ‘povo unido jamais será vencido’, e incluíram mais algumas pautas, racismo, salas, coisas assim estapafúrdicas que eu não me lembro”.</p> <p>Acha que não foi diferente de nenhuma das outras que houve na gestão do Ivan. “Acho que foi a menos importante, inclusive. Estava no fim do mandato, preparando uma transição. Existem essas discordâncias políticas na universidade mas tem uma coisa que une todos que trabalham nessa casa, que é a qualidade da instituição. Os afazeres administrativos que não são inadiáveis e [tendo em vista] a dificuldade financeira que a educação brasileira passa, a gente estava preparado um relatório pra não ter descontinuidade. Então, institucionalmente, eu acho que foi a pior delas, que apenas deixou uma administração acabar no ocaso e a outra mal começar, ter que administrar a desocupação quando estava chegando. [...] Então ela ficou meio que descaracterizada, porque o outro lado não ia fazer nada, ninguém ia sair daqui nas últimas semanas. Não tinha o que dialogar mas ao mesmo tempo não queria deixar providência pra outra administração assumir, nem boas, nem ruins. Então ela foi meio fluida e acabou terminando por terminar, não tinha bandeira. Politicamente foi inócua e acho que vai te dar trabalho fazer uma dissertação sobre isso. Qual a força de eu reitor que está saindo</p>	<p>Acha que é ocupação e que é legítimo enquanto forma de protesto, embora às vezes discorde dessa estratégia. Citou, por exemplo, as duas ocupações de 2017. A ocupação no BSAS foi um movimento deslocado da realidade. No primeiro momento apareceu como um protesto pela não aprovação do marco temporal para reconhecimento das titularidades das terras indígenas e quilombolas no STF e havia uma dificuldade de entender isso, por quem era daqui e por parte da população em geral. Existia uma interpretação de que só teria direito a partir de 1988 e outra de que era anterior ou até posterior. Então ocupar nesse caso tem respaldo? O conhecimento sobre isso era muito restrito. Nós fomos até lá para entender, nos deixaram entrar, e uns poucos foram conversar com a gente. Mas disseram que só iriam consolidar a pauta de reivindicações em uma assembleia que iria acontecer depois. Então, assim, eles ocuparam antes pra decidir depois por que. E mais, eles disseram que existia a expectativa de vinda de caravanas pra acompanhar a votação do STF e aquele era um espaço para alojar eles. E de fato eles vieram, não foram muito numerosas essas caravanas, mas houve. Enfim, não deu muito certo essa tentativa. Eu acho que avaliaram mal a situação e fizeram mal uso do espaço que conseguiram. [...] O mais desgastante é o fato de eles terem feito revezamento pra assistirem aulas. Ao mesmo tempo que eles estavam sendo acusados de impedirem outros estudantes a assistir aula estavam assistindo aula em outros prédios. Isso é complicado, não vejo o movimento se colocar de forma coerente sobre isso, não houve uma</p>

	<p>fazer qualquer coisa? Que ocupassem o congresso! Mas aqui? É a coisa mais fácil. Meu filho outro dia ocupou meu quarto. Eu disse: ‘o que você quer, meu filho? Ele disse: ‘dormir melhor’. Isso aí a gente resolve, porque está dentro desse universo que a gente poderia resolver. Mas vir pedir uma coisa sobre a PEC? Eu? O Reitor não estava nem com essa perspectiva, o que ele queria era fazer uma transição como se deve fazer dentro da universidade.”</p> <p>Para ele a ocupação mais forte na gestão do Ivan foi a primeira da reitoria. “Eu me lembro primeiro porque até hoje eu tenho uma dor aqui de um estudante me deu uma porrada. Eu sou muito antigo, sou do tempo que a palavra do professor era contestada oralmente, nunca pela força. E era um movimento dos alunos carentes e que estavam naquela transição entre os apartamento e nova casa universitária e eles queriam um centro acadêmico eu acho, que não pode chamar assim porque não estava ligada a nenhuma faculdade, departamento. E aí mais do que de repente invadiram, e era mais difícil porque a gente estava trabalhando com estudantes que tinham sua fragilidade emocional e financeira. Eu tenho a impressão que essa foi a que mais me sensibilizou, porque quando conversava com eles via que não tinham claro uma proposta política e não sabiam direito o que estavam fazendo. Me pareceu que havia uma manipulação de certas lideranças, em função da situação precária que eles tinham. Então trabalhar dentro desse universo é muito mais difícil. Essa foi a que me fez refletir mais, sobre o porquê de certas lideranças fazerem isso”.</p> <p>Acho que não houve tentativas dos alunos de dialogarem antes, que elas só ocorriam por meio de ocupação, para negociar elas. “Isso que a gente está tendo aqui é um diálogo, eu lhe deixo falar, você me escuta, se a gente tivesse conversando você poderia contestar o que eu digo. Você não vem com palavras de ordem, pensando que o interlocutor a priori é um crápula. Essa coisa de você já estar predeterminado, ter uma ideia do que vai falar, expor sem nenhuma perspectiva que eu possa influenciar sobre elas, e acreditando que falando comigo dessa forma vai me convencer, isso não é diálogo”.</p> <p>Pra ele não há diferença entre ocupação e invasão: “Sei lá, pra mim tudo é violência. Você está falando com um engenheiro, vocês sabem mais essas coisas. Se me perguntar sobre algumas fórmulas eu seria muito mais eloquente, mas essas nuanças... por que Marx ou Lacan falou que é aquilo, não sei o que lá... eu não tenho essa sensibilidade. Pra mim é a mesma coisa”.</p> <p>E é em razão da violência que discorda da forma: “sempre acreditei que é com diálogo que se constroem as coisas, ainda mais na universidade, onde o novo pensamento é formulado, onde a gente vive essa dicotomia de ser guardião da cultura estabelecida e ao mesmo tempo o responsável por criar novas coisas. Eu acredito é na ciência, na inovação”.</p>	<p>resposta adequada”. Sobre o CCM disse: “Elas queriam se transformar em um centro de convivência de mulheres e dizíamos que a ocupação não era adequada porque já íamos fazer isso, já estava na pauta”.</p> <p>Mas ressaltou que nem por isso deixaram de negociar. “Tentamos convocar a mesma procuradora para ajudar mas ela estava de licença e indicou outras colegas”.</p> <p>Acha que existia uma articulação entre as ocupações da UnB mas não uma hierarquia no que diz respeito às pautas internas à universidade. Tanto que ocorreram vários movimentos com um grau alto de autonomia, existiam pautas específicas locais e as decisões eram tomadas em assembleias diferentes. O que era comum era “uma insatisfação com a ausência de diálogo, que disseminou na universidade e isso deve ter ajudado muito a percepção de que, ou a gente ocupa os espaços pra estabelecer o diálogo e reivindicar as coisas ou a gente não vai conseguir nada”. A ocupação seria uma forma de ter voz.”</p> <p>Nessa avaliação incluiu Planaltina, mas disse que lá eram mais fortes as pautas sobre infraestrutura: “falta de espaços para as atividades, instalações com infiltração. Foi um movimento forte, mas foi um componente político de menor força em relação à administração geral”.</p> <p>Acha que não é necessária um esgotamento das formas institucionais para protestar, porque ação direta tem um preço: “qualquer movimento representa desgastes, até porque demora, não consegue dormir, tomar banho, comer na hora certa”. “Mas às vezes pode acontecer até quando o diálogo existe, porque às vezes é uma pauta invisível, como a da universidade. Muito porque a universidade sofreu mudanças significativas no perfil do seu alunado, socioeconômico, em razão das expansões que foram feitas. É muito diferente de dez anos atrás, apesar de todos os defeitos dessas políticas. São mais estudantes e com necessidades muito diferentes, então têm mais capacidade de mobilização agora. Hoje eles dependem mais da política de assistência estudantil. Essa visibilidade da universidade acontece muito por isso, embora ainda haja pessoas que estranhem isso, que achem que tinha que ser uma questão de mérito, não de direito, que tinha que ter bolsa de incentivo científico, não de permanência”.</p> <p>E diz que a ocupação dá visibilidade: “deu certo, isto é, deu resultado ou teve respaldo em outros lugares, não foi só aqui no Brasil não. Eu lembro deles comentando que tinham um manual da ocupação, um passo a passo de um movimento Chileno. Independente dos resultados que eles tiveram lá, ocupação ganhou um respeito enorme a partir dali. Eu acho que as pessoas tiveram esse estímulo: Tem uma forma de luta que produziu sucesso, se não efeitos imediatos, mídia. Você viu a Marisa Monte lá numa ocupação do Rio. Acho que o apelo que a ocupação acabou produzindo teve a ver com isso. Claro que se ela</p>
--	--	---

	<p>Acha que há vários graus de violência, mas todas vêm da perda de noção de respeito ao próximo. “Eu só chego a agredir uma pessoa quando isso acontece, eu só chego a gritar com ela quando eu perdi a crença de que o que ela vai dizer tem fundamento, importância. Então isso não é cabível dentro do ambiente como esse”.</p> <p>“Uma coisa que me chocou foi o reboque do movimento que proibia os funcionários de trabalhar. Isso que me irrita na invasão, você impedir que certos segmentos que não concordam com aquilo queiram dar continuidade ao trabalho e não poder. E eu falo em greve também. Não conseguir me convencer que eu parar vai ser bom pra causa e querer que eu pare na marra, eu não estou de acordo com isso.</p> <p>Você primeiro tem que convencer as pessoas sobre quais são as consequências daquilo. O mundo está começando sempre pelo fim. Quando eu era estudante a greve era a última ação que a gente tomava, quando esgotavam todas as vias. Hoje inverteu o processo, depois vamos ver o que dá. Eu imagino que a maioria da população, das pessoas mais instruídas não entendia a PEC. Então como eu posso me posicionar se eu estava precisando discutir ainda? Foi um oportunismo que houve na época.</p> <p>Mas diz que não é contra protesto: “Em algum momento acho que a gente tem que fazer isso, mas não posso fazer isso toda semana. Não posso fazer uma greve que pare tudo. Por exemplo, greve no metro. “Ah mas estou fazendo essa greve por você”. É mentira. Eu vou continuar ganhando meu salário vagabundo mas em vez de chegar em casa nove horas vou chegar meia noite, vou pagar um transporte pirata porque o metro aumentou 10%. Sou contra também, mas não sou eu usuário que posso fazer alguma coisa. A sociedade, os sindicatos, partidos políticos estão perdendo o conceito do todo. Alguns ganhos tem prejuízo social enorme. Como hospital parado: é justo o aumento de salário deles mas eu que esperei 3 meses pra ser atendido vou voltar pro final da fila. Então vamos fazer o negócio organizado. Está faltando um pouco de sensibilidade. Acho que eles convivem muito entre eles”.</p> <p>“Outra coisa que não concordo é isso de levar para o movimento decidir, ou mesmo em assembleia, porque no final tem 20 pessoas que <i>decidem</i> por nós. Tem alguma coisa errada nesse processo... olha que coisa fantástica, você está aqui me entrevistando para ter embasamento no que diz e eu, quase um anônimo, disse meia dúzia de palavras e você está usando TI pra ser o mais precisa possível. Tudo isso é esquecido na assembleia soberana. E eu vou largar o bando de coisa pra fazer pra ir lá? Aí onde vão minhas reflexões sobre como devemos nos organizar. Há outras formas. As redes sociais dão um poder sobre isso, de se informar. Acho que é por aí. Não preciso mais</p>	<p>é banalizado, sendo usada sem motivos concretos ou sem conquistas alcançáveis, isso perde a força. Mas é uma forma de lutar mais recente e que tem dado certo”</p>
--	---	---

	<p>estar pessoalmente para falar minha opinião, fazer ela ser respeitada. Acho que tem um caminho muito longo aí pra gente percorrer pra poder dialogar com tranquilidade e tendo um objetivo comum”.</p>	
<p>Opinião sobre a legitimidade do movimento e dos alunos</p>	<p>Acha que as pautas podem até ser justas mas “tem que ter uma regra, um planejamento para atender a todos da melhor maneira possível. Eu lembro que queriam que a gente desse um espaço pra um movimento afrodescendente. E a nossa posição é que espaço a gente não pode dar assim, só porque me pressiona e me ameaça. Tem uma política de ocupação dos espaços da UNB. Quem fala mais forte é quem tem o direito? Não pode ser assim”.</p> <p>“Eu acho que tinham certos líderes mas eles ficavam na retaguarda. Lembro que quando a gente sentava pra conversar, eles sempre estavam ali assessorando os porta vozes, dizendo o que fazer, o que não fazer. Tinha gente que nem era da UNB que dialogava comigo”</p> <p>Acha que a ocupação dos secundaristas não teve influência com a ocupação da UnB em 2016. “Minha impressão é que foi muito pontual e que não teve folego”.</p> <p>Acha que os movimentos populares não tem mais respaldo da sociedade. “Eu acho que em 1968, eu tinha um postura diferente. Talvez eu fosse mais agressivo, talvez minhas verdades fossem mais absolutas. Então hoje quando me deparo com essas coisas eu sei bem onde esse filme vai dar. Eu sei bem quando você não tem esse poder de crítica, essa maneira de dialogar, essa transparência no processo, eu sei onde isso vai dar isso. Eu já vivi isso. Na invasão, se você pedisse a carteirinha de estudante, metade não tinha. Tinha gente que eu já conhecia de outros carnavais, gente já formada, gente que nem era daqui. Então, quer dizer, existia uma manipulação dessa boa vontade que a gente tem aos 20 anos, essa crença que pode mudar as coisas, essa confiança nos partidos. Quando você é jovem, pela falta de maturidade, pelo excesso de testosterona e outras coisas, você fica mais ansioso, não quer essa mesmice. É que nem aquela música do Belchior, “Como nossos pais”. Você não quer ficar conservador igual a eles, vendo essas coisas se deteriorarem e não tomar uma postura. Isso é intrínseco a ser jovem. Eu acreditei nesse país depois da redemocratização, participei da formação de um partido popular que era diferente de todos aqueles, ainda mais porque sou pernambucano. Aí de repente... fiquei estarrecido com o que eu vi. [...] Eu vi com esses olhos que a terra há de comer José Dirceu, em cima de um automóvel, gritando as palavras de ordem da época, e depois eu vi ele em outro ambiente, outra situação, dizendo outras palavras... Não podia ser a mesma pessoa. O fracasso do PT teve um estrago enorme, ele conseguiu avacalhar com a esquerda. Hoje vivemos uma descrença política de todos os lados. Se você</p>	<p>Não acredita que havia uma inércia anterior. “Eu acho que uma parcela estava se mobilizando. Se a gente for um pouco atrás em 2013 a gente não pode dizer que eles estavam inertes. A gente pode dizer que talvez eles estivessem equivocados em suas pautas. Principalmente os secundaristas foram pra rua, fizeram grandes manifestações, começando com a questão da passagem de ônibus, mas claro que a forma de liderar não ajudou a ter uma linha mais definida, até pelo aproveitamento de tudo pela direita. Eu acho que tem uma energia que talvez não tenha sido canalizada mas como eu acho que deveria”.</p> <p>Disse que teve dificuldade com a ausência de liderança do movimento.</p> <p>“Particularmente pra nós que temos menos experiência com isso, porque sempre atuamos no sindical, tendo sempre uma representação bem definida”.</p> <p>Acha que “isso é um reflexo do cuidado que eles tinham e ainda têm, pra não se identificarem, pra não sofrerem retaliações, responsabilização, criminalização como eles dizem. E que a participação deles no movimento resulte em uma perseguição política ou acadêmica”.</p> <p>“Conosco eles sempre pediam pra não se identificar, não gostavam que a gente perguntasse, diziam que a forma de negociar seria sempre através de um endereço eletrônico que eles criaram pra se comunicar, e nas reuniões e audiência eles nem se chamavam de representante, eram mediadores do movimento, e assinavam, sem nome”.</p> <p>Disse que conhecia apenas uma estudantes de outros momentos, de uma instancia institucional. Mas os alunos o conheciam de alguma forma, sua trajetória, e isso, além de facilitar a comunicação, contribuía para aumentar a confiança e avançar a negociação.</p> <p>Acha que a identificação eventualmente é necessária. Se houver danos materiais, como aconteceu, e eles assumirem, fazendo vaquinhas para pagar, restaurando as condições, tudo bem. Mas eventualmente é necessário particularizar, independente da medida que vai ser tomada depois”.</p>

	<p>se lembrar da última eleição, era Dilma e Aécio. Um acusando o outro do que estavam eles mesmo fazendo. Aí quando descobrem que o cara é ladrão, em vez de ficar envergonhado ele fica à vontade: ‘pronto, não preciso mais enganar ninguém’. Diferente do reitor da UFSC. Aquilo pra ele foi uma morte, ter que falar com família, amigos¹⁰⁴. A gente preserva na academia a ética, reconhecimento científico, a credibilidade. Se perde isso não tem mais o que fazer. Imagina se Maluf, Renan Calheiros estão preocupados com isso. Esses caras se perpetuam, não sei como. Eu acho que tem que ter essa indignação com o que está acontecendo. Nós que somos mais velhos temos, mas não somos mais nós que vamos mais abrir caminhos, tem que ser feitos por outros e agora tem que ser coerentes, não podem mais perpetuar os mesmos erros que a minha geração fez. Eu também não quero essas coisas que estão aí. Mas tem uma forma de fazer isso que eu já vi antes e vou morrer sem ver diferente”.</p>	
<p>Opinião sobre a PEC</p>	<p>Ele disse não lembrar de um posicionamento da Reitoria sobre a PEC, nem a favor nem contra¹⁰⁵. . Disse que discorda de como foi feito: “Vamos discutir, mostrar pra população. E não fazer propaganda. Me explica que aí eu vou querer, eu não quero o mal pro país, pro meu filho e pros meus netos, eu não quero a desigualdade que eu vivo no dia a dia. Eu tenho certeza que a minha geração toparia ganhar menos se houvesse uma melhor distribuição de renda. Mas as coisas estão divididas. Tem um papel fundamental de formar recursos humanos que pensem isso. Nós da engenharia trabalhamos com o bem-estar social, mas como se utiliza isso é diferente. Mas essa harmonia está meio capenga nos últimos tempos”. Disse que a EC 95 “se perdeu em meio com esse turbilhão de maluquice do país, já teve reforma trabalhista, vai ter previdenciária, o presidente já foi absolvido por excesso de provas, então salve-se quem puder. A universidade não é diferente, ela não tem um muro em volta dela. 2018 chega sem maior perspectiva pra nada. Acho que a gente</p>	<p>“Eu não tenho elementos pra avaliar os efeitos da PEC. Primeiro porque o mais imediato é no ensino médio e não no superior. Os resultados da educação vão demorar mais. Eu acho que foi ruim, péssimo, mas o prejuízo real a gente ainda não viu, pelo menos na universidade. A gente já teve cortes de pesquisa mas as consequências disso são ainda invisíveis. Este é ano que vai servir de referência para os próximos vinte. A gente vai sofrer muito, não tenho dúvida. E a comunidade acadêmica, mesmo com os funcionários, é pequena, as pessoas ainda não perceberam, ainda não se deram conta do que isso significa e fico preocupado com isso, com a capacidade de reação”.</p>

¹⁰⁴ Refere-se ao suicídio do então reitor Luiz Carlos Cancellier, afastado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por suspeita de desvio de recursos em cursos de Educação a Distância (EaD) oferecidos pelo programa Universidade Aberta no Brasil (UAB) investigado, investigado na Operação Ouvidos Moucos, da Polícia Federal. <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/reitor-afastado-da-ufsc-e-encontrado-morto-em-shopping-em-florianopolis.ghtml>. Em mai 2018.

¹⁰⁵ Em novembro de 2016, Conselho Universitário da Universidade de Brasília (Consuni/UnB) lançou nota contrária à aprovação da PEC 55: “ela representa um retrocesso nos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, inviabiliza a implementação do Plano Nacional de Educação, impacta significativamente o investimento na pesquisa científica e tecnológica brasileira e traz graves prejuízos à educação, ciência e saúde, áreas de fundamental importância para o desenvolvimento do país”. Além disso, manifestou solidariedade “aos movimentos sociais, estudantis e sindicais que defendem a manutenção do financiamento das políticas públicas para a Educação”. <http://adUnB.org.br/novo/consuni-aprova-nota-contraria-a-pec-55-antiga-pec-241/>. Acesso em nov. 2017.

	tem que fazer um movimento de resistência pra não perder aquilo que já foi conquistado, que é a qualidade de ensino, os projetos que a gente tem, os bons alunos”.	
Participação individual	Quando a Márcia assumiu as coisas foram indo, pediu pra não chamar a polícia. Então foi levado em banho-maria para que fosse resolvido na nova administração. Meu papel foi de botar panos mornos. Disse que tenta promover a resistência dentro de sala de aula, mas de uma forma diferente: “eu preparo bem minhas aulas, vou pra laboratório, vou atrás de projetos, engajo meus alunos. Se não posso mudar lá fora eu faço minha aqui dentro, acredito muito nisso. Eu tenho um código de honra quando eu dou prova, eu digo que sou apenas um facilitador da aprendizagem. Uma cola é oportunidade de burlar o sistema. Quem usa aqui quando for diretor de alguma empresa vai usar a propina. Então a gente fala de política aqui na engenharia mas é dessa maneira. Se você conseguir que a ética seja o maior patrimônio que você tem o resto você resolve na vida”.	Trabalhou para conseguir esse maior diálogo com os alunos, tanto na comissão de negociação anterior à troca de gestão como depois que assumiu o cargo no gabinete da Reitoria.
Participação coletiva, com o departamento	Disse que o departamento conversa sobre a polarização política, mas “isso não faz parte do nosso currículo, que é muito pesado, nas exatas de uma forma geral. E eu não sei se você já notou, eu acho isso um defeito, a velocidade que a tecnologia está indo. Eu lembro que tinha um jogo que hoje é peça de museu e todos nós trabalhamos naquilo. A engenharia é competitiva o tempo todo. A gente tem que gostar de física e matemática e parece que isso vai fazendo com que você pense diferente, a gente é muito cartesiano. A gente até tenta, porque é obrigatório fazer curso fora da engenharia. Mas tem turma de sociologia pra engenharia e o departamento lá coloca o professor mais picareta que tem pra dar aula. Eu já não gosto, e ele não consegue nem me motivar, aí não ajuda”. Acha que deveria haver menos aulas e mais projetos, e que na engenharia isso está começando a mudar. É associado da AdUnB mas não participa muito, vai em algumas assembleias.	Disse que a maioria na engenharia é mais conservadora, menos aberta, mas não sabe explicar por que. “Mas acontece em todo lugar no Brasil, em outras universidades. No direito também, mas é mais heterógeno, os embates são mais evidentes, a tecnologia é mais homogênea. Talvez pelo pragmatismo de ter as soluções não importando muito como. Engenheiro não quer entender o fenômeno, quer que funcione. Claro que existem exceções. Aqui mesmo na UnB teve vários casos”.
Relação com a Reitoria	Disse que foi um pouco a troca da reitoria, “que é mais alinhada com movimentos, pensamentos de PT, PSTU, PSOL”, que fez com que a ocupação terminasse.	Disse que havia uma falta de diálogo na postura da gestão anterior e fez um paralelo da ocupação de 2016 com a de 2008. “Obviamente que as demandas eram diferentes, um era essencialmente local e o outro essencialmente nacional. Mas em ambas as situações tivemos uma situação de transição. A ocupação foi uma parte dessa transição, em 2008 e em 2016 também, circunstancialmente, e elas tiveram características muito semelhantes, com uma reclamação dos movimentos em geral de dificuldade de diálogo, tanto como a de 2008 quanto a de 2016. As gestões posteriores então privilegiaram muito isso. Disse que enquanto estava na comissão de negociação, fez duas ou três reuniões, ou tentativas, com a equipe anterior:” não era uma coisa que andava muito, não

		avançava e as posturas era muito fechadas, do tipo ‘ou desocupa ou a gente não vai conversar’. Houve outros episódios antes da mesma forma, na época do Cassis, por exemplo, e as notícias que a gente tinha eram dessa intransigência”
<p>Vantagens/ desvantagens da ocupação de outubro de 2016</p>	<p>Apenas negativos, nenhum positivo. Lamenta muito não ter podido fazer a transição de gestão. “Chegou um dia que a reitoria estava ocupada. Quando acabou o mandato, fomos todos exonerados, não chegamos a nos reunir, não houve nada. Esse pra mim foi o grande pecado disso. Você expõem pra comunidade como deve ser gerida a instituição e não consegue dar continuidade porque existe um movimento de ocupação ou invasão que pensa diferente”.</p> <p>Acha que para os alunos foi bom, porque foi um laboratório, não teve consequência, não aconteceu nada com eles. Depois de formados eles vão contar sempre essa história: “lembra daquela noite, eu dormir na mesa do reitor””.</p>	<p>“Não sei qual a avaliação que esses movimentos fizeram em termo de resultados, mesmo aqui que recebeu caravanas, não sei o quanto interferiu, se criou alianças. Eu acho que houve uma frustração, que o movimento não conseguiu fazer isso. Tenho ouvido que o movimento se sente derrotado depois. Acho que eles esperavam alguma coisa que não conseguiram. Mas tinham as pautas locais também e nós tentamos dar continuidade a essas reivindicações e não tivemos respostas, essas reuniões não aconteceram, chamamos e tudo mas ninguém apareceu. Acho que por conta desse refluxo do movimento, foi colocada muita energia e o resultado não veio, e aí teve o recuo, é natural. Mas vem outras pessoas, os secundaristas que agora estão na universidade. Mas essa mobilização da ocupação não manteve o tônus para que essas negociações continuassem acontecendo.</p> <p>Não acha que a mudança da gestão do DCE tenha sido uma consequência direta: “existe um aspecto comum nas pautas de reivindicações, mas não existe uma continuidade entre aquele movimento e as ações que temos hoje. As pautas não são necessariamente outras, mas é como se não tivesse essa ligação, são movimentos distintos, apesar de ter algumas pessoas em comum. E acho que foi uma alternância natural. Depois de um certo tempo a oposição acaba que ganha força. Talvez a eleição seja resultado de um desgaste do grupo da Aliança”. Mas reconhece que foi um elemento que contribuiu, porque “foram várias eleições que a esquerda disputou e a direita ganhou, e não deve ter sido fácil juntar. Existem setores que estão fora da universidade há muito tempo, até mesmo a Une”.</p> <p>Disse que houve poucos prejuízos materiais e que foram parcialmente recuperados por uma vaquinha que os estudantes fizeram. “Mas o pior, que as pessoas reclamam mais, é a aula, prova que deixou de ser dada, atraso no calendário, adiamento do ENEM, embora não tenha sido o caso aqui. Sempre prejudica setores que não são diretamente afetados por aquilo que motivou o movimento. Por exemplo, greve no transporte. Mas essa conta quem tem que fazer é o movimento, se os benefícios serão maiores que os prejuízos. Vamos supor que o Congresso não tivesse aprovado a PEC por causa das mobilizações. Esse ganho teria valido a pena. Então é legítimo que esses protestos sejam feitos. [...] Mas eu vejo como preocupação, porque o resultado da ocupação não atendeu as expectativas que o movimento tinha naquele momento. Isso pode significar uma desmobilização dos atores da comunidade, que os enfraquece, e eu acho que é importante as pessoas estejam organizadas, preocupadas e atuantes. Por outro lado me preocupa a percepção de que as coisas só andam se</p>

		tiver radicalização, eu acho que não é uma consequência desse movimento particular, mas acho que é um cuidado que todo mundo deve ter, especialmente a administração, de manter o diálogo, os canais de participação sempre ativo, pra não passar essa visão de que as coisas só acontecem quando se radicalizam. Às vezes é assim mesmo, mas não deveria ser. No geral acho que a gente teve uma onda que pode voltar a qualquer momento. Entendo que o movimento foi válido mas é preciso fazer essa reflexão, dos desgastes, que são ruins pra todo mundo”.
Aprendizados pessoais	<p>“Eu aprendi a exercitar mais ainda o diálogo, a tolerância, de eu poder ser firme sem ser agressivo ou mal-educado, eu pratiquei isso. Talvez não da melhor maneira, porque quando está sofrendo pressão de um grupo é muito mais difícil do que quando está dialogando com duas ou três pessoas. Acho que tem gente bem intencionado mas tem sempre os aproveitadores, os provocadores, aqueles que defendem que quanto pior melhor, se tiver porrada mais visibilidade na mídia. Então tudo isso aprendi a processar e a não querer esse tipo de movimento aqui dentro da instituição. Não apoio mesmo. Mas aprendi a ouvir mesmo assim e não permitir se ultrapassem os limites comigo, me agredir. Aprendi até onde posso ir, qual o momento em que não há mais diálogo. Isso é muito delicado”</p>	<p>“Foi uma experiência rica de negociação. A primeira experiência com mediação do Ministério Público. Também foi significativo o fato de ter assumido papel de interlocução com o processo já em andamento, visto que a ocupação havia começado ainda sob a administração anterior da UnB, e com o desafio de reverter a tendência de tensionamento. Estávamos na iminência de uma ação de reintegração de posse, que teve desdobramento positivo, com base em muito diálogo”. Disse que a procuradora da república participou do CONSUNI e “ela ouviu e falou qual a interpretação do MP sobre as ocupações naquele período e qual o papel que ela buscava na UnB, de evitar confronto policial”.</p>

Professores

	Professor 1 – favorável às ocupações	Professor 2 – contrário às ocupações
Experiência anterior com ocupações	Participou do movimento estudantil na UnB de 1996 até 2001, falou que “presenciou greves, acampamentos de estudantes e movimentos sociais na UnB e ocupações de prédios públicos e de latifúndios” ¹⁰⁶ .	Assistiu a duas invasões, na Reitoria da UFRJ, em 1998, quando era aluno de graduação; e na Reitoria da UnB em 2008, quando era doutorando. Acompanhou as notícias, mas disse que “estava mais concentrado em suas atividades acadêmicas”.
Como chegou às ocupações de outubro de 2016 na UnB	Estava passando por acaso pelo prédio no Darcy onde estava acontecendo a Assembleia Geral dos Estudantes em que se decidiu pela ocupação na Reitoria. Além disso foi convidado para participar da ocupação.	Foi surpreendido pela invasão do prédio em que dava aula.
Opinião sobre a estratégia	Acredita que sejam ocupações, que a vanguarda da estratégia se deu nas escolas públicas e a da UnB em Planaltina, que decidiu mesmo sem saber se Darcy iria aderir, pela condição da maioria dos estudantes daquele <i>campus</i> , “pelo que eles tinham perder” e rápido, aderindo às demais. Acha que, diferente dos <i>campi</i> de Ceilândia e Gama, que tem cursos focados (só saúde e só engenharia), Planaltina tem áreas do conhecimento mais abrangentes e trabalha com os movimentos quilombolas, indígenas, camponeses, LGBT, sendo mais abertos. Disse que quando passou pela assembleia no Darcy, “gigantesca, lotada”, viu a hora em que informaram que o <i>campus</i> de Planaltina já estava ocupado: “a Plenária foi no máximo de excitação. Na verdade já tinham começado esse processo”. Explicou que já discutia a conjuntura como atividade de seu curso pela demanda de politização e organização dos movimentos sociais que ali estudam, muito antes do “golpe”, que na sua opinião teve início na CPMI da terra, em 2006 e 7 ¹⁰⁷ . Mas a ocupação em Planaltina acelerou em alguma medida a tomada de decisão para ocupar o Darcy”. Isso fortaleceu Planaltina, que não ficou isolada.	Acredita que sejam invasões, embora amenize às vezes chamando de ocupação, “abrindo mão num diálogo pra que a gente pudesse conversar de uma forma um pouco mais fluida, sem que o outro lado se sentisse agredido e também pudesse manifestar livremente a própria opinião”. Acha que é invasão porque a entrada é forçada, com energia, porque o espaço já estava ocupado, por professores, funcionários e alunos. Acha que seria um problema não assumir isso: “Nenhum processo revolucionário foi por meio de ocupação. Quem fez isso pegou em armas, cortou cabeça de rei e fez o que tinha que fazer com muito orgulho”, dando exemplo de Fidel e Che Guevara. “Eles colocaram um sistema socialista por meio de luta armada e não ficaram envergonhados por esse processo e tiveram sentido de vitória. Eles não disseram que ocuparam Cuba. Fizeram o que tinham que fazer, inclusive coisas reprováveis, executaram sem direito de defesa. Nem por isso eles se desculparam. A comunidade acadêmica utiliza uma dose de violência mas diz que não”. Acha que a universidade ser propriedade da União não significa ser propriedade de todo e qualquer brasileiro para utilização indiscriminada: “tem leis que regem

¹⁰⁶ Na entrevista o professor 1 comenta: “Durante 3 anos eu fui da direção do CA de comunicação na UNB, e por meio do movimento estudantil a gente ocupava as cadeiras nos conselhos superiores, então eu era conselheiro no CEPE, na época que as pautas de cotas foram discutidas. Eu me formei antes de elas serem votadas, porque na reitoria era o Timothy e seguraram o máximo que puderam, isso demorou um bom tempo. Mas eu vivi todo esse processo, debates sobre a questão racial, meritocracia, e isso tem impacto sobre mim, sobre a minha formação e sobre o curso que eu dou aula que tem mais de 80% das turmas de estudantes negros, o que é todo o recalque do *campus* que não teve reforma agrária. Então você tem toda uma massa de não proprietários que vivem em assentamentos ou em acampamentos ou em quilombos e aqui nessa região a gente tem o maior Brasil e do mundo que é o Kalunga. Eles se organizaram e perceberam que é uma alternativa de entrada na universidade e eles têm vindo em massa para o *campus*. Apesar das cotas de 20%, que eu defendo, apoio, acho super legítimo apesar de qualquer problema pontual, eventual que tenha, o nosso curso aqui tem uma taxa muito maior de entrada de população negra.

¹⁰⁷ “Primeiro uma coisa que eu sempre disse aqui é que a articulação do golpe já estava presente para os movimentos sociais antes do golpe, a estrutura que deu o golpe foi a estrutura que fez a CPMI da terra, em 2006/7. Essa estrutura não era o governo federal petista que passou a coagir, criminalizar os movimentos. Naquela conjuntura de governo petista você tinha de um lado um governo federal não criminalizando e ao mesmo tempo fazendo um jogo entre reforma agrária e agronegócio, favorecendo este mas quem operou foi o parlamento ruralista com o poder midiático de repercussão dos patrões e o Poder Judiciário bloqueando contra os convênios, exigindo coisas, transformando as pessoas em réus. Esse processo todo ele já tinha operado em baixa intensidade só no bloqueio ao avanço mínimo, tímido, contido, da reforma agrária mas que era real do ponto de vista de uma certa sustentação financeira cooperativa”.

	<p>Ficou impressionado de ver pela primeira vez toda a organicidade¹⁰⁸ que é ensinada nas aulas, “num esquema laboratorial, experimental”, ser testada: a divisão de trabalho, “a disciplina de um segmento que teve que lutar com ações diretas para poder sobreviver estava aqui dentro”. E acha que funcionou, de forma muito organizada e sistemática, com debates, tanto que ficaram 45 dias.</p> <p>Disse que presenciou “uma das experiências mais emocionantes de democracia”. No dia 16 de novembro eu estava aqui com outro professor [...] e quando a gente chegou lá dentro do auditório tinha os 30 funcionários da limpeza mobilizados pelos estudantes para um debate sobre como eles iam se organizar, porque quando os estudantes decidiram que eles iam limpar durante a ocupação, a empresa decidiu que, como os trabalhadores estavam ociosos, eles deveriam ir trabalhar no Darcy. Mas os terceirizados não queriam ir, porque eles moram perto daqui. Então o debate era o que faziam para se solidarizar com os trabalhadores [...] A solução encontrada foi dividir o turno dos terceirizados, numa metade trabalhariam com os alunos e na outra participariam dos processos formativos¹⁰⁹. “Quando acabou, começou debate sobre propaganda política [...] na primeira década da revolução russa, que era o livro que a gente estava ia lançar. Incrivelmente os funcionários ficam todos e sem nem olhar para o celular, nada, interessadíssimos, participando do debate. Eu e o professor ficamos felizes com essa demonstração participativa”.</p> <p>Disse que essa dinâmica de construção de ação fora das aulas faz parte do ensino nos cursos em Planaltina: “não dá pra ficar em sala aqui com uma audiência no STF que vai votar demarcação de terra quilombola”. Disse que faz parte do método esse “sentimento de urgência e prontidão”, “de engajamento e militância”, “de proatividade e desburocratização”: “não dá pra falar que no próximo semestre vamos ter uma mesa... a coisa acontece e a gente vai reagindo a ela [...] aqui a ordem é inversa. As pessoas vão fazendo as coisas, depois que ele é feito que vai cadastrar”. A distância [com o Darcy] ajuda e nos dá uma possibilidade de tensionamento.</p>	<p>administração de prédios públicos”. Acha que a assembleia geral dos estudantes não é Legislativo e portanto não autoriza o ato.</p> <p>Acha que a definição de legitimidade de um protesto depende das circunstâncias do país, mas defende “formas mais inteligentes” e cita Gandhi, que ensinou os indianos a fazer sal para não depender da Inglaterra e parou sistema de comunicação britânico para fazer orações, e não greve. “Não teve pichação, invasão de prédios público, porradaria, nada” e eles conseguiram o que queriam. No caso da UnB, “onde tem a maior concentração de doutores por metro quadrado, em todas as áreas, e podia fazer análises preditivas, desenvolver sistemas mas a única coisa que a gente conseguiu fazer foi ocupar prédio”, isso o deixa “desesperado”. Também defende formas baseadas em dados científicos, como o impacto da EC 95 na economia, e não o problema todo resumido em meia dúzia de gritos de guerra e misturado com outras pautas (feminista, antirracista).</p> <p>Acha que é ineficaz: “Invadir reitoria não influencia votação no Congresso”, sobretudo em razão do local, que deveria ser na Esplanada. “O país valoriza muito pouco a educação. [...] Dentro da universidade não é visto por ninguém. Tem um político que falou que “nós temos que parar de fazer discurso para nós mesmos”, que é subir num palanque na universidade e dizer que a educação tem que ser valorizada. Eu sei disso, eu sou professor, já estou predisposto a aceitar seu discurso. Tem que falar para a população e os políticos”. Reconhece que a universidade é mais segura mas não deveria ser: “Se o STF é invadido, em dois dias tem uma reintegração de posse. É capaz de alguém até tomar um tiro. Na universidade a tolerância é máxima, [...] é um território em que as leis parecem ser mais frouxas. O que em algum outro lugar seria punido com mais ênfase, na universidade é permitido”, e crítica a proibição de entrada da PM: “Se é porque ela é truculenta tem que combater isso e não ela estar no <i>campus</i>”.</p> <p>Acha que embora as ocupações dos secundaristas tenham dado visibilidade para a causa, traz mais malefícios que benefícios. Além disso não é uma estratégia nova, viu em 1996 na UFRJ, e apesar da importância de algumas causas, a repetição ficou associada a motivos banais, a uma mera insatisfação.</p>
--	---	---

¹⁰⁸ Segundo o professor 1, o *campus* de Planaltina, cidade que embora seja menor é mais antiga que Brasília, foi uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com 5 universidades do Brasil, dentre elas a UnB, para desenvolver um projeto piloto de turma de licenciatura em educação do campo, que incorporaria experiências de cursos de pedagogia da terra e dos movimentos sociais, sobretudo do MST, como política pública que se diferia da educação urbana, tendo a luta social pelo direito à terra como um dos principais focos. Durante o REUNE, e a Reitoria entendeu que seria importante transformar esse curso regular, pois havia demanda no centro-oeste todo para áreas rurais quilombolas.

¹⁰⁹ Nota dos trabalhadores da FUP foi lançada dia 5 de novembro de 2016. <http://fup.UnB.br/nota-dos-tecnico-administrativos-da-fupUnB-sobre-a-ocupacao-do-campus-e-a-suspensao-das-atividades-administrativas/>

<p>Opinião sobre a legitimidade do movimento e dos alunos</p>	<p>Acha que foi legítima: “Foi uma ocupação muito participativa de modo geral. Como mostra naquele vídeo “Revoluções¹¹⁰”, foi a maior assembleia que teve aqui, em que os estudantes inclusive que não concordavam vieram, falaram, o debate foi muito legal, e na votação houve uma diferença de menos de 100 votos, 194 contra 98 mais ou menos”.</p> <p>Falou que as pessoas precisam entender quem é esse sujeito que está fazendo essa ocupação. Citou um aluno cuja voz é de grande parte: negros, pobres, que andam de chinelo, roupa gasta, aqueles que não são vistos, contabilizados. Não creem que são estudantes da UnB. Citou outro aluno que é um senhor, aluno do curso de gestão do agronegócio, empresário, que tem um bar, apoiou a ocupação e fez falas agregadoras, com senso de responsabilidade do movimento estudantil dentro da universidade. Eles contradizem toda a expectativa e acrescentam. Por essa razão, ele relata que resolveu sair do Darcy, deixando a posição bem sucedida mas com competição entre colegas para subir nota do programa para estar entre colegas que compartilham dos mesmos princípios. “Uma mini sala de professor não é um escritório particular em que você é um empreendedor de seus próprios projetos e gestor de si mesmo, eu não acredito nisso. Semana que vem a gente vai para os quilombos e é incrível ver o que o estudante quilombola está fazendo com a bolsa que ele ganhou e o que faz 900 reais na vida de uma pessoa em uma cidade de baixo poder aquisitivo”, pra ele, família e comunidade, que se sente motivada a entrar na universidade também.</p>	<p>Acha que “teve gente que foi lá só para brincar de pique bandeirinha e escutar música no último grau, fazer bagunça” e que foi um grupo restrito de pessoas que sentou numa sala e elaborou a lista de demandas, do mesmo modo como foi feita a “carta de direitos humanos” e aos poucos isso foi “impregnando a consciência da população, mas não foi ela que pensou, talvez nem consiga entender o significado profundo dessas coisas”. A maior parte, portanto, teria uma convicção não racional, uma fé cega de que aquilo era verdade. Ele acha que os alunos são atores capazes de influenciar a opinião pública, positiva e negativamente, mas porque é um professor novo na universidade, ainda é curioso e tem uma certa paciência ou tolerância. Entende os antigos que já estão saturados dessas ações e reagem ou fogem, acham até bom ficar em casa e nem repõem depois. Achou absurdo eles limitarem a entrada dos funcionários para gerar folha de pagamento, jogando a culpa na reitoria quando eram eles que estavam no local errado. Nem o conteúdo nem a forma o convenceram: “Woodstock fez melhor que isso, sair pelado não está mais na moda, não é isso que sensibiliza. Aí você vê que são crianças que estão aprendendo com brinquedo de adulto”.</p>
<p>Opinião sobre a PEC</p>	<p>Não foi surpresa. “Há dois tipos de crise que quando se juntam é difícil um governo se manter: crise econômica e crise política [...] tinha a crise econômica mundial chegando ao Brasil, com desemprego crescente, e a crise política com insatisfação e casos de corrupção (Lava Jato) estourando a todo tempo e pegando diligentes do PT”. Então já sabia que o governo ia cair e os riscos disso, inclusive mesmo antes do impeachment: “desde junho de 2013, há um processo de ebulição no Brasil, ainda não devidamente mapeado de todo, de vários setores que não detêm poder institucional para alterar marcos legais e se movimentam”.</p> <p>Acha que a PEC 241/55 era “o principal mote conjuntural, mas o grande antagonista era o golpe, o Governo Federal considerado ilegítimo e tudo. Mas como se tem que lutar focando em uma batalha pra ganhar ou perder,</p>	<p>Também já esperava: “brasileiro tem mania de não ver de onde as coisas vieram”, e cita 2013, momento em que já era pra desconfiar “porque a última vez que a gente foi pra rua foi na época do Collor, vinte anos atrás”. “Os nomes foram falados. Ninguém sabia que a Dilma ia sofrer o impeachment, mas estavam gritando pra ela sair de lá, então tinha alguma coisa estranha aí. O Temer era vice desde o primeiro mandato dela e todo mundo sabe que o PMDB tinha aquela orientação, o histórico que a gente conhece. Então vamos começar a nos preparar, não é só ir lá e berrar”</p> <p>Mas não sabe ao certo sua opinião sobre ela, porque a economia pedia um ajuste de contas, a dívida depois de feita tem que ser paga e algum sacrifício tinha que ser feito, ainda que com um propósito punitivo educativo. Porém, apesar de</p>

	<p>foi escolhida a questão do teto dos gastos que detonavam a educação e saúde”. Para ele é uma medida “perversa”: “Olha que cruel, você pode até captar, mas você não pode gastar. [...] O que está acima do teto permitido volta pro Tesouro, então você captou pra alimentar o pagamento de juros da dívida. Obviamente eu não vou fazer papel de idiota se eu vou captar e isso não ser gasto para onde eu captei. Não tem cabimento. Isso está gerando um efeito que é a diminuição da perspectiva empreendedora de sair atrás de articulações internacionais. As consequências são várias e drásticas”</p> <p>Acredita que há uma manobra de inversão de causa e consequência: “você asfixia, precariza e depois usa isso como argumento para privatizar”, tal qual foi na década de 90¹¹¹.</p>	<p>afastado, notou escassez de recursos de saúde e educação, onde apostou que não haveria cortes.</p>
<p>Participação individual</p>	<p>“Eu estava em licença, em pós doutorado, mas não parei de atuar no Boletim, que é esse coletivo de teatro e audiovisual, nem no Revoluções, mas passei a vir mais na medida que era demandado pra debates, análise de cenário de conjuntura, oficinas, criar grupo, montar peças.</p> <p>“No dia da assembleia a polícia encostou algumas viaturas eu falei com eles, perguntei por que estava ali, ai eles disseram que tinham estudantes contra a ocupação e que tinha risco de violência na assembleia, e demandaram a presença deles, e aí eu e vários professores, a gente se colocou entre estudantes favoráveis e desfavoráveis e evitou que culminasse em briga. No vídeo aparece eu igual um segurança de festa, no meio do corredor de braço cruzado”.</p>	<p>Duas formas, que chamou de “protesto”, ambas com alunos de sua turma, “um envolvimento coletivo, mas não foi nenhum desses outros movimentos organizados”. Uma foi tendo aula ao ar livre, com os alunos sentados no chão, aprovado por eles e sem exigência de presença. Segundo ele “foi a forma de nós mostrarmos que estávamos insatisfeitos com a maneira que o outro lado estava se portando. Então nós decidimos não atrasar o conteúdo e continuar com o programa”, “pra contrabalancear um pouco (...), dizer ‘olha, nós vamos ter aula a qualquer custo porque isso é um direito nosso’”. Embora tenha havido um “contra protesto”, pois a energia que estava usando do lado de fora do prédio para projetar a tela foi cortada pelos alunos ocupantes, a ideia aconteceu. O outro foi o desenvolvimento do “joguinho da desinvasão”, inspirado no livro “Animal Farm”, de George Orwell. Era um mapa da UnB e o objetivo era “arremessar livros em ovelhinhas caminhando em direção ao ICC”, “para que aquilo ficasse desocupado e pudesse funcionar adequadamente”. Complementa: “uma certa hora você ganha um poder, o meteoro de constituição. Você mata 3 ovelhas numa constitucionalizada só”. Para ele “é um protesto bem humorado a respeito das invasões”, mas depois justifica que estava chateado, pelas invasões e pelo momento político, e que não deveria ter feito isso¹¹².</p>

¹¹¹ Segundo o professor 1, “Eu estudava na década de 90 na época do FHC no governo. Eu me politizei contra o neoliberalismo e apesar disso, a gente ganhou aquela luta, a universidade não foi privatizada. A gente sempre tem uma tendência de narrar a história como uma série de derrotas, mas acho que há um equívoco aí. [...] Não é assim, a gente aprende com as pequenas vitórias que a gente tem. Mas agora, eu não imaginava. Depois de um ciclo histórico de governo que eu ajudei a eleger, embora não seja militante petista nem nada, de expansão das universidades públicas, você percebe que a pauta dos anos 90 voltou com toda força. É incrível. Depois de 20 anos a gente deu um passo pra trás, estamos em 1996 de novo”.

¹¹² “Não sei se as pessoas conseguem passar pelo que está acontecendo no Brasil de forma relativamente imune, não deixa se afetar pelas coisas, vivendo suas vidas, mas eu não, eu me envolvo, fico agoniado, não durmo. E ingenuamente acho que o que vou fazer vai fazer diferença. Fico maquinando, vejo notícia e quero compartilhar, comentar. Estava muito consumido por esse espírito de batalha, que ‘eu tenho que lutar’, toda essa questão que eu critiquei nos movimentos. Normalmente não consigo me manter afastado, quando eu vou ver já estou perdendo as estribeiras, e naquela hora sim, eu estava bem agressivo. Depois eu tirei do ar, achei que não deveria ter feito isso. Mas se quiser depois eu te passo.”

<p>Participação coletiva, com o departamento</p>	<p>A gente fez a nossa assembleia para decidir qual seria nossa posição. Aí tinha uma dificuldade de parte dos professores [...] que precisavam entender que a gente tinha que negociar com outro segmento que tem o mesmo direito de parar ou não que nós. Tinha uma fala meio condescendente, paternal que dizia assim: ‘tudo bem, a gente entende o posicionamento de vocês mas vocês podiam deixar a gente continuar a dar aula’. Tinha uma infantilização do protesto, do ato. Uma recusa a aceitar que os motivos pelos quais os estudantes estava protestando nos afetariam também. A FUP é uma exceção da qualidade de seu corpo docente, cuja seleção tem uma leitura progressista da função desse <i>campus</i> para a UnB [...]. A maioria dos professores que estavam na assembleia foi absolutamente favorável à ocupação¹¹³. Os contrários é isso, veem primeiro o seu trabalho e não conseguem ver a relação entre ele e o estado geral do mundo e as consequências da degradação da universidade. Então houve uma adesão grande de professores conscientes daquele momento histórico como demonstração de força. Vários de nós vieram aqui fazer debates, participávamos de discussões. “Mas não eram disciplinas. O nosso acordo era nos colocar à disposição para as demandas deles com o que dava. Quem decidia as prioridades eram eles que se reuniam frequentemente, uma das comissões era de formação, e entravam em contato com a gente combinando o dia. Quando tinha ameaça policial a gente vinha pra colocar um meio, e em alguma medida, na nossa condição de professor, para evitar o risco de abuso da força policial e deixar tudo sobre controle”.</p>	<p>Relatou que não se organizou com os professores da área (engenharia, matemática, física, computação), que historicamente tem menor envolvimento com esse tipo de atividade. As reuniões ocorreram mais para resolver o problema operacional e logístico de falta de salas, embora tenha havido encontros para discutir a política da coisa, no sentido de sondar qual era a opinião dos professores a respeito do que estava acontecendo e o que eles achavam que deveria acontecer. As perguntas eram se o departamento era a favor ou não ao apoio ao reitor no processo de reintegração de posse e o que achavam da PEC 241/55. Embora ache um direito professor se manifestar, acha um desperdício de tempo, pois isso não é papel desse profissional nesse ambiente, mas em partidos ou mesmo dentro da universidade, em atividades extracurriculares. “Eu preferia estar preparando minhas aulas com melhor qualidade do que estar discutindo dentro da reunião departamental a respeito disso”.</p> <p>Por outro lado lamenta a “alienação dos professores das exatas”, que fazem diferença, como 2012 ou 13 em que foram na assembleia apenas para votar e ajudaram no quórum mínimo para sair da greve. Acha que os debates são importantes, para informar quem está desinformado, mas que normalmente as pessoas já chegam com uma opinião formada e as reuniões são “chatas”, as pessoas passam a tarde inteira falando “besteira” que que não contribui para resolver o problema. Mas compreende a “dificuldade de se engajar em discussões longas e filosófica”, embora não seja o seu caso, que gosta de observar para se divertir”, pois “não é um professor tradicional”, se envolve com história, arte, gosta muito. A maior parte dos colegas, porém “passam na frente do departamento de música, com gente deitado, tocando violão e fazem piada dizendo que eles estão ali estudando para o exame final”.</p>
<p>Relação com a Reitoria</p>	<p>Disse que a relação com a Márcia é ótima, o diretor atual na outra campanha foi o vice e tem professores de Planaltina como diretores e decanos. Falou que não teve um grupo pós ocupação, que há uma abertura muito grande a todo momento: “a gente chama e eles veem. Estavam aqui na abertura da semana universitária, vieram prestar conta da dificuldade financeira da gestão, enfim, é uma presença, mas é uma característica da gestão, da chapa, de estarem em todos os <i>campi</i> e estão fazendo isso”. Mostrou solidariedade em relação às acusações à gestão: “tem gente que tem dificuldade de reconhecer que uma crise nacional e internacional, econômica e política, vai ter um impacto na universidade. O problema não é da gestão em si. [...] Ela está tentando, fazendo diálogo, acolhendo</p>	<p>Citou que Ivan foi eleito “porque a gente estava de saco cheio” dessas discussões. E também para arrumar a administração mal feita anterior, que deixou a universidade no vermelho. Disse que “é sempre assim, uma gestão vem e conserta tudo, vai outra lá e bagunça tudo”. Mas não sabe o que a Márcia está fazendo, porque estava afastado.</p>

¹¹³ Nota dos professores da FUB foi lançada dia 5 de novembro de 2016. <http://fup.UnB.br/nota-dos-docentes-da-UnBfup-sobre-a-pec-552016-e-sobre-a-ocupacao-do-campus/>

	<p>propostas. No limite os problemas maiores não são internos, são externos. Não são eles que estão decidindo cortar bolsas, quem está decidindo fazer isso é o Governo Federal. Eles têm uma oposição muito boa, de bater de frente, de cobrar, pressionar. Dentro de todos os limites institucionais do que é possível fazer, eles estão fazendo bem. Tem que lembrar que tudo vai na conta do CPF do reitor. Outro dia o outro se matou, respondendo processos de inadimplência. É uma sobrecarga e uma injustiça política, de um indivíduo quando está no exercício do cargo. É uma tarefa digna de quem se dispõe a correr esse risco pelo coletivo”.</p> <p>Em relação ao Ivan, disse que ele foi bem de direita, era da engenharia que tradicionalmente vota junto, pensa igual, com exceção de alguns professores que tem uma visão mais aberta, normalmente da área da engenharia florestal ou ambiental</p>	
<p>Vantagens/ desvantagens da ocupação de outubro de 2016</p>	<p>“Eu tendo a sempre pensar que processos organizativos de luta tendem a gerar efeitos positivos, de curto, médio e longo prazo”. No curto prazo, acha que “o ponto organizativo foi um salto, porque na construção da cultura política do movimento estudantil e da relação dele com os professores e técnicos, houve uma mudança na compreensão sobre quais são os espaços de reivindicação de direitos de cada segmento”. “Os professores aqui se encontravam nas trincheiras de luta na esplanada com os alunos, indo para o pau com a polícia. Isso muda a relação. Os alunos olham os professores de outra maneira e todo mundo se vê no mesmo barco afundando, isso cria solidariedade”. Isso foi um ganho porque acha que os alunos não estavam preparados para enfrentar o neoliberalismo na sua máxima potência como ele está agora: “depois de 2002 era tudo muito fácil, mestrado e doutorado com bolsa, ciência sem fronteira [...]. Então as pessoas ficam em suspenso, assistindo isso como espectadores”. Espera que estudantes saiam da posição clientelista, assistencialista: “Alguns se comportavam aqui como se fosse um favor a universidade ter aberto as portas pra eles. Então eles confundiam direito e privilegio, muitos agradeciam por estar aqui. A gente sempre fala, alguns professores: ‘não é um privilégio, é um direito, se não brigar por ele você vai perder. Então aprenda a conquistar e manter os direitos. E se não for você que tiver conquistado, entenda que isso é fruto de lutas anteriores. E está em risco</p>	<p>Majoritariamente Negativos. “Não conseguiram o que queriam, a maior parte das reivindicações não foi atendida, a PEC foi aprovada” e causaram prejuízo: “impediram alunos de terem aula, de funcionários trabalharem, depredaram patrimônio, quebraram cadeiras, picharam”. “O final das ocupações pareceu final de festa, o cara bêbado sentado no chão, sem camisa, música baixa. Fim de guerra, corpo morto no chão. Sentimento de derrota. [...] Ocuparam foi mais de um mês e o que conseguiram foi nada, em termos objetivos [diretos]”. Mas apontou como resultados indiretos, por um lado algumas pesquisas como está e o debate sobre alguns temas que a gente não costumavam debater”, e por outro acirrou a polarização e a agressividade no debate¹¹⁵ que vai chegar ao máximo nas eleições. Acredita que não é necessário ocupar para debater: a motivação de aprender assuntos alternativos deveria ser um ímpeto interno. Não acredita que as ocupações tenha tido ou adquirido organização: “os grupos tomaram decisão de forma isolada” e ainda que a gestão do DCE tenha mudado, acha pouco: “talvez o que falte é isso, um pouco mais de orgulho, acreditar que tem mais potencialidade, ser bom no que tem que ser bom. Mas isso ainda não se desenvolveu. É uma civilização incipiente. Estamos atrasado duzentos anos em relação a outros países. A gente tem muito o que correr atrás em pequenas soluções. Os movimentos não foram diferente do que o país já é.</p>

¹¹⁵ Na reunião dos professores você imagina que, todos doutores, vão ter uma discussão racional, mas ali eles estavam a flor da pele, berrando, parecia estádio de futebol, uns gritavam contra a Dilma, outros a favor, aí todo mundo gritava de outro. A gente não consegue mais conversar, uns apresentam um argumento de um lado, outros apresentam outros de outro. Teve uma hora que gritaram "tira o chiclete da boca!". Meu Deus do céu, o que é que tem a ver? Aí vai votar e os votos somem. A forma era de um jeito, aclamação, depois era de outro, em urna. Aí tinha uma fila enorme de professor se acotovelando. Aí no corredor a mesma coisa, uns falam uma coisa, outros dizem outra, aí já vira briga”.

	<p>agora. Então houve uma mudança de percepção”. Espera que os alunos procurem uma identidade coletiva construída pelo debate, pela reflexão coletiva, pela organização do segmento e pela luta.</p> <p>Reconhece que houve derrota, desgastes, cansaço, frustração por não ter conseguido impedir a aprovação da PEC, e que foi muito longa, mas que as coisas não se dão por imediato e que no longo prazo “há uma outra cultura política sendo forjada em meio ao avanço do golpe do fascismo”¹¹⁴ e que “a conjuntura do país acelerou providencias para tentar reorganizar a classe trabalhadora”.</p> <p>Acha que “certamente esse <i>campus</i> voltará a se tornar um espaço de ressignificação das relações por meio de uma ocupação, que permita que a gente discuta política juntos fora da sala de aula. Não tenho dúvidas que isso pode acontecer. Aliás as condições estão todas dadas para que isso aconteça em nível nacional. Talvez o que hoje esteja contendo isso é a expectativa midiática gerada em torno das eleições de 2018. Porque como está chegando uma possibilidade de mudança, as pessoas se colocam na posição de espectador votante para ver quem vai apoiar, quem vai lançar. Então isso divide também. A gente está já contando os meses de uma eleição, em menos de um ano, se é que vai ter, essa é a questão. Ontem tinha uma colega historiadora lendo livro do filho do Jango que ouvia as conversas do pai dele dizendo que no ano seguinte ia ter eleição e tudo voltar ao normal e não foi. Eu tenho crença no futuro mas coloco a minha energia para fazer com que as coisas andem de baixo para cima, mas tenho cada vez mais receio dado o agravamento da violência material, simbólica, que tem se manifestado. Acho que temos que manter uma energia de luta proativa intelectual capaz de organizar as coisas, no mínimo uma leitura histórica do processo. Se a gente perder isso entra no estado depressivo melancólico muito forte, como vejo em alguns colegas. Eu tenho expectativa. Não no resultado da eleição de 2018, mas que a polarização seja politizadora. As pessoas começam a perceber o que está em jogo, sem mistificação de um lado ou outro. Um professor de Santa Catarina diz que o que a gente perdeu foram as ilusões, agora estamos entrando em fase de um potencial de maior lucidez, sobre nossas possibilidades”.</p>	
--	---	--

¹¹⁴ Sobre o fascismo, o professor 1 citou como exemplo “a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes pela polícia de São Paulo, “supostamente em busca de um suspeito que poderia estar lá, dando tiro pra cima, pra baixo e prendendo duas pessoas, entre elas um senhor com Alzheimer”. E no movimento contrário a isso mencionou “um jornal chamado ‘O homem livre, tribuna antifascista’, que era um jornal da década de 30 contra imperialismo, e já estava em 3 cidades, na 3ª edição, por iniciativa de alunos, um deles de Planaltina, “vendendo a 2 reais com em uma banca que tem um monte de livros sobre nazismo e fascismo, em um lugar onde só vendia ingresso pra festa”. Também cita o suicídio de reitores e a perseguição a professores. “E a gente sabe que pode chegar aqui, na UnB. São um dos mais que reconhecem importância dos movimentos sociais”.

Aprendizados pessoais	Acha que não houve mudança, pois sempre participou disso, mas que acumulou experiência: “a gente está lendo a conjuntura e intervindo sobre ela”. Citou o programa Revoluções, que continuou, com mais três episódios, e outros projetos de extensão. “É um processo contínuo de tensionamento com as contradições da ordem instituída, que tem nesse momentos de ação direta, uma atitude de contraposição contra a lógica dos que governam e dos projetos que pretendem aprovar quando eles se contrapõem aos direitos duramente conquistados por lutas passadas”.	“Fiquei extremamente desgastado psicologicamente, não só por conta das invasões, mas também devido à guerra política que estava motivando aquele tudo aquilo. Queria realizar meu trabalho da melhor maneira possível e estava sendo impedido. Viva sob o risco constante de ter o prédio do departamento invadido e de ter meu local de trabalho inacessível. Estava indignado por ter os meus direitos ameaçados. Não se luta por qualquer outro direito privando de seus direitos aqueles que talvez possam até lutar do seu lado. Eu me senti vítima da ditadura dos invasores e isso me deixou bastante exaurido em todos os aspectos da minha vida diária”.
------------------------------	--	---

Alunos

Categories de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
1. Experiência anterior com ocupações	Nenhuma	Ocupação da reitoria em 2015, do DFTrans em 2016, do MTST (como apoiador).	Ocupações dos secundaristas e movimentos sociais	Nenhuma.	Nenhuma.	Nenhuma
2. Como chegou às ocupações de outubro de 2016 na UnB	Pela mobilização dos próprios CAs e pela assembleia geral.	“Estava na assembleia que deflagrou a ocupação, puxada pela CE do DCE, mas articulada pelo movimento estudantil” que pressionou para que ela acontecesse ¹¹⁶ ; soube das notícias e quando saiu do trabalho foi para lá.	Um grupo pequeno, dentro do alojamento, começou a discutir e decidiu que tinham que fazer reuniões com todos os CAs. Houve uma assembleia e resolveram ocupar. À convite, para compartilhar experiências dos secundaristas e agregar força ¹¹⁷ .	Foram à assembleia para a ocupação da Reitoria e depois foram à assembleia na FAU, porque era um momento importante. Ficaram sabendo pelo <i>Facebook</i> , mas já estavam tentando organizar uma mobilização há algum tempo até porque o CAFAU estava desativado e a FAU estava apática diante toda a situação ¹¹⁸ .	Já estavam participando de reuniões anteriores à ocupação, porque existia essa vontade de fazer algo em relação a tudo que estava acontecendo. Participaram da assembleia geral, da ocupação da Reitoria e no mesmo dia decidiram ocupar o BSAS. Duas semanas depois, após relatos de mulheres que estavam se sentindo inseguras na ocupação, aliada a pautas de gêneros que já existiam dentro da universidade,	Ficaram sabendo por colegas, pelo <i>Facebook</i> ¹¹⁹ e WhatsApp. Um estava na assembleia porque estava concorrendo à eleição do DCE e acompanhou a decisão o momento da invasão na Reitoria ¹²⁰ .

¹¹⁶ No dia anterior já tinha tido a ocupação da FUP e mais cedo do Diretório Acadêmico do Quilombo. Então já existia um clima de ocupação,

¹¹⁷ Ela era do curso de Ciências Sociais e contou que “sempre acompanhava as escolas, ajudando a formar grêmio, mostrando o que estava acontecendo com a isenção do PAS, questões assim, relacionadas à educação. E aí a gente pensou que tinha que falar nas escolas alguma coisa assim, para ir fomentando o debate sobre a educação, sobre tirar a sociologia do currículo. eles precisavam saber o que estava acontecendo porque as escolas mesmo não falavam”. “Desocupar a escola não significa que a gente estava desistindo da luta mas ali naquele momento não dava pra fazer outra coisa então a gente resolveu somar de outra forma, vindo pra FUP, ocupar a universidade junto aos estudantes que já estavam aqui”. “Então o que me chamou a atenção nesse momento foi perceber que essa geração que está no ensino media tem outra visão da geração do ensino médio da minha época. Eu lamento muito não ter essa concepção política formada naquela época. Mas fico muito feliz de saber que eles no ensino médio já têm essa concepção e provavelmente vão ser atores para mudanças sociais que vão vir agregar valores para a classe menos favorecida, para a classe mais baixa”

¹¹⁸ Eu tinha acabado de voltar do intercâmbio da Holanda e estava esperando outra coisa, porque quando eu saí a FAU era bem mais movimentada e eu estava com muito temor de como as coisas estariam aqui porque eu passei aquele período todo do impeachment fora e vi aquele vídeo que mostrou o ataque do pessoal pró- Bolsonaro e isso tudo me deixou muito assustado, então estava querendo mesmo que a gente fizesse alguma coisa naquele momento.

¹¹⁹ Eu cheguei a acompanhar só o *Facebook* mesmo, começou com a página do da aliança pela liberdade, que noticiou o resultado da assembleia e postava várias fotos, e ficava acompanhando por lá e a gente mandava fotos para o pessoal, quem chegasse aqui de manhã e visse que o portão estava trancado mandava foto, foi uma coisa bem colaborativa que todo mundo estava se ajudando por lá mesmo. Mas esse acompanhamento era mais para saber se a gente ia ter aula ou não, não para saber outra coisa, era para saber se ia pra UnB ou não. “Eu cheguei a acompanhar também a página do pessoal que estava invadindo, a página Ocupa UNB, mas mais pra zuar. Eu ficava me perguntando o que eles estavam fazendo ali e ficava pensando, poxa, podia estar tendo a minha aula de cálculo, probabilidade, estatística, e o pessoal lá dançando. Eu ficava indignada, mas achava era graça.

¹²⁰ Foi uma Assembleia que aconteceu a noite e eu estava lá, porque o grupo de que eu faço parte estava concorrendo às eleições do DCE e a própria Comissão Eleitoral convocou pra Assembleia, então a gente fez questão de estar lá por ser algo que a gente entendeu que era inerente ao processo eleitoral. Quando optaram pela invasão foi todo mundo pra Reitoria, eu e mais 4 colegas fomos juntos, não como participantes, mas como observadores, para acompanhar o processo e pra dar o repasse para os alunos da UnB.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
					resolveram ocupar o BSAN só com mulheres e trans.	
3.Opinião sobre a estratégia 3.1. por que ocupar (e não outra forma)	Porque estavam sem espaço de luta, em razão da gestão, do DCE de direito que não promovia debates políticos, estavam apáticos por causa do “golpe” do Governo Federal; porque aproveitaram troca de gestões do DCE e da Reitoria; porque todos	Por causa da conjuntura nacional ¹²⁶ ; por causa da “tradição da UnB de ocupar quando as demandas do movimento estudantil não são atendidas ¹²⁷ , depois de várias conversas em várias instancias ¹²⁸ ”; “porque os	“porque não tinha outra forma”, porque era necessário para ter visibilidade para chegar aos políticos; porque as outras formas não funcionavam ¹³⁰ ; “porque as conquista só vem através da luta” ¹³¹ , “para	Porque era “uma ferramenta para algo maior” ¹³⁵ , pela visibilidade de um posicionamento da população; para agregar aos secundaristas ¹³⁶ e à FUP; porque era a estratégia adequada para debater e se	Da ocupação da UnB geral: porque esse era o movimento nacional, para somar a ele, e porque Brasília é representativa ¹⁴² , pela visibilidade ¹⁴³ , porque é uma estratégia forte ¹⁴⁴ e portanto eficiente ¹⁴⁵ ,	Porque todo o país estava fazendo ¹⁴⁸ , porque a UnB estava vulnerável e era mais fácil do que outros lugares ¹⁴⁹

¹²⁶ O processo de ocupação na juventude começou em 2015 nas escolas em SP contra a medida do Alckmin e depois disso contra a PEC, reforma de ensino médio e a escola sem partido. Já tinha mil escolas ocupadas e algumas centenas de universidades também. [...].

¹²⁷ Quando eu entrei no movimento estudantil da UnB sempre me falaram que teve em 2008 uma que derrubou o reitor que era corrupto. Então ainda existe aquela imagem de 2008, tanto é que muitos que estavam em 2008 foram lá pra ver

¹²⁸ houve vários movimentos pela defesa da educação que defenderam greves de estudantes e professores, mas aqui na UNB isso não acontecia a última que tinha era 2012 e nunca teve de estudantes até porque nenhuma assembleia tinha quórum

¹³⁰“a gente ia fazer manifestações no plano piloto, arrumava ônibus com o sindicato dos professores, só que nunca era suficiente”. O momento teve suas representações que participou de comissões e discussões no congresso nacional, no MEC, nas manifestações.

¹³¹ essa vontade de mostrar para a sociedade, para o nosso país que estamos brigando e vamos continuar sempre que for possível”

¹³⁵ A primeira manifestação que teve foi dia 29, Ocupa Brasília, que ia vir outras pessoas do Brasil para cá, então eu vejo a ocupação como uma ferramenta de algo maior, mais de articular os alunos, discutir, politizar, e mostrar na verdade que as pessoas estavam organizadas e posicionadas contra a PEC e contra tudo que estavam tirando da educação.

¹³⁶ até pela questão de os secundaristas estarem ocupando também, eles foram meio que a vanguarda desse movimento e gerou essa mobilização dos universitários também para ocupar

¹⁴² Era um momento bem crítico. o que me estimulou mais foi pelo movimento nacional, várias Universidades e escolas estarem sendo ocupadas naquele momento e acho que a universidade de Brasília não poderia fazer diferente porque ela é muito representativa. era um modelo que estava tendo no Brasil e a gente adotou também.

¹⁴³ é tipo um ataque cênico. Eu estava estudando performance então é como se fosse uma intervenção. Era inevitável ver aquilo, aquela indignação

¹⁴⁴ é uma das estratégias uma das mais eficientes, porque ela incomoda muito. E juridicamente é muito difícil de você tirar uma pessoa de uma ocupação em um espaço público, pelas reivindicações mesmo. Tem todos esses argumentos de defesa então é uma estratégia forte de luta.

¹⁴⁵ . Eu acho que se a gente não tivesse ocupado uma sala, dormido lá, a gente não teria conseguido ou não tão rápido. Aquilo pressionou pra que a gente ter reunião e fez com que a gente conseguisse conquistar isso assim. A ocupação lá do DFTRANS também teve uma certa eficiência. Aqui não foi tão eficiente porque a PEC passou e eficiente é quando você conquista o que queria, tanto quantidade como qualidade

¹⁴⁸ estava tendo esse debate da PEC e foi majoritariamente o assunto da assembleia e essa questão das invasões já estavam acontecendo no país afora e esse grupo que compareceu que puxou a assembleia acreditava que tinha que somar a esses movimentos.

¹⁴⁹ A UNB é um espaço público, todo aberto, então é muito fácil juntar dez pessoas e invadir um prédio, não precisa de tanto esforço. Então eu vejo que foi pela facilidade, ainda mais porque era de noite, não tinha ninguém e a Reitoria era perto do lugar da Assembleia. “Um dos motivos pro protesto ter sido aqui é a questão da reação, porque no Congresso as pessoas tem mais poderes e podem dar a ordem de retirar, aqui não, tem que ter uma decisão judicial. “lá o pessoal corre o risco de apanhar, aqui o pessoal passa a mão na cabeça, diz que é o estudante expressando sua opinião. Mas lá teria maior visibilidade, chamaria mais a atenção da mídia,

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	estavam fazendo e tinha que reagir também ¹²¹ ; Pelo exemplo de outras universidades e escolas; pelo fato de a UnB estar na capital do país ¹²² ; pelo histórico de ocupações da UnB; para não permanecer apático diante do	estudantes tinham medo da violência das ruas desde 2013; porque é o “único instrumento realmente efetivo” ¹²⁹ ,	consolidar a onda de ocupações no país ¹³² ”, “sentimento de pertencimento àquele espaço e o que ele significa”; “Foi muito inspirado também na revolução chilena”, “porque a UnB sempre teve esse histórico”; porque é o papel	informar sobre os assuntos em pauta ¹³⁷ e articular com estudantes de outras regiões do país ¹³⁸ ; perda da crença nas instituições, como em 2013 ¹³⁹ ; porque é um espaço familiarizado ¹⁴⁰ ; porque era a forma que tinha para alcançar o Congresso;	Do BSAS: porque na Reitoria não cabia mais e porque a ideia era paralisar as aulas para os alunos se mobilizarem ¹⁴⁶ e era um prédio com muitas aulas, especialmente dos cursos das pessoas que organizaram a ocupação. Das mulheres (BSAN): para dar segurança às mulheres e	

porque ninguém liga para a universidade, mas para o Congresso sim”. “supondo que tivesse mil pessoas ocupadas na UnB, isso não ia ser nada no Congresso, a arquitetura foi feita justamente pra não aparecer as mobilizações. eles não conseguiriam ter tanta voz se fosse num protesto normal na Esplanada. Aqui era mais fácil mesmo, até pra prolongarem o tempo da ocupação”.

¹²¹ No começo, a gente estava meio sem chão, no que a gente vai se respaldar? a gente não tinha um DCE, uma reitoria que apoiava a gente, a gente queria fazer alguma coisa contra esse governo e contra essas medidas que estão sendo impostas, então o que a gente podia fazer? Então a gente aproveitou o contexto político que era de ocupações, de escolas e outras universidades o e falou: “cara, essa é a nossa chance né?” Aproveitamos que o DCE estava nas mãos da Comissão Eleitoral, que não era mais a AL, e ela podia pedir uma assembleia geral, coisa que a AL nunca tinha feito, e então a gente organizou essa assembleia juntos. Nesse dia a gente elencou todos os pontos errados, tudo que a gente vivenciou nas universidades todos esses anos que a gente ficou calado, olhando simplesmente: feminicídio, Escola sem partido, reforma no ensino médio, PEC. E a gente ia ficar calado também? Tinha que reagir igual todas as outras universidades e escolas estavam fazendo.

¹²² aqui na UnB não é tão distante ocupar a UnB e não o Congresso. As grandes manifestações que a gente teve, 29 e 13 a gente conseguiu trazer uma massa de estudantes pra cá. Foi o mais importante em termos de impacto externo. A gente estava em contato, por meio da página e tudo, e todo mundo queria vir pra cá. A gente pagou ônibus pra alguns virem e a gente teve que dar um jeito de receber todo mundo. De uma semana pra outra a gente teve que negociar o Centro Comunitário pra acamparem lá. Teve gente do Brasil inteiro, pra ir pro Congresso e pra fortalecer as ocupações. Então a gente conseguiu fazer um movimento independente de estudantes do país. No dia 29 tinha 20 mil estudantes na Esplanada. E sem tudo isso eles não viriam pra cá

¹²⁹ “de modo geral o estudante enxerga que ocupação é o único instrumento efetivo. A gente vem de um movimento de ocupação das ruas, desde 2013, e teve uma resposta institucional com muita repressão policial, como foi o dia 29/11. Então os estudantes não se sentiam mais à vontade pra ir pra rua, com medo da violência. O lugar onde você podia se articular eram as escolas, as universidades”. “algumas pessoas perguntavam: mas tem que ser ocupando? Não tem outra forma? Eu sempre perguntavam: em quantas assembleias do curso você já foi? Pra você estar neste espaço discutindo, mesmo contrário, você está aqui e só veio porque a universidade está ocupada. Se fosse na esplanada, as pessoas que seriam atingidas pela PEC 55 não estariam debatendo. Pode existir outras formas mas quem vai dizer é o movimento.

¹³² “Como assim os secundaristas perceberam, fizeram uma leitura política da realidade, já estão ocupando os espaços, e a gente? A gente precisa se movimentar também, vamos se juntar a essa luta.”

¹³⁷ eu não consigo enxergar outro espaço que a gente conseguiria trazer tanto debate, convivência, política mesmo para a vida dos estudantes se a gente não parasse a universidade e fizesse isso. Não era ficar parado, tinham várias atividades como assembleias, reuniões com outras ocupações, palestras, aulas com professores e alunos de outras universidades, reuniões com movimentos estudantis, convivência coletiva. E a gente sabe que isso seria impossível se tivesse tendo aula, principalmente num curso de arquitetura que é muito difícil, um curso integral e as pessoas ficam na sua, fazendo seus trabalhos e esquecem do mundo

¹³⁸ a gente hospedou boa parte dos alunos que vieram de outra universidade para manifestar, teve vários estudantes que vieram e ficaram aqui até a segunda manifestação, então teve essa articulação entre estudantes de várias regiões diferentes

¹³⁹ ação direta é reflexo da perda de credibilidade dos meios burocráticos porque a gente sempre via as negociações com a reitoria e nada era alcançado pelos estudantes, era sempre muito tratorado. As pessoas não acreditavam mais que essas conversas em gabinete solucionariam algum problema, que era a crítica à UNE, que fazia isso. Assim como teve em 2013 por causa dos vinte centavos, que as pessoas não acreditavam mais nas instituições. A gente não estava acreditando no congresso. A única forma de ser escutado, de se mostrar. A gente estava sem CA inclusive pela dificuldade de lidar com isso. O CNPJ tinha sido baixado pela Receita e por causa disso não podia entrar outra gestão então ficamos num limbo. Você vai em vários lugares, um joga para o outro e você não consegue resolver nada, fica parado. A burocracia é isso, consegue barrar as reivindicações que a massa busca

¹⁴⁰ é o meio mais fácil para o aluno chegar, foi um movimento que surgiu deles, em âmbito nacional. É onde a gente é familiarizado e é um momento de organização, de debate, então a escola funciona bem pra isso.

¹⁴⁶ a reitoria sempre foi ocupada em várias situações, e a efetividade disso é uma pressão pra gente conversar com a universidade mas a nossa conversa estava sendo com outra instância, não era diretamente com o reitor, era para pra fazer um movimento nacional mesmo. Então a paralisação da aula era essencial para a mobilização dos estudantes. ocupar a reitoria não ia modificar a rotina de ninguém.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	contexto ¹²³ , a primeira forma porque era mais acessível ¹²⁴ ; para chamar atenção pra pauta ¹²⁵ ; “foi uma performance social, para mostrar nossos ideais”		da universidade ¹³³ , para reagir à doutrina do choque ¹³⁴	cumprir o propósito de Darcy Ribeiro ¹⁴¹	discutir questões de gênero e era um prédio em que o curso da estudante que teria cometido suicídio por assédio de um professor tinha muitas aulas ¹⁴⁷ Do CCM: porque o espaço tinha sido prometido e não concedido	

¹²³ isso influenciou, porque foi um modelo, um exemplo. Está acontecendo em todo lugar e não vai acontecer aqui? Principalmente na UnB, que fica no centro político do país, onde tudo está acontecendo, acho que a gente tem meio que uma responsabilidade, um dever político de representar todos os estudantes que queriam estar aqui, gritando na frente do Congresso, fazendo uma grande manifestação e não podendo. Então é muito representativo e simbólica a UnB estar ocupada, principalmente pelo histórico de lutas da UnB, sempre fomos uma universidade de muita luta, a gente está aqui porque houve muita resistência, depois de tudo que aconteceu com a ditadura, tantos professores demitidos...A gente estava apático.

¹²⁴ Era a mais acessível. Foi uma onda, a primavera estudantil e a gente não podia ficar fora dela. Vamos aproveitar e mudar tudo que está errado. Mas até hoje não sei dizer se é eficiente ou não, porque a PEC passou

¹²⁵ Porque a PEC ao meu ver já estava comprada. Eu tinha esse fundo de esperança mas não tanto assim, e eu acho que as ocupações foram o método para, assim como greves, parar uma estrutura que movimenta parte da população, e chamar a atenção pra uma pauta. O que estava acontecendo, e continua, é que várias leis estão sendo aprovadas e as pessoas nem estão tendo tempo pra ler aquilo, pra saber as mudanças que vão suceder. E a ocupação foi pra chamar atenção pra isso.

¹³³ a Universidade tem esse papel, de formar pessoas críticas, que se emancipem e possam contribuir com o seu lugar

¹³⁴ “A nossa sociedade ela está sofrendo com a doutrina do choque: é uma pancada atrás da outra, e ninguém reage; é tanta porrada que você fica sem saber o que fazer. Esse movimento surgiu pra tentar resistir a isso”. Trata-se de um termo criado por Naomi Klein para se referir a uma filosofia de poder que sustenta que a melhor oportunidade para impor as ideias radicais do livre-mercado é no período subsequente ao de um grande choque, que pode ser uma catástrofe econômica, um desastre natural, um ataque terrorista, uma guerra, uma crise, que desorientam as pessoas e abre uma janela para introduzir reformas radicais, como no Chile nos anos 70, na China nos anos 80, na Rússia nos anos noventa, no Iraque depois da invasão, sem ser exclusividade de uma ideologia em particular. <https://jornalggn.com.br/noticia/a-doutrina-do-choque-de-naomi-klein>. Em maio de 2018.

¹⁴¹ no primeiro semestre o professor indicou Darcy para analisar o *campus* e a concepção de universidade que ele tinha. Durante a ocupação eu passei a ler mais e vi que fui compreendendo mais a ocupação da UnB, a importância de a gente estar ali, fazendo inclusive muitas das coisas que ele queria para a universidade. E quando eu conversava com as pessoas, mesmo contrárias, num *campus* chamado Darcy, citar ele me ajudava a conquistar pessoas para que elas tivessem outra visão.

¹⁴⁷ na segunda semana de ocupação, houve alguns relatos de machismo acontecendo e algumas problemáticas de violência, dentro das ocupações, contra as mulheres. Teve relatos de algumas mulheres que elas estavam saindo da ocupação porque elas estavam passando por coisas constrangedoras, não estavam se sentindo seguras com alguns homens que estavam dormindo, circulando na UnB e a gente achou um perigo muito forte pra ocupação. Se começar a ter um esvaziamento de mulheres qual é o sentido dessa ocupação? A gente queria poder reivindicar também, então não podia acontecer isso. E aí esse eu e algumas amigas começamos a pensar de que seria interessante uma ocupação feminina, pra gente entender as demandas e tratar delas. E porque também naquele ano teve o feminicídio da Louise (<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/03/aluna-foi-morta-em-laboratorio-da-UnB-por-afogamento-em-cloroformio.html>) e o suicídio da Ariadne (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/09/interna_cidadesdf,556622/corpo-de-estudante-da-UnB-e-encontrado-em-mirante-da-chapada.shtml) e a UNB estava ignorando esses fatos. demorou não sei quanto tempo pra o assassino ser expulso, a fala do Ivan foi uma coisa tão irrisória perto de tudo que podia ser feito. O assassino era aluno da UnB, usou material de laboratório. Então teve uma omissão da UnB, uma irresponsabilidade. Também tinha um pouco também da dificuldade de participação de algumas mulheres que eram mães, para ocupar e para estudar também. Então foi pensado esse espaço pra ficar com as crianças não só na ocupação mas depois também. Aí a gente decidiu fazer essa ocupação só de mulheres. E a gente pensou BSAN, que é um prédio gigantesco, fizemos um plano de ocupação, organizamos e formos, de madrugada. Eram umas quarenta mulheres. O problema também de lá era que era um prédio muito vulnerável, tinha um muro muito fácil de pular. Aí compramos arame farpado, madeira, fizemos um sobre muro, que está lá até hoje, acho que gostaram.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
3.2 Organização	Dividida em comissões (articulação, negociação, segurança, estrutura e cultura) ¹⁵⁰ . Depois foram surgindo outras: negociação, patrimônio. Comissões multidisciplinares ¹⁵¹ , composição por afinidade Tinha três reuniões por dia: uma da comissão, uma da ocupação e uma de todas as ocupações, que ia	A decisão de ocupar outros prédios também foi decidido em assembleia ¹⁵⁸ . O prédio da Reitoria centralizava, mas não era superior ¹⁵⁹ . O prédio da Reitoria tinha alunos de cursos cujos	foi sendo construída no decorrer do tempo da ocupação ¹⁶⁵ . Organicidade, análise de conjuntura e doações do MST e outros movimentos, sindicatos relacionados ao campo; professores; comunidade	Frentes ou comissões Muitas intervenções Articulação com outras reitorias para segurança e manutenção como coletividade ¹⁶⁶ Algumas ocupações eram fechadas, apenas para travar	Divisão interna de comissões (além das outras citadas uma de saúde, “para atender as pessoas machucadas nas manifestações”) Comissões gerais (de todas as ocupações): jurídica As pessoas circulavam entre as ocupações	Não houve, foi decidida com os ânimos exaltados ¹⁶⁹ , foi descentralizada e perdeu o foco ¹⁷⁰ . Alguns não sabiam que tinham tido aulas dentro das ocupações ¹⁷¹ .

¹⁵⁰ Na Reitoria, a gente tinha a comissão de articulação, que cuidava dessa parte mais política mesmo, negociava com o reitor, discutia se ia ter ou não assembleias, se a gente ia ocupar ou desocupar. Tinha a de segurança, que era galera que fazia barricada, que ficava a noite inteira toda acordada, atenta, até porque a gente estava num prédio público, que era de fácil acesso e a gente estava recebendo vários ataques, então a gente estava sempre em estado de alerta e precisava de um grupo específico pra isso. Eles estavam sempre muito imponentes, ficava na porta assim, sempre com os braços cruzados e o peito erguido, e a maioria eram mulheres e LGBT, porque gera um pouco de desconforto pra um cara que vai lá, isso dá uma tremeadeira na polícia, querendo ou não. Tinha a de estrutura que cuidava de coisas básicas lá dentro da ocupação, que era se ia ter lugar pra dormir, se ia ter comida, ou a gente ia tomar banho, então tipo tentava fazer uma logística massa pra gente viver lá dentro. E tinha a de comunicação, que fez essa papel de assessoria de imprensa, então uma das primeiras coisas que a gente fez foi ocupar a secretaria de comunicação da reitoria, pra gente ter uma estrutura e fazer a comunicação externa e interna, que eu acho que no final é quem faz a narrativa de tudo. saíram várias matérias, a favor e principalmente contra a ocupação, a gente tinha que rebater, dar entrevista toda hora, então tinha que ter um preparo para lidar com a imprensa porque é uma situação de muita fragilidade, de muita pressão. Fizemos vários manuais, de como fazer uma assembleia, de como lidar com imprensa, e eles circulavam entre as ocupações.

¹⁵¹ Tinha direito, comunicação, geografia, ciência polícia, história, letras, arquitetura... isso dentro da comissão de comunicação. A experiência de universidade foi muito intensa

¹⁵⁸ Alguns estudantes que estavam na reitoria foram pros cursos fazer as assembleias pra deflagrar as ocupações próprias. Acho que mais da metade dos cursos fizeram assembleia pra discutir a PEC e a ocupação. Eu sei porque algumas pessoas ficaram responsáveis por acompanhar todas elas, mesmo não sendo seu próprio curso, pra tentar convencer os estudantes a ocuparem. E eu lembro que no mesmo dia tive assembleia dos cursos de ciências ambientais, mecânica, psicologia, direito e outras duas. A comissão de articulação ficou de acompanhar, de conseguir trazer mais pessoas pra reitoria e mas também garantir que essas pessoas ocupassem seus cursos.

¹⁵⁹ Cada prédio tinha sua própria organização, sua autonomia. Tanto que muitos cursos fizeram suas próprias páginas de ocupação, mas a da Reitoria centralizava todas as ela. e ao mesmo tempo a gente tinha reunião da ocupação geral. eu tinha uns vinte grupos no WhatsApp só de ocupação, eram várias reuniões e assembleias. A reitoria centralizava um pouco a ocupação geral porque não era um curso mas ao mesmo tempo não podia falar pela ocupação geral porque cada ocupação tinha sua autonomia. Os estudantes que estavam ocupando a reitoria acabaram desempenhando o papel de centralizar algumas coisas para a ocupação como um todo, porque era lá que acontecia a negociação com a administração e depois acabou incorporando pessoas de outras ocupações.

¹⁶⁵ imagina, a gente ocupa e está com a Universidade nas nossas mãos, e o que fazer?

¹⁶⁶ Sim, tinha uma frente de articulação que comunicava com outras ocupações, até por uma questão de segurança, porque teve ameaça à integridade física aos alunos. Também por uma alimentação, que era bem dividido para garantir todas. E por uma questão de união, para a gente se manter enquanto grupo. O que mais me chamou atenção dessa ocupação foi um senso de coletividade muito grande, as pessoas não tão preocupadas com suas individualidades

¹⁶⁹ “Com os ânimos acirrados, todo mundo grita e isso tem aquele efeito manada mesmo”. “Também é muito custoso manter uma invasão, não é um negócio que você consegue manter por muito tempo se você não ter uma organização muito boa e eu acho que foi o caso, foi muito pelo calor do momento e ao longo do tempo isso ficou comprometido, tanto que ela durou um mês e meio no máximo”

¹⁷⁰ O principal era a PEC, daí surgiram outras reivindicações, que é comum. Aconteceu de novo há alguns meses no BSAS. Foi uma coisa muito marcada no país e começou como uma coisa centralizada e acabou descentralizada, não tinha um comando. Eu via muitos grupos que aproveitavam a situação e do nada invadiam um outro prédio e acabava somando às reivindicações gerais. E isso acabou abrindo o leque de reivindicações específicas. “antes até tinha um objetivo claro, mas depois que abriu pra todo mundo, perdeu o foco, perdeu a seriedade. As mulheres, os negros, os LGBTs, acabaram pegando carona. A própria assistência estudantil que é um tema que sempre ressurge. Tem essas questões sociais que já estavam ali, mas quando entra tudo junto com a PEC, perde a potencialidade.

¹⁷¹ “Tinham aulas lá dentro?”, “Tinham oficinas”, “Mas oficinas de cartazes” (risos)

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	decidir algo pelo movimento inteiro Forma de comunicação pelo <i>Facebook</i> principalmente e pelo telefone da Secom ¹⁵² . Citados também Twitter e rádio ¹⁵³ A partir de aulas formativas ¹⁵⁴ Espírito coletivo ¹⁵⁵ Elaboração de manuais ¹⁵⁶ Ações colaborativas internamente e externamente ¹⁵⁷	prédios não foram ocupados ¹⁶⁰ Chamaram de “Ocupação da UnB” e não “Ocupações da UnB” ¹⁶¹ Quando a reitoria foi ocupada, já estavam ocupadas a FUP ¹⁶² e o Diretório Negro. Recebimento de muitas doações no começo ¹⁶³		as aulas, e outras eram abertas ¹⁶⁷ .	conforme demanda das ocupações ¹⁶⁸	

¹⁵² A forma de comunicação era pelo *Facebook*. Os secundaristas tinham a página Encontro de grêmios, onde eles divulgavam tudo, e a gente tinha a nossa Ocupa UnB, a gente recebia mensagem do Brasil inteiro, muita. Pedindo colaboração pra divulgar, incentivo, perguntando o que estava acontecendo. Então foi essencial. Tinha os telefones da SECOM que mais imprensa ligava. Era engraçado que a gente atendia: fora temer, bom dia? Ai quem não sabia achava que a SECOM que atendia assim. O bom da página é que ela cresceu muito em pouco tempo. Foram 7000 likes na primeira semana. Então 1000 likes por dia nesse primeiro momento. Hoje ela tem 11000 mais ou menos

¹⁵³ A gente montou um rádio online dentro da sala de atos da Reitoria e foi a melhor coisa que aconteceu. A gente falava de tudo no rádio, não tínhamos pudores e era um momento de descontração, além de ser um instrumento de comunicação, uma mídia alternativa. A gente tinha programa de músicas, de debates políticos, tínhamos talk show, conseguimos entrevistar a Zélia Duncan ao vivo, por exemplo. Era uma programação praticamente de 24h, se quisesse fazer piada as três da manhã a gente ia pra rádio e fazia. Sempre sem tentar se identificar. A gente tinha codinomes: tinha o Honestino, a Tarsila do Amaral. E servia também como um espaço de interação. A gente tinha o Twitter do rádio, tinha quase 600 seguidores, e a gente interagia com eles, fazíamos as enquetes de qual música queria ouvir, e eu ficava impressionado de como as pessoas ouviam mesmo. Na FUP a galera colocava um alto falante e ligavam no rádio tocando para as pessoas ouvirem em Planaltina. Isso é muito doido” isso é muito doido”.

¹⁵⁴ esse tempo foi uma das experiências de maiores aprendizados da minha vida. mas com certeza as aulas foram incentivando, fizeram parte desse aprendizado. Eram conteúdos diversos. Tinha desde professores de ciências políticas falando sobre movimentos sociais até aula de zumba.

¹⁵⁵ “Eu mesma fui pra lá com uma mochila e levei pra dormir só uma coberta. Algumas vezes eu dormia no chão, outras vezes dormia com alguém, alguns dias sobrava colchão. Tudo era de todo mundo”

¹⁵⁶ Os manuais foram feitos a partir da nossa própria experiência, conforme ia aprendendo. E a gente divulgava para as outras ocupações e eles iam adaptando. Por exemplo, como fazer assembleia.

¹⁵⁷ Durante uma cobertura, da manifestação do dia 29/22/2016, a gente tinha 15 duplas de repórteres das ocupações, da UnB inteira, quem queria ia. A gente fez vários lives, teve um de 4h. A gente tinha uma base na reitoria e ia coordenando, direcionando eles. Claro que houve vários erros técnicos, porque o equipamento era celular e a internet 3G. Mas foi um midiativismo. Eu estava lá com câmara e a gente entrou no grupo do Mídia Ninja com jornalismo livre e outra galera de midiativismo pra fazer uma cobertura colaborativa com eles.

¹⁶⁰ Eu só ocupei a reitoria porque meu curso não ocupou e imagino que outros também foram assim.

¹⁶¹ Chamaria ocupação da UNB. Foi mais pro final mesmo que as ocupações acabaram pleiteando pautas específicas para os seus cursos na negociação com a reitoria.

¹⁶² no dia anterior tinha tido a ocupação da FUP e teve muito impacto aqui. Eles fecharam todo o *campus* e ai a gente ficou pensando: Não vamos fazer nada? Porque aqui é o principal *campus* e a gente não ia ocupar? Como assim? “nós chegamos a fazer algumas reuniões juntos, eles eram parte da ocupação e fizeram parte da comissão de negociação”.

¹⁶³ O CADir disponibilizou a conta bancária para as pessoas doarem. A gente recebeu muito dinheiro, chegou a ter mais de 5000 reais no caixa. E levaram comida pra gente. A reitoria tinha muito o foco, ai as doações iam as vezes direto pra lá.

¹⁶⁷ . inclusive teve movimentação contra a ocupação lá dentro da ocupação. a gente também cedeu salas de estudo para o fim do semestre, apesar do medo de entrarem e gravarem a gente, espionagem para grupos contra ocupações. A gente não tinha condição de controlar porque teve muita gente de fora. Mas a gente fez isso para conseguir apoio

¹⁶⁸ As pessoas circulavam bastante de ocupação pra ocupação, porque foi um movimento que foi se expandindo então tinha a preocupação de ocupar cada vez mais lugares. Então cada ocupação precisava de uma coisa diferente e as pessoas iam rodando pra atender. No início foi mais harmônico, no final foi que ficou mais difícil porque com a fragilidade das ocupações cada um tinha que dá o seu gás onde estava

Categories de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		Divisão nas comissões já mencionadas ¹⁶⁴				
3.3 Demandas	[Não foi perguntado]	Reprovação da PEC inicialmente ¹⁷² , embora não houvesse esperança que ela fosse reprovada de imediato, mas a expectativa de que o país se mobilizasse ¹⁷³ . Incremento das pautas depois ¹⁷⁴ : gerais (assistência estudantil, maior transparência na gestão dos	Se transformaram ao longo do tempo, porque viram que não iam conseguir derrubar a PEC e porque a EC impactaria em outras questões, como assistência estudantil; porque ganharam mais 15 dias com a cassação da decisão liminar. ¹⁷⁶	PEC como principal, mas várias em torno da defesa do ensino público de qualidade Foco nas questões nacionais inicialmente Alteradas após reflexões sobre a UnB, especialmente após decisão liminar de reintegração de posse (janela de negociação) ¹⁷⁷ ,	Pautas nacionais, mas a partir da ocupação do BSAN, pautas femininas ¹⁷⁸ (e não feministas ¹⁷⁹):	PEC, “pacote”, maioria penal, questões de gênero e raça, assistência estudantil Por mais que possa haver algumas pautas comuns com a Aliança pela Liberdade, esse comparativo não pode ser

¹⁶⁴ Primeiro a gente criou as comissões e nos dividimos nela conforme a afinidade: articulação, estrutura física, comunicação, segurança e cultura, e cada uma tinha suas atribuições. A segurança cuidava da proteção da ocupação. A comunicação criou uma página que teve muito alcance e a gente estabeleceu que ela ia sempre intermediar o que ia ser pautado externamente. Ela teve uma participação especial porque também fizeram um site que tinha vários textos e uma rádio comunitária, tudo online e ainda disponível. A estrutura física ficava com as finanças e organizava todas as doações que a gente recebia, de professores e alunos, que garantia que as comidas e materiais fossem distribuídos pelas outras ocupações. Algumas pessoas participavam de mais de uma comissão, teve gente que participou de todas.

¹⁷² “A assembleia tinha mais de mil pessoas. então uma reunião dessa tão cheia geralmente tem um caráter muito emotivo e agitado, não dá pra fazer uma discussão qualitativa sobre as pautas internas. Então teve mais informação mesmo sobre o que estava sendo feito sobre a pauta nacional em outros locais

¹⁷³ vamos pensar em uma coisa que é símbolo, que vai completar 50 anos, que é o maio de 68, que era uma revolta estudantil que começou com uma coisa muito pequena, que era a separação das aulas de gênero, homens e mulheres, e depois focou na estrutura da universidade e da educação na França, e isso gerou uma paralisação generalizada das universidades, dos estudantes e depois das fabricas. A nossa intenção era que fosse assim mas acabou não sendo.

¹⁷⁴ “principalmente depois que a ocupação foi ficando vazia. Natural também depois de trinta dias, perto do Natal, férias... foi um cansaço muito grande, eu perdi seis quilos por viver na ocupação, nesse ritmo. Minha vida parou. As pessoas queriam voltar à normalidade, mas quando você vê que todo esse esforço sendo feito, que você já está lá, você coloca outras pautas que podem ser bem-sucedidas.

¹⁷⁶ “com a nossa própria autogestão, a gente começou a perceber que a gente poderia reivindicar por questões mais internas, da própria universidade, como o transporte e a assistência estudantil, já que a gente não conseguia reverter a PEC”

O momento teve suas representações que participou de comissões e discussões no congresso nacional, no MEC, nas manifestações, e aí a gente viu que aquilo ia refletir no transporte no campo, alimentação, bolsas, que esse corte de verba ia diminuir todas as condições, e não só dos alunos, mas dos professores, dos técnicos administrativos, das empresas terceirizadas, e aí a gente começou a brigar por isso.

Quando teve 15 dias para negociar foram vistas as pautas internas.

¹⁷⁷ A PEC era o fator principal, mas há algum tempo já se falava sobre a defesa do ensino público de qualidade, sobre pesquisa e extensão, sobre o orçamento. a gente era contra a política que tinha se instalado ali que eram muitas coisas além da PEC como Escola sem partido, a perseguição do movimento estudantil, mas tudo se resumia na defesa da educação pública Na ocupação, na convivência, com os debates, foram surgindo as pautas de cada ocupação, as pessoas começaram a mapear o que faltava nos seus cursos para apresentar na negociação com a Reitoria, ainda mais depois da reintegração de posse. Como maior participação dos alunos nas instâncias, questões de estrutura, assistência. A PEC gerou muita reflexão sobre o que a gente vivia na universidade. “quando foi chegando o momento de desocupar as pessoas não queriam sair, acabar do nada. Então teve reunião com a nova reitoria, quando a Marcia entrou, e aí a gente conseguiu que o CONSUNI se manifestasse contra a PEC, que não fosse criminalizadas as pessoas que participaram, que houvesse mais diálogos com os estudantes.

¹⁷⁸ a ocupação das mulheres, com a do quilombo, tinham pautas internas diferenciadas das pautas gerais da ocupação, então a gente focou muito a nossa ocupação, apesar de estar sim lutando contra a PEC, a reforma do ensino médio e tudo, mas a gente tinha as nossas prioridades, que eram a política da universidade priorizar o combate da violência contra a mulher que acontecia aqui dentro, um espaço permanente de convivência de mulheres (que hoje fica lá na DIVI, diretório da diversidade, no ICC sul), uma creche, bolsas para as pessoas organizarem isso, fraldários nos banheiros.

¹⁷⁹ a maioria das meninas eram feministas, mas depois de muita discussão a gente não quis usar esse nome porque tem vários feminismos e porque é uma coisa que veio da Europa e tudo. É difícil a gente se reconhecer como feminista, porque isso hoje tem muitos significados diferentes. Mas isso era discutido o tempo todo.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		recursos da universidade e espaço para o Diretório Quilombo) e específicas ¹⁷⁵ .		como manifestação do CONSUNI contra a PEC, não criminalização do movimento estudantil, maior diálogo entre Reitoria e alunos		feito quando a forma é radicalmente diferente ¹⁸⁰
3.4 Por que desocupar	[não foi perguntado]	PEC passou Manifestações foram reprimidas Desanimou e esvaziou ¹⁸¹ Acabou o apoio ¹⁸² Medo de haver intervenção policial em razão de decisão judicial	PEC aprovada; Ocupação muito longa (desgaste físico e emocional); Professores furando; Decisão judicial com prazo; Pressão da administração e da mídia;	Desgaste, todos cansados, ocupação longa Aprovação da PEC	Pressão, cansaço	Porque a PEC passou, porque o semestre terminou, porque teve uma medida judicial solicitada pela Aliança pela Liberdade ¹⁸³

¹⁷⁵Quando a gente ocupa foram aparecendo outras demandas, problemas da UnB internos, ainda mais quando descentralizou, que surgiram problemas específicos. Quando teve a pressão da administração para desocupar aí surgiu janela de oportunidade de negociar coisas mais pragmáticas, o que era possível e o que não era. Então não é que as pautas tenha mudado, elas foram incrementadas.

¹⁸⁰ “Eu acho muito difícil traçar esse paralelo quando as formas de atuação são tão radicalmente diferentes. Por amis que a gente concordasse com alguma coisa. Foi se dando muito mais foco ao método do que ao mérito. Então a gente nunca poderia ser conivente, apesar de eventualmente a gente concordasse com as pautas e com o mérito a gente nunca chegou a discutir de fato por conta do método, que pra gente era errado. A gente conseguiu atender a reivindicações de alunos sem precisar invadir. Por exemplo, hoje aluno de assistência estudantil não paga RU por conta de uma atuação da Aliança, que bateu cabeça com a Administração superior, sentou, discutiu e conseguiu aprovação no CONSUNI. Então foi um pauta que a gente não precisou de métodos radicais pra resolver, foi tudo na conversa.

¹⁸¹ no primeiro dia tinha 200 pessoas dormindo e no final tinha entre 5 e 15 pessoas. em um determinado momento as pessoas não estavam se envolvendo na mobilização. era muita gente, eram dezessete prédios, e a gente não tinha nenhuma metodologia, não tinha como lidar com isso, a gente tinha as comissões, que tinha gente que chegava nas reuniões erradas, as pessoas não sabiam direito o que elas tinham que fazer, qual a potência de cada uma. As coisas começaram a se bagunçar. Do meio para o final a assembleia geral mudou para 8h pra privilegiar as pessoas que estavam dormindo lá mas apareciam poucas pessoas. E quem foi participando foi centralizando que era a comissão de articulação que no final eram 10 a 15 pessoas. Ai as coisas foram ficando sem sentido, ter 10 reuniões por dia, começou a ficar muito difícil, a convivência desgastou

¹⁸² “Não tinha mais condições de permanecer ocupando por problemas de infraestrutura, não tinha mais comida. e a PEC estava passando, tramitou em 2 dias, mesmo depois daquela revolta do lado de fora do congresso no dia 29, que foi muito violenta. A polícia levou helicóptero, ficou jogando bomba de gás lacrimogêneo, cavalaria, e aí queimaram um carro, banheiro químico pra fazer barreira pra se proteger. Inclusive no dia 29 eles vieram aqui com o helicóptero, abordaram uns estudantes com fuzil, deram coronhada e levaram eles presos, pra DP. Também várias pessoas de outros estados tinham sumido, surgiu um boato que um estudante morreu no ato. Mas na verdade ele tinha sofrido um traumatismo craniano e teve risco de vida, mas agora está bem. Quando teve a dispersão eles também chegaram a prender uns estudantes e enquadrar na lei de segurança nacional, como se fosse ditadura, e era uma ordem da secretaria de segurança. Os advogados tiveram que chamar deputados pra negociar isso pra liberar os estudantes. Foi muito tenso. então isso já gerou um sentimento de derrota, isso já acabou por contribuir pra esvaziar um pouco mais a ocupação, e aí as pessoas que estavam apoiando não queriam mais apoiar. E a gente perguntou se iria continuar, mas decidimos ficar até o final dia 13 de dezembro, que foi uma decisão nacional também. mas com a decisão judicial mesmo suspensa tinha essa questão da pressão de fora e o risco mesmo que tinha de a polícia entrar e alguma hora a gente ia ter que desocupar.

¹⁸³ “Acho que duas coisas, o fim do semestre da UNB e o fim da votação da PEC 55, que foi aprovada. Depois do dia 8 de dezembro, último dia letivo não tinha mais ninguém na UnB então não tinha mais ninguém pra incomodar, que era o objetivo. Então isso desmobilizou”. “Também teve muita pressão, a Aliança pela Liberdade entrou com o pedido na justiça, por todas as irregularidades que eles tinham pelo fato de estarem invadindo os prédios. Perdeu o objetivo

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
4. Opinião sobre a legitimidade do movimento dos alunos 4.1. Legitimidade	Divulgação massiva ¹⁸⁴ Tinham mais de 1400 pessoas na assembleia e 1000 pessoas na ocupação no 1º dia. Sensibilização dos alunos maior com a pauta do que a forma ¹⁸⁵	Grande adesão ¹⁸⁶ , apesar de não ter tido quórum regulamentar ¹⁸⁷ É direito de manifestação garantido constitucionalmente Não houve violência ¹⁸⁸ Não impede direito de ir e vir A universidade é nossa por direito e o direito de	Maior assembleia da FUP ¹⁹¹ Muita diversidade ¹⁹² . Maioria representativa. Apoio de professores “parceiros” e os terceirizados “companheiros”. 300 pessoas só no almoço, 600 pessoas nas discussões	“maior assembleia que teve na FAU, com maior participação, duração, número de pessoas, divergência de opiniões”. Falta de quórum baseada em estatuto antigo, razão por	Em razão da causa, tanto em relação à ocupação geral (a ausência de aulas por um tempo justificaria pela ausência de aulas por vinte anos ¹⁹⁶) quanto em relação à ocupação das mulheres (direito de reivindicar). As do BSAS e BSAN não foram decididas em assembleia, nem geral nem específica de um curso.	Não houve, por isso chamam de invasão ¹⁹⁷ . Porque não houve quórum, embora fosse a maior assembleia ¹⁹⁸ ; porque foi autoritário ¹⁹⁹ ; porque foi feito à noite (escondido) ²⁰⁰ ; porque foi no local

¹⁸⁴ lembro que rolava correntes nos grupos do WhatsApp, rolou passagem em sala, evento, publicação, toda hora alguém falando

¹⁸⁵ Durante essa época, houve várias assembleias de cursos que discutiam a PEC e se iriam ocupar ou não. Eu acompanhei o máximo que eu consegui. E surgiu muita gente apoiando contra a PEC, mas não achava que a ocupação era um método eficiente pra isso. Eram pessoas que se identificavam com a pauta mas não a forma, tipo Occupy Wallstreet. Houve uma sensibilização pela pauta mas o pessoal ficava meio reticente

¹⁸⁶ Nesses outros anos teve ocupações, sobretudo em defesa da assistência estudantil, mas elas tiveram pouca adesão porque não vieram de processos como a assembleia com grande adesão.

¹⁸⁷ A assembleia que deflagrou formalmente não tinha um quórum de acordo com o estatuto que a gente tem, teria que ter 3% da quantidade de discentes, teve um pouco mais de mil e duzentas pessoas e teria que ter tido mil e quatrocentas e algumas listas sumiram e não foi possível verificar

¹⁸⁸ Ser pacífico não é fazer nenhum barulho, é não machucar ninguém, nem quebrar as coisas, ainda que isso tenha seus sentidos muitas vezes importantes, a gente não fez nada disso. Estava apenas reivindicando uma função naquele espaço.

¹⁹¹ Assembleias com votações histórica, “democrática”, “todos foram convidados”. “a gente ocupou na segunda a partir de uma assembleia e, com a resistência, na quarta fizemos outra pra decidir se continuava ou não, por mais que tivesse legitimidade, porque a gente queria incluir os que não tinham participado da assembleia anterior, para eles também votarem. Mas aí como a gente já estava organizado, fomos o primeiro *campus* a ocupar, a gente ocupou de manhã e o Darcy à tarde e tudo repercutiu muito rápido, foi grande a diferença de votos.

Inclusão dos CAs

¹⁹² No primeiro dia [de ocupação] nós tivemos alguns colegas que não aceitaram, tivemos princípio de tumulto, mas logo conseguimos reverter o quadro e chamar aquelas pessoas para o debate”

¹⁹⁶ As pessoas ficavam chateadas de não ter aula por um mês mas e quem estará com todas as aulas comprometidas daqui pra frente com relação a mudança de currículo das escolas?

¹⁹⁷ é por isso que a gente chama de invasão e não de ocupação. já estava articulado para que fosse aprovada uma invasão, com quórum ou não, que foi o que aconteceu. E depois de aprovada não teve muito o que fazer, juntou todo mundo e foi pra Reitoria. “uma coisa é você fazer uma ocupação sem atrapalhar ninguém, reivindicar uma pauta depois que foram esgotadas as vias burocráticas. Isso é uma coisa, outra coisa é o que aconteceu aqui. A gente entendeu que muita gente foi prejudicada, teve o semestre bagunçado, e elas não foram democráticas. Na FS, por exemplo, dos 5 cursos só um votou a favor das ocupações, os outros 4 contra e mesmo assim foi invadida. O PAT e o PJC também, pessoas que foram contra também faziam uso desse espaço. Então muita gente que era contra as invasões não tiveram sua voz ouvida pra saber como ficaria o espaço de aula deles

¹⁹⁸ Pelo que eu lembro da Assembleia, é muito difícil não lembrar porque nunca vi aquele lugar tão cheio de gente, tinha de oitocentas a novecentas pessoas na Assembleia. Mas não teve quórum, o estatuto é categórico, para aprovar a invasão tinha que ter 3% dos estudantes, que equivale a 1459. E dava pra ver que tinha no máximo de 800 a 900 de estudantes. Na lista tinha menos pessoas também. Era pra ser consultivo então, mas acabou afetando toda a universidade.

¹⁹⁹ Eu lembro que ia pra FT e ficava pensando se iam invadir a FT, se eles iam ocupar pela gente. “É fraco você falar que quer defender a educação quando você não atenta aos meios de se fazer isso. Você não pode tirar o direito de uma pessoa, isso é imposição, é autoritário. E esse discurso do bem comum também é fraco porque no final não existe, é uma questão individual. Tomar uma atitude com base nisso é se basear em uma verdade universal que não existe. “E é muito complicado vir me falar que está lutando por mim. Isso é subestimar a opinião das outras pessoas. Diziam que a gente era da engenharia e não entendia de política, das coisas que estavam acontecendo, que a gente não lia. Como eles sabiam? Estava morando comigo? Sabem o que faço? Posso saber até mais do que eles e mesmo assim ter outra opinião, então respeitem.

²⁰⁰ se fosse democrático não tinha que fazer de madrugada. Se fosse a maioria mesmo tinha ocupado qualquer hora e ficava todo mundo feliz

Categories de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		propriedade tem função social ¹⁸⁹ A resistência não é apenas com a forma, o conteúdo está associado ¹⁹⁰	Legítima defesa (não é violência, é resistência) ¹⁹³ Não tiramos o direito de ir e vir de ninguém	que foi adotado o do DCE ¹⁹⁴ . Tinha muita gente lá ¹⁹⁵		inadequado ²⁰¹ ; porque foi incoerente ²⁰² ; porque foi liderado por grupos partidários que não representam os

¹⁸⁹ Eu acho que tem uma disputa no sentido de ocupar x invadir. São duas narrativas diferentes. Pra eles a gente está invadindo no local porque a gente está entrando no espaço que não deveria porque não é pertinente. Pra gente estamos ocupando porque aquele espaço é nosso por direito mas não está sendo devidamente ocupado. Embora seja da União, um direito de propriedade não é um direito absoluto, ele está ligado a uma função social, e nós quando estamos ocupando a reitoria não é porque quer ficar lá pra sempre e tirar a posse da união, é porque a gente quer fazer um movimento e ele necessariamente incomoda. É uma disputa.

¹⁹⁰ eles dizem também que o problema é a forma e não o conteúdo. Eu acho que as coisas estão associadas. eu lembro que quando picharam a FD com fora Temer, foi uma grande discussão. Mas tem várias outras pichações lá e ninguém nunca falou nada. Então tem a ver com o conteúdo sim. “Você nunca teve relação nenhuma com aquele espaço, nunca foi na reitoria, ai de repente vem uns estudantes que tão reivindicando uma posição política, ocupa e você passa a ter uma relação com aquilo ali. Os prédios em si não podem ser mais importantes com a própria pauta, isso é muito superficial.

¹⁹³ não foi violento, foi um ato de resistência contra uma vida toda de não ter direito a esse acesso aqui, não eram 46 dias. Eu sofri a vida inteira porque passava em frente ao Darcy e via um muro enorme. Só quem podia estar lá era um filho de papai, eu nunca achava que um dia estaria aqui e só agora pude estar, com mais de cinquenta anos, nessa universidade que o Darcy tanto sonhou que se aproximasse das periferias que estivesse perto das grandes massas como é hoje e que é só um pouquinho, 1%, do que deveria ser. Essa dívida social eles nunca vão conseguir pagar. Talvez essas pessoas que não estão tendo acesso podem estar perdendo esse emprego para o resto da vida. Os números mostram aí, o emprego informal está crescendo. Eu não quero que sucateiem essa universidade e depois abandonem, não quero perder isso, não posso perder isso.

A gente está vivendo um momento de fascismo há alguns anos. Os discursos odiosos que estão aí o tempo inteiro, políticos, mídia formando a consciência do povo contra minorias. Isso sim é muito violento. A gente ocupou pacificamente, sem destruição, com diálogo, e a reação é que foi violenta, muito agressiva. Acho que as ocupações foram um momento de resistência tão forte justamente por isso, porque foram um ato político organizado, mesmo descentralizado, diferente daquela multidão em 2013 que o povo ia para a rua sem consciência política nenhuma. E quando a gente fez em vários espaços, periferias e centro, isso incomodou demais, mexeu com as estruturas.

“A nossa briga era por essa manutenção. A minha filha hoje faz parte desta instituição, está estudando aqui. Na época da ocupação ela ainda estava no ensino médio. A gente quer ver as futuras gerações que que não têm acesso a um ensino superior pago entrando neste *campus*, mantendo toda a qualidade de ensino, a estrutura e as condições mínimas para estar aqui dentro”

“eu acho que o violento é o que não te convém. No momento que a gente estava na ocupação a gente nunca impediu ninguém de entrar, pelo contrário, até convidamos. Fomos democráticos na nossa votação, inclusive fazendo uma segunda plenária pra manter ou não a ocupação e venceu manter.

“A gente só vai conquistar as coisas se for através de luta, não tem outro caminho. Os políticos estão aí, querendo tirar o pouco que a gente já tem, e se ficarmos sentado vendo o tempo passar, vão conseguir”.

¹⁹⁴ As pessoas que alegaram algo contra a assembleia se basearam na regra de quórum de um estatuto que tinha vinte anos e foi revisado agora finalmente em agosto. O quórum podia ser possível na época que fizeram o estatuto mas é inalcançável com o número de alunos que a gente tem hoje. Mas eu vejo que foi a assembleia mais legítima que teve da FAU, porque simplesmente quem assinou eram as pessoas que estavam lá e ninguém saiu catando as pessoas pra assinar como geralmente fazem. As pessoas estavam interessadas e participando. Antes era 1/3, que dava 340 mais ou menos, e pra isso faltaram 10 pessoas. Como a gente estava sem CA a gente quis usar o quórum do DCE. Durante o momento da votação isso explodiu o barraco porque as pessoas disseram que a gente não tinha falado nisso mas não estavam lá no começo quando a gente falou e gerou um atrito muito grande. Nunca tinha visto pessoas se posicionarem tanto, tanto a favor como contra, era um espaço muito aberto onde todo mundo podia falar, umas falas foram mais calorosas, mas todo mundo teve oportunidade de falar e expressar suas ideias lá. Apesar de ter sido meio apertado, visivelmente tinha muito mais gente a favor do que contra de fato, pelo menos na assembleia, tanto que o número de pessoas que ficaram depois foi muito grande, pelo menos no primeiro dia.

¹⁹⁵ essa assembleia foi engraçada mesmo, porque éramos dez pessoas e a gente fez por obrigação, pra saber a opinião das pessoas e lotou, foi assustador, foi chocante. Tinha muita gente falando que a gente chamou pessoas de fora do curso pra lotar a assembleia porque tinha tanta gente que a gente nunca tinha visto na vida e eram mesmo alunos da FAU. “Tinham umas 5 frentes e todas tinham mais de 10 pessoas, foi muita gente dormindo mesmo, não tinha lugar pra dormir separado, tinha que ser junto

²⁰¹ e o local do protesto não era aqui, era na esplanada. Quando invadiu aqui virou mais uma questão interna e não externa, perdeu o foco. “eu sempre defendi, vão ocupar o Senado, a Câmara, é tudo de vidro, quebra e entra. se quer chamar a atenção mesmo, que vá lá, vai na casa dos parlamentares, todo mundo sabe onde fica. se é pra ter uma atitude radical, faça isso de verdade e deixe de ser covarde. O congresso é aberto ao público, era só ir lá. Mas aqui não teve nada a ver.

²⁰² Tinha toda essa discussão sobre corte de orçamento mas quem invadiu danificou muito patrimônio, o tanto de cadeira quebrada que eu vi, quadro, equipamento na reitoria. “Acho muito fraco esse argumento de que vai sucatear porque é exatamente o que a invasão fez. O tanto de incomodo que ela trouxe já ajudou a fazer isso. Todos os danos que eu falei.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
						estudantes ²⁰³ ; porque cerceia outros direitos de outros alunos ²⁰⁴ (de estudar ²⁰⁵ , de ir e vir ²⁰⁶); porque é inútil ²⁰⁷ ;
4.2 Atores	UNE Outras universidades ²⁰⁸ Secundaristas ²⁰⁹ Coletivos (RUA,	Secundaristas ²¹¹ Estudantes Administração Professores ²¹²	Alunos, professores, técnicos, terceirizados, comunidade ²¹⁷ . movimentos sociais (MST, MATR,	Alunos Professores ²²¹ UNE “Eles” ²²²	Movimentos feministas Coletivos Estudantes Professores (doações)	Alunos CAs DCE Partidos

²⁰³ São grupos mais ligados a partidos da esquerda, foi exatamente os grupos que puxaram essa Assembleia, quem são partidos como PT, PSOL, PCdoB, que são muito atuante aqui na UnB e eles na época formaram uma coligação para concorrer o DCE, que é a chapa Todas as Vozes que ganhou. Foram eles que articularam a invasão

²⁰⁴ acho que a ideia principal, de ser contra as invasões é que iam de encontro com o direito dos outros, independente de a grande maioria ser a favor das invasões, qualquer tipo de invasão, pra mim deveria ser proibido, porque você interfere no direito do outro. “Algumas das maiores aberrações e organizações da história foram feitas com a melhor das intenções. Então nada nada nada nada justifica você cercear um direito.”

²⁰⁵ Mas os argumentos contrários eram pelo direito de estudar. Porque antes já tinham ocupado outros prédios, então muita gente ficou sem ter aula, e tinham matérias importante pro curso, que era requisito pra muitas outras, e a gente não compartilha do mesmo posicionamento. Então ninguém tem direito de tirar meu direito se eu não concordo com ele. “Eu acho que o direito a protestar, todo mundo tem, agora o direito de me falar quando ou não eu vou ter aula, isso é um contrato, meu, dos meus colegas de sala e meu professor”

²⁰⁶ o espaço da UNB não é de ninguém, é da sociedade, então eu não posso me apropriar desse espaço para protestar, ou advogar as minhas pautas, porque todo mundo pode ter acesso aquele espaço. Eu não sou ninguém de cercear o direito de acesso de outra pessoa de acessar aquele espaço. então foi muito nesse sentindo, que as invasões impediam o meu direito de ir e vir

²⁰⁷ Não precisava dessa reação tão exagerada, invadindo a universidade, pra falar sobre isso. O pessoal fica discutindo, discutindo, discutindo.. e a gente gosta de saber o resultado e isso pra mim foi um grande nada, prefiro ficar estudando que eu vou me formar e ganhar meu dinheiro nisso.

²⁰⁸ a gente tentava fazer estatística das coisas, tinha um comparativo com as outras ocupações que eram muito grandes, como a da UFRJ e a da UFMG. Não sei qual foi a primeira mas a UFRJ já tinha saído de uma greve de 8 meses antes aí eles fizeram ocupação com aula

²⁰⁹ foi até uma polemica entre a gente, porque podia dar um problema grande pra gente ter secundarista nas ocupações por alguns serem menores, de falarem que era aparelhamento ou de atribuírem responsabilidade. Mas era uma forma de ganhar experiência pra eles também, apesar de que eles sabiam muito mais do que a gente. A gente aprendeu muito mais com eles e do que eles com a gente, mas não deixa de ser uma experiência

²¹¹ mas logo depois da ocupação a gente se organizou internamente e uma das comissões que era de articulação uma das funções era falar com os secundaristas. Aqui no DF eles foram muito reprimidos, em menos de uma semana. Então procuramos eles e outras universidades no brasil. “os secundaristas chegaram a participar de algumas reuniões aqui. Eles chamavam a gente pra participar lá também que eles pediam, para apoiar a ocupação deles ou para fortalecer quando a polícia chegava.

²¹² eles tiveram uma assembleia da AdUnB pra decidir isso. A assembleia decidiu por apoiar mas a diretoria não apoiava ocupações. Na primeira votaram indicativo de greve mas na segura votaram por não fazer greve. A gente participou dessas assembleias, tinha 3 alunos a favor e 3 contra, profissionais também. A universidade ficou dividida. O contrário tinha menor peso, mas ganhou no final.

²¹⁷ “Acho que a ocupação foi um processo de formação pra comunidade, a gente conseguiu dialogar com a comunidade que estava apática, aparentemente, estavam ali na sua, não sabiam como se posicionar, não tinham espaços para trocar porque não estão organizados politicamente. A gente fez vários processos de rodas, de caminhadas, de troca de ideias e ela começou a ocupar o *campus* depois disso”. “A própria comunidade fez até doações de alimentos, isso fortaleceu muito, eles sentiam prazer de sair da casa deles pra trazer alguma coisa pra gente. E não acontecia antes, essa relação entre nós estudantes e os moradores desta vila”,

²²¹ eles apoiavam dizendo “eu apoio”, mostrando solidariedade aos alunos. Mas a maioria das aulas continuaram para cumprir o cronograma. Alguns pelo menos deram a aula de forma pública e isso já demonstrava que eles estavam questionando o método da educação. Representava muito o objetivo inicial do Darcy Ribeiro. Então de alguma forma era uma manifestação política. Teve professores também que liberaram mais cedo para os alunos participarem das ocupações, outro abonaram as faltas. Teve quem continuou, mesmo apoiando, mas teve quem refletiu sobre isso. Acho que ocupação sempre esteve muito ligado aos movimentos sem teto na cidade e sem-terra no campo e ainda mais na arquitetura acho que dava pra ter aproveitado mais esse assunto nas aulas, ainda mais de arquitetura.

²²² Houve opiniões divergentes sobre isso. “a ocupação é um movimento muito mais da esquerda e quando a gente fala tudo nosso nada deles é uma questão de classe. Eles são a burguesia nacional, minoria que está à frente do congresso e está tendo controle sobre tudo inclusive a imprensa do lado deles, e nós é a maioria lutando pelos direitos, os estudantes lutando pelo ensino público, querendo garantir o que é nosso. “eles” não é direcionado tanto a grupos específicos, mas eles fazem parte de um lado, uma minoria que detém o poder sobre uma maioria. Talvez não fosse direto um grupo específico, mas o Congresso faz d”eles”. “Eu não vejo muito

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	População em geral ²¹⁰	Servidores ²¹³ UNE, UBES, sindicatos partidos ²¹⁴ (PT, PSOL, PCdoB) coletivos (UJS, Juntos, RUA, MAIS, Levante popular da juventude, JR). MP e advogados populares ²¹⁵	SIDAGO, a FUB, IFG de Águas Lindas; coletivos. Secundaristas; MP ²¹⁸ ; Advogados populares Lamentaram a pouca aproximação da UNE e do DCE ²¹⁹ . Partidos como contribuidores ²²⁰	Sociedade ²²³ Mídia	Advogados populares (apoio jurídico e doações) Secundaristas ²²⁴	Aliança pela Liberdade <i>Campus do Gama</i> ²²⁵

direcionado nem para o Congresso, que é um instrumento também de grandes corporações. Não é à toa que a gente está tendo agora esses retrocessos no campo, como o decreto sobre o trabalho escravo, a reforma trabalhista, que tem muita ligação com essas elites agrícolas e industriais”. “Eu vejo “eles” relacionado à Reitoria e o DCE, como intermediários para alcançar “eles do Congresso”.

²¹⁰ O objetivo era derrubar a PEC mas a gente viu que por conta das ocupações, as pessoas estavam discutindo todos aqueles problemas, então a gente viu que estava dando certo, e continuamos, não só no ambiente universitário, porque foi feito trabalho de base, com panfletos, cartilhas e tudo.

²¹³ Os servidores também estavam em greve

²¹⁴ Teve gente de partido, de outros coletivos, sindicatos, que estavam organizando a Caravana Brasília para manifestação na esplanada no dia 29/11/2016. A gente pediu uma reunião com eles e a própria UNE para pensar estratégias nesse dia, como se proteger da polícia, como mobilizar e tudo. Mas a maioria dos estudantes que estavam participando da ocupação não tinha vinculação partidária, eu diria que mais de 70%. E as que tinham divergiam bastante. Era de esquerda mas tinha socialista, anarquista, autonomista, marxista, gente que não reivindica nenhuma ideologia, muitos independentes.

²¹⁵ E depois da decisão judicial, o MP, que foi uma das coisas mais bonitas ainda mais quando você é desacreditado da justiça, passou a acompanhar toda a ocupação e essa negociação entre a administração e os alunos que já estava acontecendo, de forma pacífica. “mas na verdade isso só aconteceu também porque a gente tinha advogados, da Renape, Ajupe, e eles elaboraram dossiê com várias argumentações jurídicas que ajudaram o MP a tomar essa postura.

²¹⁸ Responsável por reverter decisão judicial que determinou desocupação em algumas horas. “foi quando disse que tinha que ser gradual”. Vitória porque estendeu quinze dias.

²¹⁹ , “como se tivesse uma panelinha” e eles não pudessem participar

²²⁰ “ninguém levantou nenhuma bandeira de nenhum partido político durante 45 dias de ocupação aqui. Não aceitamos.”. “a gente tinha representantes da esquerda que dialogavam mas vinham como contribuidores. Vários estudantes são organizados em partidos mas nem eles traziam o debate do partido pra cá. Quem viesse não poderia falar em nome do partido, só se fosse movimento social”. Ela quis flexibilizar o impacto disso porque a FUP “por mais que tenha as suas forças contrárias, é um *campus* da esquerda, ideologicamente, tem essa perspectiva”

²²³ A gente fez [as intervenções na nota de rodapé xx] para conseguir atingir as pessoas que não estavam dentro da bolha da universidade e que ficam à parte desse debate, para gerar reflexão. E como saiu no jornal acho que o objetivo foi alcançado. E nas permanentes da FAU acho que ninguém foi contra. A maioria dos professores apoiou e inclusive gostaram bastante. A gente não divulgou em lugar nenhum e um professor no dia seguinte tirou foto e publicou na página dele falando sobre a PEC, e vários professores de vários lugares compartilharam. “Eu acho que todas as ocupações tinham a preocupação de envolver a sociedade. Tanto que todas as atividades eram abertas a todo mundo. Qualquer pessoa mesmo poderia chegar e sentar numa aula. Mas o nosso alcance é muito pequeno, mesmo na asa norte é afastada de outros lugares. Os alunos do direito que estavam ocupando a reitoria tentaram fazer uma aula pública sobre as questões jurídicas da PEC em uma linguagem acessível. Mas a participação era mais dos alunos da UnB. Eu via muita vontade mas a gente não sabia fazer isso, ainda mais em 40 dias, trazer as pessoas de fora para frequentar aqui, como uma universidade popular, mais que pública. Mas cada ocupação era diferente, cada uma tinha uma estratégia, algumas realmente não tinham aulas, só reunião, como no PJC e no PAT, que a finalidade era pra travar mesmo as aulas dos outros cursos. As pessoas estavam ficando doentes, porque ficava tudo fechado, eu sentia uma energia ruim lá, parecia que eu estava no corredor da morte. Mas na FAU a gente tinha mais espaço, plenas condições de fazer atividades, intervenções, recepções e tudo.

²²⁴ eles estavam ocupando também, e eles vieram algumas vezes e a gente ia lá e fazia um intercâmbio de oficinas.

²²⁵ na verdade, a comunicação com o Gama é muito pequena, é de aluno pra aluno, não de departamento pra departamento, centro acadêmico pra centro acadêmico. Geralmente quando eu tinha contato com o pessoal do gama são pessoas que estavam fazendo curso lá e vieram fazer aqui. Eu nunca participei do CA, não gosto desses problemas pra mim.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		“Eles” (“tudo nosso, nada deles” ²¹⁶)				
4.3 Conflitos	Com direita (reação universitária, respeita a minha aula) Com cursos (agronomia) ²²⁶	Entre ocupações na própria UnB ²³⁰ . Com a mídia ²³¹	Formandos Cursos tradicionais (Agronegócio). Egoísmo,	Com a UNE ²⁴³ Com a polícia Com professores ²⁴⁴	Com os homens, de dentro ²⁴⁶ e de fora da	

²¹⁶ Essa frase é muito utilizada em vários contextos da esquerda em geral, mas ela pode ser interpretada de várias formas, por exemplo, tudo nosso que estamos aqui lutando pelos nossos direitos, e nada deles, essas pessoas que tão tomando decisões *antidemocráticas*; nós estudantes que nos identificamos com uma classe mais oprimida, e eles como uma classe que oprime e que tentam impor um orçamento que prejudica serviços públicos essenciais, como ensino e saúde. Tinha também a frase ‘paz entre nós e guerra aos senhores’. Ou, a que eu mais gosto, ‘a educação do futuro está nas ocupações’, porque uma coisa legal foi a gente fazer aulas para provocar uma reflexão política, fomentar o pensamento crítico, para recuperar um pouco essa consciência política que estava um pouco perdida”.

²²⁶ A gente estava sempre sendo ameaçado, principalmente pela direita, esses grupos, Reação Universitária, aliança pela Liberdade, e alguns cursos, como a Agronomia, que era muito perto da reitoria e de vez em quando eles dormiam lá no CA deles e a ameaçavam a gente, de entrar lá. A ocupação do curso de letras que é do lado de agronomia, também estavam sempre atentos a isso, é uma galera que estava com aquele discurso de “eu tenho direito de ir e vir, eu tenho direito de ter aula e você não pode impedir isso” então eles estavam sempre atacando a ocupação né? Eles sempre chegavam muito nervosos lá na porta, sempre querendo peitar, sempre questionando, e era bastante difícil porque recentemente, um pouco antes de a gente ocupar, a gente tinha sofrido um ataque fascista, então a gente estava sempre com medo”

²³⁰ A gente pegou transição de gestão. E ambas queriam que a gente desocupasse a reitoria. Os outros prédios não eram mais tanto um problema porque acabaram realocando as aulas para os prédios onde era possível, as férias chegaram.... O símbolo da ocupação era a reitoria. E foram negociando com os outros prédios depois. Então no final [essa descentralização] isso foi um problema porque quando chegou o momento de decidir por desocupar havia alguns prédios que não queriam e a ocupação da reitoria queria justamente pra conseguir manter as outras. Falaram que a gente queria centralizar mesmo.

²³¹ Eu lembro quando o DFTV fez uma notícia falando um monte de mentira, dizendo que era liderado por partidos. Eles filmaram as aulas que a gente promovia, dadas por professores que apoiavam em espaços públicos porque queriam levar aquela realidade para outros alunos, e eles diziam que os alunos da UnB estavam tendo que ter aulas no chão porque a universidade estava ocupada. E a comunicação fez um vídeo rebatendo isso e teve muita visualização e ficou até cômico aquele absurdo. Teve um documentário da Globo News também”. “o correio queria fazer uma reportagem sobre as lideranças da ocupação. Daí eles queriam entrevistar uma pessoa do PT, PSOL. E a gente não aceitou fazer isso porque os partidos não eram a liderança da ocupação, ainda que a ocupação não fosse antipartidária. O que não podia na ocupação era que ela fosse pautada por partido. Quem era partidário falava como qualquer outra pessoa sem partido, não tinha nenhum peso a mais ou a menos por isso. Mesmo assim o correio fez essa reportagem com isso, pegou dados dos alunos pelo Facebook e Instagram. Foi muito sensacionalista e ficou no ideário associado a partido. Foi muito chato.

²⁴³ A ocupação foi um movimento muito forte de estudantes autonomistas tanto que na ocupação da Reitoria as pessoas pediram para não ficar hasteando bandeira dos vários coletivos que estavam lá tentando marcar território, mas como se fosse uma coisa realmente dos estudantes da UnB. A grande parte dos estudantes fazem crítica à Une, que tomava protagonismo em cima disso, mas na UnB teve grande resistência em relação a isso. É uma coisa nacional mas sempre local, de quem vivencia este espaço, não deixando que atores nacionais ficassem como protagonismos.

²⁴⁴ Eu acho que os professe foram os que mais deixavam a desejar, porque tem muito professor que acha o máximo estar numa roda falando sobre educação libertadora mas na hora que vem um movimento protagonizado pelos alunos não quer agir. Foi nesse momento que senti uma hierarquia muito grande entre professor e aluno. Porque eu nunca tive escolha quando os professores tentam fazer greve mas quando a gente faz.... arquitetura é um curso integral então isso interferiu muito. Tinha gente fazendo trabalho da aula e fazendo atividade da ocupação. Então quem queria se mobilizar tinha que ser dois e tinha professor que não entedia isso. Teve professor chamando a gente de criminoso, falou que a gente era uma milícia e quando a gente chamou ele para conversar com outros professores ele e outro professor contra não quiseram ir, apesar de a gente ser aberto ao diálogo. Teve um ou dois professores que deram realmente apoio, dar um pouco do tempo, dar aula sobre um tema que a gente tivesse debatendo. Teve um que deu aula mas sobre a pesquisa dele que não tinha nada a ver. A gente queria que pelo menos a gente tivesse aberto um pouco a cabeça das pessoas e nem isso os professores que se disseram apoiadores fizeram. Esses dois foram lá, discutiram, levaram comida, mas de uma forma geral foi muito pouco

²⁴⁶ Tiveram uns relatos bem bravos assim. No início da ocupação eram mais homens não confiáveis, que ficavam bêbados as vezes e deixavam as mulheres vulneráveis. No final teve um relato de estupro dentro da ocupação.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	Com a mídia ²²⁷ De convivência: os grandes eram resolvidos em assembleia ²²⁸ Com os pais ²²⁹	Com alunos contrários (MBL, Respeita minha aula, Aliança pela Liberdade) ²³² Com a UNE, UBES ²³³	visão limitada, falta de perspectiva do futuro ²³⁹	Com “espiões” ²⁴⁵	ocupação ²⁴⁷ , mesmo depois da ocupação ²⁴⁸ Com as pessoas contrárias à ocupação ²⁴⁹	

²²⁷ “Porque acho que a gente tem um dever, a gente não pode simplesmente deixar de pautar a mídia. Por mais que ela faça um trabalho muito sujas muitas vezes é um dever do cidadão de transparência, de mostrar o que está acontecendo, e se a gente não falar a mídia vai falar do jeito que ela quiser. Então a gente tem que cumprir o nosso papel de ser fonte, de dar as informações e se ela for fazer uso ruim disso, aí já não cabe a gente. Tanto que a gente sempre gravava todas as entrevistas que a gente dava, principalmente com a Globo a gente tinha esse cuidado e se acontecesse algo que a gente não concordasse ou uma coisa muito sensacionalista a gente tinha o material pra rebater, pra dizer ‘não foi isso que a gente falou, que aconteceu’”. “Fizemos um vídeo sobre rebatendo uma reportagem do Alexandre Garcia da Globo, uma matéria de 7 minutos, absurdamente extensa para a televisão. Eles falaram muita besteira e a gente argumentou ponto a ponto. Nosso vídeo teve mais de 100 mil visualizações. A une compartilhou no brasil inteiro. No dia seguinte o MST foi procurar a gente, o pessoal de comunicação, e eles falaram que a gente fez uma coisa incrível, que nunca foi feito por movimento social nenhum e parabenizou a gente, disse que esse é o caminho mesmo, que a comunicação tem que ser democrática, uma saída à grande mídia”. <https://www.youtube.com/watch?v=SW0EqddGu34>.

²²⁸ Os grandes conflitos eram resolvidos em assembleia e os conflitos pequenos a gente ia aprendendo a lidar com eles. Às vezes, por exemplo, meu colchão sumia. não era nem que a pessoa tinha roubado, mas como era comunitário as vezes a pessoa pegou pra usar e esqueceu de devolver ou estava em algum outro canto e ali é um espaço gigante. Não era por má fé”.

²²⁹ eu tive muitos problemas lá em casa. Ele disse: ‘e ai, você invadiu e atrapalhou a aula das pessoas, e o que vocês conseguiram com isso? A PEC passou e não adiantou nada’. Quando eu fui pra manifestação ele perguntou a mesma coisa. Pra quem consegue olhar pro outro e não só pra si mesmo não precisa de dado pra ver que causou muita mudança.

²³² Eles tinham esse discurso de que a gente estava impossibilitando o direito de ir e vir, mas isso é uma ignorância, não tem nada a ver com esse conceito. pra efeitos jurídicos você impede alguém de ir e vir se você prender a pessoa, se você ocupa um prédio você não está fazendo isso”. “eles utilizaram esse discurso da invasão pra desqualificar a gente mas o que eles entendem de democracia? Acham que mais 1000 pessoas na assembleia não é legítimo para deflagrar a ocupação mas acham que é legítimo aprovar essa PEC que não representa a sociedade? Pra gente é o movimento estudantil dialogando com estudante e não era que a gente fosse sempre a favor das ocupações mas sempre a favor da construção coletiva. Se isso fosse a decisão de todo mundo assim seria”. “Eles sempre utilizam o termo golpe quando a gente está sendo democrático”. “Daí alguns entraram e causaram, ficavam provocando, não queriam sair, tinha gente com doenças, esquizofrenia, bipolaridade Eles chegaram a jogar bomba na ocupação pra assustar. O vídeo que a gente fez até mostrava isso. Tinha esse argumento de que a gente depredava o patrimônio mas eram eles que estavam quebrando porta pra entrar e acabar com a ocupação. Esse movimento de #respeitaminhaaula foi a aliança que não estava mais do DCE porque tinha acabado a gestão, mas tinha uma influência forte ainda sobre os alunos. Então eles acabaram sendo os porta-vozes desse movimento, na campanha deles pra DCE tinha a #. Mas olha como isso foi instrumentalizado, porque a maioria não respeita a aula, mata quando quer e eu não tenho nenhum problema com isso. Mas quando tem uma ocupação de repente a aula passa a ser tudo de mais importante na universidade? outra questão que teve foi um estudante que entrou uma ação de obrigação de fazer para a reitoria fazer uma reintegração de posse sem nenhuma legitimidade.

²³³ Quando houve a ocupação da reitoria, a une, a UBES colocaram uma bandeira, o pessoal dormiu aqui e muita gente se incomodou com gente de fora aparelhando o nosso espaço e depois a gente decidi que não podia ter nenhuma bandeira. Mas teve bandeira de CA que ficou aqui até o último dia e não teve problema. Inclusive eu acho que no final da ocupação gerou mais ainda o sentimento de desconfiança máxima da gente partidária e da UNE que normalmente tem essa vinculação porque ela fez algo muito ruim. Na organização da caravana eles trouxeram pessoas de outros estados porque ia ter uma plenária deles e eles resolveram fazer aqui em Brasília, na UnB, pra aliar com a manifestação mas não avisaram a gente. De repente tinha 800 pessoas aqui, sem alojamento e não tinham onde ficar, o que comer e isso desarticulou nossa ocupação. A ideia era até positiva mas tinham que ter falado

²³⁹ “Eles não estavam entendendo que a nossa coesão não era pra aquele semestre mas pra vinte anos”.

²⁴⁵ Teve um menino que apareceu, entre uma manifestação e outra, enturmou com a galera mas quando a gente apertou a gente viu que ele estava à paisana, pegando informação nossa

²⁴⁷ Mas na primeira noite, a gente estava lá alerta, acordada a noite inteira, e de manhã tinha um cara lá dentro. Conseguiu pular mesmo com tudo. aí começaram a gritar que tinha homem lá e ele estava segurando um cabo de vassoura. Ele é um ex-aluno do direito, só que ele vive aqui na UnB. E acho que ele tem algum transtorno mental, porque ele tem um comportamento meio esquisito e muito misógeno. Já tinha um cartaz dizendo que era só de mulheres e ele pulou e tudo e ficou lá com um cabo de vassoura? A gente tentou falar com ele, perguntou o que ele estava fazendo lá e ele disse que tinha ido pra aula. ‘mas não está tendo aula, você não está vendo que o prédio está ocupado? Como você entrou aqui?’ Ele disse que tinha sido pela porta mas era impossível, ele tinha pulado. E ele ficou fazendo esse jogo mental e a gente foi começando a ficar nervosa e tentar tirar o cabo dele mas ficou com medo de ter alguma agressão e isso ia acabar com a gente, com a nossa ocupação. Aí a gente chamou os advogados populares e ele ficou dizendo que não ia sair porque o prédio era dele, ele foi ficando nervoso também, mas aí os advogados conseguiram tirar ele de lá, conversando mesmo.

²⁴⁸ Não sei nem se a gente vai ficar lá mesmo no CCM, porque recentemente invadiram e picharam tudo.

²⁴⁹ os próprios estudantes iam lá querendo ter aula, ia com o carro à noite xingar, aterrorizar, umas coisas malucas.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		Entre os alunos da ocupação da Reitoria, quem era a favor ou contrário a organizações externas (UNE, UBES e partidos) ²³⁴ , entre comissões ²³⁵ , entre coletivos ²³⁶ (inclusive na formação da chapa para eleição do DCE ²³⁷ Com o Judiciário ²³⁸	retaliações “de gente que a gente entendia que fazia parte do capital” ²⁴⁰ Ataques e discursos de ódio do MBL ²⁴¹ . Perseguição da polícia ²⁴² e da mídia		Com a ocupação da Reitoria ²⁵⁰ Com a nova Reitoria ²⁵¹	
4.4 Criminalização		Não houve administrativamente ²⁵² .	Perseguição de pessoas que participação da ocupação.		Não houve, pelo contrário, foi possível trancar matéria	

²³⁴ essas pessoas que fazem parte hoje da gestão e da chapa costumam ter um posicionamento que não é autonomista, entende a importância de organizações, entidades. A gente defende esses processos, então a gente não criminaliza a Une, tanto que fazemos parte. Mas a ocupação passou a ter um caráter muito antioletivo, de que tudo é aparelhamento, então nesse sentido que pode ter havido um tensionamento. Uma preocupação que a gente tinha no ano seguinte, para as eleições, era justamente todos aqueles coletivos que são diferentes, serem todos identificados como a Une, que teria aparelhado a ocupação.

²³⁵ Internamente teve uma tensão foi com a comissão de segurança. Porque eles ficavam acordados de noite, eram atacados, vários carros passando e jogando coisa, algumas pessoas entraram infiltradas e eles foram começando a listar tudo mas a ficar paranoicos, restringindo a entrada aqui, na comissão de segurança, ditando regra pra toda as ocupações e isso dificultou um pouco, porque a ideia era trazer mais gente, que queria conhecer e participar, e tudo era aberto, democrático.

²³⁶ Na ocupação havia divergências entre essas forças. Por exemplo, eu defendi a posição de que a gente se articulasse com secundaristas pra criar um movimento unificado de ocupação, ai tinham duas pessoas de outros coletivos que defendiam o contrário, que cada ocupação tinha que ter sua autonomia. Essas forças são muito diferentes. em termos de pensar política e incidir na ocupação, elas não tinham tanto dialogo assim, ainda que tivesse coisas que ela defendia no geral

²³⁷ antes de fazer essa chapa, houve muitos diálogos nacionais, entre os diretores da UNE, que vinham acompanhar o processo de formação da chapa na UnB, porque realmente é um cenário muito atípico. são visões muito diferentes de cada coletivo, e nacionalmente essa galera nunca está junta, mesmo sendo todos contra o golpe, retrocessos, estando do mesmo lado nas manifestações.

²³⁸ E um juiz maluco decidiu em algumas linhas que tinha que fazer em 48h.

²⁴⁰ do poder, porque queriam ver isso aqui privatizado, com faixas, do Bolsonaro, pedindo a volta dos militares

²⁴¹ “A gente recebeu ameaças do MBL (Movimento Brasil Livre), dizendo que estava chegando aqui com um ônibus e iam entrar com tudo, disfarçados. A gente teve vários momentos de repressão com discursos de ódio”, falavam que iam jogar bomba na senzala, porque a maioria é do quilombo Calunga”. Movimento desocupa, que foi identificado como parte do MBL. “Eles foram muito presentes nos secundaristas, nas escolas de Taguatinga, eles causaram muito tumulto, até fogo, pularam o muro da escola para tirar a gente, foi muito estranho aqui no Distrito Federal”

²⁴² , que vinha aqui dizendo que estava bagunçado e quando entrava via que não tinha nada do que foi informado na denúncia. Colocaram também drone, helicóptero sobrevoando; jogaram coquetel, bombas, foguetes; entraram com o conselho tutelar falando que a gente estava com pessoas de menor idade presas aqui dentro

²⁵⁰ Outro erro também era o protagonismo que algumas pessoas assumiram na Reitoria, isso sempre existe, até em manifestação. É normal, mas daquele jeito não. Teve uma discussão muito grande no final sobre a comissão jurídica porque ela começou a fazer acordos com a reitoria sobre como ia ser finalizada a ocupação sem uma consulta democrática com as outras ocupações. Isso foi uma decepção da nossa ocupação e a gente levou isso pra reunião, mas eles não concordaram com isso, acham que foram bem democráticos e tal, mas não estavam. Teve gente que saiu da comissão jurídica quando a gente falou isso. De certa forma existia uma concentração de poder na reitoria porque era a central. A gente tinha o aplicativo de segurança por exemplo e eles eram a central.

²⁵¹ tentamos reuniões, não aconteceu, tentamos e-mail, não aconteceu, então a gente decidiu ocupar uma sala. E a gente já sabia disso, é sempre difícil as coisas na UNB, porque eles estavam com essa ideia de construir um lugar onde ficaria o CCM, então seria daqui a uns quinze, vinte anos, quando a PEC acabasse. Foi um diálogo muito difícil mesmo eles tendo prometido antes, assinado um termo de compromisso.

²⁵² Eu lembro que, no último CONSUNI do ano, o Ministério Público e a Defensoria Pública, foram lá falar em apoio a ocupação, e a gente conseguiu que o CONSUNI fizesse uma nota contra a PEC, que era uma proposta nossa inicial, um posicionamento da universidade e que a reitoria não se sentia à vontade pra fazer porque não tinha legitimidade. também conseguimos que aprovassem um novo calendário durante as férias, pra que os

Categories de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
			Eliminação em bancas de mestrado, estágio, projetos de pesquisa		com o argumento que tinha participado de ocupação	
5. Opinião sobre a PEC	Foi a gota d'água.	, a reforma do ensino médio que começou nas escolas e acabou refletindo nas universidades Tinha esse argumento racional, simplista de necessidade de cortar gasto do governo, foi investido milhões nessa propaganda então era uma luta difícil	Retrocesso no ensino gratuito e de qualidade, mitigação ou extinção da política pública de educação para menos favorecidos ²⁵³ por meio da privatização ou da precarização, a discussão sobre ela foi além dos muros da universidade ²⁵⁴	Forma de privatizar de universidade ²⁵⁵	[não foi perguntado/comentado]	Não foi dita, mas não é afeta ao estudante ²⁵⁶ Pressuposto de neutralidade das instâncias estudantis ²⁵⁷
6. Participação individual (Lideranças)	Não havia, mas tinham os mais experientes ²⁵⁸ que orientaram a	Não havia ²⁶¹ , era um espaço horizontal, mas havia	[Não foi perguntado/comentado]	Não houve, movimento autonomista	Organização da ocupação do BSAS	[Não foi perguntado/comentado]

estudantes tivessem suas aulas repostas. em termos administrativos, conseguimos que a ocupação não fosse criminalizada, o que é muito importante e era um medo que a gente tinha o tempo todo, tanto que a gente era muito cuidadoso com o patrimônio até porque isso podia se voltar contra gente como aconteceu antes.

²⁵³ Nessa universidade, predominam pessoas do campo e negros, “principalmente no curso da Ledoc, que é formado por quilombolas, moradores de acampamentos e de comunidades tradicionais”. Mencionaram que nos últimos anos várias escolas foram fechadas, especialmente no campo. “Então na medida que a gente consegue um curso no qual a gente pode reverter esse quadro, a gente se depara com essa medida do Governo que ia cortar isso”. “Se eu não tiver a minha bolsa permanência, eu não posso estudar nem me formar em licenciatura do campo, até mesmo porque eu entro 8h da manhã e saio às 19h então não tenho tempo de trabalhar”. “aqui não é um bairro rico, como Plano Piloto, então as pessoas precisam disso”

²⁵⁴ as discussões sobre a PEC e a educação têm ido além dos muros, ela tem se fortalecido muito. Às vezes a gente não nota isso, mas os próprios professores nossos saíram da sua zona de conforto, porque não é só ele chegar de carro, vir pra sala de aula e voltar para casa. Hoje a gente está fazendo mais projetos de extensão e pesquisa também, cresceram em um número bem representativo na instituição

²⁵⁵ A universidade pública é um grande patrimônio do povo e não pode deixar isso se perder, ser privatizado, que é a finalidade da PEC, transformar em capital.

²⁵⁶ Não chegou a ser discutida a questão da PEC, apenas para fim de contexto. O CA chegou à conclusão que não era legal se posicionar contra a PEC, porque tinha gente tanto a favor como contra a PEC, e a gente não podia falar pelos alunos nesse sentido, é uma questão que não nos afeta como estudante, talvez só nos afetasse como cidadãos brasileiros. “Porque também tem toda uma diferença de ser contra a PEC e de protestar contra ela. A invasão era uma forma de protestar aqui dentro da UNB, agora outro posicionamento político ou até mesmo em relação a PEC é outra coisa

²⁵⁷ O CA assim como o DA do Gama tem uma postura de neutralidade muito forte. Isso quer dizer que eles não se posicionam a favor de um grupo ou de outro. Não só em relação à grupos políticos externos mas internos. Por exemplo, eu fazia parte da gestão do CA e da Aliança mas em nenhum momento eu acharia interessante um CA prestar apoio a Aliança em uma eleição do DCE, por exemplo, sempre fui radicalmente contra, por conta da questão institucional mesmo. Então eu acho que quem está nessas gestões tem que focar em coisas mais objetivas, e não subjetivas como o posicionamento político. Lá no DA do Gama eles também têm isso”. Perguntei se era assim mesmo quando uma lei envolve uma política educacional. Resposta: “O ponto é o papel das instituições. As pessoas não têm consciência de que quando você instituição decide que é contra PEC e que vai invadir você representa uma parcela dos estudantes. É o tipo de posicionamento que tem que ter cuidado porque não é unanime, é polarizado. Não existe bem comum. A atuação tem que de fato trazer um benefício para a universidade, para a vontade dos estudantes e tem que ter essa função mais executora, de tirar as coisas do papel. O que um DCE representa são os interesses do estudante naquele ambiente. A discussão sobre a PEC é, claro, importante e interessante que aconteça dentro da universidade mas enquanto cidadãos. E ela especificamente não era voltada só pra estudante mas pra todos os brasileiros.

²⁵⁸ Não sei se era liderança, mas era uma galera mais antiga no movimento estudantil, que já tinha participações de ocupações eu acredito, que é de coletivo independente.

²⁶¹ Ninguém estava à frente, ninguém tinha controle porque tinha muita gente. Mas óbvio que as pessoas agem politicamente no espaço que elas estão.

Categories de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	gente no início, mas depois foi autônomo ²⁵⁹ . As comissões tinham as pessoas que iam fazer repasses, mas isso não é representar. Além do caráter coletivo, tinha o medo da identificação ²⁶⁰ .	funções diferentes que poderiam se destacar mais ²⁶²			Sem liderança, movimento autônomo ²⁶³ , embora tenha havido alguns protagonistas ²⁶⁴	
7. Participação coletiva	Comunicação, pesquisa	Articulação	Cozinha, articulação, base (porque não era universitária)	Variada. Teve quem dormiu e quem foi em aulas das matérias que tinham mas	Na gestão do Ivan: omissão em relação às questões de gênero	Discussão com os colegas, que não são afeitos ao debate político ²⁶⁸ mas isso tem mudado ²⁶⁹ ,

²⁵⁹ Eu achei até estranho, porque eu pensava que isso de horizontal nunca ia dar certo. Mas dava! De alguma maneira. Quase todo dia tinha assembleia pra deliberar tudo, foi uma experiência de democracia direta que eu nunca pensei que eu ia ver na minha vida

²⁶⁰ podia dar um processo muito grande em cima de você, ficaria muito personificado, e é como se você fosse comandante daquilo tudo, e se acontecesse uma coisa muito ruim, significava que a culpa seria toda desse líder. Era uma forma de proteção. Mesmo assim saiu uma matéria no CB identificando pessoas e dizendo que eles estavam à frente. isso é um problema porque e em algum momento a população pode vir a querer rechaçar essas pessoas. “Na [comissão de] comunicação a gente sempre tentava revezar as pessoas que davam entrevista, pra não ser a mesma cara, para os nomes não ficarem conhecidos demais”

²⁶² O ocupa não tinha liderança formal. Uma das nossas principais defesas era a horizontalidade do movimento. Não tinha líderes, pessoas que eram eleitas para representar os outros. Todas as decisões eram definidas em assembleia e a assembleia era a instância máxima das decisões. Mas claro que todo movimento acaba tendo pessoas que viram referência e dependia muito da tarefa que cada um tinha. Então logo quando a gente se dividiu na comissão de articulação, que era quem dialogava com os demais setores da universidade, professores, técnicos, outros CAs, então parecia que eram as pessoas que estavam mais à frente, mas na verdade todo mundo era igual. Mais pra frente se criou uma subcomissão que foi a de negociação, que se colocou exclusivamente para fazer negociação com a Reitoria e o MP. Também foi criada a comissão jurídica que também podia parecer, pessoas que participavam de todas as comissões então apareciam mais. Também teve comissões mais fechadas, que não era qualquer um que podia entrar, que foi a de segurança e a de negociação a partir de um determinado momento. E tinha a comissão de comunicação, só ela podia falar pra mídia, pela coletividade.

²⁶³ acho que a ocupação teve um caráter bem autônomo, isso foi bem interessante, pelo menos para minha ideologia. Mas tinham pessoas fortes de movimentos estudantis que são ligados a partidos, só que no percurso essas pessoas não protagonizaram, não ficaram no comando da história, tinha um caráter bem impessoal, autônomo, sem bandeira. Mas eles ajudaram muito, nas doações.

²⁶⁴ Quando tinha que escolher alguém pra falar pela gente, como na audiência pública, era porque a pessoa já estava lá naquele horário ou por outro critério, tipo ler bem. Ter que escolher alguém não foi um problema, uma questão. Até porque era uma ocupação pequena, todo mundo acabou virando amigo, se dando bem. Tiveram pessoas que acabaram ficando mais fortes, participando, falando, representando mais as opiniões e os interesses de todo mundo, e eles podem ser ditos como líderes, mas não tinham pessoas mais importantes por isso. E não tinha tantas pessoas com mais experiência, pra maioria era a primeira ocupação.

²⁶⁸ Eu acho uma coisa muito relativa, eu sou recente no curso, mas eu vejo que muita coisa que eu achava importante, que merecia atenção, hoje são insignificantes. Quando você está no terceiro copo de café as 3h da manhã, para uma prova de manhã no dia seguinte porque não teve tempo de estudar porque teve uma prova que terminou as 19h do dia anterior, sabendo que tem mais duas prova depois, porque o professor passou o conteúdo em cima da hora. Ai você pensa o que realmente é importante pra você, pro seu futuro, se é a PEC que eu nem sei o que é direito, lógico que você acaba sabendo por conta das notícias ou do *Facebook*, ou alguém comenta, até gosto de ler pra saber o que está acontecendo, ou se é passar na prova. O que vai ser importante pra mim naquele momento? Não era essa discussão do ensino médio.

²⁶⁹ Na verdade, eu acho que isso está mudando um pouco. Por exemplo, nos últimos anos no DCE a gente teve vários coordenadores gerais que foram das engenharias, a gente teve um reitor que foi da engenharia, hoje o presidente e o vice da Aliança, que eu considero um dos grupos mais importantes em termo de atuação estudantil nos últimos anos, são da engenharia. Eu concordo que a gente tem essa visão muito pragmática, mas a gente está começando a se envolver, levando isso pra dentro da política estudantil. A gente realmente pensa muito no resultado e isso reflete muito nas mudanças que a gente tenta trazer. A gente não gosta de discutir muito mesmo mas a gente está percebendo a importância de se envolver. Esse perfil tem mudado nos últimos anos, e eu acho que isso tem sua significância. Eu vejo pelo CA como o teor da discussão mudou desde a época que eu entrei e tem muito tempo, seis anos quase. Antes a gente conversava muito mais de futebol e churrasco, hoje em dia mais de uma vez por semana a gente está discutindo política e são debates relativamente eloquentes, são coisas que as pessoas leem e procuram se informar. A gente também discute questões sociais e isso tem muito peso. O debate ficou mais incorporado nos últimos anos e as pessoas participam mais. De 500 alunos a gente teve quase 300 votantes pra DCE e CA, então mais da metade do curso de preocupou em ir votar e escolher qual seria sua representação, quase igual cursos de REL e POL, que envolvem muito mais. Tudo isso pra falar que o cenário está mudando. Acho que tem mais a ver as pessoas que estão entrando, como a engenharia é um curso que o pessoal demora a se formar, tem muito choque de cabeça entre o pessoal que entrou um tempo atrás com o que entrou agora, que se atenta a ler mais sobre política.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
				estavam sendo dadas publicamente. Muitas intervenções ²⁶⁵ Hospedagem de alunos de fora de Brasília ²⁶⁶	Na gestão da Márcia: diálogo difícil, promessa não cumprida, descaso ²⁶⁷	Participação de assembleia do curso ²⁷⁰ , Participação pela Aliança pela Liberdade, antes ²⁷¹ e durante as ocupações ²⁷²

Não tem a ver com as cotas, porque a gente ver tanto alunos cotistas como não cotistas debatendo esse tipo de coisa. E pelo próprio panorama política da universidade, porque a gente teve várias invasões, representantes da engenharia na Reitoria, DCE, CAs. Antes de 2010 eles não se envolviam, mas hoje é diferente, graças também à atuação da Aliança que puxou esses CAs e chamou várias vezes para conversar. “E também tem o momento político, as eleições de 2014, os protestos, o pessoal se preocupou mais em se politizar. Teve um ensino médio diferente. Agora a gente fala muito das eleições de 2018 também, as vezes em tom de brincadeira as vezes mais sério.

²⁶⁵ “Um pouco antes da manifestação a gente foi na rodoviária e no buraco do tatu e pendurou uns bonecos enforcados com sangue, em cada um escrito educação, saúde, bem chocante. E a gente ia escondido na madrugada pra quando amanhecesse muita gente olhassem até ir alguém lá e tirar. Na manifestação a gente colocou os bonecos pendurados em uma arara e saiu arrastando eles. Mas quando a gente chegou na frente a polícia destruiu tudo, foi absurdo porque era uma escultura, e é engraçado agora mas na hora foi muito bizarro e sem sentido a polícia chutando tudo. “Nas vigas da FAU a gente fez um calendário com os 20 anos da PEC com os rostos das pessoas e com o passar dos anos iam diminuindo o número e a diversidade de cores. surgiu no dia que a gente pensou em deixar um legado permanente, que independente do que acontecesse as pessoas iam ver todo dia quando entrasse naquele espaço. Nos inspirou no quadro da Tarsila do Amaral, dos operários, que aqui eram os estudantes. Foi muito massa porque muita gente ajudou, fizemos estêncis e deixava lá, e quem chegava ia fazendo, por muitos dias. E as participações foram diversas, e até gente que ficava um dia só queria subir na escada e fazer também, e deixar sua marca, então foi muito colaborativa. “Teve outra na frente da escada que é um operário em direção ao Congresso Nacional com o frase “vocês que fazem parte dessa massa” e o primeiro dia depois que desocupou e a gente viu vários terceirizados olhando para essa imagem.” “Lembrei também uma que a gente na escada que a gente colocou arame, como uma espécie de barricada, e representava a dificuldade de acesso à educação caso a PEC fosse aprovada.. A gente trazia então nessa linguagem visual os impactos da PEC. Ver isso gera um questionamento intelectual dentro da pessoa sobre como ela interpreta tudo isso que aconteceu. Foi importante a gente ter deixado isso pra gerar essa reflexão. E a gente da FAU gostava de fazer isso, a gente não aguentava mais ir pra reunião. Até antes a gente já fazia ecobags também para questionar a cidade, de como ocupar esse espaço público e manter ele seguro com pessoas interagindo, se enxergando. a gente tentava traçar essas relações por meio dessas intervenções. Acho que é inerente a ocupar um espaço público o direito de construir ele, intervir sobre ele.

²⁶⁶ Mas a FAU tinha o espaço grande e a gente ofereceu para hospedar os alunos de fora para levar para manifestação. Não era uma proposta inicial da FAU mas cabia à gente naquele momento

²⁶⁷ eles queriam muito que a gente saísse, aí a gente fez uma pressão muito forte pra eles assinarem, a Márcia apareceu só pra assinar mesmo, ficava mandado representante

²⁷⁰ Acho que foi a maior assembleia que teve no curso da engenharia elétrica, teve 137 alunos, 6 votos a favor, então foi esmagadoramente contra as invasões. Mas apesar da quantidade a diferença de postura é muito grande comparado à assembleia geral, porque foi muito respeitosa, digna de nota. E teve gente que se posicionou tanto a favor como contra, e todos puderam falar, ninguém se exaltou, foi tudo muito pacífico. E foi bem rápida, bem fluida, não travou. Não sei se foi pela organização que a gente conseguiu dar na época. Perguntados sobre os argumentos a favor eles responderam: “Eu me lembro de um, mas acho que era mais com cunho político, porque era favorável ao grupo político que estava reagindo a PEC, ou algo do tipo”

²⁷¹ Dentro do grupo da AL já tinha começado essa discussão, inclusive a gente teve reuniões pra falar das reformas, antes, durante e depois desse período. Mas a gente trabalha para trazer informações então a gente sempre procura estar sempre a par desses assuntos, até porque tem gente nossa trabalhando ou estagiando no Congresso, em lobby, em empresa..

²⁷² “Na época das invasões eu acompanhei mais do que noticiei, a gente se preocupava muito e ia lá pra saber o que estava acontecendo. No dia seguinte ao da invasão a gente criou a página Respeita a minha aula, pra mostrar as coisas relativas a isso. Tudo que a gente ficava sabendo a gente passava ali e a gente cumpriu esse objetivo, e de informar como o pessoal ia ser impactado por isso. Passei algumas vezes na reitoria e nos pavilhões, BSAS também. Eu não entrava porque minha cara já era conhecida, ai eles não deixavam entrar. Na reitoria eles deixavam. E eu não ia fazer nada, só queria saber o que e como estava acontecendo. Nas outras eram mais fechadas. Tinham os relatos de quem conseguiu entrar e depois saíram. Mas eu mesmo não cheguei a participar de nada lá dentro, só ficava sabendo por amigos e pelas páginas.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
8. Relação com a Reitoria	Não houve muito contato mas ficaram decepcionados com a nova gestão ²⁷³ .	Gestão do Ivan impediu que funcionários entrassem e fizessem pagamento de bolsas e salários ²⁷⁴ A troca de gestão significou melhoria do diálogo, mas não teve mudança em termos práticos ²⁷⁵	[Não foi perguntado/ comentado]	Teve muito mais abertura da Márcia para discutir essas questões mais pragmáticas, então teve essa diferença de gestão, mas mais no início, a gente teve bom diálogo, mas depois não teve continuidade, algumas coisas da ocupação não foram cumpridas ainda e estão fazendo barbaridades ²⁷⁶	Inspiração para movimento estudantil de mulheres ²⁷⁷ O Diretório Quilombo e o Centro de Convivência de mulheres, efetivado apenas após a ocupação de 2017 Auxílio creche (porque existe um decreto que a proíbe em universidade) Fortalecimento da luta política dos estudantes, surgimento de novas organizações ²⁷⁸ ou reorganizações, como a formação de chapa única de esquerda e eleição do DCE Geração de conhecimento ²⁷⁹	Não foi dita diretamente mas existe uma aceitação do Ivan por ser engenheiro

²⁷³ Na FAU a galera fez muita intervenção artística no próprio espaço. Eles são muito bons, geniais. Eles fizeram aqueles estêncis com rostos dos ocupantes nas vigas da FAU, marcando a galera que participou do movimento, e um mural de vinte anos da PEC, em cada viga, um ano. No último dia de ocupação da FAC, que é muito limpa, branca, parece um cursinho, nem parece que fica numa universidade pública, a gente, inspirado na FAU, passou a madrugada fazendo estêncil também, colocamos frase de Darcy Ribeiro em uma janela, pintou os cartazes do professor assediador. Quando voltaram as aulas foi aquele choque, as pessoas se perguntavam, rediscutiam. Por isso que quando teve a pintura do ICC, que a Marcia ordenou, a primeira coisa que o CACOM fez foi soltar uma nota de repúdio, porque ela apagou a memória das ocupações, tudo. A gente tentou deixar um legado, fazer as pessoas refletirem e isso foi destruído. Eu entendo que piche, grafite, essas coisas já se propõem a serem efêmeras. Mas foi demais, tinha acabado de acontecer, era a história de tudo que a gente fez, dessa construção política. Só sobrou o mural de vinte anos da PEC, porque, sei lá, acho que eles acharam bonito, não sei se é por isso que eles consideraram arte.

²⁷⁴ No começo a reitoria tinha muito o discurso de que a gente estava atrapalhando os serviços essenciais da universidade, que os professores, funcionários, bolsistas recebessem. Mas a gente conversou com os servidores que faziam esse serviço pra eles entrarem e fazerem mas a reitoria não deixou, simplesmente. Claro que a gente não queria atrapalhar isso, tinha bolsista ocupando, a gente também recebeu muitas doações do SINTFUB, então não tinha motivo

²⁷⁵ Na época, com quem a gente estava negociando era uma comissão provisória, quem estava à frente da reitoria. O Ivan tinha acabado de entregar a gestão, daí foram primeiro os chefes de gabinete dele. Depois foi o pessoal que ia assumir e teve

uma diferença qualitativa, eu acho. O diálogo com a comissão que assumiu ele foi um pouco mais fácil. Não tinha ameaça de mandar polícia por exemplo. A gente tinha menos medo, digamos assim, mas em termos práticos não teve muita diferença não, até porque a reitoria anterior não entrou com o pedido de reintegração de posse e eles logo de começo falaram que não iam entrar, porque eles estavam no final da gestão deles e só iam jogar isso pra gestão seguinte.

²⁷⁶ a Reitoria está fazendo barbaridades com a universidade pública, que eu discordo completamente, como acabar com espaços de convivência, tirando bancos do subsolo, sem avisar a gente, deixando a PM entrar muito mais e influenciar. mandaram um ofício para a Reitoria para que falasse com os departamentos para não fazer mais eventos no *campus*.

²⁷⁷ A gente inspirou várias pessoas do Brasil, pessoas que vieram pra manifestação, de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Goiás, que vieram para a ocupação da UnB e quiseram ficar no nosso prédio, por ser essa experiência diferente

²⁷⁸ trouxe novos grupos pro movimento social, as pessoas passaram a se organizar mais.. Quem ocupou foram pessoas de esquerda, mas desde a pessoa filiada partido até o anarquista punk estavam ocupando, e dentro disso as pessoas se conheceram, tiveram oportunidades de conhecer pessoas diferentes e daí surgiram novos projetos, novas organizações.

²⁷⁹ muitas vezes falam que movimentos sociais deram errado porque não atingiram o objetivo principal deles, mas muitas pessoas vão pra ocupações sem achar que aquilo que eles querem realmente vá acontecer, mas porque é importante aquela vivência, aquele momento, mostrar e se fazer visto. Do ponto de vista pessoal, foi muito aprendizado, de fazer muita coisa diferente, lidar com questões burocráticas, e isso parece que não é concreto mas nem por isso deixa de ser resultado

Categories de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
					Atenção para a pauta	
9. Resultados da ocupação de outubro de 2016	Assimilação de práticas da ocupação na rotina acadêmica (Continuidade da realização de aulas públicas em espaços abertos ²⁸⁰) Chamou atenção para a pauta da educação ²⁸¹ Fortalecimento do midativismo ²⁸² Mudança na própria família ²⁸³	Visibilidade para a pauta da PEC ²⁸⁵ Posicionamento da universidade contra a PEC Fortalecimento do movimento estudantil brasileiro e da UnB ²⁸⁶ num primeiro momento, mas que	Fez pressão política; Reforçou o movimento de ocupações; Conseguiu pautar as questões dentro do <i>campus</i> ; Cooptou secundaristas e até universitários do Darcy para a FUP e os movimentos que apoia;	Maior mobilização inicial dos estudantes imediatamente após as ocupações, aproximação dos alunos com o espaço da faculdade ³⁰³ (reinauguração do nosso Centro Acadêmico, reforma do	Mudança de percepção sobre gestão ³⁰⁸ e o poder do trabalho coletivo Despertamento político, apesar da ressaca ³⁰⁹	“Em termos práticos, um grande zero”, “não tive conhecimento se eles conseguiram alguma reivindicação”, “não justificou o esforço nem o prejuízo” ³¹⁰ Potencialização da eleição da chapa Todas as vozes

²⁸⁰ “assim que voltou o semestre, na primeira semana uma professora nossa estava dando aula pública lá na FAC onde a gente costumava fazer durante as ocupações, no ICC, na prainha. Não foi a gente que organizou, ela por livre e espontânea vontade pegou aquele espaço, pegou os alunos dela de uma matéria de comunicação e universidade, que é pra calouros, e deu uma aula pública e isso é muito interessante. Agora a gente é do CACOM e tá com uma proposta de continuar essas aulas públicas do jeito que era durante as ocupações. Por exemplo a gente vai fazer uma semana contra assédio, porque a gente teve um caso emblemático nos últimos dias, e a gente ia fazer no auditório, que é no subsolo, escondido, fechado, poucas pessoas iam saber. Então estamos pensando em fazer na prainha que é aberto, todo mundo que passa vai saber, ouvir o que está acontecendo, atrai muito mais pessoas. As assembleias também. Antes elas era feitas só no auditório, agora é tudo lá na prainha, é mais democrático. Por que não? Por que precisa ser tão institucionalizado? Não só na FAC isso aconteceu, várias outras faculdades da UnB estão fazendo também em espaços abertos”

²⁸¹ Mesmo alguns cursos que têm uma tradição mais conservadora mesmo, como engenharia, eles não ocuparam, eles não fizeram greve, eles foram contra, mas eles fizeram a assembleia, discutiram a PEC, tiveram um momento de debate político sobre o que estava acontecendo no país, isso é muito importante, só de ter feito isso que é uma coisa que eles não devem ter feito há anos. Foi muito significativo.

²⁸² Quando acabou a gente pensou: “nós fizemos uma coisa muito grande”. Ali tem tudo, a nossa história. Ai quando acabou a gente decidiu continuar a página, como mídia do movimento estudantil independente, mas agora não só no âmbito da ocupação. A gente chegou a fazer algumas reuniões e não foi muito pra frente, mas também não deixamos a página morrer. Fizemos coisas pontuais, a cada quinzena, quando tem uma greve, assembleia, eleição do DCE e tal

²⁸³ eu vejo muito a experiência que eu tive dentro de casa, eu lembro muito de quando eu era pequena, falava que nunca ia mexer com a política, meu pai falava isso pra gente, ele ensinava que era sujo, quando na verdade é uma ferramenta social, que as pessoas devem saber fazer política, e a ocupação pra mim foi essencial, que eu não vivo sem política, sem estar em contato direto com isso. Acho que nosso dever é mostrar pra população, que tem que eles podem correr atrás dos que querem, da voz deles, para não ser silenciados.

²⁸⁵ como era uma pauta muito técnica, muito argumento econômico envolvido, eu acho que as ocupações não só da UnB mas brasileiras de forma geral cumpriram o papel de dar visibilidade a isso para a sociedade, porque não estava sendo enxergada antes. as pessoas mal sabiam o que era PEC, o que ia ser discutido no Congresso e isso gerou mobilização e discussão

²⁸⁶ A gente teve CEBs com 70 CAs, o que é impensável em uma conjuntura normal, que não tem nem 30. A principal vitória disso foi voltar a ter um processo de mobilização da juventude, 3 anos depois de junho de 2013. houve manchetes em todos os jornais do brasil e até fora do brasil sobre as ocupações e as medidas legislativas. Foi algo gigantesco. Eu não lembro de ter tido na história do movimento estudantil do Brasil algo tão grande como isso. “as ocupações mais locais elas resultaram em mobilização. Quem ocupou na FAC, FAU, Letras, Psicologia, ganhou eleição de CAs, tinham alguns que estavam até desativados

³⁰³ foi mais depois que acabou que a gente começou a se preocupar mais com nosso espaço físico, questões de infraestrutura, reinauguração do nosso Centro Acadêmico, reforma do estatuto, reestruturação do coletivo feminista. Eu acho que essas coisas foram fruto da ocupação e não só dela mas todas as pessoas que estavam na ocupação hoje fazem parte de alguma dessas coisas, então teve muita influência sim, de trazer maior aproximação dos alunos com o espaço universitário.

³⁰⁸ eu comecei a enxergar diferente a gestão, várias possibilidades de autogestão e vi o quando o Estado impossibilita a criatividade, serve mais para atrapalhar do que para organizar. A gente viu o tanto de coisa que dava conta de fazer mas não podemos, a universidade coloca vários empecilhos. Pra mim percepção de quebra de paradigma, como as coisas podem ser geradas e gerenciadas de uma forma não burocráticas, nem ortodoxa

³⁰⁹ As pessoas se desgastaram muito, se esforçaram muito e durou muito, foi uma coisa muito intensa. Agora estamos no limbo um pouco. Mas foi importante para as pessoas verem o que desperta dentro delas, o que elas podem fazer. Acho que um ano é pouco pra analisar, acho que a gente ainda está no efeito ressaca da ocupação, estamos cansados. eu ocupei de novo no começo do ano e não dá mais, eu não ocuparia agora. Só se fosse uma coisa com mais gente que você não precisa se doar tanto

³¹⁰ Eu acho que não justificou o prejuízo, nem o esforço de quem invadiu. serviu basicamente pra atrapalhar a universidade a troco de nada. Apesar da mobilização ter sido grande, não gerou efeitos tangíveis. E mesmo que eles consigam falar alguma coisa, o estudante que não está tão envolvido na invasão não vê nada que tenha mudado pra melhor no cotidiano, não consigo ver nada de concreto. Se tiver tido foram coisas muito genéricas ou muito específicas pra um número muito restrito de pessoas.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	Troca de chapa eleita para o DCE ²⁸⁴ Fortalecimento das chapas de esquerda nos CAs Estragamos uma fechadura, mas a gente arrumou depois. Não houve nenhum prejuízo, tudo foi resolvido	se encontra agora em um refluxo ²⁸⁷	Envolvimento da comunidade ²⁹⁴ .. Mais atenção aos profissionais da educação	estatuto, reestruturação do coletivo feminista) Posicionamento político dos estudantes, possibilidade de eles se expressarem		para o DCE ³¹¹ , embora a coligação já tivesse sido formada antes das invasões ³¹² Conhecimento sobre as causas acontecem

²⁸⁴ A chapa “Todas as vozes” vem com esse ideal de unir a esquerda, porque na última eleição pra DCE teve a chapa da Aliança que já era gestão e tiveram, se eu não me engano, outras duas ou três chapas de esquerda e isso acabou dividindo os votos. Então unificar isso foi algo essencial. Mas eles vão trabalhar ainda em como gerir isso.

²⁸⁷ Eu avalio que 2017 foi um ano muito duro. Na época das ocupações a gente foi com todo gás, com toda força, pra barrar a PEC 55, e foi naquele momento que o Governo estava tirando do bolso a reforma da previdência, e depois disso teve reforma trabalhista, terceirização, teve todos esses absurdos, e esse ano teve a greve geral do dia 28 de abril que foi uma organização forte e depois um ato, o maior que eu vi na vida, 150 mil pessoas na Esplanada, vários setores de várias categorias, a maior greve da história do Brasil, 100 anos depois da primeira, prejuízo de 5 bilhões de reais e o resultado prático foi nada. A ainda recebeu muita violência pela força nacional de segurança. Teve aquele decreto do temer que queria colocar o exército na rua, que foi logo depois dos áudios do Temer. depois disso as coisas pareceram morrer. A gente passa por um refluxo de mobilizações no país inteiro e isso reflete na UnB, nos CAs, no DCE, em tudo, uma descrença muito grande. A gente fez tudo isso e tudo passou? Que desgraça. A gente sabia que ia congelar por 20 anos mas ninguém sabia na prática o que era receber 50% do orçamento em relação ao ano anterior, não usar a receita própria da universidade. E isso significou centenas de trabalhadores demitidos, que é quem é prejudicado primeiro. Também foi não ter investimentos, o que é absurdo, não poder mais investir em pesquisa, comprar equipamento para laboratório. Foi um acúmulo de sucessivas derrotas, então existe um sentimento natural de frustração, importância. Só vou pra rua se eu tiver certeza que vai acontecer alguma coisa, porque se não eu não vou.

²⁹⁴ “Agora no Dia da Consciência Negra, uma companheira da comunidade fez um depoimento impressionante, de que ela começou a se sentir parte da universidade depois da ocupação. Então acho que isso é um resultado, a gente conseguiu dialogar com a universidade e a comunidade começa hoje a ocupar este espaço, seja a biblioteca, seja a praça, os CAs, as nossas festas que acontecem aqui dentro, os espaços de formação, a comunidade começa a entrar, consegue se sentir pertencente que pode vir a ser dele como estudantes. Não acho que é só os estudantes. Acho que são as pessoas que tem interesse nesse *campus* e todo mundo que faz parte deste espaço acadêmico tem interesse.” E um certo dia um senhor chegou lá, já de idade, cabeça branca, e começamos a conversar. Ele falou: “a única vez que ele entrou no prédio foi quando ajudei a construir”. Aí eu falei: então o senhor vai entrar aqui e almoçar comigo. Aí eu chamei ele pra almoçar comigo lá dentro e com todo mundo da ocupação, e ele interagiu e tudo, voltou pra casa e quando foi por volta das quatro horas da tarde, ele chegou com uma garrafa de café. Então quer dizer, ele se apropriou daquilo que ele construiu mas não tinha acesso. E outra coisa muito importante que a gente tem que deixar registrado é que a comunidade daqui de Planaltina sofre muito com a violência, principalmente jovens negros. A gente fazia noites culturais e em cada momento de parada a gente dava uma palavra de fortalecimento contra a violência, contra as drogas. Eu tenho hoje três colegas que antes da ocupação eram essas pessoas e hoje são outras, estão estudando com intuito de entrar na UnB, aqui na FUP. Então fez mudança sim”. “muitas pessoas da comunidade passaram a ter outro olhar, começaram a usar o espaço, o computador, a internet, a vir participar de feiras, aulas, ateliês

³¹¹ Essas invasões influenciaram muito a eleição da chapa Todas as vozes. Eu sei porque era monitora na turma de química, que não é nem de direita nem de esquerda, é tipo centro, e aquelas pessoas que estavam invadindo ficaram conhecidas na UnB e se sentindo orgulhosas, como se estivessem participando de uma coisa importante, dizendo “eu participei da ocupação, eu lutei ao lado dos colegas do meu curso pela universidade, eu defendi os meus direitos, eu protestei contra a PEC”. Passou essa imagem pros alunos, principalmente para os calouros, que nem prestava tanta atenção na eleição. Também viram que a Aliança entrou na justiça e ficou parecendo que ela só reclamava. Aí era a chapa das pessoas que estavam na ocupação, ao lado dos estudantes, contra a chapa que estava contra os estudantes”. “Exatamente. Gerou uma mobilização muito grande principalmente nos cursos que foram a favor da invasão. Antigamente tinham cursos que tinham 100 votos e de uma hora pra outra tinham 400 votos. Isso se deu muito por conta das invasões, não tem como negar. Além da própria mobilização da própria coligação, que teve mais gente para trabalhar”.

³¹² Foi mais ou menos no final de outubro, em que foi feita a inscrição de chapas, e a gente já tinha nossas suspeitas, mas foi confirmado que os grupos de esquerda que sempre concorriam separadamente viriam em uma coligação, então já existia.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		<p>Maior votação pra DCE, eleição de chapa de “esquerda”²⁸⁸</p> <p>Conquista da sala Quilombo, que é diferente</p>	<p>Aumento do número de projetos de extensão²⁹⁵.</p> <p>formação política de todos que participaram²⁹⁶.</p>	<p>eleição da chapa Todas as Vozes para o DCE³⁰⁴, inicialmente³⁰⁵;</p> <p>posteriormente houve desgaste da esquerda³⁰⁶</p> <p>Manifestação do CONSUNI contra a PEC</p>		<p>naturalmente, não por causa das invasões³¹³</p> <p>Prejuízos: Aulas interrompidas, embora o prédio da</p>

²⁸⁸ Tinha uma gestão no DCE, que durou seis anos, que era a Aliança pela Liberdade, um grupo político que fazia uma reivindicação do liberalismo, tinha uns discursos contra a cota racional, defendia reforma do ensino médio, terceirização do RU, privatização da Universidade como um todo. E todas as eleições eles estavam ganhando. Era um mito, como se eles nunca fossem sair de lá. **Antes da ocupação já tinha um projeto de uma chapa única de esquerda, digamos assim, com vários coletivos**, 9 ou 10, unidos pela mobilização dos CAs. o objetivo principal da chapa unificada era retomar o DCE para a mobilização estudantil, ou seja, retirar da Aliança. Isso teve vários motivos: por ter tido golpe, muito tempo de AL, por essas medidas todas, pela própria desmobilização do movimento. **As** eleições estavam marcadas pra novembro. E daí no meio da ocupação essa chapa fez de tudo para essa eleição ser adiada por ano posterior afinal eram nossos eleitores que estavam ocupando e que não iam poder participar das eleições e onde não tinha ocupação, que era a FT e o Gama, eram os eleitores deles. A gente achava muito *antidemocrático* uma eleição quando tem 17 prédios ocupados na UnB e o *campus* inteiro da FUP. tinha essa coisa imediata de adiar a eleição e de conseguir essa maioria, porque se não seria ruim pra eleição e para a ocupação. Depois de 5 CEBs a gente conseguiu adiar para o ano seguinte. No CEB que aprovou, tinha 70 CAs. Era uma sexta-feira, 18h. Quando que isso aconteceria antes? E aí essa chapa foi eleita e foi a maior eleição da UnB, segunda maior eleição de universidade do Brasil em termos de participação estudantil, ficou só atrás da UFF, que é muito maior, foram mais de 12000 votos, um quarto de estudantes. A nossa chapa teve um pouco mais de sete mil votos. esse caráter de crescimento dos estudantes no movimento estudantil por conta das ocupações e de 17 prédios terem sido ocupados influenciou essa participação tão grande nas eleições. Então teve uma interferência da ocupação na eleição porque os estudantes estavam mais organizados, politizados, e o objetivo essa justamente consolidar essas discussões na universidade. E quem não era mas minimamente tinha alguma coisa de esquerda, de progressista, queria muito tirar a aliança, mas em outras conjunturas achava que isso era improvável. Pós ocupação, todo munda naquela euforia, surgem duas chapas só e uma delas é essa unidade de esquerda, que muita gente podia não botar fé, mas a vontade de tirar a aliança consagrou a vitória. Mas em momento algum nós da chapa nos colocamos como se fossemos a chapa das ocupações, porque elas iam muito além da gente. todas essas forças, esses dez coletivos, antes das ocupações a gente já tinha expectativa de vitória, não da maneira como foi, mas acho que aliança já vinha passando por diversas dificuldades, desgastes, renovações de quadros, e um discurso que já estava sem esgotando, que era o mesmo, a galera estava cansada, muita rejeição de uma parte do setor da Universidade. mas eu acho que eles têm uma percepção de que as ocupações nos beneficiaram, tanto que quando ocorreu a ocupação eles queriam que as eleições ocorressem imediatamente. Chamaram a CE de golpista. Aliás eles sempre utilizam essa expressão quando a gente está sendo democrático.

²⁹⁵ tem um em que a gente dá aula para os terceirizados aqui da FUP. A ideia é eles terem uma hora ou uma hora e meia no horário de trabalho estudando pra poder fazer a prova e incluir o ensino fundamental e médio para poder entrar na universidade”. O outro é “Marias da Terra”, que trabalha o empoderamento da mulher no meio rural.

²⁹⁶ “Era mais que um processo acadêmico, era democrático”.

³⁰⁴ Um resultado foi uma chapa de esquerda conseguir se unir e eleger depois de muitos anos da Aliança pela Liberdade no DCE.

³⁰⁵ às vezes me pergunto se não seria melhor a gente ter um DCE oposição e não situação porque as pessoas que estão lá, além de serem várias facções políticas, que estão interessadas em se promoverem politicamente e não fazer algo em prol da UnB e isso trava muita coisa, é ligada politicamente com a reitoria e não a confronto por causa disso. E os alunos ficam de fora dessa relação. Foi um ponto negativo, a gente não conseguiu se estabelecer institucionalmente, levar nossas reivindicações à frente. “depois, não só pelo DCE, eu vejo os CAs muito sem força para fazer as coisas. Gerou uma descrença muito grande. As assembleias estão vazias. Eu esperava algo maior depois das ocupações. O início do semestre foi muito ativo politicamente, várias pessoas debatendo, mas logo em seguida que o DCE se elegeu os espaços se esvaziaram, não convocaram vários CEBs e desarticularam o que deveria ter sido um legado da ocupação, essa reorganização da esquerda da UnB. Eles não conseguiram se manter enquanto unidade para os estudantes, as forças lá dentro começaram a divergir. Realmente a que tem maior número de pessoas tem ligação política com a Reitoria e não fizeram oposição e ela e isso enfraqueceu completamente o corpo estudantil, todo o movimento. Eu não sei se a gente tem folego pra no próximo ano ter um DCE de esquerda de novo. Ao mesmo tempo que eu acho que foi importante essa reorganizar, durou pouco, foi uma mudança superficial na universidade e as pessoas estão desanimadas, não querem participar. “Em momentos críticos as pessoas tem um estalo. Não sei quando será o próximo para as pessoas fazerem mudança. Eu ainda tenho esperança”

³⁰⁶ O que eu vejo depois da ocupação foi mais um desgaste da política de esquerda até porque aqui na UNB teve muita campanha pra Marcia e tinha gente que falava que ela era de esquerda, que ia melhorar a situação de aluno de assistência, os espaços públicos. Para o DCE também, interrompiam as aulas para falar que eram de esquerda, e depois que se elegeram, não vi nada

³¹³ Eu acho muito perigoso as pessoas dizerem que tiveram mais conhecimento autônomo por causa de uma invasão. isso acontece organicamente. Quando o tema surge você pesquisa menos um pouco pra saber o que é, não é por conta da invasão. Hoje a gente está tendo uma grande polemica por conta das reformas [trabalhista e previdenciária]. Não tem ninguém invadindo e nem por isso a gente está deixando de discutir. É uma conexão falsa. Antes das invasões a gente já discutia a PEC. E foi muito por conta da nova geração que está entrando e a mudança do perfil dos universitários. Não é uma relação válida.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		do Centro de Convivência Negra ²⁸⁹ Conquista do Centro de Convivência de Mulheres, ainda que posteriormente ²⁹⁰ (ocupação de 2017) Convencimento de alguns conservadores ²⁹¹ Utilização da estratégia por grupos que antes eram contrários ²⁹²	Eleição de outra chapa para DCE, de esquerda e mais democrática ²⁹⁷ . Lista de 3 páginas de reivindicações. A maioria foi prometida a tentativa, em médio ou longo prazo, para a qual foram criadas comissões de acompanhamento, como criação do regimento interno, e plano de ordenamento do	ter um espaço de debate entre o DAC e CA para discutir segurança na universidade, para os alunos, que a gente já teve problema em relação aos <i>happy hours</i> . Despertar político ³⁰⁷ Troca intensa de experiência e conhecimento		engenharia não tenha sido ocupado ³¹⁴ Danos patrimoniais Aulas no verão e prejuízos decorrente disso ³¹⁵ Atraso de formatura e prejuízos decorrente disso ³¹⁶ Piora na imagem e no ranking da UnB ³¹⁷

²⁸⁹ é porque o Centro De Convivência Negra ele tem um aspecto institucional, e o Quilombo é um movimento

²⁹⁰ Em 2017 teve a conquista do CCM, que foi resultado de ocupações de mulheres de 2017 porque foi prometido na ocupação de mulheres em 2016 e não cumprido.

²⁹¹ desmistificou muita coisa pra muita gente, como para os nossos pais. A faculdade ainda é muito conservadora. a assembleia da FD foi muito simbólica, porque foram 505 pessoas, pra alguns foi a única assembleia da vida deles, e a gente ficou lá quatro horas dentro do auditório e algumas pessoas mudaram de opinião. Odiavam ocupação, mas ouviram várias falas e saíram amando, querendo ir. isso pra mim foi muito magico. Houve pessoas que foram convencidas. Não teve ocupação por 20 votos. Mas mesmo assim foi uma grande vitória que elas entenderam de que ocupação não é coisa de vagabundo e de quem não quer ter aula, muito pelo contrário, as pessoas que estavam na ocupação estavam exaustas, porque tinha aula o tempo todo. A gente conversa aqui e eu lembro do que aconteceu e acho que foi incrível, só que na época eu estava muito cansada.

²⁹² Setores que antes rejeitavam esse tipo de método ocuparam espaços físicos da universidade este ano para ter um centro acadêmico. Estudantes da estatística que eram contra ocupação ocuparam este ano um espaço para ter um centro acadêmico. E a administração a mesma coisa.

²⁹⁷ “Foi um acontecimento muito importante de fortalecimento para formação dessa chapa Todas as vozes, porque já havia um descontentamento muito grande em relação à chapa anterior e isso redimensionou a organização da esquerda na universidade, com todas suas diferenças, e antes era fracionado”.

³⁰⁷ acho que só a mobilização mesmo pra ter alguma notoriedade. Depois da ocupação eu comecei a me organizar politicamente, eu era um estudante autonomista mas eu vi a necessidade de me organizar em um grupo para ter pessoas ao meu lado para eu estivesse constantemente em uma luta coletiva, como eu tinha na ocupação. Mudei minha relação com muita gente dentro da FAU, deixei de conversar e agora é que estamos voltando, mas a minha imagem mudou muito. Sempre fui de esquerda mas algumas pessoas me viam como uma pessoa mais branda mas depois da ocupação falaram que eu virei radical. Na verdade eu não falava antes porque não tinha propriedade e na ocupação eu estudei bastante, passei a ler mais e não é matéria de revista, é livro para compreender sua linha de pensamento, ter essa clareza sobre minha posição política. Então pessoalmente foi muito positivo, passei a militar mesmo, uma pessoa que vem buscando formas de tentar mudar alguma coisa. Eu sempre lembro de uma frase do Darcy, que na vida a gente tem duas opções: se indignar ou se resignar. E eu não vou me resignar nunca então... me fez dar uma acordada para questões políticas gerais

³¹⁴ A maioria do pessoal até o quinto ou sexto semestre ainda tem aula em outros prédios, no ICC e nos pavilhões. Eu tive aula interrompida. O professor teve que parar as aulas e cobrou menos matéria na prova, que foi em outro prédio. O resto da matéria não foi dada depois. “Mesma coisa comigo. O professor tentou mudar de lugar mas já tinham agendado todas as salas. Em outra toda vez que a gente chegava e as cadeiras estavam empilhadas na frente e a gente tinha tirar e organizar. As vezes também estava trancado, porque eles tinham roubado a chave, e a gente tinha que dar a volta. Era todo dia essa chateação, eu ficava suada porque tinha que ficar nisso. Teve gente que teve que ficar nas férias fazendo prova. “Basicamente metade dos alunos tiveram problemas com as aulas na época da invasão. “Teve um professor que deu aula na sala dele mesmo, no departamento, que é complicado porque é pequeno, não tem espaço pra tanta gente. No moodle não tem muita aula da engenharia

³¹⁵ O verão foi cancelado. A gente sabe que tem muitos estudantes que não têm carro, moram longe, não têm condições de se sustentar em Brasília durante as férias e que foram obrigados a vir assistir o resto do semestre aqui

³¹⁶ Tem gente que depende de uma formatura rápida pra conseguir emprego

³¹⁷ Tem um outro ponto negativo também que é a visão do povo de fora da UNB. nem sempre um pai gosta que o filho vá para a universidade pra participar de atos políticos. Não é meu caso, meu pensamento é livre. E eu ser mais de direita é fruto da minha trajetória na universidade. Mas alguns pais se preocupam muito com isso, se é voltado mais pra política, pra educação, pra comércio, pra pesquisa. Ai chega aqui e vê isso, vê nas redes de comunicação... “Tem muita gente que não prestou nem vestibular pra entrar aqui por isso. Quando eu entrei as pessoas falavam pra mim da ocupação de 2008, perguntavam se eu tinha certeza se era aqui que eu queria porque tinha greve o tempo todo, diziam que eu ia formar em dez anos. Poxa, tinha um tempão que não acontecia nada aí quando eu entro acontece isso? “Quando eu entrei a engenharia elétrica daqui era a 7ª do país, hoje é a 13ª eu acho

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
		Não houve nenhum prejuízo ²⁹³ .	<i>campus</i> . De curto: internet no alojamento, melhoramento no RU, transporte intercampi. o maior ganho foi uma melhor organização e articulação do movimento estudantil. diálogo entre os cursos ²⁹⁸ (que passa a querer ganhos coletivos e não individuais), entre os campi: Fortalecimento dos CAS ²⁹⁹ ; construção de um DEA para representar os cinco cursos da FUP; Participação no DCE da UnB; Participação em instâncias administrativas da Reitoria visibilidade da faculdade que reivindica o status de <i>campus</i> , com maior autonomia ³⁰⁰ ; empoderamento de mulheres ³⁰¹ . Não houve nenhum prejuízo para a faculdade ³⁰²			Seis meses sem representatividade estudantil e prejuízos decorrente disso ³¹⁸

²⁹³ a gente não deixou nada quebrado, e foi uma decisão da ocupação, de manter a integridade patrimonial desses prédios, pra passar essa mensagem para a sociedade que a gente estava só ocupando um espaço.

²⁹⁸ “Um aluno de um curso passava e nem olhava para o rosto do aluno do outro curso”

²⁹⁹ “tanto que agora se qualquer um pedir uma reunião com a Direção é atendido na hora”

³⁰⁰ *campus* é muito vulnerável, totalmente dependente do Darcy, não tem autonomia própria

³⁰¹ “Uma coisa marcante foi a questão das mulheres. Houve muitos choques com a diversidade de pessoas que estavam aqui. A gente estava vivendo um momento de muito empoderamento das mulheres então teve uma transformação das pessoas que passaram por aqui e isso foi muito nítido pra mim, nos espaços de convivência, nas atividades do dia a dia, lavando louça junto, conversando com respeito. Acho que foi um ganho para todos os envolvidos, pra história aqui de Planaltina

³⁰² “Foi entregue tudo limpo, do jeito que estavam as coisas, sem nenhuma pichação.”

³¹⁸ “A gente viu o ônus dessa questão da representatividade. A gente ficou de 18 de outubro de 2016 e 11 de abril de 2017 sem gestão do DCE. Isso foi um problema. Por exemplo, durante as férias que o pessoal teve que repor as aulas por conta da invasão o passe livre foi cancelado. E a gente não tinha ninguém pra resolver isso. Teve outras questões de assistência, oferta e matrícula que precisavam de representação e a gente não teve, por seis meses. E a comissão eleitoral não teve esse poder e nem deveria ter. e teve um problema burocrático também, porque quando a nova gestão foi tentar tomar posse no cartório eles falaram que não existia isso de uma entidade ficar sem gestão tanto tempo então era como se deixasse de existir e estão até hoje tentando resolver isso. Eu sei a importância que é um DCE forte e ônus de não ter isso foi muito grande”

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
10. Aprendizados pessoais	Transformação profunda não mensurável ³¹⁹ É preciso continuar É necessário pesquisar ³²⁰ . Oportunidades de emprego e pesquisa	Só vai conquistar as coisas se tiver luta coletiva ³²² Necessidade de fazer melhores análises de conjuntura, planejamentos e penetração ³²³	Mudanças de propósito de vida ³²⁶ ; Sem luta não há direitos	Mudança de identidade e ciclos sociais ³²⁷ Decepção ³²⁸ mas alguma esperança: as pessoas vão se	Desenvolvimento de sensibilidade com a diversidade da universidade, sobretudo de classe social ³³⁰	Conhecimento sobre a UnB de forma acelerada ³³² Posicionamento cada vez mais à direita ³³³

³¹⁹ “pra quem estava por dentro do movimento, foi uma experiência muito forte, mudou muito a gente de n formas. Mas a população se preocupa muito com essa questão dos dados, meu pai me perguntou isso” “Eu estava inserida já no movimento estudantil, pelo cá, mas nunca tinha vivido isso, respirado esse social assim tão intensamente. E eu sou outra pessoa politicamente. Isso mudou muita gente e a universidade inteira, como a gente viu nas eleições do DCE, que virou depois de cinco anos. E isso inspira uma continuidade. o movimento estava fraco e agora está forte, tem condição de fazer mais coisa” “Eu acho que se todo mundo tivesse tido a curiosidade ou interesse de participar pelo menos um dia das ocupações, qualquer tipo de ocupação, a pessoa muda tudo esse pensamento de que é só vagabundo, porque entra lá e vê o tanto de coisa que acontece, o tanto de conhecimento que a gente produz, o tanto de coisa que a gente estudo e aprende em aulas públicas, então era tudo muito intenso, todo dia. Era uma gestão de crises diária. se eu pudesse colocar no meu currículo eu colocava, porque foi uma experiência de assessoria, de gestão”

³²⁰ Um está fazendo pesquisa sobre mídia e ativismo (comentou também sobre uma professora que está fazendo um documentário), como as narrativas são construídas; outro sobre ativismo e saúde mental (“Por exemplo, a gente mal se conhecia e de repente estava dividindo colchão. Então entender esse indivíduo dentro do coletivo é fundamental para entender os resultados, como a gente encaminha essas coisas”) e o outro sobre os novos sentidos dados à instituição e à burocracia por meio da ocupação (“Como a reitoria, lugar administrativo, passou a ser espaço de vivência, troca, terapia, produção de política estudantil e conhecimento; como a sala de atos, formal, passou ser o local das reuniões das comissões as dez da noite”)

³²² eu nunca tinha estado presente em um movimento massiva, nada de uma dimensão tão grande, e pra mim, isso ter dado visibilidade a pauta mostra que teve resultado sim e que talvez uma mobilização maior tivesse dado resultado melhor. Se tivesse uma acampada como em Barcelona ou no Chile que eles derrubaram 4 ministros, talvez algo mudaria. Ao mesmo tempo o fato de ter uma geração que não teve uma crise é difícil. Eu não peguei essa experiência dos meus irem para o supermercado e ter que estocar por causa da variação da moeda. Eu cresci num ambiente de estabilidade econômica e política e de repente isso acabou. Então fica visível que a gente só vai conquistar coisas se estiver na luta, se não vai ser tudo dominado por eles. O aprendizado que a gente tira disso é que a gente precisa fazer mais reflexões, as organizações aconteceram de uma forma mais amadora, muitos atores defendendo os próprios interesses e ainda não tão ligados no coletivo.

³²³ Quando você está lá dentro da ocupação você tem muita dificuldade de enxergar o todo, do que está acontecendo lá fora, do que é real, de ter expectativas dentro da realidade, quais as condições para manutenção do processo. Teve resistência de muita gente querer continuar quando já estava esvaziado, não tinha condições mental mesmo, isso foi um erro, de não ter conseguido avaliar isso preventivamente. Como em quanto tempo iria acabar a comida. De não planejar, estruturar adequadamente. Por mais que a gente tinha tido comunicação legal durante a ocupação, o movimento não teve o que a gente chama de propaganda, para gerar um pouco mais de penetração onde as pessoas não conhecem. Você vai em alguns lugares da cidade que as pessoas não sabem nem o que é universidade, quem está ali é privilegiado.

³²⁶ “Eu fazia ciências sociais no Darcy e tinha outra visão da luta pela reforma agrária. Pela ocupação da FUP, eu tive todo um entendimento, um conhecimento que eu nunca ia ter em aula nenhuma. O que eu aprendi agregou tanto que eu mudei completamente a minha visão e a minha proposta de vida, de luta. O Darcy é um espaço elitizado e aqui a gente está na periferia. Foi uma troca tão intensa que mudou não a mim mas várias pessoas que participaram

³²⁷ Depois da ocupação teve amizades, relacionamento que acabaram. Impossível separar a vida política da vida pessoal.

³²⁸ Ainda mais agora depois da PEC a universidade entrou em uma crise maior. A UERJ fechou. O Congresso está conseguindo passar tudo que eles querem, independente do que as pessoas querem ou não. Mesmo depois de tudo parece que não existe um resquício da ocupação

³³⁰ eu acho que o mais interessante foi essa convivência com pessoas de várias realidades diferentes, a discussão social que era levantada e tudo mais, a percepção do lugar na sociedade foi muito forte, a questão de juntar e criar forças com pessoas diferentes de você foi muito clara e forte, uma entrega mesmo. A ignorância é muito grande sobre as realidade das pessoas, a gente tende a conviver mais com as pessoas que são da mesma classe social que a nossa. As pessoas que estavam mais fortes e fundamentadas eram as pessoas que mais precisavam porque elas sentem esse chamado dentro delas, existe esse motivo verdadeiro pra elas estarem ali lutando por aquilo. Pra quem poderia não estar na ocupação mas esteve aprendeu muito com isso. Então eu sinto que essa vivência me mudou muito, a minha forma de pensar e de me colocar no mundo, com mais sensibilidade, empatia, visão e conhecimento sobre o que as pessoas passam.

³³² O crescimento que eu tive foi por ser uma época muito intensa, muita coisa acontecendo. E estando no movimento estudantil, isso me obrigou a aprender as coisas um pouco mais rápido, nada que eu não fosse aprender ao longo do tempo. Também me forçou a conhecer bastante da UnB, foi uma acelerada nesse processo

³³³ Desde que eu estou na universidade eu sou cada vez mais da direita, não radicalizando porque é uma palavra muito forte, mas as invasões influenciaram meu pensamento político sim pra ser contra tudo isso que aconteceu e o que essa galera fez, porque me irritou muito. Minha entrada na CA não foi relacionada as invasões, foi mais relacionada as pessoas que eu conhecia, que me chamaram pra participar da chapa.

categorias de análise	Reitoria*	DCE	FUP	FAU	Mulheres	Contrários
	Mudança de ciclo social ³²¹	Importância de ampliar o envolvimento da sociedade ³²⁴ , especialmente pela mídia ³²⁵		reerguer quando outra crise surgir ³²⁹ Necessidade de continuar a se organizar e mobilizar	Necessidade de maior disciplina e maturidade ³³¹	Não se discute política dentro da universidade, participar é problema ³³⁴ Polarização questionável ³³⁵

³²¹ Mas o engraçado que eu consegui várias oportunidades na minha vida depois da ocupação. por exemplo, eu não sou filiada ao PSOL, mas uma pessoa do PSOL trabalhava com a gente na ocupação, e ele me chamou pra trabalhar na assessoria de imprensa, e agora eu sou estagiaria por causa da ocupação. tenho um projeto de pesquisa por causa da ocupação, sou do centro acadêmico por causa da ocupação. Ou seja, tudo que eu tenho instituído na minha vida hoje, foi por causa da ocupação. até meus amigos, a gente mudou o ciclo social, com pessoas que tem afinidade. Então mudou minha vida, completamente. a gente fez até tatuagem na ocupação. foi um flashday que teve lá e muita gente se tatuou. É uma coisa muito forte de identificação, é realmente um momento que a gente quis registrar na nossa vida pra sempre

³²⁴ o maior erro foi internalizar muito, se voltar muito pra ocupação e esquecer o que estava lá fora. uma discussão que gerou depois foi que a gente deveria fazer panfletagem em algum lugar, nos ônibus. Mas não sei se esse grupo de pessoas poderiam ter feito algo melhor até porque foi uma questão de defesa, mas acho que foi o principal ponto negativo.

³²⁵ Como você tem uma narrativa midiática muito negativa das ocupações, a sociedade de modo geral não enxergou de forma positiva. Minha mãe me ligava e perguntava o que eu estava fazendo lá, dizendo que era vandalismo.

³²⁹ a ocupação me deu um pouco de esperança primeiro, porque eu vi que a gente tinha potencial e eu já estava há dois meses tentando mobilizar as pessoas para debates mas sempre com baixa adesão. E na assembleia foi uma explosão, eu não achava que a gente ia conseguir ocupar. Então eu vi que tinha uma potência que não estava sendo utilizada, e isso me deu e me dá ainda esperança, porque eu sei que um dia a gente vai conseguir, uma hora vai, a gente tem que continuar, quando for necessário as pessoas vão aparecer. Mas pra mim foi o maior aprendizado da minha vida, foi um mês que pra mim durou um ano, porque toda hora era debatendo, discutindo. Enfim, foi muita troca de experiência. Depois disso eu passei a me interessar cada vez mais por política apesar de ser uma coisa que me interessava já antes mas depois passei a me informar mais, não necessariamente tomando alguma posição, mas sabendo do que estava acontecendo, entendo mais nossa história, me mobilizando mais. Só nesse ano acho que fui em umas dez manifestações, mesmo que não veja tanto resultados na prática. Mas pra mim se resignar não faz mais sentido pra mim

³³¹ Os erros foram os mesmos de fora da ocupação, que é fugir do foco. Então foi se alimentar mal, beber, isso talvez tenha enfraquecido a gente. Teve uns momentos que não eram políticos, mesmo a gente lá ocupando e tudo. Depois de dois meses, se a gente não tivesse uma disciplina e uma maturidade de lembrar por que a gente estava lá, esquecia, falava de outras coisas, fazia festa. Teve umas vezes de ter reunião e ninguém estar acordado ainda. Então às vezes saía um pouco do propósito, mas era difícil manter, ainda mais com tanta pressão, toda hora notícia colocando medo, dava vontade de fugir mesmo daquilo.

³³⁴ Aprendi que não se discute política aqui dentro. Um dos frutos da ocupação pra mim foi a descrença e desinteresse que eu tenho em qualquer movimento partidário ou político que acontece dentro das universidades, porque tem todo esse confronto e não dá em nada no final. Eu não participo por isso, não gosto de problema pra mim.

³³⁵ Um ponto positivo é trazer o debate sobre um assunto, fazer as pessoas se inteirarem sobre aquilo, pesquisarem o que é. Mas por outro lado, as pessoas nunca chegam a nenhuma conclusão sobre o que realmente deveria ser feito. “Essa história da polarização é falsa. A aliança não é de direita, de forma alguma, é um grupo liberal. “Quando você fala em direita você engloba tanto uma direita mais liberal como também uma mais conservadora. Isso significa que não tem como ter liberdade econômica sem ter liberdade social, a liberdade é uma só. Inclusive tem várias vertentes dentro do próprio liberalismo. Mas há algumas pautas comuns entre liberais e conservadores, nas questões econômicas a gente tende a concordar, como livre mercado, redução do Estado. Na questão social a gente já se posicionou contra atitudes homofóbicas, machistas, e qualquer preconceito. Enquanto DCE a gente promoveu a semana da diversidade, que buscava celebrar a individualidade de cada um “Quando você adota esse modelo de direita e esquerda você deixa de fazer uma análise mais profunda por conta de uma simplificação exagerada. Essa polarização empobrece o debate. Apesar de ser mais simples não é benéfica. “Mas também facilita para identificar pessoas de opiniões diferentes que você tem que ouvir. Eu tenho fê que o ser humano sabe resolver quando uma decisão precisa ser feita, deixar de lado essas briguinhas. Vamos supor, uma pessoa fala que o imposto tem que ser extinto e aí o outro fala que é porque você é racista. As pautas se misturam. “As pessoas taxam a depender do tema. Se você fala que é defensor dos direitos humanos você é esquerdista. Se você fala que é da família tradicional você é hipócrita. “

ANEXO V – Demandas internas específicas dos estudantes em 2016 (por prédio)

- **BSAN:**
 - Construção/criação do centro de convivência de mulheres;
- **BSAS:**
 - Manutenção das portas de acesso ao prédio e mantê-las abertas durante o semestre letivo (inclusive as entradas oeste e sul do prédio);
 - Instalação de ventiladores e ou ar condicionados nas salas de aula e auditórios; principalmente a sala de computadores;
 - Renovação e manutenção dos data-shows e demais materiais audiovisuais utilizados no prédio;
 - Reforma do estacionamento próprio do prédio englobando a pavimentação, iluminação e sinalização apropriados;
- **IDA:**
 - Construção do complexo de arte do IDA;
 - Disponibilização da sala LIS AT-69/8 para o diretório acadêmico das artes;
- **CEN:**
 - Reforma do Teatro Helena Barcelos;
- **MUS:**
 - Manutenção ar condicionado e pianos;
 - Reforma e tratamento do isolamento acústico das sala de instrumento e do estúdio;
 - Reforma do auditório (cadeiras, equipamentos de luz e ar condicionado);
- **FUP:**
 - Cobertura da quadra de esporte;
 - Destinação do vestibular para o LEDOC (Licenciatura em Educação no Campo) para o público alvo (camponeses, movimentos sociais e quilombolas);
 - Auxílio socioeconômico para os estudantes do grupo 1, independentemente do número de bolsas ofertadas;
 - Extensão da FUP com a comunidade;
 - Transporte intercambio integre a FUP e a FCE;
 - Reestrutura e ampliação dos centros acadêmicos;
 - Retomada do sistema de cotas no SISU para moradores de cidades específicas do DF;
 - Estabelecimento de prazo máximo em editais de auxílios para a assistência estudantil;
 - Reavaliação da estrutura e demanda (ponto de espera, toldo, bebedouro) e logística de transporte intercambio;
 - Instalação de calhas ou procedimento para evitar alagamento em toda estrutura da FUP no prédio velho e no prédio novo e alojamento;
 - Ressarcimento aos estudantes quando RU estiver fechado, conforme Resolução n. 1034/2012;
 - Disponibilização de mais horários do transporte intercambio;
 - Construção de toldo facilitando o acesso entre os blocos da FUP;
 - Aumento de frota de veículos para saídas de campo;
 - Melhoramentos no alojamento da LEDOC: máquina de lavar, sinal internet, novas calhas, reforma no telhado, antiderrapante nas escadas;

- Aumento do acervo e espaço físico e unificação da BCE;
- Instalação de ar condicionado nas salas e auditórios;
- FE:
 - Construção de novo prédio para a FE 1;
 - Melhoria da estrutura dos banheiros, salas de aulas e laboratórios e troca do gerador principal da FE5;
 - Paridade nas estâncias deliberativas da faculdade de educação;
 - Criação de uma sala de estudos das licenciaturas na FE;
 - Instalação de postes de iluminação em todo perímetro da FE e caminhos para as paradas de ônibus;
 - Reajuste do valor da bolsa dos estágios;
 - Criação de uma sala de estudos das licenciaturas na FE;
 - Instalação de fraldeiros nos banheiros para auxiliar as mães estudantes;
- IL:
 - Reforma módulo ICC;
 - Oferta de disciplina obrigatória no segundo horário noturno;
 - Rediscussão das normas de convivência;
 - Oferecimento bolsa para alunos graduação de letras UnB Idiomas;
 - Reajuste de passagens dos estagiários;
 - Criação de norma sobre estágio docente;
 - Criação do PET;
 - Fiscalização de contratos terceirizadas;
 - Oferecimento de disciplinas obrigatórias semestralmente;
 - Disponibilização da bibliografia obrigatória na BCE;
 - 4.15% de representação discente nos colegiados;
 - Oferecimento de auxílio de bolsa para congresso que saia do edital;
 - Discussão das listas de ofertas devem com os alunos antes de passar pelo colegiado;
 - Aumento de divulgação do incentivo e fomento dos editais;
 - Obrigatoriedade de dar aula no estágio 1;
 - Obrigatoriedade de formação no curso de PBSL para professores que trabalham no NEPE;
 - Criação de requisitos obrigatórios para seleção simplificada;
 - Criação de estágio especializado para PBSL;
- FAU:
 - Reabertura das discussões e do projeto em torno da reforma do espaço físico da FAU, levado de forma horizontal na qual os alunos tenham autonomia dentro dos grupos e comissões que venham a ser criados;
 - Maior apoio e fortalecimento, inclusive financeiro, dos programas de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo já existentes e aos que venham a ser criados, inclusive apoiando financeiramente e burocraticamente a criação de novos programas;
 - Preenchimento de vagas ociosas deixadas pelos professores da FAU, referente à rescisão de contrato de professores substitutos e à decisão de não contratação de novos professores no ano de 2017;
- FAC:
 - Maior representação discente no conselho da FAC dobrando o n. de cadeiras (aumentar 3 cadeiras para discentes);
 - Ampla utilização dos laboratórios para todos os cursos e habilitações da Faculdade sem restrições;

- Posição mais firme da FAC perante o desmonte da comunicação pública representada pela EBC;
- Investimento da FAC em comunicação pública como entrega para a sociedade civil;
- Repasse de verba mais equilibrado entre as habilitações da FAC a fim de tornar mais justo o desenvolvimento delas;
- CET:
 - Oficialização, por parte do colegiado do Comitê Político-Pedagógico do curso de Turismo como representação estudantil dentro do colegiado, criado durante a Ocupação, órgão será responsável por acompanhar o cumprimento das demandas;
 - Transparência financeira em relação a alocação de recursos para o CET na página do CET;
 - Emissão de nota oficial por parte do diretor em relação a Códon Blue e ao Núcleo de Referência em Gastronomia e Alimentação, nos meios de comunicação do CET;
 - Aumento de visitas de campo, atividade que consideramos imprescindível em um curso de Turismo;
 - Designação de verba como auxílio para viagens acadêmicas sendo essa destinada ao centro acadêmico de turismo uma vez por ano;
 - Melhorias de segurança e iluminação;
 - Criação da sala de estudos no espaço físico do CET com computadores e acesso à internet;
 - Urgência na abertura de uma nova Copiadora;
 - Bebedouros novos, principalmente no Bloco B, onde se concentra as aulas da Graduação. Os bebedouros atuais funcionam mal e apresentam falhas na filtragem da água;
 - Participação do Centro Acadêmico, do Comitê Político-Pedagógico e demais alunos interessados na reformulação do PPP;
 - Inserção de novas matérias obrigatórias e optativas no currículo do curso e aumento do número máximo de créditos por semestre;
 - Contratação de professores e técnicos administrativos, tendo em vista a sobrecarga dos poucos contratados;
- Ciências Sociais:
 - Construção de creche pública;
 - Melhoria na iluminação do Campus, sobretudo o caminho do ICC até o ICS e arredores;
 - Criação de curso noturno;
 - Aumento da bolsa de assistência estudantil;
 - Criação de programa de extensão que dialogue com a comunidade e cumpra sua função social;
 - Criação de ouvidoria especializada do curso de Ciências Sociais para tratar de casos de abuso, opressão de gênero, sexualidade, identidade de gênero e racismo;
 - Oferecimento de disciplinas obrigatórias em todos os turnos;
 - Permissão para que grávidas continuem exercendo o direito à moradia estudantil;
 - Contratação de segurança especializada (contrários à presença da PM);
 - Inclusão de mais autoras negras e autores negros, latino americanos/os, africanas/os e de mulheres nas ementas;

- Oferta de mais disciplinas com temáticas negras, como relações inter-étnicas, pensamento negro, religiões afro-brasileiras e outras, de preferência ministradas por professoras negras e professores negros.